

FILOLOGIA E  
LINGUÍSTICA  
PORTUGUESA

22 (esp.) dez., 2020

Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa

e-ISSN 2176-9419

FILOLOGIA E  
LINGUÍSTICA  
PORTUGUESA

22(esp.) dez., 2020

Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa

e-ISSN: 2176-9419

# Revista Filologia e Linguística Portuguesa

Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa



## Editores

Sílvio de Almeida Toledo Neto, *Universidade de São Paulo, Brasil*

Maria Clara Paixão de Sousa, *Universidade de São Paulo, Brasil*

Flaviane Romani Fernandes Svartman, *Universidade de São Paulo, Brasil*

## Conselho Editorial

Ana Rosa Ferreira Dias, *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*

Anthony Julius Naro, *Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Bertrand Daunay, *Université de Lille, França*

Esperança Carneira, *Universidade de Lisboa, Portugal*

Evanildo Bechara, *Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

Fabiana Cristina Komesu, *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho*

Françoise Boch, *Université de Grenoble Les Alpes, França*

Graça Maria Rio-Torto, *Universidade de Coimbra, Portugal*

João Wanderley Geraldi, *Universidade de Campinas*

Juliana Alves Assis, *Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais*

Leda Bisol, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Leonor Lopes Fávero, *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*

Luciani Ester Tenani, *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho*

Maria Filomena Candeias Gonçalves, *Universidade de Évora, Portugal*

Maria Helena de Moura Neves, *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho*

Maria Teresa Lino, *Universidade Nova de Lisboa, Portugal*

Marina Vigário, *Universidade de Lisboa, Portugal*

Marisa Cruz, *Universidade de Lisboa, Portugal*

Mary Kato, *Universidade de Campinas*

Raquel Salek Fiad, *Universidade de Campinas*

Rodolfo Ilari, *Universidade de Campinas*

Sónia Frota, *Universidade de Lisboa, Portugal*

Ataliba Teixeira de Castilho, *Universidade de São Paulo*

Ieda Maria Alves, *Universidade de São Paulo*

Manoel Luiz Gonçalves Correa, *Universidade de São Paulo*

Maria Cristina Altman, *Universidade de São Paulo*

A Revista *Filologia e Linguística Portuguesa* publica estudos em Filologia e Linguística, com atenção ao seu valor para as investigações sobre a linguagem em geral e a língua portuguesa em particular. Os trabalhos cobrem linhas diversas, como a crítica textual, a paleografia, a codicologia, a linguística histórica, os estudos gramaticais, a análise do discurso e a historiografia linguística.

Editada desde 1997, a Revista é apoiada pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

A revista é uma publicação exclusivamente digital, com acesso exclusivo pelo Portal de Periódicos da Universidade de São Paulo, em <http://www.revistas.usp.br/flp>.

e-ISSN: 2176-9419

Copyright (c) 2020 Filologia e Linguística Portuguesa



Esta obra possui uma licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License*. Os direitos autorais serão cedidos à revista para publicação on-line com livre acesso e impressa para arquivo em papel. Serão preservados, porém, para autores que queiram republicar seus trabalhos em coletâneas.

# Filologia e Linguística Portuguesa, Volume 22, Número especial

## Sumário

### *Apresentação*

Mário Eduardo Viaro, Phablo Roberto Marchis Fachin, Vanessa Martins do Monte  
7-9

### *Fragmenta latina operis Isaaci Ninivitaë*

César Nardelli Cambraia  
11-32

### *Entre a Filologia e a Lexicografia Histórica: notas sobre a elaboração de uma edição das cantigas satíricas do Cancioneiro da Biblioteca Nacional para o estudo do léxico*

Lisana Rodrigues Trindade Sampaio  
33-49

### *Você confia nas edições que lê?*

Carlos Eduardo Mendes de Moraes  
51-64

### *Com a voz enrouquecida ou considerações sobre a presença de Camões no último capítulo de O crime do padre Amaro, de Eça de Queirós*

Ceila Maria Ferreira  
65-74

### *A Filologia e o estudo de Requerimentos do Arquivo Histórico Ultramarino*

Eliana Correia Brandão Gonçalves  
75-92

### *Caminhos de um manuscrito setecentista: da Vila Real do Sabará à contemporaneidade*

Maria de Fátima Nunes Madeira, Marcelo Módolo  
93-112

### *Fontes coloniais e escravidão: relações de trabalho e práticas culturais na América portuguesa*

Norma Suely da Silva Pereira  
113-129

*Revisitando a marca de plural na concordância de número: novos dados do português brasileiro e do francoprovençal antigos*

Maria Antonieta A. M. Cohen, Simone Fonseca Gomes

131-144

*Análise pragmático-discursiva de cartas trocadas entre Epifânio Dória e José Calasans*

Renata Ferreira Costa, José Douglas Felix de Sá, Luiza Daviane Santos Barbosa

145-166

*Origem e desenvolvimento dos prefixos de- e des-*

Alice Pereira Santos

167-187

*O item 'trouxa' no português usado no Twitter*

Aléxia Teles Duchowny, Caroline de Oliveira Silva

189-203

*Reavaliando a etimologia de abacaxi a partir de novos dados histórico-filológicos*

Bruno Maroneze

205-215

## Apresentação

### Estudos de Filologia, Etimologia e Linguística histórica

O volume 22(especial) da revista *Filologia e Linguística Portuguesa*, dedicado à Filologia, à Etimologia e à Linguística Histórica da língua portuguesa, aborda temas de relevância histórica, sociológica e linguística, que se configuram como importantes tanto para a reconstrução de sincronias pretéritas, quanto para a comparação interlinguística. Apesar de a necessidade de retomada dos estudos diacrônicos e históricos ser tema amplamente recorrente e, de certo modo, ser algo unanimemente desejado, a leitura deste volume mostrará que há muito ainda por se conhecer quando o assunto é a documentação em língua portuguesa. A cada investigação apresentada observa-se a urgência de renovação de quadros teóricos e de metodologias, dando-nos a entender que se trata de áreas em efervescência, que prometem muita investigação e requerem ainda muito investimento de recursos e de esforços. Dividiu-se este volume em três blocos de artigos, cujos conteúdos, embora frequentemente permeados um pelo outro, assumem o foco das perspectivas teóricas adotadas pelos seus autores e por suas autoras.

O primeiro bloco aborda a Filologia no seu sentido mais amplo e inicia pelo artigo *Fragmenta latina operis Isaaci Ninivitae*, de César Nardelli Cambraia, no qual são apresentados, por meio de critérios de edição paleográfica, nove testemunhos fragmentários inéditos da tradução latina da obra de Isaac de Nínive, localizados em Praga, Olomouc, Paris, Uppsala, Basileia e Colônia. Esse estudo proporcionará ao leitor uma visão mais detalhada das versões conhecidas, permitindo a identificação de variantes, erros conjuntivos e separativos.

O artigo *Entre a Filologia e a Lexicografia Histórica: notas sobre a elaboração de uma edição das cantigas satíricas do Cancioneiro da Biblioteca Nacional para o estudo do léxico*, de Lisana Rodrigues Trindade Sampaio, descreve a exploração de acervos digitais, que hoje nos proporcionam dados linguísticos não investigados nessas obras e apresentam o processo de elaboração de uma edição diplomática de cantigas satíricas com vistas à confecção de um vocabulário das formas verbais, finitas e infinitivas, a partir de preceitos da Lexicografia Histórica.

Em *Você confia nas edições que lê?*, Carlos Eduardo Mendes de Moraes alerta-nos sobre o tratamento de fontes na preparação de um corpus de textos impressos ou manuscritos, problema com o qual o filólogo está sempre às voltas e que transcende o mero conhecimento da língua, pois em diversas versões de um texto em sua tradição impressa existem processos complexos de edição, publicação e divulgação e isso se situa para além do estabelecimento de critérios de qualificação do suporte ou da preferência por um edição, versão ou manuscrito específicos.

Ceila Maria Ferreira, no quarto artigo, *Com a voz enrouquecida ou considerações sobre a presença de Camões no último capítulo de O crime do padre Amaro, de Eça de Queirós*, apresenta-nos a atualidade de *Os Lusíadas*, versando sobre a presença da obra camoniana na obra de Eça de Queirós, em que há um relato da Comuna de Paris. O artigo mostra o papel da Crítica Textual para a preservação e divulgação do patrimônio cultural.

Em *A Filologia e o estudo de Requerimentos do Arquivo Histórico Ultramarino*, de Eliana Correia Brandão Gonçalves, considera-se a organização de edições de

Requerimentos históricos do Conselho Ultramarino e detalha-se a análise de um requerimento, do escravizado Francisco da Cruz, ao príncipe regente D. João, no qual se solicita proteção régia contra as injustiças praticadas por seu senhor Antônio da Cruz Veloso. Conforme a autora mostra, a Filologia age de modo transformador sobre os tempos de produção, de recepção e de análise do texto, bem como no reconhecimento de temas voltados à política.

Do mesmo modo, Marcelo Módolo e Maria de Fátima Nunes Madeira, no artigo intitulado *Caminhos de um manuscrito setecentista: da Vila Real do Sabará à contemporaneidade*, ao analisarem uma cópia da “Carta Régia ao Juiz e officiaes da Camara para a contribuição do subsidio voluntario, de 1755”, também discorrem sobre o potencial de revelação de marcas políticas no percurso de um manuscrito, desde a sua produção até a contemporaneidade. Segundo os autores, uma análise codicológica atesta preocupações com a longevidade do manuscrito e com a segurança de sua circulação: colecionadores, arquivistas, filólogos, entre outros pesquisadores seriam coautores na transmissão de documentos a gerações futuras.

Concluindo a primeira seção, voltada à Filologia, Norma Suely da Silva Pereira, no artigo *Fontes coloniais e escravidão: relações de trabalho e práticas culturais na América portuguesa*, corrobora a importância do conhecimento do passado para a compreensão da realidade presente, tendo como exemplo o reflexo da diáspora africana, na Bahia colonial. Por meio de um estudo transdisciplinar entre Paleografia, Diplomática, Sociologia dos textos, História cultural e Onomástica, analisa-se o intenso tráfico negreiro transatlântico rumo principalmente a portos brasileiros.

A relevância de questões filológicas, tais como as abreviaturas em manuscritos, também surge no primeiro artigo da segunda seção, voltada à Linguística Histórica, a saber, *Revisitando a marca de plural na concordância de número: novos dados do português brasileiro e do francoprovençal antigos*, de Maria Antonieta A. M. Cohen e Simone Fonseca Gomes, no qual se apresentam contrastivamente dados do português brasileiro e do francoprovençal, com a finalidade de compreender fenômenos de concordância de número no sintagma nominal português numa matriz românica.

Renata Ferreira Costa, José Douglas Felix de Sá e Luiza Daviane Santos Barbosa (UFS) no artigo *Análise pragmático-discursiva de cartas trocadas entre Epifânio Dória e José Calasans* fazem um estudo sobre a natureza da comunicação epistolar de dois representativos intelectuais sergipanos, com vistas a uma análise textual, em nível pragmático-discursivo, a saber, mediante a análise das rotinas verbais de abertura, pré-fecho e fecho das cartas. Tal análise leva ainda em consideração a produção e a circulação dos textos epistolares e o seu papel na história e na sociedade.

Concentrado na investigação de Linguística Histórica, mas também tentando resolver um problema etimológico, Alice Pereira Santos, em *Origem e desenvolvimento dos prefixos de- e des-*, parte do desenvolvimento semântico do prefixo *de-* para, em seguida, discutir e arquitetar uma nova proposta etimológica para o formante *des-*, apontando, por meio de dados num estudo comparativo e dialetológico, sua interseção com outros elementos formativos de origem latina.

Aléxia Teles Duchowny e Caroline de Oliveira Silva analisam no artigo *O item ‘trouxa’ no português usado no Twitter* ambos os sentidos do vocábulo em análise, ou seja, tanto o sentido etimológico, quanto o inovador, bem como as razões pelas quais teria ocorrido o processo de pejorativação do item lexical. Tentando flagrar flutuações

semânticas na oralidade, as autoras também investigam ocorrências do item numa rede social, o *Twitter*, em que a língua escrita apresenta muitas características da oralidade.

Fechando o volume, Bruno Maroneze, no artigo *Reavaliando a etimologia de abacaxi a partir de novos dados histórico-filológicos*, reavalia a hipótese etimológica consensual de que a unidade lexical *abacaxi* se origina do tupi (*yvá* “fruta” e *kañi* “que recende”, “que exala cheiro”) a partir de descrições etimológicas, transformações fonético-fonológicas e dados histórico-filológicos, mostrando incoerências, para, ao fim e ao cabo, concluir que tal hipótese deve ser tratada como controversa e que há necessidade de novas propostas etimológicas, sobretudo para a denominação de um grupo indígena homônimo.

Desejamos a todas e todos uma excelente e proveitosa leitura.

Mário Eduardo Viaro  
Phablo Roberto Marchis Fachin  
Vanessa Martins do Monte

*Universidade de São Paulo*

*Primavera de 2020*

# Fragmenta latina operis Isaaci Ninivitae

## *Fragmenta latina operis Isaaci Ninivitae*

César Nardelli Cambraia\*

*Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil*

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo dar a conhecer o texto de nove testemunhos fragmentários inéditos da tradução latina da obra de Isaac de Nínive: cód. XIV G 17, Biblioteca Nacional (Praga); cód. M I 159, Biblioteca Científica (Olomouc); cód. 996, Biblioteca Mazarina (Paris); cód. C 631, Biblioteca Universitária (Uppsala); cód. A XI 72, Biblioteca Universitária (Basileia); cód. A X 102, Biblioteca Universitária (Basileia); cód. A XI 71, Biblioteca Universitária (Basileia); cód. GB 8º 76, Arquivo Histórico da Cidade (Colônia); e cód. GB 8º 155, Arquivo Histórico da Cidade (Colônia). Adotaram-se critérios de edição paleográfica, a fim de permitir um estudo mais aprofundado desses registros. O conhecimento das versões presentes nesses testemunhos permitiu enquadrar parte deles na tradição latina da obra, evidenciando-se variantes e identificando-se erros conjuntivos e separativos.

**Palavras-chave:** Isaac de Nínive. Língua Latina. Crítica Textual. Idade Média.

**Abstract:** This paper has as objective to let know the text of nine unpublished fragmentary testimonies of the Latin translation of Isaac of Nineveh's work: cod. XIV G 17, National Library (Prague); cod. M I 159, Scientific Library (Olomouc); cod. 996, Mazarine Library (Paris); cod. C 631, University Library (Uppsala); cod. A XI 72, University Library (Basel); cod. A X 102, University Library (Basel); cod. A XI 71, University Library (Basel); cod. GB 8º 76, Historical Archive of the City (Cologne); and cod. GB 8º 155, Historical Archive of the City (Cologne). Criteria of paleographical edition were adopted to allow further study of these documents. Knowing the versions present in these testimonies allowed part of them to be framed in the Latin tradition of the work, highlighting variants and identifying conjunctive and separative errors.

**Keywords:** Isaac of Nineveh. Latin Language. Textual Criticism. Middle Ages.

## 1 INTRODUÇÃO

Isaac de Nínive, asceta que viveu no Oriente Médio no séc. VII, escreveu obras que tiveram grande difusão pelo mundo nos séculos seguintes através de sua tradução para diversas línguas diferentes. Em um dos vários caminhos percorridos, suas obras foram traduzidas do siríaco para o grego entre os sécs. VIII e IX e, deste para o latim, por volta de fins do séc. XIII (seguramente antes de 1270)<sup>1</sup>.

Segundo o estado atual da recensão da tradição latina da obra Isaac de Nínive, essa tradição compõe-se de 105 testemunhos manuscritos supérstites (além de 8 atestados mas não localizados) e 13 edições impressas (Cambraia, 2013-2014, p. 20-23, com atualizações aqui). Dos 100 manuscritos listados em Cambraia (2013-2014),

---

\* Professor Titular de Filologia Românica, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais (MG), Brasil; nardelli@ufmg.br

<sup>1</sup> Para informações mais detalhadas sobre a história de Isaac de Nínive e a difusão de sua obra, cf. Brock (1999-2000), Chialà (2002) e Cambraia (2000, 2013-2014, 2017).

devem-se excluir dois itens: identificou-se que o cód. lat. class. II 61 da Biblioteca Marciana (Veneza) consiste em cota antiga do já computado cód. lat. class. VII 4 da mesma instituição e que o cód. CCI (205) do Mosteiro de Santa Scolastica (Subiaco) contém a obra de Isaac de Stella (Migne, 1855, col. 1713), e não de Isaac de Nínive. Deve-se corrigir também a localização do códice de cota Fondo Conv. Soppr. 399, que não se encontra na Bibl. Nac. Central de Florença, mas sim na Medicea Laurenziana na mesma cidade. Além dos 98 registrados anteriormente, foram identificados mais 7 recentemente: Bibl. S. Convento (Assis), 593, séc. XIV, ff. 78v-80v; Bibl. Riccardiana (Florença), Ricc. 434, séc. XIV, ff. 195r-263r; Bibl. Municipal (Mainz), I 306, séc. XIV-XV, ff. 154v-161v e 168v-170r; Bibl. Universitária (Gênova), A.III.24, séc. XV, ff. 20r-20v; Biblioteca Civica (Pádua) C.M. 75, s. XV (primeiro quarto); Bibl. (Gdańsk), Mar. F. 228, séc. XV (princ.), ff. 132r-161r; e Bibl. Municipal (Metz), 624, [s.d.], ff. 129r-130v (foliação moderna, ff. 124r-125r). Às 12 edições impressas listadas no referido estudo, deve-se acrescentar uma outra: Marguerin de la Bigne, *Magna Bibliotheca Veterum Patrum et Antiquorum Scriptorum Ecclesiasticorum*, Paris, 1644, t. V, coll. 483-532.

A tradição latina manuscrita é composta por testemunhos que apresentam diferenças em termos da *integralidade* do texto, da presença de *seções agregadas* e da *ordenação de capítulos*.

No que se refere à integralidade do texto, é possível reconhecer as seguintes situações:

a) versão *integral*: versão integral do texto da tradução latina correspondendo a 28 capítulos da tradução grega (p. ex., cód. 311 da Biblioteca de Arezzo); ou

b) versão *não integral*: versão do texto com falta de alguma parte.

A versão não integral, por sua vez, pode apresentar-se como tal em função da:

a) ausência contínua de capítulos a partir de certo ponto do texto (p. ex., cód. 489 da Bibl. S. Convento de Assis, com interrupção ao final do c. 17);

b) ausência descontínua de capítulos inteiros ao longo do texto (p. ex., cód. A IX 91, da Biblioteca Universitária da Basileia, com ausência de 6 capítulos inteiros);

c) ausência de trechos distribuídos ao longo de diferentes capítulos do texto (p. ex., cód. CXXIV/2-8d da Biblioteca Pública de Évora);

d) seleção de poucos ou apenas um capítulo (p. ex., cód. XIV G 17 da Biblioteca Nacional de Praga, com apenas o capítulo final);

e) seleção de poucas ou apenas uma frase (p. ex., cód. GB 8º 155 do Arquivo Histórico da Cidade de Colônia, com apenas uma frase da obra).

Além dessas diferenças, os textos se distinguem em função da presença de seções agregadas (Cambraia, 2020, p. 17), que podem ser:

a) índice (ausente, no início ou no final);

b) dedicatória (ausente, no início ou no final);

c) prólogo (ausente, tipo 1, tipo 2, tipo 3);

d) interpolação de texto de João Cassiano (ausente ou presente);

e) apêndice com frases de origem diversa (ausente ou presente); e

f) versão condensada da obra (ausente, tipo 1 ou tipo 2).

É também digno de menção que os textos se diferem em termos de ordenação de alguns capítulos específicos: o capítulo iniciado por *Fortitudinem*, p. ex., aparece deslocado para o final em alguns testemunhos (p. ex., cód. Plut. LXXXIX/96 da Bibl. Med. Laur. de Florença).

Em função da atuação de todas essas variáveis, são diversas as versões existentes da tradução latina da obra de Isaac de Nínive. No estado atual do conhecimento da tradição latina, no entanto, não é possível precisar quais testemunhos se encaixam exatamente em cada categoria, seja porque não foi possível o acesso à cópia de todos os testemunhos, seja porque não há informação suficiente nos catálogos que os registram. Com base nos dados disponíveis até o momento, os 105 testemunhos localizados parecem distribuir-se em 54 integrais, 40 não integrais e 11 sem informação segura quanto à extensão.

No presente trabalho, apresenta-se uma edição paleográfica de nove dos testemunhos não integrais (a que se podem chamar genericamente de *fragmenta latina*). O critério de escolha desses testemunhos para serem editados aqui foi principalmente pragmático: trata-se de testemunhos a cuja cópia foi possível ter acesso e que estão dentre os mais curtos.

## 2 NORMAS DE EDIÇÃO

Serão aplicadas neste trabalho as normas de edição paleográfica propostas por Cambraia (2005b, p. 129-130), com algumas adaptações em função de se tratar de texto em latim, tal como procedeu Laranjeira (2018), e de haver limitação de espaço:

a) *Caracteres alfabéticos*: Transcrição como caracteres romanos redondos, reproduzindo-se as diferenças de módulo. Uniformização dos alógrafos contextuais segundo a forma mais moderna. Quando houver mais de um tipo de caractere no modelo (como, p. ex., capitulares), informa-se em nota. *F* duplo em início de período foi considerado como sendo uma única maiúscula.

b) *Sinais abreviativos*: Desenvolvimento de todos com base nas formas por extenso presentes no modelo, transcrevendo em itálico os caracteres acrescentados em substituição ao sinal abreviativo. Foram considerados sinais especiais os sinais abreviativos sobrescritos em forma de traço vertical com curva na parte superior (e não como *i* sobrescrito) e o traço em forma de curva aberta para cima (e não como *u* sobrescrito).

c) *Diacríticos*: Sem transcrição.

d) *Sinais de pontuação*: Transcrição fiel segundo as formas presentes no modelo. Por questões técnicas, casos de barra inclinada com ponto no centro foram transcritos como barra seguida de ponto. Após sinal abreviativo no final de abreviatura, é comum ocorrer ponto, elemento que não foi transcrito quando se considerou que fizesse parte do sistema abreviativo, e não do sistema de pontuação.

e) *Caracteres de leitura duvidosa*: Transcrição entre parênteses redondos simples ( ).

f) *Caracteres riscados e apagados*: Transcrição entre chaves duplas { { } }.

g) *Caracteres nas entrelinhas*: Transcrição, já no ponto do texto pertinente, entre parênteses uncinados duplos << >>.

h) *Caracteres nas margens*: Transcrição, no ponto do texto pertinente, entre parênteses uncinados simples seguidos de chave simples <{>. Informação em nota, quando a marginalia não fizer parte do texto e estiver legível.

i) *Separação vocabular (intra- e interlinear)*: Reprodução fiel da separação interlinear, mas normalização da separação intralinear segundo a tradição lexicográfica da língua latina. Não foi transcrito hífen marcando separação interlinear, sendo transcrito ou inserido quando há mudança de fólio.

j) *Paragrafação*: Reprodução fiel.

k) *Inserções conjecturais*: Inserção dos elementos por força do contexto entre parênteses uncinados simples <> e por desgaste do suporte entre colchetes simples []. Variações linguísticas, sobretudo relacionadas à supressão de fonemas nasais, foram mantidas na transcrição.

l) *Supressões conjecturais*: Transcrição de erros que não sejam por repetição entre chaves simples { }.

m) *Mudança de linha*: Indicação com barra reta |.

n) *Mudança de fólio, face e coluna*: Informação no início da transcrição de cada face de fólio, em negrito e entre barras inclinadas: / /. Nos casos em que o texto não começa na primeira linha do fólio, indica-se o número da linha de início após a indicação da face do fólio.

o) *Mudanças de punho*: Informação em nota.

p) *Mudanças de tinta*: Transcrição de texto originalmente em rubrica em negrito. Iniciais ornadas com cor diferente (vermelha ou amarela) foram representadas na transcrição com negrito. Nos casos de cópia de testemunho em preto e branco, a identificação de rubrica foi feita com base na diferença de tonalidade.

q) *Qualquer outra particularidade*: Informação em nota.

r) *Indexação*: Indicação da correspondência dos textos editados com a versão da *Patrologia Graeca (PG)* de Migne (1865) em nota, informando-se capítulo (c.), coluna (col.) e linha (l.).

Considerando que as descrições codicológicas dos testemunhos que serão editados aqui estão atualmente, na sua maioria, disponíveis *on-line*, serão apresentados apenas apontamentos codicológicos mínimos para cada testemunho.

### 3 EDIÇÃO

#### 3.1 Cód. XIV G 17, Biblioteca Nacional (Praga), ff. 14va-15rb

**Apontamentos codicológicos e paleográficos**: Papel – s. XIV (2ª met.) – I + 207 ff. num. – 20,5 × 15 – Proprietários: nota indicando o Mosteiro da Casa dos Cânones Regulares de Santo Egidio em Witignaw, i. é, Třeboň, datável do séc. XIV (margem superior do verso do plano anterior); *ex-libris* de Pedro Vok de Rosemberg datado de 1609 (verso do plano posterior); nota indicando a Biblioteca dos Cânones Regulares de Santo Agostinho de Třeboň datada de 1718 (margem superior do f. 2r), Biblioteca Nacional da República Tcheca – Origem: Mosteiro agostiniano de Třeboň (no sudoeste da República Tcheca) – Descrição completa: Truhlář (1906, p. 333-334) –

Foliação original em romano convertida para a correspondente em arábico na transcrição – Há certa oscilação no uso de *a* bastardo e uncial, diferença que foi uniformizada em uma só forma de *a* na transcrição.

**Transcrição:** /f. 14va32/ **HJc**<sup>2</sup> ordo est sobrius *et* deo amabilis | Non respicere oculis hinc inde / *sed* | *semper* ante se **N**on ociosa verba loqui *sed* tantum | neccessaria / **I**ndumentis vilibus contentum esse | ad neccessitatem corporis / *et* sic cibus ad sus|tentacionem corporis vti ut non castrimar|gie *seruiatur et participare parum* de omnibus | *et* non reprobare hoc *et* eligere hoc **N**ec imple|at ex ipsis ventrem **M**aior est enim omni | virtute discrecio Vinum propter infirmitatem aut | debilitatem non sumere / **N**on prescindas verbum | loquentis sicut indoctus *sed* respondeas sicut /f. 14vb/ prudens<sup>3</sup> **T**acitus esto vbicumque fueris | inventus **M**inorem te ipsum existima *et* ser|uum fratrum tuorum **N**ec denudes coram | aliquo aliquid membrorum tuorum / **N**ec appro|pinques corpori alicuius preter neccessitatis | causam **N**ec corpori tuo permittas aliquem | approp<<in>>quare ut dixi nisi ex rationabili causa | Declina a fiducia mulierum sicut a mor|te **P**osside sobrium ordinem sompni | ne elongetur a te virtus que te custodit | **I**n quocumque loco dormiens si possibile | est nullus te uideat **S**i venient tibi | tussis sedenti in mensa verte faciem tuam | retro *et* sic tussica **C**um sobrietate comede | *et* bibe sicut decet filios dei **N**e exten|das manum tuam ut accipias a conspectu | proximi quid inuerecunde uel presumptuose | **S**i autem sederit tecum extraneus annue ei | semel . *et* bis ut comedat *et* ordinate | pone mensam /non turbulente *sed* honeste | **N**on denudans quid membrorum tuorum | **C**um oscitas os tuum aperi / Retine sus|piria si potes **S**i intraueris cellam pre|ceptoris tui aut amici uel dissimilis | caue ne uideas aliquid ibi / **S**i vero co|actus non fueris hoc non facias quia qui | in hijs est assiduus alienus est a monastico | habitu *et* christo qui hunc donauit **N**e res|picias loca vbi sunt uasa abscondita | celle amici tui **C**um tranquillitate oscium | *et* claude silenter similiter proximi tui **E**t | non subito ad aliquem introeas *sed* pulsans | exterius *et* permissus ingredi **N**e sis ve|lox in gressu tuo preter causam neccessariam | te compellentem **E**sto omnibus obediens | in omni tempore preter quam ad auaros *et* ama|tores possessionum uel seculares hos | non requaris ut non fias opus dya|bolicum **M**ansuete cum omnibus tracta *et* cum | sobrietate *et* honestate omnes aspice **E**t | non impleas oculos tuos alicuius rei | **A**mbulans in uia non preuenias ma|iore te **S**i autem tardauerit socius tuus /f. 15ra/ parum progrediens exspecta eum **Q**ui enim | non facit sic insipiens est **Q**uando socius | tuus loquitur obuiantibus exspecta eum **S**anus | dicat infirmanti ante tempus faciamus neccessi|tatem **N**ec arguas aliquem in aliquo . *sed* | te ipsum in omnibus existima culpabi|lem *et* debitorem **O**mne opus vile iussus | cum humilitate facere non recuses **S**i coac|tus fueris ridere non appareant dentes | tui **S**i compulsus fueris loqui cum muliere | verte faciem tuam ne uideas eam *et* sic cum | ea loquere / **A** monialibus fuge sicut ab | igne *et* laqueo dyabolis *et* obuiacionem earum *et* | colloquacionem *et* uisionem ut non colorent cor | tuum sordibus viciorum quamuis sint soro|res tue secundum carnem sicut <<ab>> extraneis te cus|todit **A** fiducia iuuenum *et* locucione | fuge sicut ab amicitia dyabolis **V**num habe | colloquorem timentem deum *et* se ipsum cus|todientem **P**auperem quidem in thaber|naculo suo {{sed}} <<et>> diuitem in misterijs dei | ab omnibus absconde misteria tua opera|ciones *et* prelia **N**e sedeas coram aliquo sine | habitu tuo preter neccessitatem **C**um sobrietate | ad neccessariam curam egredere sicut verecundans |

<sup>2</sup> <H> capitular rubricado.

<sup>3</sup> Na margem superior desta coluna há texto que pertence à obra de Hugo de São Victor (Migne, 1854, col. 888, ll. 17-18 e 25-28): <Infirmi mundi elegit deus *et* ignorabilia *et* co<n>tempcibilia | quoniam ipse qui diues est in gloria sua pauper factus est pro | n[obis] non diuicibus *sed* pauperibus dignatus est sociari>.

custodiente te angelo *et cum timore profi|ciscere / Melius est tibi comedere venenum | mortiferum quam cum muliere comedere quamuis | sit mater uel soror tua . Melius est habita|re cum dracone quam dormire cum aliquo | et cooperiri cum eo quamuis sit tibi frater secundum | carnem Si dixerit tibi ambulanti in {{vi|a}} . maior itinere quis maior te / veni | ut psallamus noli esse inobediens ei | Si autem non dixerit / lingua quidem ta|ce corde vero deum glorifica Ne resistas | alicui pro aliquo facto Nec certes nec men|cians nec iures per nomen dei tui | despice te ipsum et alios non despicias | Iniurias sustine et nemini iniuriam | feceris Melius est corporalia corrumpi cum | corpore quam dampnificari quid anime In iu|dicio cum aliquo non introeas sed sustine | condempnatus incondepnabilis existens /f. 15rb/ Ne diligas anime tue aliquid seculare | sed subditus esto ducibus principibus | et a conuencione ipsorum abstine te ipsum Ipsorum | namque conuersacio est illaqueans negli|gentes in perditione O gulam qui propriam | queris curare gulam Melius est tibi mittere | in ventrem <{tuum}> carbones ignis quam frixu|ras ducum et principum Superfunde tibi | super omne oleum misericordie et esto obseruans | te ab omnibus A multiloquio te ipsum custo|di Jllud enim extigwit in corde mo|ciones intellectuales a deo pululantes | Fuge docmatizare cum prelati|s ecclesie | aut cum alijs sicut a lloqucione audaci | Et in plateis iracundorum aut compugnancium ne transeas ut non impleatur cor | tuum furore et detur anime tue furoris | obscuritas Ne habites cum superbo ut | non sancti spiritus operacio auferatur ab anima | tua et efficiaris habitaculum omnium viciorum | Has deposiciones si seruaueris o homo | et custodieris te ipsum semper in meditacione | dei in veritate videbit anima tua in se|met ipsa anime christi et in seculum seculi non tenebrescet illi gloria in secula seculorum amen<sup>4</sup> | {{Explicit dictum ysaac abbatis syrie | de informacione iuuenum ex ultimo capitulo | libri sui de xij sermonibus}}<sup>5</sup> : — . : —*

### 3.2 Cód. M I 159, Biblioteca Científica (Olomouc), ff. 20r-20v

**Apontamentos codicológicos e paleográficos:** Papel – s. XV (último terço) – I + 248 + III ff. – 22 × 15,5 – Origem: Parcialmente oriundo de Litoměřice (no noroeste da República Tcheca) – Descrição completa: Boháček e Čáda (1994) – Foliação moderna em arábico – Os sublinhados no manuscrito, sempre em rubrica, foram registrados na transcrição – Alguns pontos e barras estão em rubrica, aspecto que não foi marcado com negrito na transcrição – Na margem externa do f. 20v há dois comentários que não puderam ser devidamente decodificados e, portanto, não foram transcritos.

**Transcrição:** /f. 20r20/ Tractatus beati Bernardi de directione vite Jncipit | HJc<sup>6</sup> ordo est sobrius et deo amabilis non respicere oculis hinc inde . sed respicere | ante se . hoc est cogitaciones iactare in deum Et sic respicere . est . non ociosa verba | loqui . sed tantum necessaria Jndumentis contentum esse ad necessitatem corporis . et sic cibis | ad sustentacionem corporis vti n{ec}on castrimargie seruiatur . Et participare de omnibus parum | et non reprobare et hoc eligere . nec impleat ex ipsis ventrem . Maior est enim omni virtute | discrecio . Vinum preter infirmitatem aut debilitatem non sum<er>e . Non prescindas verba loquentis vt | indoctus . sed respondeas sicut prudens . Tacitus esto vbicumque fueris inuentus cum (operlicet) / Minorem | te ipsum existima et seruum fratrum tuorum . nec denudes coram aliquo aliquid membrorum tuorum / | nec appropinques

<sup>4</sup> PG 86, c. LIII, coll. 883 (l. 20) – 886 (l. 9).

<sup>5</sup> Escrito por outro punho em letra gótica quadrada e riscado de vermelho.

<sup>6</sup> <H> capitular rubricado.

corpori alicuius nisi propter necessitatis causam . nec corpori tuo permittas aliquem appropinquare | vt dixi nisi ex rationabili causa / Declina a fiducia mulierum sicut a morte / posside | sobrium ordinem somni / . ne elongetur a te virtus que te custodit In quocumque loco dormiens | si possibile est nullus te videat Si venient tibi tussis in mensa sedenti verte faciem tuam | retro et sic tussita Cum sobrietate comede et bibe sicut decet filios dei . Ne extendas manum tuam vt accipias in conspectu christi tui quid inuere <cum> de et presumptuose Si autem sederit tecum extraneus annue ei semel uel bis vt comedat et ordina te et pone | mensam non turbulente . sed honeste . non denudas aliquid membrorum tuorum Cum osci- / f. 20v / -tas os tuum aperi . retine suspiria si potes . Si intraueris cellam preceptoris tui aut | amici uel dissimilis caue ne videas aliquid ibi . Si vero coactus non fueris hoc non facias | quia qui in hijs est assiduus alienus est a monastico habitu et christo qui hunc donauit . Non respicias | loca vbi sunt uasa reposita vel abscondita celle amici tui Et non subito aliquo | introeas . sed pulsans exterius et permissus ingredi ne sis velox in ingressu tuo / nisi | propter causam necessariam te compellentem Esto omnibus obediens in bono et omitte plus quam auaritia Auaros uel amatores possessionum uel seculares hos non sequaris vt non fias | opus diaboli / Mansuete cum omnibus tracta et cum sobrietate et honeste omnes accipe Et | non impleas oculos tuos alicuius re Ambulans in via non preuenias maiorem te | in dignitate Si autem tardauerit socius tuus parum progrediens expecta illum Qui enim | non sic inspiciens est insipiens . cum socius tuus loquitur ab amantibus expecta eum | Sanus dicat infirmanti / ante tempus faciamus necessitatem / nec arguas aliquem in aliquo sed te ipsum | in omnibus existima culpabilem et debitorem Omne opus utile iussus cum humilitate facere | non recuses quo ad hospitalitatem Si coactus fueris ridere non appareant dentes tui | Si compulsus fueris loqui cum muliere . verte faciem tuam ne videas eam et sic cum ea loquere | A monialibus fuge sicut ab igne et laqueo diaboli / et obuiacionem earum collocacionem et | visionem vt non colorent cor tuum sordibus viciorum quamuis sint sorores tue secundum carnem sicut ab | extraneis te custodi A fiducia iuuenum et collocacione fuge sicut ab amicitia diaboli | Vnum habe collocutorem timentem deum et se ipsum custodientem / pauperem quidem in tabernaculo suo et diuitem in ministerijs dei Absconde ministeria tua operationes et prelia ne seideas coram aliquo sine habitu tuo preter necessitatem Cum sobrietate ad necessariam causam vitam egredere | sicut verecundus custodiens te angelo et cum timore proficere / Melius est tibi comedere venenum | mortiferum quam cum muliere comedere quamuis sit mulier vel soror tua / Melius est habitare cum | dracone quam cum aliquo <et> cooperiri . cum <eo> quamuis sit tibi frater secundum carnem Si dixerit tibi ambulanti | in itinere quis maior te Veni vt psallamus noli esse inobediens ei Si autem non dixerit / | lingua quidem tace corde vero deum glorifica (R)es vires per nomen dei tui despice te ipsum | et alios non despicias Iniurians sustine et nemini iniuriam feceris / Melius est c<or>poralia | corumpi cum corpore / quam damnificare quid anime . In iudicio cum aliquo non introeas sed sustine | condemnatus in condemnabilis christus / ne diligas aliquid anime tue seculare . sed subditus esto | ducibus et principibus / a conuencionem ipsorum abstine te ipsum Ipsum namque conuersacio est illaqueis | negligentes in predicacione / O gulose qui propriam queris curare gulam / Melius est mittere tibi | in ventrem tuum carbonem ignis quam frixuras ducum et principum Superfunde tibi | super omne oleum olei<sup>8</sup> misericordie et esto obseruans te ab omnibus / a multiloquio te ipsum custodi Illud | enim extinguit in corde mociones intellectuales a deo per vllulantes Fuge dogmatisare cum | prelati ecclesie aut cum alijs alloquio audaci et in plateis iracundorum aut compugnancium non | transeas vt

<sup>7</sup> O copista parece não ter entendido o modelo: registrou como (R)es vires o que deveria ser Nec iures.

<sup>8</sup> O e está incompleto.

*non impleatur* cor tuum furore et *detur anime* tue obscuritas / **Ne habites** | *cum superbo* vt non *spiritus sancti* operacio auferatur ab *anima* tua / *efficiaris habitaculum omnium* virtutum / **Has** | *deposiciones* si seruaueris **O homo** si *custodieris* te *ipsum* in meditacione dei in *veritate* videbit *anima* | tua in semet ipsa *lumine christi* et in *seculum seculi* obtinebis restet illi *gratia* in *secula seculorum* amen<sup>9</sup> | **finis huius**

### 3.3 Cód. 996, Biblioteca Mazarina (Paris), ff. 163r-164v (ff. 176r-177v)

**Apontamentos codicológicos e paleográficos:** Papel – a. 1516 – 6 + 244 ff. – 17,1 × 12,3 – Copista: Johannes Nicolay (*alias* Apchon) da Ordem Menor do Convento franciscano de Troyes (f. 244r e verso da capa final) – Descrição completa: Molinier (1885, t. I, p. 495-499) – Foliação original em romano e moderna a lápis em arábico (com 13 a mais de diferença): adotou-se a moderna na transcrição – Ao final da linha, costuma haver barra inclinada, mesmo quando há separação intravocabular, caso em que a barra não foi transcrita.

**Transcrição:** /f. 176r12/<sup>10</sup> ¶<sup>11</sup> Sequitur secundus tractatus a beato ysaac editus . | **HJc**<sup>12</sup> est ordo sobrius et deo amabilis **N**on respicere oculis hinc | et inde / *sed* semper ante se / non ociosa verba proferre / *sed tantum* | necessaria **I**ndumentis vilibus contentum esse ad necessitatem corporis / | et sic {{i}} cibis ad sustentationem corporis vt / *non* castrimargie et parti|cipare parum de *omnibus* / et non hoc reprobare / et hoc eligere / ut | impleat ex *ipsis* ventrem suum **M**ajor est enim *omni* virtute discrecio . | **V**inum preter infirmitatem aut debilitatem non sumere **N**on pre|scidas verbum loquentis / *sed* sicut indoctus respondeas / *sed* sicut prudens | tacitus esto . **V**icumque inuentus fueris / *minorem* te *ipsum* estima / et ser|uum fratrum tuorum . **N**e denudes coram aliquo aliquod membrorum | tuorum / nec appropies corpori alicuius / preter necessitatis causam . | nec corpori tuo permittas aliquem appropinquare / nisi ut dixi causa | rationabili . **D**eclina a fiducia sicut a morte **P**osside sobrium or|dinem sompni / ut ne elongetur a te virtus que te custodit **Q**uocumque | loco dormieris / si possibile est / nullus te videat **S**putum coram a|liquo ne proicias **S**i euenerit tibi tussis sedenti ad mensam / ver|te faciem tuam retro et sic tusse . **C**um sobrietate comede et bibe / | sicut decet filios dei / nec extendas manum tuam ut accipias a cons|pectu proximi tui quid inuerecunde uel presumptuose **S**i autem | sederit tecum extraneus / *annue* eum semel et bis ut comedat / et | ordinate pone mensam **N**on turbulente / *sed* ordinate sedeas et *honeste* / /f. 176v/<sup>13</sup> *non* denudans quid *membrorum* tuorum **C**um obsitas aperi os tuum ne | videaris / *retinens* enim aspirationes transiet . **S**i intraueris cellam | preceptoris tui / aut amici tui / uel discipuli / caue ne videas ali|quid ibi **S**i vero coactus non fueris / hec non facias / quia qui | in hiis assiduus est / alienus est monastici habitus et *christi* | qui hunc donauit **N**e respicias loca / in quibus abscondita sunt ua|sa celle amici tui / cum tranquillitate aperi hostium proximi | tui / et claude similiter **N**on subito ad aliquem introeas / *sed* pul|sans exterius et permissus ingredi . **N**e sis velox in gressu | tuo / preter causam necessariam te compellentem **E**sto *omnibus* obe|diens / et in *omni* tempore / preter auaris aut amatoribus posses|sionum / aut secularibus / hos *non* sequaris / ut *non* fias

<sup>9</sup> PG 86, c. LIII, coll. 883 (l. 20) - 886 (l. 9).

<sup>10</sup> Na margem superior por punho diferente: < ¶ monachorum . ¶ Folium . clxiiij . > (primeiro caldeirão em azul e segundo em rubrica). Refere-se ao texto precedente, intitulado *Speculum Monachorum*.

<sup>11</sup> Caldeirão em azul.

<sup>12</sup> <H> capitular rubricado.

<sup>13</sup> Na margem superior por punho diferente: < ¶ De honesta uita . > (caldeirão em rubrica).

opus dia|bolicum **M**ansuete cum *omnibus* tracta / et cum sobrietate et hone|state  
*omnes* aspice / et ne impleas oculos tuos aspectu alicuius rei / | **A**mbulans in via / ne  
 preuenias maiorem te / si autem tarda|uerit socius tuus / parum egrediens expecta  
 eum / qui enim *non* | sic facit / insipiens est **Q**uando loquitur socius tuus obuiantibus  
 | expecta eum **S**anus dicat infirmanti / ante tempus faciamus ne|cessitatem **N**e arguas  
 aliquem in aliquo delicto / *sed* te ipsum in *omnibus* | presumas culpabilem et delicti  
 causam esse **O**pus vile cum *omni* | humilitate facere ne recuses **S**i coactus fueris ridere  
 / *non* appare|ant dentes tui **C**ompulsus loqui cum muliere / auerte faciem | tuam a  
 visione eius / et sic cum ea loquere . **A** monialibus fuge | sicut ab igne / et ut laqueo  
 diaboli fuge obuiationem earum / | et collocutionem / et uisionem / ut *non* colorent  
 cor tuum sordibus viciorum . | *quamuis* sint sorores tue *secundum* carnem sicut ab  
 extraneis te custodi . | **A** fiducia iuuenum et allocutione fuge sicut ab inimicia diaboli  
 | vnum habe collocutorem et consciuum secretorum et timentem deum / et | se ipsum  
 custodientem / pauperem quidem existentem in tabernaculo | suo / diuitem vero in  
 ministeriis dei **A**b omnibus absconde *ministe*|ria tua / et tuas operationes et prelia .  
**N**e sedeas coram aliquo | *sine* habitu tuo / preter necessitatem **C**um sobrietate ad  
 necessaria | tua egredere sicut verecundans / custodiente te angelo / et cum ti|more<sup>14</sup>  
 dei perface **M**elius <<est>> tibi comedere venenum mortiferum / *quam* cum | muliere  
 comedere / *quamuis* sit mater tua uel soror tua . **M**elius est | habitare cum dracone /  
*quam* dormire cum aliquo / et cooperiri cum eo / /f. 177r/<sup>15</sup> *quamuis* sit tibi frater  
*secundum* carnem **S**i dixerit quis maior te / tibi *am*|bulanti in itinere / veni psallamus  
 noli esse inobediens si autem *non* | dixerit / lingua tua quidem tace / corde vero deum  
 glorifica **N**e resi|stas alicui pro aliquo / nec certes nec mentiaris / nec iures per |  
 nomen dei tui . **D**espice te ipsum / ut alios non despicias **I**n iuriam su|stine / et aliis  
*iniuriam* non eroges **M**elius est corporalia corrumpi | cum corpore / *quam* dampnificare  
 quid *anime* **I**n iudicio cum aliquo non | introeas / *sed* sustine condempnatus  
 (in)dampnabilis existens **N**e dili|gas *anime* tue quid seculare / *sed* subditus esto ducibus  
 et principibus / | et a (*con*)iunctione ipsorum abstine te ipsum **J**pra namque illaqueatione  
 | illaqueas sunt negligentiores in perditione **O** gulose qui propriam | queris saturare  
 gulam **M**elius est tibi mittere in ventrem tuum | carbones ignis / *quam* frixaturas ducum  
 aut principum **S**uperinfunde | tibi super omne oleum *miseri*cordie / et esto observans te  
 in *omnibus* . **A** multi|loquio te ipsum custodi **I**llud enim extinguit in corde intentiones  
 intellec|tuales a deo pullulantes Fuge *dominari* cum prelati|s ecclesie / aut cum | aliis  
 sicut a leone mordaci . Et in plateis iracundorum aut *compugn*an|tium ne transeas / ut  
*non* impleatur cor tuum furore / et detur *anime* | tue erroris obscuritas **N**e habites cum  
 superbo / ut *non* *sanc*ti spiritus | operatio auferatur ab *anima* tua / et efficiaris  
 habitaculum *omnium* viciorum<sup>16</sup> | **Q**uam pulchra et laudabilis est dilectio proximi / *non*  
 sollitudo eius | extrahat nullus a dilectione dei<sup>17</sup> / *cum* requies et ociositas est per|ditio  
*anime* / et magis *quam* demones possunt nocere<sup>18</sup> **V**isio secularium | confusionem facit  
*anime* renitenti eam propter opus dei / *spiritualium* fratrum | assidua locutio nocet **I**tem  
*secularium* etiam sola visio exterior ope|rationem corporalem impedit<sup>19</sup> **N**e tristeris nec  
 conturberis in cale|factionibus corporis / post enim accipiet eas a te perfectio **N**e vincas

<sup>14</sup> Na margem externa: <Nota>.

<sup>15</sup> Na margem superior por punho diferente: < ¶ religiosorum . ¶ Folium . clxiii . > (primeiro caldeirão em azul e segundo em rubrica).

<sup>16</sup> PG 86, c. LIII, coll. 883 (l. 20) - 886 (l. 5).

<sup>17</sup> PG 86, c. LII, col. 881 (ll. 47-48).

<sup>18</sup> PG 86, c. LII, col. 882 (ll. 43-44).

<sup>19</sup> PG 86, c. LII, col. 882 (ll. 2-6).

| mortem / *quia dominus* te fecit super mortem<sup>20</sup> . **H**as depositiones si | seruaueris o homo / et custodieris te ipsum in meditacione rei et | veritate / videbit *anima* tua in semet ipsa lumen *christi* / et in *seculum non* | erubescet **J**psi honor et *gloria* in secula seculorum **A**men<sup>21</sup> . | ¶ Explicit secundus tractatus a beato ysaac editus . | ¶<sup>22</sup> Sequitur tertius tractatus eiusdem **D**e honesta vita *religiosorum* . /f. 177v/<sup>23</sup> **D**Ecet<sup>24</sup> enim monachum in *omnibus* esse formam vtilitatis videntibus | eum et ex multis virtutibus eius fulgentibus sicut radij | prospicientes inimici veritatis / et etiam inuiti confiteantur quod | sit spes *christianis* certa salutis / et tanquam ad refugium vndique concurrant | ad eum . ut cornu ecclesie exaltetur contra inimicos suos / et multi mo|ueantur ad {{ve}} virtutis zelum / et recedant a *seculo* **J**psequae fiat ve|nerabilis / ex pulchritudine conuersationis sue . **C**onversatio | etenim {{monasticha}} monastica / gloria est ecclesie ihesu *christi* . **D**ecet | vtique monachum habere pulchros gestus / ex *omni* parte sui propter visio|nem {{sublimium}} visibilium / et certissimam priuationem rerum / *omnimod(o)* | carnis contemptum / altum ieiunium / constan{tan}tiam quietudinem / | temperantiam sensuum / visus custodiam / *omnique* vitiorum **J**n rebus | huius *seculi* abstinenciam / breuitatem in verbis / in multorum recor|datione munditiam / cum discretione simplicitatem . **S**cire quod hec | vita superflua sit et inanis / et quod prope est illa vita spi|ritualis et vera **N**on ligare amiciciis et vnioni alicui *hominum* | **H**abere locum habitationis tranquillum / fugere *homines* / et indesin(a)nter | permanere in orationibus . **N**on habere ambitionem / nec gaudere | e(nc)eniis / nec ligare se ipsum huic vite **T**emptationes viriliter | sustinere / **A**lterari a mundanis affectibus / et interrogationem | rerum ipsarum non curare **C**ontinue meditari in regione ve|ritatis . **H**abere vultum pallidum et rugosum / lacrimari nocte dieque | **E**t plus hiis *omnibus* custodire propriam castitatem **E**sse mun|dum ab ingluuie ventris / et a paruis et a magnis<sup>25</sup> . | ¶<sup>26</sup> Explicit tertius tractatus de honesta vita.

### 3.4 Cód. C 631, Biblioteca Universitária (Uppsala), ff. 333v-334r e 335v

**Apontamentos codicológicos e paleográficos:** Papel e pergaminho – depois de 1416 – 355 ff. – 22 × 15,5 – Copista: Johannes Johannis (1404-1440), monge do Mosteiro de Vadstena, da Ordem de Santa Brígida – Descrição completa: Andersson-Schmitt, Hallberg e Hedlund (1993, p. 164-176) – Paginação original com elemento alfabético e algarismo romano e foliação moderna a lápis em arábico: adotou-se a moderna na transcrição – Há, entre os ff. 334v e 335r, cópia de parte do c. 14 do livro terceiro dos *Diálogos* de São Gregório (Migne, 1849, col. 244, l. 31- col. 248, l. 45), com relato histórico da vida de Isaac de Antioquia (ff. 334v e 335r27); um comentário de origem não identificada (f. 335r28-31); e parte do c. LVII da primeira parte da *Vita Christi* do Ludolfo da Saxônia (Saxonia, 1870, t. II, p. 521), apesar de constar na margem interna *Augustus* (f. 335r32-40) – O *n* de *amen* apresenta forma diferenciada, provavelmente assinalando final de seção, mas foi uniformizado na transcrição – Dada a dificuldade de diferenciar ponto pertence ao sistema de abreviação e ao de pontuação, mantiveram-se na transcrição todos os pontos.

<sup>20</sup> PG 86, c. LII, col. 883 (ll. 14-17).

<sup>21</sup> PG 86, c. LIII, col. 886 (ll. 5-9).

<sup>22</sup> Caldeirão em azul.

<sup>23</sup> Na margem superior por punho diferente: < ¶ De honesta uita . > (caldeirão em rubrica).

<sup>24</sup> <D> capitular rubricado.

<sup>25</sup> PG 86, c. XXIV, coll. 851 (l. 54) - 852 (l. 26).

<sup>26</sup> Caldeirão em azul.

**Transcrição: /f. 333v/ Jnformacio Nouiciorum et juuenum optima doctrina<sup>27</sup> | Hic<sup>28</sup> est ordo sobrius et deo amabilis . non respicere oculis hinc | inde sed semper ante se . Non ociosa verba loqui . sed tantum neccessaria Jndu | mentis vilibus contentum esse ad neccessitatem corporis . Et sic cibis corporis | vti . ut non castrimargie seruiatur . et participare parum de omnibus et non repro | bare hoc et hoc eligere . nec impleat ex ipsis ventrem . Maior est enim . | omni virtute discrecio . Vinum preter infirmitatem aut debilitatem non sumere . Non | prescindas verbum loquentis . et sicut indoctus respondeas . sed sicut prudens . | Tacitus esto vbicumque fueris inuentus . Minorem te <<ipsum>> existima . et seruum fratrum tuorum | Nec denudes coram aliquo . aliquid membrorum tuorum Nec appropinques corpori | alicuius preter neccessitatis causam . Nec corpori tuo permittas . aliquem appropinquare | vt dixi nisi ex rationabili causa . Declina a fiducia mulierum sicut a morte<sup>29</sup> . | Posside sobrium ordinem sompni . Ne elongetur . a te virtus que te custodit Jn | quocumque loco dormieris si possibile est . nullus te videat Si venierit tibi tussis | sedenti in mensa . verte faciem tuam retro et sic tussias Ne extendas manum<sup>30</sup> | tuam ut accipias a conspectu proximi tui . quid inuerecunde vel presumptuose . | Si autem sederit tecum extraneus annue ei semel et bis ut comedat . Et ordinate | pone mensam . non turbulente sed honeste . non denudans quid membrorum tuorum . | Cum oscitas os tuum operi Retine suspiria si potes Si intraueris cellam . | preceptoris tui aut amici vel . dissimilis . caue ne videas aliquid ibi Si | vero coactus non fueris hoc non facias . quia qui in hiis est assiduus alienus est . | a monastico habitu et christo hunc qui donauit Ne respicias loca . vbi sunt | vasa abscondita celle amici tui . Cum tranquillitate aperit hostium et | claude silenter . similiter proximi tui . et non subito ad aliquem . introeas sed pul | sans exterius et permissus . ingredi . Ne sis velox in gressu tuo preter causam neccessariam | te compellentem . Esto omnibus obediens in omni opere . preter quam ad auaros . vel | amatores possessionum vel seculares hos non sequaris ut non fias opus | dyabolicum Mansuete tamen tracta . cum et sobrietate et honestate omnes | aspice . et non impleas oculos tuos aspectu alicuius rei . Ambulans in . | via non preuenias maiorem Si autem tardauerit socius tuus parum progrediens ex | specta eum . qui enim non facit sic insipiens est . Nec arguas aliquem in aliquo . | sed te ipsum in omnibus existima culpabilem et debitorem . Omne opus vile iussus | cum omni humilitate . facere non recuses . Si tactus fueris ridere non appareant | dentes tui / . Si compulsus fueris loqui . cum muliere verte faciem tuam . ne vide | as<sup>31</sup> eam . et sic cum ea loquere / . A monialibus fuge sicut ab igne et laqueo | dyaboli . et obuiacionem earum et colloqucionem . et visionem . vt non colorent | cor tuum . sordibus viciorum Quamuis sint sorores tue secundum carnem . sicut | ab extraneis te custodi . / A fiducia juuenum loquacione . fuge sicut ab amicitia | dyaboli . Vnum habe colloquorem . et consiliatorem timentem deum et se ipsum custo | dientem . pauperem quidem existentem in tabernaculo suo . et diuitem in misteris dei . /f. 334r/ Ab omnibus absconde misteria tua . operationes et prelia . Ne sedeas coram aliquo . | sine habitu tuo preter neccessitatem . Cum sobrietate ad neccessariam curam egredere | sicut verecundans custodiens te angelo et cum timore proficiscere Melius est | venenum mortiferum quam cum muliere comedere . quamuis sit mater vel soror tua . | Melius est habitare cum dracone quam dormire cum aliquo et cooperiri cum eo quamuis | sit tibi frater . secundum carnem Si dixerit tibi ambulanti in itinere quis maior Veni ut psal | lamus noli esse inobediens ei . Si autem non dixerit . lingua quidem tace . corde vero | deum**

<sup>27</sup> Na margem superior: <Jeiunes . vigiles . (s)icis sic rerc(?)ta cures>.

<sup>28</sup> <H> capitular rubricado.

<sup>29</sup> Na margem interna: <nota>.

<sup>30</sup> Na margem externa: <Nota>.

<sup>31</sup> Na margem externa: <Nota>.

glorifica **N**e resistas alicui *pro aliquo facto* nec certes . non menciariis nec | iures per nomen dei tui . **D**espice te ipsum *et alios non despicias* **I**njurias | sustine *et nemini iniuriam facias* **M**elius est corporalia cum corrumpi corpore . | *quam dampnificare quid anime* . **I**n iudicio cum aliquo ne introeas sustine *condempnatus* . | *incondempnabilis existens* **N**e diligas *anime* tue aliquid *seculare sed* subditus esto ducibus | *et principibus et a conuencione ipsorum* abstine te ipsum **I**psorum namque *conuersacio est* . illaqueans | *negligentes in perdicione* / **O** gulose qui *propriam* queris curare gulam . melius est tibi<sup>32</sup> | *mittere in ventrem tuum carbones ignis quam* frixuras ducum *et principum* . **S**uper|funde tibi super omne oleum *misericordie* . *et esto obseruans te ab omnibus / a multiloquio te ipsum* . | *custodi* . illud enim *extinguit in corde mociones intellectuales a deo pullulantes* . | **F**uge *docmatizare* . cum *prelatis ecclesie* . aut cum aliis *sicud* . a *loqucione audaci* **E**t in | *plateis iracundorum aut compugnancium* ne transeas vt non *impleatur cor tuum* furore . | *et detur anime tue furoris obscuritas* . **N**e habitas cum superbo vt non *sancti spiritus operacio* . | *auferatur ab anima tua . et efficiaris habitaculum omnium viciorum /* **H**as *deposiciones si ser|uaueris o homo . et custodieris te ipsum semper in meditacione . dei in veritate . videbit anima tua . | in semet ipsa lumen christi . et in seculum seculi non tenebrescet . christi gloria . in secula seculorum Amen*<sup>33</sup> | **N**unquam<sup>34</sup> turpis aut lasciuus sermo de ore monachi *egrediatur* . in hiis enim *signis | libidinosus . animus ostenditur . et per exteriorem hominem interioris hominis vicia | demonstrantur* . **M**onachus non desiderat *verborum frequenciam que de singularitate | censetur* . **M**onachus sit vigil sensibus *semper . nec vanis cogitacionibus polluat* . | **A**met *scienciam scripturarum et carnis scienciam non amabit* **M**onachus *qui christum | desiderat nil aliud dignatur respicere . sed per paradysum variarum scripturarum | poma decerpit . hiis vtitur deliciis . harum fruitur amplexu* **M**onachus | *habeat columbe simplicitatem . nec cuiquam machinetur dolum . Vita hominis sapientis . est . | meditacio mortis* **T**unc quid se monachum *judicet cum se minimum estimauerit | cunctis ¶ Pallor enim cum humilitate . et macies in facie decus est monachi . Si*<sup>35</sup> | *potueris iniuriari . et affici contumeliis et portare et tacere magna est hec | res super omnia alia estiens mandata . Monachus qui in teris possessiones | querit monachus non est . qui secundum deum est . sapiens est . et beatus est . beata communitio | diuinitatis et cogregacio virtutis et boni operis Amen*<sup>36</sup> . /f. 335v/ **J**mp<sup>37</sup> *propera tibi o frater semper dicens / O anima misera . dissolucio tua a corpore appropin|quauit quare delectaris in hiis que debes hodie derelinquere . et a quorum aspectu pri|uaberis in eternum . / Attende que sunt ante te et cogita que operata es quadia sunt . | Et in quibus conuersata es omnibus diebus vite tue Seu quis laborem operacionis | tue recepit . Et quem in pugna tua letificasti . vt exeat in occurso tuo tempore . | exitus tui . Quem eciam delectasti in cursu tuo ut in portu eius quiescas . Cuius gratia . | laborando te afflixisti ut peruenias ad eum cum gaudio . Quem acquisiisti | pro amico in futuro . ut in egressu tuo excipiat te . in cuius agro operata es . | Et quis debet tibi mercedem soluere . in occasu solis recessus . tui . Tu suscitare a temet | ipsa . o anima et vide / Quod si pertransisti agrum fructificantem . In amaritudinem | suis cultoribus clama et vocifera in gemitu et anxietate*<sup>38</sup> *que super sacrificia . | et holocausta placant dominum deum tuum*

<sup>32</sup> Na margem externa: <Nota>.

<sup>33</sup> PG 86, c. LIII, coll. 883 (l. 20) - 886 (l. 9).

<sup>34</sup> <N> capitular rubricado.

<sup>35</sup> Na margem externa: <Nota>.

<sup>36</sup> Trecho ausente da PG 86, c. LIII, col. 886 (l. 9): trata-se de adição composta de frases de origem variada presente em diversos outros testemunhos. Cf. a identificação da origem de cada frase em Cambraia (2018, p. 116-118).

<sup>37</sup> <J> capitular rubricado.

<sup>38</sup> Há um sinal abreviativo para sequência com *r* sobre esta palavra.

. **P**roducat os tuum dolorosas voces | quibus *sanchi* angeli del(*ectantur*)r tinge genas tuas lacrimis vt super te *spiritus* . | *sanctus* requiescat . **E**t abluat te a sordibus malicie tue . **F**ac tibi propiciam per | lacrimas . dominum ut ad te veniat / **I**nuoca Mariam et martham vt luctuo | sas voces te doceant . clama ad dominum<sup>39</sup> . { {hanc perutilem oracionem} } **l**egendo<sup>40</sup> | **D**omine<sup>41</sup> qui super *lazarum* plorasti . **E**t super eum . *compassionis* lacrimas / <<ef>>fudisti | suscipe lacrimas *amaritudinis anime* mee . **P**assionibus tuis *passiones* meas sana . **V**ulneribus tuis *medere* . vulnera mea . **S**anguine tuo *sanguinem* meum . | emunda . **E**t *contempera* corpori meo . viuifici corporis tui *ordinem* . **F**el quod | ab *inimicis* potatus es . *dulcem* reddat *animam* meam ab *amaritudine* quam *mibi* | *inimicus* aduersarius propinat **C**orpus tuum . quod in ligno *crucis* extensum est . extollat | ad te *mentem* meam . que a demonibus est *inferius* tracta . **C**aput tuum quod in *crucis* patibulo | *reclinasti* . erigat capud meum . ab *inimicis* colaphizatum **C**onfixe clauis *sanchis* | sime manus tue . subleuent me ad te a *confusione* perdicionis *depressi(one)* sicut | os tuum *sanchissimum* *repromisit* . **F**acies tua que recepit *alapas et consputaciones* a | *maledichis* . **C**larificet *faciem* meam *iniquitatibus* sordidatam / . **A**nima tua quam . | *tradidisti* patri tuo existens in *cruce* . deducat me ad te in *gratia* tua . **N**on habeo . | cor dolens ad *requirendum* te . **N**on habeo *penitentiam* . nec *compunccionem* que *reducunt* filios | ad suam *hereditatem* . **N**on habeo *domine* lacrimas *deprecabiles* **O**btenebratus est . | *animus* meus nec *potest* ad te *respicere* in *dolore* . **A**ruit cor meum a *multitudine* . | *temptacionum* . **N**ec *potest* calefieri lacrimis tue *dileccionis* **S**ed o *jhesu christe domine* . | *thesaure beatorum* tribue *mibi* *penitentiam* *perfectam* / . cor dolens / . vt *exeam* pleno *animo* . | ad *querendum* te . nam sine te *omni* bono alienabor . **D**a *mibi* ergo *christe* *gratiam* tuam . | **P**ater qui te *produxit* . de sinu tuo *eternaliter* *sine tempore* . *innouet* in me *formas ymaginis* | tue . *dereliqui* te . non me *derelinquas* **E**xiui a te . *exi* ad *requirendum* me *et* *introduc* | *in* *pascua* tua . **E**t *connumera* me *ouibus* *electi* *ouilis* tui . *et* *nutrias* me *cum* *eis* | in *pratib* *diuinorum* *secretorum* *tuorum* . *quorum* est *habitaculum* cor *mundatum* . *et* in *ipso* *videtur* | *splendor* *reuelacionum* *tuarum* que *sunt* *consolacio* *et* *refrigerium* *eorum* qui *laborauerunt* *pro* te in | *tribulacionibus* *et* in *omnibus* *affliccionibus* *quibus* *digni* *constituamur* . *gratia* *et* *pietate* *saluatoris* | *nostri* *nunc* *et* in *futuro* *seculo* **A**men<sup>42</sup>

### 3.5 Cód. A XI 72, Biblioteca Universitária (Basileia), ff. 20v-22r, 35v e 55v

**Apontamentos codicológicos e paleográficos:** Papel e pergaminho – s. XV – 184 ff. – 14,5 × 10,5 – Proprietário anterior: Mosteiro dos Cartuxos da Basileia – Descrição completa: Binz (1907, p. 353-361) – Foliação moderna a lápis em arábico.

**Transcrição:** /f. 20v15/ **O**ratio *abbatis ysaac*<sup>43</sup> **D**omine<sup>44</sup> qui super | *lazarum* plorasti . et super eum lacrimas tue *compassionis* efudisti . suscipe lacrimas | *amaritudinis* mee . *passionibus* tuis *passiones* /f. 21r/ meas sana . *vulneribus* tuis *medere* | *vulnera* mea . *sanguine* tuo *sanguinem* | meum emunda . et *contempera* corpori | meo viuifici corporis tui *odorem* : | **F**el quo ab *inimicis* potatus <<es>> *dulcem* | reddat *animam* meam ab *amaritudine* quam | *mibi* *inimicus* aduersarius meus propinauit : | **C**orpus tuum quod in *crucis* patibulo extensum est | extollat ad te *mentem* meam que a de | *monibus* est *inferius*

<sup>39</sup> PG 86, c. XXVIII, coll. 858 (ll. 15-38).

<sup>40</sup> Trecho ausente da PG 86, c. XXVIII, coll. 858 (l. 38).

<sup>41</sup> <D> capitular rubricado.

<sup>42</sup> PG 86, c. XXIX, coll. 858 (l. 41) - 859 (l. 28).

<sup>43</sup> Este título aparece depois de *super* nesta mesma linha, mas foi antecipado aqui para melhor compreensão pelo leitor.

<sup>44</sup> <D> capitular rubricado.

tracta : **Caput tuum** | quod in *crucis* patibulo reclinasti . erigat | **caput** meum ab inimicis colaphizatum : | **Crucifixe** {{manus}} clavis *sancíssime* | *manus* tue subleuent me ad te . de | *confusione perditionis* . sicut os tuum *sancíssimum* | **repromisit** : *Facies tua que alapas recepit et consputaciones a maledictis* . clari|ficet *faciem meam iniquitatibus sordidatam* : | **Anima** tua quam tradidisti patri tuo in cruce /f. 21v/ *existens* deducat me ad te in *gloriam tuam* | **Ach** mi domine ihesu christe . non habeo cor dolens | ad querendum te : non habeo *penitentiam neque compunc* | *cionem que reducunt filios ad suam patriam et hereditatem* /: non habeo domine *lacrimas* | *deprecabiles* . obtenebratus est in *secularibus* | *animus meus* . nec potest ad te respicere : in | dolore aruit cor meum a *multitudine temptationum* | : nec potest calefieri *lacrimis* tue dulcedinis | **Sed** o ihesu thesaure *bonorum* . tribue mihi | cor dolens . *penitentiam*<sup>45</sup> *perfectam* . ut ex eam | pleno animo ad querendum te . nam sine omni bono | alienabor /: Da mihi ergo ihesu christe *gratiam tuam* . | *pater qui te produxit de sinu suo eternaliter sine* | *tempore immouet in me lumen ymaginis tue* . | Dereliqui te non me derelinquas . exiui a te | exi ad querendum me . et *introduc* me in | *pascua tua* . et *conmu*<m>era me ouibus /f. 22r/ *electis ouilibus tui* / . et nutrias me cum eis | in *partis diuiciarum secretorum* / . quorum est | *habitaculum* cor mundatum / . et in ipso | videtur splendor *reuelacionum* tuarum . | que sunt *consolacio et refrigerium* eorum qui labo|rauerunt pro te in *tribulacionibus* / . et *omnimodum* | *affliccionibus* quibus digni *constituamur gratia* | et *pietate saluatoris nostri nunc* et in futuro | *seculo amen*<sup>46</sup> /f. 35v20/ [ab]bbas ysaac / Si n(on) *custodieris linguam* | *tuam*<sup>47</sup> *nunquam* exilib(es) *tenebras*<sup>48</sup> /f. 55v/ {{Ex tractatu abbas ysaac de vigilijs}} | **Noli** putare o homo quod inter omnes *operaciones monachorum* | si<<t>> alia *quamlibet conuersacio maior vigilijs nocturnis* | In *veritate fratres* . si non fiat *religioso dispersio* et | *turbacio in carnalibus rebus et in sollicitudine temporalium* . sed cauerit | sibi a mundo et *custodierit se ipsam vigilijs* . mens eius | *quasi cum alis in breui tempore uolat* . et *exaltatur in dileccione dei* | et cito *peruenit ad gloriam*<sup>49</sup> . **De vigilijs** | **Monachum** *perseuerantem in vigilijs cum mentis discrecione* | ne respicias illum sicut *fer*<u>entem *carnem* . hoc vtique an|gelici *ordinis opus est* . non *humanum de eodem* | *Impossibile est autem quod illos qui semper in huiusmodi continencia conuersantur* | *dimittat deus sine magnis donis* . propter eorum *ieunium et* | *vigilanciam cordis*<sup>50</sup> . **de eodem** | Ego uero *puto impossibile esse quando ille qui cum sciencia et discrecione* | *preelegit sibi laborem istum magnum atque diuinum* . et arbi|tratus est eius *portare grauamen* . et *studiose laborat* | in hac *gloriosa parte quam elegit* . et in die sibi *cauet a* | *turbacione locucionum et sollicitudine pugnatum quod fiat nudus et* | *vacuus admirabili fructificatione magne dileccionis que* | *colligi prestolatur ab ipso*<sup>51</sup> | Ego quoque dico quod si *corpus fessum fuerit propter infirmitatem suam* | *ut ieunare non possit* / . potest solis *vigilijs mens acquir[ere]* | *statum anime* . et *intellectum prestare cordi* ./ *virtutem spiritualem* | *addiscat dummodo non fiat sibi exterminacio a di|latacione diuinarum causarum*<sup>52</sup>

<sup>45</sup> Há um sinal abreviativo para seqüência com *r* sobre o final desta palavra.

<sup>46</sup> PG 86, c. XXIX, coll. 858 (l. 41) - 859 (l. 28).

<sup>47</sup> PG 86, c. LII, col. 882 (l. 56).

<sup>48</sup> PG 86, c. LII, col. 883 (l. 3).

<sup>49</sup> PG 86, c. XXXI, coll. 860 (l. 52) - 861 (l. 4).

<sup>50</sup> PG 86, c. XXXI, col. 861 (ll. 6-12).

<sup>51</sup> PG 86, c. XXXI, col. 861 (ll. 17-25).

<sup>52</sup> PG 86, c. XXXI, col. 862 (ll. 18-23).

### 3.6 Cód. A X 102, Biblioteca Universitária (Basileia), ff. 31v-32r

**Apontamentos codicológicos e paleográficos:** Papel e pergaminho – s. XV (2ª met.) – 166 ff. – 14,5 × 10,5 – Copista: Martin Ströulin – Proprietário anterior: Mosteiro dos Cartuxos da Basileia – Descrição completa: Binz (p. 1-15)<sup>53</sup> – Foliação moderna a lápis em arábico.

**Transcrição:** /f. 32r2/ ¶ Ex libello abbat̄is ysaac syrie // Quibus mundus est | mortuus . hij sustinent aduersitates gaudent<sup>54</sup> . | quibus vero mundus uiuit . hij nequeunt iniuriam sustinere | sed a vana gloria moti ira turbantur . seu eciam a tristicia | occupantur . O quam difficile est ut acquiratur hec virtus . et | quantam gloriam obtinet apud deum<sup>55</sup> . Si potueris iniuriari | et affici contumelijs et portare et tacere magnis est hec res | super omnia alia efferens mandata<sup>56</sup> . Iniuriam sustine . | et nemini iniuriam feceris<sup>57</sup> . // Jdem . Beatus qui nouit hoc | et manet in solitudine . nec fluctuat in multitudine | operum . sed omnes corporales operationes in laborem oracionis con|uertit . et credit quod quandiu operatur cum deo . et habeat sol|licitudinem in ipso die noctuque {{d}} non deficiet ei quicquam | de necessarijs vsibus quemadmodum<sup>58</sup> non cessat tempore ab opere | pro eodem . Si quis autem hoc non sustinuerit in solitudine | sancto opere iam instet . Operetur vtens quidem eo tanquam | adiutore non tamen auide propter lucrum . // Nam istud | positum est infirmis . quia perfectioribus turbamentum | existit . Pauperibus enim et pigris patres exposuerunt | ut operentur . et non sicut rem necessariam existentem<sup>59</sup> . Hic est | verus modus et cito perueniendi ad quietem mentis si bene | intellexeris et tibi non pepereris<sup>60</sup> . donec moriatur exterior | homo a rebus mundi . non solum a peccato . sed ab omni cor|porali operatione . Similiter interior homo a prauis cogitacioni|bus . et infirmetur motus corporis naturalis ut non moueatur /f. 32v/ in corde dulcedine peccatorum . non mouebitur ab homine | dulcedo spiritus sancti<sup>61</sup> . et quousque a corde suo sollicitudinem secularium | preter necessarium vsum nature . ac dimictat dominum curare de | ipsis . spiritualis ebrietas in ipso non mouebitur<sup>62</sup> .

### 3.7 Cód. A XI 71, Biblioteca Universitária (Basileia), ff. 158r

**Apontamentos codicológicos e paleográficos:** Papel e pergaminho – s. XV – 228 ff. – 14,5 × 10,5 – Proprietário anterior: Mosteiro dos Cartuxos da Basileia – Foliação moderna a lápis em arábico – Descrição completa: Binz (1907, p. 343-353).

**Transcrição:** /f. 158r13/ ¶ Abbas ysaac sirie ¶ Nam quando virtus | spiritus superuenit virtuti anime que corroboratur per ipsam | . tunc pro lege scripturarum . mandata spiritus vadantur | et a sensibili materia auxilio nullo eget . Quan|diu enim cor a materialibus

<sup>53</sup> A descrição deste testemunho, realizada por Binz em data não informada, nunca foi publicada, mas uma cópia dessa descrição foi gentilmente cedida pelo setor de manuscritos da Biblioteca Universitária da Basileia.

<sup>54</sup> PG 86, c. XIII, col. 828 (ll. 2-3).

<sup>55</sup> PG 86, c. XIII, col. 828 (ll. 6-10).

<sup>56</sup> Trecho ausente da PG 86, c. LIII, col. 886 (l. 9): trata-se de adição extraída de conjunto de frases de origem variada presente em diversos outros testemunhos (Cambráia, 2018, p. 116-118).

<sup>57</sup> PG 86, c. LIII, col. 884 (ll. 49-50).

<sup>58</sup> Sinal abreviativo para sequência com *a* riscado sobre o *q*.

<sup>59</sup> PG 86, c. X, col. 819 (ll. 32-44).

<sup>60</sup> Trecho ausente da PG 86, c. X, col. 819 (l. 44): trata-se de adição também presente no cód. 1838 da Biblioteca da Abadia de Melk (f. 203r16-18) (Cambráia; Laranjeira, 2010, p. 25).

<sup>61</sup> PG 86, c. X, col. 820 (ll. 25-31).

<sup>62</sup> PG 86, c. X, col. 820 (ll. 34-38).

*instruitur . doctrinam nimirum | error et obliuio comitantur . Cum uero doctrina spiritus  
| adest . tunc memoria custoditur illesa*<sup>63</sup>

### 3.8 Cód. GB 8º 76, Arquivo Histórico da Cidade (Colônia), ff. 64r-64v, 67v, 69r-69v e 70r-70v<sup>64</sup>

**Apontamentos codicológicos e paleográficos:** Papel e pergaminho – s. XV (1ª met.) – 187 ff. – 14,5 × 10,5 – Origem do caderno com a obra de Isaac: Zwolle – Proprietário anterior: Frades da Ordem da Santa Cruz de Colônia – Descrição completa: Vennebusch (1983, p. 69-76) – Foliação original em romano e moderna a lápis em arábico: adotou-se a moderna na transcrição – A cópia consultada não permite diferenciar com clareza letras rubricadas, por isso não se registrou essa característica na transcrição – O punho dos ff. 67v e 69r-70v tem a particularidade de fazer o elemento superior do sinal de dois pontos em forma curva, resultando na semelhança deste sinal com a forma de um ponto e vírgula invertido; além disso, termina o traço de *t* em posição final com barra inclinada para a esquerda, mas não se trata de sinal de pontuação.

**Transcrição:** /f. 64r/ De humilitate | TE<sup>65</sup> ipsum paruipende in omnibus apud omnes homines : et exal | taberis super principes huius mundi Preueni omnes | inclina {n} cione a salutacione tua : et honoraberis | super illos quj offerunt munera auri sophir Vilipende | te ipsum et videbis gratiam dei in temet ipso Nam vbicumque | humilitas nascitur : ibi oritur gloria dei Si laboraueris ma | nifeste vilipendi ab hominibus : Faciet te deus glorificari | Si habes humilitatem in corde tuo : ostendet tibi deus gloriam | suam in corde tuo Esto contentus in magnitudine tua et | magnus in paruitate tua Studeas despici et {honoraberis} | repleberis honore diuino Ne queras honorari cum interius | vlceribus plenus sis . contempne honorem vt honoreis . ne di | ligas illum vt dedecus non incurras Quj currit post ho | norem honor fugit ante ipsum . et quj fugit illum persequetur ab ipso . et de illius humilitate fiet omnibus hominibus predicacio | Si despicias te ipsum ne honoreris deus te diulgabit | Si vero propter veritatem contempseris temet ipsum precipiet | deus creaturis suis omnibus vt te laudent : et aperient | ante conspectum tuum ostium glorie creatoris sui et commendabit | te . quia secundum ymaginem et similitudinem eius existis : Homi | nem virtutibus fulgentem . hominibus vero contemptibilem apparen | tem . et vita quidem splendentem . sciencia quoque preclarum . humilem vero | spiritu quis vidit Beatus quj humiliat se in omnibus quia ex | altabitur Nam quj propter deum paruipendit et humiliat semet | ipsum glorificabit a deo Et quj propter deum exurit et | sitit deus illum bonis suis inebriat Et qui propter eum fit | nudus . stola incorruptionis et glorie induetur ab ipso : et qui | pauper efficitur propter eum veris ipsius diuicijs consolabitur Te | met ipsam despici propter deum . et multiplicabitur tibi gloria | te penitus ignorante In tota vita tua temet ipsum reputa | peccatorem vt semper iustificeris : Fias que ydiota in sapientia | tua : nec apparere te facias {f} sapientem ydiota ex-/f. 64v/- istens Nam vbi exaltat humilitas inutilem et indoctum | quantus est ille quj fit materia veneracionis magnitudi | nis et honoris Fuge vanam gloriam et glorificabe | ris . et timeto superbiam et magnificaberis Non est | enim distributa filijs hominum vana gloria : neque

<sup>63</sup> PG 86, c. XVII, col. 834 (ll. 25-32).

<sup>64</sup> Consulta através de fac-símile digital em preto e branco disponibilizado no Arquivo Histórico da Cidade (Colônia).

<sup>65</sup> <T> capitular.

na|to mulierum elacio<sup>66</sup> /f. 67v11/ ¶ Nota<sup>67</sup> tres sunt modi per quos omnis anima rationalis deo potest appropinquare : | scilicet per feruorem fidei . uel per timorem . uel per dei disciplinam . | Nullus enim potest appropinquare {{de}} canitati dei : nisi precesserit | vnus de eius modi tribus modis . Sicut / ab ingluuie mentis | nascitur turbacio cogitacionum : ita et a multiloquio et immoderantia locucionum ignorantia et mentis excessus Temporalium | rerum sollicitudo turbat animam <<:>> et fermentacio que fit ex ipsis | mentem corrumpit . et extrahit a quiete<sup>68</sup> ¶ Item idem Corporalis | labor sine mentis mundicia . sicut sterilis nutritrix est et | vbera sicca : quia sciencie {{s}} dei appropinquare non potest . Et sic | quidam corpus laboriosum faciunt : sed nichil acquirunt . | Sicut qui seminat super spinas nichil metere potest : ita | qui odio et cupiditate destruit . non potest aliquid | adipisci (:) sed ex multis vigilijs et occupatione rerum infirmatur in lectio suo<sup>69</sup> :- - ¶ Item idem Esto omnibus obediens | in omni tempore preter auaris aut amatoribus passionum aut secularibus | hos non sequaris ut non fiat opus dyabolicum<sup>70</sup> . - /f. 69r21/ Que sunt temptaciones quibus anima proficit<sup>71</sup> TEmptaciones<sup>72</sup> que fiunt a virga spiritali ad profectum et augmentum anime in quibus exercitatur | et probatur atque mundatur sunt iste . Pigricia . /f. 69v/ grauitas corporis . laxacio membrorum . accidia . | confusio mentis . dolores corporis . excisio spei | ad horam . obtenebracio cogitacionum . defectus | humani auxilij ad horam . egestas corporalis usus<sup>73</sup> . /f. 70r3/ ¶ Ex<sup>74</sup> istis temptacionibus acquirit homo animam solitariam et sui proteccionem et humilitatem et cor contritum et ex hijs et ceteris alijs probatur quis venire ad | desiderium creatoris Hec enim dispensator ordinat | iuxta possibilitatem uel iuxta necessitatem suscipiencium ea . Hijs contemperantur aduersitates . lux et tenebre . prelia et aduersiones . et breuiter dicere angustant hec atque hoc signum profectus hominis per auxilium dei . | De<sup>75</sup> temptacionibus superbiorum<sup>76</sup> TEmptaciones<sup>77</sup> | itaque que fiunt a permissione dei contra imprudentes et extollentes se in mentibus suis coram | bonitate dei in superbia sua sunt iste TEmptaciones demonum manifeste que sunt supra potentiam anime . defectus virtutum sapientie que sunt | in eis . sensualitas acuta intencionis fornicandi | que permittitur contra eos ad humilitatem elacionis eorum . | indignari cito . velle statuere propriam voluntatem . | litigare sermonibus . increpare et contempnere . error | mentis totalis . {{p}}<sup>78</sup> blasphemia contra nomen dei . | intenciones fatue plene risu ymmo planctu . contempti ab omnibus . destructio honoris sui fieri confusio et obprobrium in modis multis . a demonibus /f. 70v/ occulte manifesteque desiderium commisceri et conuersari | in mundo . loqui et nugari semper et insipienter . adiuuere | sibi renouacionem semper cum falsa propheta . promittere | multa supra posse suum . hec quidem sunt anime In corporalibus vero contingunt ei dolorosi euentus permanentes semper perplexi vixque solubiles . occursus malorum | semper et impiorum hominum incidere in manus hominum tribulacionem . in ocio cordis semper sine causa ex repentino | timore parati multociens

<sup>66</sup> PG 86, c. XIII, coll. 828 (l. 21) - 829 (l. 10).

<sup>67</sup> Na margem externa: <ysaac . .>.

<sup>68</sup> PG 86, c. XIV, col. 830 (ll. 23-33).

<sup>69</sup> PG 86, c. XIV, col. 830 (ll. 40-47).

<sup>70</sup> PG 86, c. LIII, col. 884 (ll. 7-9).

<sup>71</sup> Na margem externa: <ysaac>.

<sup>72</sup> <T> capitular.

<sup>73</sup> PG 86, c. XLI, col. 870 (ll. 48-55).

<sup>74</sup> Na margem externa: <ysaac>.

<sup>75</sup> Na margem externa: <ysaac . .>.

<sup>76</sup> Este título aparece depois de TEmptaciones nesta mesma linha mas foi antecipado aqui para melhor compreensão do leitor.

<sup>77</sup> <T> capitular.

<sup>78</sup> Letra incompleta e riscada.

minas magnas ex la | pidibus et altis locis . et hijs similia que fiunt ad | corporis fraccionem . vltimo egestas sapiencie | nostrum cor ex diuina virtute ac spe fidei | sue . et ut cito dicantur quotquot impossibilia et supra | vires sunt inducuntur ei ¶ Hec autem quotquot superius | notauius et deter<m>i<n>auimus demonis sunt temptacionum | superbie . apparet autem principium in homine quando | quis incipit se habere sapientem in oculis suis | et sic transmutatur in omnibus hijs malis secundum mensuram suscepçionis huiusmodi cogitacionum superbie A | speciebus ergo cogitacionum tuarum comprehende viam subtilitatis mentis tue Quod si videnis aliquas ex | hijs temptacionibus commixtas cum alijs temptacionibus | que superius ante dicte sunt scito quod in quantum habes ex | istis in tantum superbia tibi contingit<sup>79</sup> . Hec ysaac de siria .

### 3.9 Cód. GB 8° 155, Arquivo Histórico da Cidade (Colônia), f. 138r

**Apontamentos codicológicos e paleográficos:** Papel – ca. 1420 — 1+161+1 ff. — 14,5 × 10,5 — Proprietário anterior: Frades da Ordem da Santa Cruz de Colônia – Foliação moderna a lápis em arábico – Descrição completa: Vennebusch (1983, p. 87-91).

**Transcrição:** /f. 138r12/ . ysaac de contemptu mundi . | Qui non elongat se a causis viciorum voluntarie eciam | inuitus trahitur ad peccatum<sup>80</sup>

## 4 ENQUADRAMENTO DOS FRAGMENTOS NA TRADIÇÃO LATINA DA OBRA DE ISAAC DE NÍNIVE

Diferentemente de testemunhos com a versão integral de uma obra, que permitem uma ampla colação das versões de um texto, fragmentos são mais difíceis de serem enquadrados em sua tradição, já que o material disponível é bastante curto. No caso dos testemunhos aqui editados há ainda um outro elemento complicador, que é o fato de serem fragmentos de partes diferentes da obra de Isaac. Há, no entanto, duas partes que se repetem em alguns fragmentos: os cc. LIII e XXIX na numeração da PG 86<sup>81</sup>.

No que se refere ao c. LIII, apresenta-se aqui uma seleção de variantes relevantes para a discussão, contrastadas com a versão do cód. 311 de Arezzo, um dos mais antigos e mais completos dessa tradição (Laranjeira, 2018, p. 180-184), embora não isento de erros próprios (como no LC 6 abaixo):

<sup>79</sup> PG 86, c. XLI, coll. 870 (l. 57) - 871 (l. 46).

<sup>80</sup> PG 86, c. XI, col. 821 (ll. 17-18).

<sup>81</sup> Cabe assinalar que esses dois capítulos que circularam junto com a obra de Isaac de Nínive, sendo considerados parte dela, são na verdade de outro autor: são de João de Dalyata, também conhecido como João Saba, e agregaram-se à obra de Isaac já pelo menos na tradução grega (Cambráia, 2018, p. 116). Miller (1984, p. XCI) informa que já apareciam junto à obra de Isaac na tradição siríaca (como no cód. Vatic. Syr. 125), mas não necessariamente sendo percebidos como parte da obra de Isaac.

Código	311	XIV G 17	C 631	M I 159	GB 8º 76 <sup>82</sup>	996
Datação	XIII-XIV	XIV (2ª met.)	depois de 1416	XV (último terço)	XV (1ª met.)	1516
Origem	Itália	Rep. Tcheca	Suécia	Rep. Tcheca	Alemanha	França
Ordem	Camaldulense	Agostiniana	Santa Brígida	?	Santa Cruz	Franciscana
LC 1	loqui	loqui	loqui	loqui	—	<i>proferre</i>
LC 2	audaci	audaci	audaci	audaci	—	<i>mordaci</i>
LC 3	Sputum	×	×	×	—	Sputum
LC 4	aspirationes	<i>suspiria</i>	<i>suspiria</i>	<i>suspiria</i>	—	aspirationes
LC 5	gulose	<i>gulam</i>	gulose	gulose	—	gulose
LC 6	<i>Quando loquitur socius obuiantibus</i> (V2)	<i>Quando socius tuus loquitur obuiantibus</i> (V3)	×	<i>cum socius tuus loquitur ab amantibus</i> (V4)	—	Quando loquitur socius tuus obuiantibus (V1)
LC 7	diabolicum	dyabolicum	dyabolicum	<i>diaboli</i>	dyabolicum	diabolicum
LC 8	omni tempore	omni tempore	<i>omni opere</i>	<i>bono et omite</i>	omni tempore	omni tempore
LC 9	possessio-num	possessio-num	possessio-num	possessio-num	<i>passio-num</i>	possessio-num

Quadro 1 – Variantes relativas ao c. LIII na numeração da PG 86.

Com base nas variantes identificadas no quadro acima é possível perceber que:

a) o cód. 996 não terá sido modelo para os códs. XIV G 17, C 631 e M I 159, em função dos erros separativos nos LCs 1 e 2, o que é compatível com as datações atribuídas;

b) os códs. XIV G 17, C 631 e M I 159 pertencem a um ramo comum em função dos erros conjuntivos nos LCs 3 e 4;

c) o cód. XIV G 17 não terá sido modelo para os códs. C 631 e M I 159, em função do erro separativo no LC 5;

d) o cód. C 631 não terá sido modelo para os códs. XIV G 17 e M I 159, em função do erro separativo relativo à variante 5 no LC 6;

e) o cód. M I 159 não terá sido modelo para os códs. XIV G 17, M I 159 e GB 8º 76, em função dos erros separativos nos LCs 7 e 8;

f) o cód. GB 8º 76 não terá sido modelo para todos outros códices não apenas pelo LC 9 como também por apresentar apenas parte do c. LIII.

É digno de menção, considerando as demais variantes (não apresentadas no quadro acima), que o testemunho que apresenta o maior acúmulo de erros é o cód. M I 159 e o que apresenta o menor acúmulo é o cód. 996, o que de certa forma confirma o postulado *recentiores non deteriores* de Pasquali.

No que se refere ao c. XXIX, apresenta-se aqui a seguinte seleção de variantes:

<sup>82</sup> Os campos que apresentam um travessão indicam que o testemunho não possui o trecho em questão e os que apresentam um × indicam que o testemunho tem o trecho mas não a variante. As variantes consideradas não genuínas estão marcadas com itálico. No LC 6 há múltiplas variantes, tendo sido considerada genuína V1.

Códice	311	A XI 72	C 631
Datação	XIII-XIV	XV	depois de 1416
Origem	Itália	Suíça	Suécia
Ordem	Camaldulense	Cartuxa	Santa Brígida
LC 1	<i>contricionis</i>	perdicionis	perdicionis
LC 2	×	sicut os tuum sanctissimum repromisit	sicut os tuum sanctissimum repromisit
LC 3	<i>ibesu christe</i>	×	×
LC 4	Confixe	<i>Crucifixe</i>	Confixe
LC 5	bonorum	bonorum	<i>beatorum</i>
LC 4	odorem	odorem	<i>ordinem</i>

Quadro 2 – Variantes relativas ao c. XXIX na numeração da PG 86.

Com base nas variantes identificadas no quadro acima é possível perceber que:

- a) o cód. 311 não terá sido modelo para os códs. A XI 72 e C 631 em função dos erros separativos nos LCs 1 e 2;
- b) os códs. A XI 72 e C 631 pertencem a um ramo comum em função do erro conjuntivo no LC 3;
- c) o cód. A XI 72 não terá sido modelo para os códs. 311 e C 631 em função do erro separativo no LC 4;
- d) o cód. C 631 não terá sido modelo para os códs. 311 e A XI 72 em função dos erros separativos nos LCs 5 e 6<sup>83</sup>.

Por fim, é também relevante para o enquadramento dos testemunhos analisados assinalar que, como já comentado em nota, o cód. A X 102 apresenta, no c. XIII, uma inovação também presente no cód. 1838 da Biblioteca da Abadia de Melk (f. 203r16-18) (Cambraia; Laranjeira, 2010, p. 25), da ordem beneditina.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentou-se aqui uma edição paleográfica de nove testemunhos fragmentários até então inéditos da tradução latina da obra de Isaac de Nínive.

A análise do conteúdo das versões da tradução latina da obra de Isaac de Nínive presentes nesses testemunhos sugere que se trate principalmente de registros terminais na linha de transmissão, uma vez que não apresentam relação de filiação direta entre si (nos casos em que veiculam versão dos mesmos capítulos). Foi, no entanto, possível detectar, em função de erros conjuntivos, certo grau de afinidade (a) entre os códs. XIV G 17, C 631 e M I 159 e (b) entre os códs. A XI 72 e C 631.

A ausência de relação de filiação direta entre os testemunhos analisados parece dever-se ao fato de serem mais tardios (de fins do séc. XIV a fins do séc. XV, enquanto a tradução terá sido realizada antes de 1270), mas também porque pertenceram a ordens monásticas diferentes (agostiniana, franciscana, de Santa Brígida, cartuxa e da Santa Cruz).

Este trabalho contribuiu também para a identificação de novos lugares críticos na tradição latina da obra de Isaac de Nínive, ampliando assim a lista de lugares críticos

<sup>83</sup> Nos item (c) e (d), a menção ao cód. 311 é de certa forma redundante, já que, sendo C 631 e A XI 72 testemunhos fragmentários, não poderiam ser modelo para o cód. 311, testemunho com texto integral.

já conhecidos na tradição latino-românica dessa obra (Meyer; Burckhardt, 1966; Cambraia, 2000, 2002, 2005a, 2011, 2017, 2018, 2020; Cambraia; Laranjeira, 2010; Cambraia; Melo; Vilaça, 2008-2009; Cambraia; Avellar, 2017).

## REFERÊNCIAS

- Andersson-Schmitt M, Hallberg H, Hedlund M. Mittelalterliche Handschriften der Universitätsbibliothek Uppsala: Katalog über die C-Sammlung. Band 6. Handschriften C 551-935. Stockholm: Almqvist & Wiksell International; 1993. [citado 23 out. 2019]. Disponível em: <http://bilder.manuscripta-mediaevalia.de/hs//kataloge/HSK0506f.htm>.
- Binz G. Die Handschriften der Öffentlichen Bibliothek der Universität Basel: Abt. 1, Bd. 1, Die deutschen Handschriften der Öffentlichen Bibliothek der Universität Basel. Abt. A. Basel: [Universitätsbibliothek]; 1907. [citado 23 out. 2019]. Disponível em: <http://www.archive.org/details/p1diehandschrift01univuoft>.
- Boháček M, Čáda F. Beschreibung der mittelalterlichen Handschriften der Wissenschaftlichen Staatsbibliothek von Olmütz. Köln: Böhlau; 1994.
- Brock S. From Qatar to Tokyo, by way of Mar Saba: the translations of Isaac of Beth Qatraye (Isaac the Syrian). *Aram*, 1999-2000;11-12:475-484. [citado 23 out. 2019]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2143/ARAM.12.0.504483>.
- Cambraia CN. Livro de Isaac: edição e glossário (cód. ALC 461) [tese]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2000.
- Cambraia CN. A difusão da obra de Isaac de Nínive em línguas ibero-românicas: breve notícia das tradições portuguesa, espanhola e catalã. In: Ravetti G, Arbex M. (Org.). Performance, exílio, fronteiras: errâncias territoriais e textuais. Belo Horizonte: Departamento de Letras Românicas da Faculdade de Letras da UFMG/PosLit; 2002. p. 293-315.
- Cambraia CN. Contributo ao estudo da tradição latina do «Livro de Isaac»: o cód. ALC 387 da Biblioteca Nacional de Lisboa. *Scripta Philologica*, 2005a;1:1-10.
- Cambraia CN. Introdução à crítica textual. São Paulo: Martins Fontes; 2005b.
- Cambraia CN. Diálogo entre tradição direta e indireta: variantes da tradução latina da obra de Isaac de Nínive no *Tractatus Pauperis* de John Pecham. *Letras Clássicas*, 2011;15:9-37. [citado 23 out. 2019]. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2358-3150.v0i15p9-37>.
- Cambraia CN. Livro de Isaac (cód. 50-2-15 da BN): caminhos percorridos. *Anais da Biblioteca Nacional*, 2013-2014;133-134:15-35. [citado 23 out. 2019]. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630\\_2013-2014\\_133-134.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_2013-2014_133-134.pdf).
- Cambraia CN. Livro de Isaac: edição crítica da tradução medieval portuguesa da obra de Isaac de Nínive. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2017.
- Cambraia CN. Do Isaac de João Cassiano ao Isaac de Nínive: processos de incorporação textual na tradição latina. *Classica: Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, 2018;31:113-128. [citado 23 out. 2019]. Disponível em: <https://doi.org/10.24277/classica.v31i2.704>.
- Cambraia CN. Edição paleográfica sinóptica da tradição latino-românica da obra de Isaac de Nínive: uma fonte para os estudos românicos. In: Fachin PRM, Monte VM do. (Org.). Pesquisas em andamento: caminhos pela filologia e pela história e historiografia do português. São Paulo: FFLCH-USP; 2020. p. 7-23. [citado 11 dez. 2020]. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/500/451/1738-1>.

Cambráia CN, Avellar JB de C. Um ensaio de estemática: tradição ibero-românica da obra de Isaac de Nínive. *Revista da Abralín*, 2017;16(1):15-36. [citado 23 out. 2019]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/rabl.v16i1.51875>.

Cambráia CN, Laranjeira MB. Tipologia dos erros na tradição latina do «Livro de Isaac». *Caligrama: Revista de Estudos Românicos*, 2010;15:7-48. [citado 23 out. 2019]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17851/2238-3824.15.2.7-48>.

Cambráia CN, Melo TCA de, Vilaça C de L. Tradição latino-românica do Livro de Isaac: análise de lugares-críticos. *Filologia e Linguística Portuguesa*, 2008-2009;10-11:409-425. [citado 23 out. 2019]. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i10-11p409-425>.

Chialà S. *Dall'ascesi eremitica alla misericordia infinita: ricerche su Isaaco di Ninive e la sua fortuna*. Firenze: Leo S. Olschki; 2002.

Laranjeira MB. *De contemptu mundi et de contemplationis perfectione* (cód. 311 da Biblioteca Città di Arezzo): edição e confronto com a edição da *Patrologia Graeca* (1865) [dissertação]. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais; 2018. [citado 23 out. 2019]. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/LETR-B97FKA/1/1989m.pdf>.

Meyer G, Burckhardt M. *Die mittelalterlichen Handschriften der Universitätsbibliothek Basel. Beschreibendes Verzeichnis. Abteilung B: Theologische Pergamenthandschriften. Zweiter Band: Signaturen B VIII 11 - B XI 26*. Basel: Verlag der Universitätsbibliothek; 1966. [citado 23 out. 2019]. Disponível em: <http://bilder.manuscripta-mediaevalia.de/hs//kataloge/HSK0503b.htm>.

Migne JP. *Patrologiae cursus completus: series latina*. Paris: Ed. de l'Auteur; 1849. T. 77. [citado 23 out. 2019]. Disponível em: <http://books.google.com/books?id=ApBBAAAAcAAJ>.

Migne JP. *Patrologiae cursus completus: series latina*. Paris: Ed. de l'Auteur; 1854. T. 176. [citado 23 out. 2019]. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=-cY\\_AQAAMAAJ](https://books.google.com.br/books?id=-cY_AQAAMAAJ).

Migne JP. *Patrologiae cursus completus: series latina*. Paris: Ed. de l'Auteur; 1855. T. 194. [citado 23 out. 2019]. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=dPMQAAAAAYAAJ>.

Migne JP. *Patrologiae cursus completus: series graeca prior*. Paris: Ed. de l'Auteur; 1865. T. 86, p. 1. [citado 23 out. 2019]. Disponível em: <http://books.google.com/books?id=SpPYAAAAAMAAJ>.

Miller D. (Tr.) *The ascetical homilies of St. Isaac the Syrian*. Boston: The Holy Transfiguration Monastery; 1984.

Molinier A. *Catalogue des manuscrits de la Bibliothèque Mazarine*. Paris: E. Plon, Nourrit et Cie; 1885. T. 1. [citado 23 out. 2019]. Disponível em: <https://archive.org/details/cataloguedesman01moligoog>.

Munitz J. A greek Anima Christi prayer. *Eastern Churches Review*, 1974;6(2): 170-180.

Saxonia L de. *Vita Jesu Christi*. Ed. de L.-M. Rigollot. Paris/Roma: Victorem Palme/Livraria S. Congreg. de Propaganda Fide; 1870. [citado 23 out. 2019]. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=Th4XAAAAAYAAJ>.

Truhlář J. *Catalogus codicum manu scriptorum latinorum, qui in c. r. bibliotheca publica atque Universitatis Pragensis asservantur*. Pragae: Regiae Societatis Scientiarum Bohemicae; 1906. Pars posterior. [citado 23 out. 2019]. Disponível em: <https://archive.org/details/cataloguscodicu01prazgoog>.

Vennebusch J. *Die theologischen Handschriften des Stadtarchivs Köln, Teil 3. Die Oktav-Handschriften der Gymnasialbibliothek*. Köln; Wien: Böhlau; 1983. [citado 23 out. 2019]. Disponível em: <http://bilder.manuscripta-mediaevalia.de/hs//kataloge/HSK0039.htm>.

# Entre a Filologia e a Lexicografia Histórica: notas sobre a elaboração de uma edição das cantigas satíricas do Cancioneiro da Biblioteca Nacional para o estudo do léxico

## *Between Philology and Historical Lexicography: notes about the elaboration of a satirical song edition from the Cancioneiro da Biblioteca Nacional for lexicon study purposes*

Lisana Rodrigues Trindade Sampaio\*

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, BA, Brasil

**Resumo:** O presente estudo concentra-se na apresentação do processo de elaboração de uma edição diplomática das *cantigas satíricas* do Cancioneiro da Biblioteca Nacional (ou Colocci-Brancuti) para composição de um vocabulário das formas verbais, finitas e infinitivas, patentes nessas cantigas, produzido a partir dos preceitos da Lexicografia Histórica, com vistas a contribuir com o trabalho de reconstrução da trajetória da língua portuguesa no período arcaico. Ressalta-se aqui a importância do acesso à documentação remanescente a partir dos acervos digitais disponibilizados por algumas bibliotecas, o que tem permitido a observação da riqueza dos dados linguísticos desses códices, a fim de preservar todos os aspectos que possam dar pistas para a investigação e registro da língua patente nesses fragmentos do tempo.

**Palavras-chave:** Filologia. Lexicografia Histórica. Cantigas satíricas. Cancioneiro da Biblioteca Nacional. Léxico da língua portuguesa.

**Abstract:** The present work focuses on presenting the elaboration process of a diplomatic edition of satirical songs – or *cantigas satíricas* – of the *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* (Colocci-Brancuti) – also known as the *Biblioteca Nacional's Songbook* – with the purpose of developing a finite and infinitive verbal forms vocabulary, patented in these songs, being produced based upon the Historical Lexicography precepts, with the intention of contributing to the work of reconstructing the trajectory of the Portuguese language during the archaic period. Emphasized here is the importance of the access to the remaining documents through digital archives provided by some libraries and their platforms, which has allowed the observance of the linguistic data richness of these codices in order to preserve all aspects that could offer clues to an investigation and registration of the patented language in troubadour songs.

**Keywords:** Philology. Historical Lexicography. Satirical songs. *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*. Lexicon of the Portuguese language.

## 1 INTRODUÇÃO

As últimas décadas se caracterizaram por um notável avanço tecnológico que passou a fomentar possibilidades de pesquisa e ensino de língua portuguesa antes não

---

\* Professora Adjunta de Língua Portuguesa, no curso de Letras, do Centro de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, BA, Brasil; [lisanasampaio@ufrb.edu.br](mailto:lisanasampaio@ufrb.edu.br)

vislumbradas. Ensejando cenários de interdisciplinaridade, tal progresso tem dado suporte a investigações científicas em diversos âmbitos, despertando um interesse cada vez maior pelo desenvolvimento de técnicas que garantam o rigor e confirmem a precisão dos estudos elaborados<sup>1</sup>.

Os estudos linguísticos em perspectiva histórica, especificamente, passaram a demandar a incorporação desse desenvolvimento progressivamente e têm, hoje, lugar de destaque no uso de tecnologias que possam contribuir para facilitar o acesso às fontes documentais remanescentes – únicas testemunhas de que se possa servir o olhar atento de linguistas e filólogos – a partir dos acervos disponibilizados pelas bibliotecas digitais, o que tem sido determinante para possibilitar maior precisão no trabalho sobre a constituição histórica das línguas naturais e, em especial, do português.

Acervos digitais, como o da *Biblioteca Nacional de Portugal*, têm disponibilizado importantes obras para a história linguística do português, garantindo ao pesquisador interessado em investigar a constituição histórica da língua o conhecimento das fontes primárias, fundamentais para a aproximação de estágio passado de qualquer língua.

Vale ressaltar que, no esteio do que afirmou Mattos e Silva (2006; 2008), crê-se que não é possível apreender a totalidade do passado, mas apenas dele “aproximar-se”, pois por ser a realidade uma interpretação de um ponto de vista, será sempre inapreensível. Assim, para conhecer o português arcaico, conforme defende Mattos e Silva (2006, p. 33-48), é preciso conhecer a documentação escrita remanescente, seja pela leitura dos manuscritos existentes, seja por intermédio de edições.

Entre as obras disponíveis no referido acervo digital, consta o Cancioneiro Colocci-Brancuti (também conhecido como Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Portugal), um dos três principais códices da produção trovadoresca, composta por mais dois cancioneiros galego-portugueses – Cancioneiro da Vaticana e o Cancioneiro da Ajuda – e pelos códices das Cantigas de Santa Maria – um conjunto representativo que há muito tem servido para análises literárias, fonético-fonológicas e para investigações acerca do comportamento morfossintático e semântico daquela língua poética.

O Cancioneiro da Biblioteca Nacional, por possuir o maior número de composições e, por conseguinte, registrar mais de 150 nomes de trovadores e cantigas, além da fragmentária *Arte de Trovar*, inexistentes nos outros cancioneiros, e fornecer ainda muitos elementos extratextuais que contribuem para a recomposição do cenário de recolha e compreensão do processo de construção, é considerado por muitos estudiosos, como atesta Ferrari (1993, p. 119), o mais importante dos códices da lírica galego-portuguesa, apresentando uma rica bibliografia.

---

<sup>1</sup> Como exemplos desses avanços tecnológicos, podem-se citar os corpora da língua portuguesa que têm sido disponibilizados, como o *CETENFolha* (<<https://www.linguateca.pt/cetenfolha/>>), *Corpus Histórico do português Tycho Babe* (disponível em: <https://www.linguateca.pt/cetenfolha/>), *CoMET – Corpus Multilíngue para Ensino e Tradução* (disponível em <<http://comet.fflch.usp.br/projeto>>), o *Corpus Eletrônico de Documentos do Sertão* (disponível em: <http://www5.uefs.br/cedohs/view/tutorial.html>) e a disponibilização de software para análise de corpus como o fez o *Grupo de Morfologia Histórica do Português* (cf. site <<http://www.usp.br/gmhp/soft.html>>).

Os muitos estudos produzidos a partir desse corpus<sup>2</sup> têm ratificado sua importância e indicado a necessidade de investigação de alguns aspectos que ainda não foram devidamente explorados, sobretudo no que concerne ao léxico, nível de análise linguística em que as mudanças socioculturais se evidenciam mais clara e imediatamente.

Nesse sentido, o presente estudo concentra-se na apresentação do processo de elaboração de uma edição diplomática das cantigas satíricas do Cancioneiro da Biblioteca Nacional (ou Colocci-Brancuti) para composição de um vocabulário das formas verbais, finitas e infinitivas, patentes nessas cantigas, produzido a partir dos preceitos da Lexicografia histórica, ressaltando a importância do acesso à documentação remanescente a partir do acervo digital disponibilizado pela Biblioteca Nacional de Portugal, o que permitiu a observação da riqueza dos dados linguísticos desse códice e a preservação de todos os aspectos que possam dar pistas para a investigação e registro da língua patente nesses fragmentos do tempo.

Note-se que as reflexões apresentadas resultaram da pesquisa de doutorado concluída em 2018, no programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, da Universidade Federal da Bahia, a qual teve o escopo a elaboração de uma edição diplomática das cantigas satíricas do Cancioneiro da Biblioteca Nacional e de um vocabulário das formas verbais finitas e infinitivas patentes nessas composições a partir dos preceitos da Lexicografia Histórica, com vistas a contribuir com o trabalho de reconstrução da trajetória da língua portuguesa no período arcaico, objetivo principal do projeto *Dicionário Etimológico do Português Arcaico (Projeto DEPARC)*, de longa duração, em andamento na Universidade Federal da Bahia, a que se filia.

Um dos projetos do *Grupo de Pesquisa Nêmesis*, dedicado aos estudos do léxico e da história da língua portuguesa, o DEPARC tem por objetivo elaborar, como o próprio nome sugere, um Dicionário Etimológico do Português Arcaico, nomeadamente sobre o arco temporal compreendido entre os séculos XIII e meados do XVI. Registre-se que o projeto é apoiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico – CNPq e que a sua primeira edição foi publicada em 2013<sup>3</sup>.

## **2 SOBRE AS CANTIGAS SATÍRICAS DO CANCEIONEIRO DA BIBLIOTECA NACIONAL: CONTEXTUALIZANDO O CORPUS DE PESQUISA**

A investigação dos processos de produção, transmissão e recepção dos *corpora* remanescentes é fundamental para que se possa alcançar um bom resultado na “arte de fazer o melhor uso de maus dados”, como bem definiu Labov (1982, p. 20) os estudos da mudança linguística em perspectiva diacrônica.

Para compreender o corpus selecionado para o desenvolvimento da pesquisa ora apresentada, vale registrar, em linhas gerais, sua base teórica, ou seja, um panorama da lírica trovadoresca.

---

<sup>2</sup> Muitos estudos elaborados a partir do Cancioneiro da Biblioteca Nacional, como os trabalhos de Machado; Machado (1949-1964), Tavani (1999) e Ferrari (1979).

<sup>3</sup> Para saber mais do Projeto DEPARC, cf. o site do Grupo de Pesquisa Nêmesis <<https://gruponemesis.ufba.br/>>.

Nesse sentido, note-se que o movimento literário que emergiu no cenário hispânico na virada dos séculos XII e XIII tem desafiado diversos estudiosos que se dedicam a perscrutar as fases pretéritas desenroladas no ocidente peninsular, uma vez que somente três testemunhos dessa produção conseguiram atravessar os reveses do tempo e transmitir fragmentos desse episódio da história, o *Cancioneiro da Ajuda*, o *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* e o *Cancioneiro da Vaticana*<sup>45</sup>.

Esse movimento cultural que mais tarde ficou conhecido como *Trovadorismo* foi responsável pela elaboração de uma nova concepção de amor (*a fin'amor* ou amor cortês), pela inauguração de uma maneira original de fazer poesia e, sobretudo no século XII, pela produção do que se convencionou denominar lírica trovadoresca<sup>6</sup> (Tavani, 2002, p. 9-10).

Exportada pelos próprios trovadores e jograis provençais fora dos confins geopolíticos da Occitânia, como explica Tavani,

essa lírica serviu de modelo a poetas naturais das diferentes regiões da Europa Central e Ocidental: mas enquanto alguns, por contiguidade geográfica, afinidade de estruturas sociopolíticas e analogias entre as respectivas formas de expressão – como no caso dos «lombardos» da Itália Setentrional e dos catalães – adoptaram, juntamente com os parâmetros temáticos e as estruturas técnicas da nova poesia, também a língua dos «mestres», os outros, todos os outros – os *trouvères* franceses, os *Minnesänger* alemães e os trovadores, segréis e jograis hispânicos – tiveram que adaptar o modelo aos hábitos, às exigências e às tradições culturais das sociedades às quais pertenciam. (Tavani, 2002, p. 10).

A inspiração provençal, em simbiose com a tradição e língua locais, culminou no desenvolvimento de uma lírica muito peculiar para os públicos periféricos. No noroeste da Península Ibérica, a lírica galego-portuguesa, produzida nas cortes senhoriais e régias, foi transmitida aos dias atuais por mais de mil e seiscentos textos contidos nos cancioneiros remanescentes (Lindeza Diogo, 1998, p. 11).

Concebida originalmente em fólhos individuais por cantiga, essa lírica cortês peninsular era executada para as cortes reais, as quais tiveram notável importância no seu acolhimento e difusão, e para as cortes senhoriais, principais responsáveis pela sua implantação na Península.

A produção era musicada e classificada em gêneros definidos como cantigas de amor, cantigas de amigo, cantigas de escárnio e maldizer, prantos, sirventeses, tenções etc. pelos seus próprios agentes que são designados uns por trovadores, outros por jograis.

Entre as cortes régias de Leão, Castela, Portugal e de algumas casas senhoriais de outras regiões, um conjunto vasto e diversificado de trovadores produziu essa

<sup>4</sup> Além desses três cancioneiros, há também o *Pergaminho Vindel* – descoberto no século XX –, o *Pergaminho Sharrer* – descoberto nos inícios dos anos 90 (Cf. Oliveira, 1995) e o *Cancioneiro da Bancroft Library*, “conhecido, no século XIX, como o *Cancioneiro de um Grande d’Hespanha*, que é uma cópia lacunosa do *Cancioneiro da Vaticana*” (Souza, 2012, p. 569).

<sup>5</sup> Note-se que o cancioneiro mariano não é considerado no corpus da lírica galego-portuguesa, pois adota-se aqui a posição defendida por Tavani (1986) e Lindeza Diogo (1998) de que “as *Cantigas de Santa Maria* integram outras tradições”.

<sup>6</sup> Para maior conhecimento dos produtos literários que costumam ser designados como lírica trovadoresca, ver Tavani (2002).

arte. Além de exercer o papel de incentivadores e protetores desses poetas, homens de poder, como o rei Afonso X e o seu neto D. Dinis, foram, muitas vezes, exponenciais autores de cantigas<sup>7</sup>.

Na segunda metade do século XIII, as compilações foram produzidas seguindo normas de organização atentas à condição social dos compositores, o que acabava por evidenciar o que já era visível na imagem que as cantigas de escárnio projetavam sobre a separação entre o trovador e o jogral e, também, sobre a superioridade artística do primeiro, validada pelas maiores exigências da composição perante o canto ou o acompanhamento instrumental, do segundo (Oliveira, 1995, p. 45).

O registro dessa produção remonta à atividade cultural de D. Pedro Afonso, conde de Barcelos, o qual, ao longo da primeira metade do século XIV, desenvolveu uma vasta tarefa de recolha e organização de textos literários diversos que resultaram na confecção do chamado *Livro de Linhagens* do conde D. Pedro, da *Crónica Geral de Espanha* de 1344 e do *Livro das Cantigas*, este mencionado no seu testamento de 1350, mas, até então, não encontrado.

No entanto, conforme defende Oliveira (1994), a “preservação das cantigas através da escrita surge associada à consciência do provável esquecimento ou desaparecimento das mesmas, caso se mantivessem vinculadas às condições de transmissão da manifestação cultural em que se encontravam inseridas” (Oliveira, 1994, p. 13).

Como mencionado, restam apenas três grandes compilações para o conhecimento da canção trovadoresca, as quais são cópias elaboradas em dois diferentes momentos, o primeiro deles, foi copiado no século XIII e representado pelo *Cancioneiro da Ajuda*, e o outro momento pelo *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* e pelo *Cancioneiro da Vaticana*, copiados no início do século XVI, na Itália.

Assim como a origem dessa rica lírica resta ainda no domínio das especulações, pressupõe-se também que deve ter existido uma poesia galego-portuguesa anterior às composições, que se têm conservado nos códices remanescentes, e a atividade trovadoresca, provavelmente, seguiu florescendo até meados do século XIV (Scholberg, 1975, p. 50).

Gonçalves (1985) resume a *lírica galego-portuguesa* da seguinte forma:

Um grupo de cerca de 1680<sup>8</sup> textos de assunto profano transmitidos por três cancioneiros manuscritos [...], todos eles produzidos numa língua bastante uniforme, o galego-português, num período que vai de finais do século XII à segunda metade do século XIV. Com exceção de alguns que continuam anónimos, os textos dos Cancioneiros profanos são atribuídos a 153 trovadores e jograis: reis, senhores de *alto linhage*, clérigos ou simples filhos do povo que, competindo com a classe nobre, a igualam, muitas vezes, no plano técnico-artístico. A língua poética une, de resto, poetas não apenas galegos ou portugueses, como poderia parecer, mas castelhanos, leoneses ou mesmo extra-peninsulares, que, por «exotismo» ou simpatia profissional, a escolheram para cantar o amor «ou dizer mal de alguém», isto é, para comporem cantigas de amor, cantigas de amigo ou cantigas de escárnio e mal dizer. (Gonçalves, 1985, p. 18-19).

<sup>7</sup> Para um amplo conhecimento dos agentes culturais do *espetáculo trovadoresco* ver Oliveira (1995).

<sup>8</sup> Cf. Tavani; D’Heur para conhecimento da questão do número exato de cantigas.

Embora um tanto simplista, uma vez que foi formulada como introdução de uma antologia, a descrição de Gonçalves é razoavelmente ilustrativa para a compreensão geral do cenário trovadoresco.

Ademais, a autora chega a advertir que “a língua uniforme”, a que se referiu, não se traduz, efetivamente, nos cancioneiros, em razão dos próprios gêneros das compilações, que se submeteram a copistas que, por vezes, se condicionaram à língua que copiavam, criando, para a história, os problemas de interpretação que, até, hoje persistem.

A repartição por gêneros é uma das “características tipológicas mais imediata e concretamente identificável na poesia lírica galego-portuguesa” (Tavani, 2002, p. 131). No entanto, para além desses gêneros, o *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* inclui ainda um tratado de poética, comumente, intitulado *Arte de Trovar*<sup>9</sup>, no qual se explicitam os gêneros maiores, dos quais as cantigas de amor e de amigo são as primeiras, seguidas da distinção entre as cantigas de escárnio e de maldizer, e das características dos gêneros menores.

Na *Arte de Trovar*, as orientações para classificação das cantigas de escárnio como “aquelas que os trovadores fazem, querendo dizer mal de alguém”, utilizando palavras cobertas no sentido de que haja ambiguidade (denominada pelos “clérigos” de *equivocatio*) e que o entendimento não seja imediato, em contraponto às cantiga de maldizer, como a cantiga em que o trovador fala mal “descobertamente”, garantindo que a ofensa seja compreendida, são categoricamente uma evidência de que esse texto sobre a poética não se constitui como princípio dos cancioneiros profanos.

A imprecisão da adoção da terminologia *escárnio* e *maldizer* se torna ainda maior se os demais gêneros forem observados mais atentamente.

Como explicam Lanciani e Tavani,

tanto as cantigas de amor como as de amigo sempre se reconhecem como tais em função de um número finito e bem caracterizado de conotadores; por isso, quase sempre é possível (e, na maioria das vezes, bastante cômodo) agrupá-las em conjuntos orgânicos que, embora sejam muito vastos, apresentam-se claramente marcados, mesmo se contrastados por fórmulas bem precisas [...]. Pelo contrário, quando se fala de cantiga de escárnio e maldizer, faz-se uma referência ambígua a um coacervo de textos frequentemente muito diversos entre si, desde o canto a temas e modulações tonais. (Lanciani; Tavani, 1995, p. 7. tradução nossa)<sup>10</sup>.

Nesse sentido, advoga-se que em lugar dos termos vacilantes *escárnio* e *maldizer*, para os textos que definitivamente não sejam de amor ou de amigo,

<sup>9</sup> Texto lacunar e pouco preciso que, segundo alguns autores, foi, arbitrariamente, eleito como um fascículo introdutório para o exemplar do *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* trabalhado por Colocci (Ferrari, 1979, p. 93).

<sup>10</sup> “Tanto as cantigas de amor como as cantigas de amigo sempre se recoñecen como tales en función dun número finito e ben caracterizado de connotadores; por isso resulta case sempre posible (e as mais das veces bastante cómodo) agrupalas en conxuntos orgânicos que, malia seren moi vastos, preséntanse sen embargo claramente marcados, mesmo se diría que contrastados por fórmulas ben precisas [...]. Pola contra, cando se fala de cantiga de escárnio e maldicir, faise ambigua referencia a un coacervo de textos con frecuencia moi diversos entre si en canto a temas e modulacións tonais.” (Lanciani; Tavani, 1995, p. 7).

empregue-se a terminologia *gênero satírico*, a qual englobaria todos os textos que elaborem uma crítica dirigida a alguém, ou movida pelos mais diversos personagens e acontecimentos sociais, com o intuito de provocar a troça, fazer uma denúncia, combater um comportamento.

A anterior adoção terminológica desse gênero que causou, historicamente, uma imprecisão justifica-se, provavelmente, pela insegurança classificatória dos estudiosos desse material, em função ainda das oscilações presentes nessa tradição manuscrita devido a atitudes equivocadas dos compiladores da coleção primitiva. Por essa razão, todas as poesias líricas galego-portuguesas que não são classificáveis dentro do registro amoroso foram agrupadas sob a etiqueta *escárnio* e *maldizer* (Lanciani; Tavani, 1995, p. 8).

Observando a riqueza lexical desse gênero representado por 403 (quatrocentas e três) cantigas, de um total de 1664 (mil seiscentas e sessenta e quatro) cantigas patentes no *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, considera-se que o recorte do gênero em um dos cancioneiros fundamenta-se em sua alegada representatividade e completude em comparação com os demais manuscritos.

Nesse fôlego, ao longo do processo de seleção e edição das cantigas, notou-se que há uma demanda crescente de trabalhos de pesquisa que se voltem ao levantamento, observação e inventariação das unidades lexicais patentes nesses *corpora* para recomposição da história da língua portuguesa.

### **3 ELABORAÇÃO DE UMA EDIÇÃO DAS CANTIGAS SATÍRICAS DO *CANCIONEIRO DA BIBLIOTECA NACIONAL* PARA O ESTUDO DO LÉXICO: ENTRE O LABOR FILOLÓGICO E O MÉTODO DA LEXICOGRAFIA HISTÓRICA**

Diante da documentação remanescente, o pesquisador, à guisa de um arqueólogo da língua, deve cautelosamente recuperar, por meio do trabalho filológico, a língua registrada nesse espólio, interpretando o seu processo de constituição histórica a partir dos dados depreendidos desses textos.

No âmbito dos estudos linguísticos, assume-se que a Filologia seja uma ciência dedicada aos aspectos da materialidade, produção, transmissão e recepção do texto, e, conforme assevera Mattos e Silva (2008, p. 14), “parece integrar-se melhor como uma das formas de abordar a documentação escrita, tanto literária como documental”.

De forma muito ampla, Auerbach define a Filologia como “o conjunto das atividades que se ocupam metodicamente da linguagem do Homem e das obras de artes escritas nessa linguagem” (Auerbach, 1972, p. 11). Essa definição é muito próxima da que se encontra em Telles, para quem essa ciência “se ocupa da linguagem do homem”, e, “portanto, com a sua forma de expressão viva, variável. Ocupa-se também com as obras de arte (os textos literários) plasmados nessa linguagem” (Telles, 2016, p. 22).

É assim Filologia uma ciência interpretativa que estabelece uma íntima relação com a Linguística Histórica, já que

para obter conhecimentos sobre a língua de épocas anteriores e para explicar processos históricos de mudança, carece de dados registados nos textos escritos: para a investigação em perspectiva diacrônica, é

absolutamente necessária uma consistente infra-estrutura filológica e uma sólida preparação por parte do investigador que lhe permita uma interpretação dos textos escritos que constituem o seu corpus de análise adequada. (Maia, 2012, p. 537).

A fixação, anotação e preparação do texto para análises linguísticas devem ser realizadas, observando “certas normas capazes de assegurar que fique intacta a fase linguística espelhada na obra” (Silva Neto, 1956, p. 22), com rigor filológico e com o objetivo claro de servir a estudos dessa natureza (Matos e Silva, 2008, p. 15).

Hoje, é possível fotografar, copiar ou digitalizar mecanicamente esses manuscritos, o que elimina o eminente risco de erro dos copistas e aumenta a segurança e divulgação dos textos antigos.

Todavia, para lidar diretamente com as imagens dos manuscritos, é preciso compreender sua história e suas peculiaridades codicológicas, interpretar corretamente sua escrita, baseando-se nos preceitos de outra ciência filológica, a Paleografia, que se firmou como disciplina auxiliar da edição de textos, com o fito de habilitar os pesquisadores a decifrar os caracteres, as abreviaturas em uso e qualquer indício material que possa contribuir para a recuperação mais fidedigna possível do passado distante (Auerbach, 1972, p. 17). É de mais ainda fundamental importância esse conhecimento para o trabalho de transcrição e restabelecimento de textos.

A Filologia, como assevera Cunha (2004, p. 344), mantém com a obra literária uma permanente ligação, no que concerne à documentação remanescente, mormente à lírica profana galego-portuguesa, visto que há um número expressivo de edições elaboradas a partir desse espólio.

Todavia, as edições realizadas das 1664 cantigas transmitidas pelos únicos testemunhos conhecidos, em sua maioria, têm o intuito de divulgar a produção trovadoresca para um público amplo. Essas edições são elaboradas a partir de um comportamento editorial modernizador, com um maior grau de intervenção no que concerne à regularização de nasais, atualização da pontuação e da acentuação, quebra de linhas e restituição textual.

Tais trabalhos, embora estabeleçam alegadamente textos ideais para o conhecimento dos temas das cantigas, dos gêneros literários, dos trovadores e do contexto histórico, não deixam transparecer os dados linguísticos que tanto podem contribuir para o conhecimento do léxico da época, dos traços fonéticos, fonológicos e morfológicos – já que a sintaxe é comumente pouco afetada na modernização dos textos.

Entre as edições mais conhecidas, pode-se citar a edição crítica do *Cancioneiro da Ajuda*, elaborada em 1904, por Carolina Michaëlis de Vasconcelos e as edições das cantigas por trovador: *Les chansons de Pero Garcia Burgalês Troubadour Galicien-Portugais Du XIII<sup>e</sup> Siècle*, de Pierre Basco (1964); *Pero da Ponte: Poesias*, de Saverio Panunzio (1967); *As poesias de Martin Soares*, de Valeria Bertolucci Pizzorusso (1963); *Martin Moya, la poesie*, de Luciana Stegano Picchio (1968); *El cancionero de Joan Airas de Santiago*, de José Luis Rodríguez (1980) e as edições elaboradas a partir dos três grandes gêneros, como a edição das *Cantigas d'Escarnho e Maldizer dos Cancioneiros Medievais Galego-portugueses*, de Manuel Rodrigues Lapa, cuja primeira impressão data de 1965, e a segunda de 1970.

Os muitos estudos realizados ratificam a importância do documento para a investigação da constituição da língua portuguesa por um lado e, por outro, apontam para possibilidade de outras incursões, sobretudo, no que concerne aos estudos sistemáticos que promovam o registro do léxico patente nesses *corpora* de acordo com os preceitos da Lexicografia Histórica, pois a observação e a sistematização do léxico dessas coletâneas trovadorescas ainda estão na agenda de investigações que devam ser empreendidas.

A observação da riqueza dos dados linguísticos desses códices demanda uma singular atenção no tratamento dos textos, a fim de preservar todos os aspectos que possam dar pistas para a investigação e registro da língua patente nas cantigas trovadorescas.

Nessa perspectiva, tem-se preconizado que a transcrição de textos antigos, quando destinada a estudos de caráter linguístico, deve ser “extremamente fidedigna e cuidadosa”, permitindo transparecer “os traços fonológicos e fonéticos visíveis nos originais manuscritos” (Maia, 1986, p. 19).

Tal posição está na base dos métodos adotados pela lexicografia histórica, a qual, conforme define Machado Filho (2012), é

um campo de pesquisa deveras idiossincrático, já que, diferentemente da lexicografia contemporânea, a conservação da diversidade de usos da escrita, isto é, o pleno registro da variação gráfica, é muito mais requerido naquela do que nesta, passando essa ideia a se configurar como uma das linhas metodológicas norteadoras do trabalho de pesquisa diacrônico do léxico, nomeadamente no que se refere à construção de dicionários históricos da língua, em especial daqueles que objetivem registrar o período que antecede as novas posturas sociais, comportamentais e linguísticas do período renascentista em Portugal. (Machado Filho, 2012, p. 382).

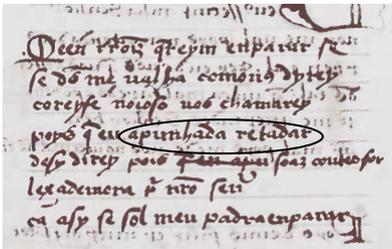
Estabelecendo métodos que destoam significativamente dos ditames tradicionais da lexicografia contemporânea, a fundação dessa vertente lexicográfica, ou seja, da Lexicografia histórico-variacional, vem como resposta à pouca atenção que a Lexicografia tradicional tem dado aos formatos lexicais que se dissociam dos padrões linguísticos adotados hodiernamente. Isto é, as realizações lexicais patentes na fala de diferentes dialetos brasileiros não têm conseguido o registro que a história deveria promover, haja visto que,

no que concerne ao léxico, desconhecem-se ou omitem-se, como produtos linguístico-culturais de importância para a compreensão do processo formativo da língua, os formatos morfofônicos dos metaplasmos tão comuns desde a passagem do latim para o português, tais como próteses ou aféreses, epênteses ou síncope, paragoge ou apócopes, rotacismos etc., muitas vezes desprezados no processo de registro escrito da história linguística do País. Considerando que *verba volant*, é tempo de se evitarem as perdas a que se submetem as línguas naturais, no que concerne às formas linguísticas das minorias no processo de construção das línguas de cultura. [...] mas já seria tempo de se estabelecerem estratégias pontuais que possam reverter, ao menos, parcialmente, a assepsia imposta pela norma-padrão aos formatos linguístico-lexicais dissonantes. (Machado Filho, 2014, p. 244).

Nesse sentido, a edição elaborada procurou dar conta da realidade da língua do códice, descartando a possibilidade de emendar o texto para recuperar a rima e o sentido, atitude muito comum nas edições direcionadas aos estudos literários. Assim, o grande exercício foi a produção desse novo material que tanto servirá de consulta para outros pesquisadores, quanto continuará como foco de interesse na investigação de cunho lexicográfico.

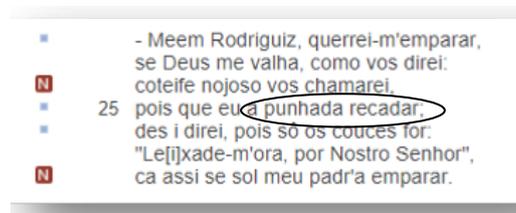
Observou-se, na vasta bibliografia consultada, que há uma obstinada busca pelo sentido de cada cantiga, o que tem culminado em uma reconstituição textual que tem comprometido o conhecimento dos usos linguísticos da época.

Em uma das mais recentes edições dessas cantigas, construída a partir de 2011, por Lopes e sua *equipa*, no projeto *Littera*, desenvolvido na Universidade Nova de Lisboa, notam-se diversas ocorrências em que o texto estabelecido não corresponde ao registro do códice, como exemplificado nas figuras a seguir:



Fonte: Códice do Cancioneiro da Biblioteca Nacional

Figura 1 – Excerto do fólio 90rC1.



Fonte: Lopes (2011)

Figura 2 – Excerto da edição da cantiga de nº 403 (tenção) elaborada por Lopes (2011).

Como é possível observar, a leitura (figura 2) proposta corrige o que é julgado como provável erro do copista ou erro do exemplar de cópia (figura 1), criando para a história dados inexistentes ou deixando de registrar fatos linguísticos e, consequentemente, informações sócio-históricas.

Na transcrição da estrofe apresentada na figura 1, manteve-se o que foi possível ler no códice, apontando-se em nota soluções interpretativas de propostas por outros editores com o escopo de colaborar para a recuperação do sentido da poesia.

Observe-se, na figura abaixo, a transcrição da referida estrofe:

22. Meem rodriguiz quereym enparar se
23. se deus me ualha como uos dyrey
24. coreyfe noioso uos chamarey
25. pors que eu apunhada retadar<sup>57</sup>
26. desy direy pois soz coutes for<sup>58</sup>
27. lexademora por nostro senhor
28. ca asy se sol meu padra enparar<sup>59</sup>

Fonte: Sampaio (2018)

Figura 3 - Excerto da edição da cantiga de nº 403 (tenção).

Embora a falta de logicidade do verso da linha 25 não contribua para a compreensão da cantiga, considerando os interesses da presente pesquisa, não é coerente criar um fenômeno linguístico, visto que, no trabalho de investigação linguística, soluções *ad hoc* para resolução de problemas de texto não podem ser admitidas. Nesses casos, é preferível não ter a segurança da leitura do que ter uma leitura engendrada para aproveitar a “materialidade histórica” desses textos poéticos.

Salienta-se, no entanto, que as edições das *cantigas satíricas* elaboradas com intuito de divulgar os temas das cantigas têm contribuído significativamente para a divulgação dessa documentação literária e para o conhecimento das histórias registradas nos motivos desse espólio.

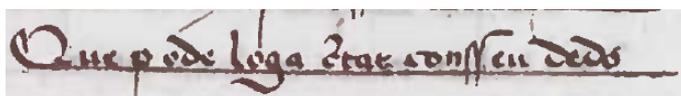
A sistematização das formas verbais finitas e infinitivas a partir dos preceitos metodológicos da lexicografia histórica exigiu redobrado cuidado e atenção na recolha e anotação de alguns itens lexicais no que concerne à apresentação do étimo, definição e determinação do tempo, modo e pessoa verbais.

Embora nas últimas décadas tenha havido um notável avanço tecnológico, como mencionado no início deste texto, despertando um interesse cada vez maior pelo desenvolvimento de técnicas que garantam o rigor e confirmem a precisão dos estudos elaborados, notou-se, na consecução do trabalho de cunho lexicográfico, que os programas informatizados disponíveis dificilmente serviriam para a construção do glossário em virtude dos seus limites de leitura de caracteres.

Programas como o *WordSmith* que têm contribuído significativamente para a lexicografia moderna, fragmentador/concordanciador publicado pela Oxford University Press, vêm sendo utilizados em trabalhos de análises lexicais, nos quais além de fragmentar os *corpora* em *wordlists*, apresentam ferramentas para realizar a contagem de frequência, agrupar variações, destacar palavras de acordo com o uso, fornecer estatísticas e concordâncias de forma fácil e flexível, não puderam ser aproveitados na composição do glossário.

O seguro levantamento das formas verbais patentes no corpus só foi possível a partir de uma leitura atenta e precisa do fac-símile do *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*. Nessa etapa do processo, a análise dos padrões lexicais dos verbos e a identificação das colocações a eles relacionadas, assim como, a avaliação do comportamento morfossintático dos lemas selecionados, modos, tempos e pessoas verbais para definição dos itens abonativos da microestrutura foram realizadas com muita atenção aos textos poéticos.

A identificação de formas verbais que estavam grafadas com fronteiras de espaço, como a do *acertar*, por exemplo, apresentada na figura a seguir, demandou uma leitura cuidadosa das cantigas estudadas, uma vez que se conservaram, na edição elaborada, todos os aspectos grafemáticos e vocabulares.



Fonte: Códice do *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*

Figura 4 – Excerto do fólio F280vC2.

Buscou-se também traçar um contraponto entre a perda de informações que estão no radical (no léxico) e a manutenção de informações morfológicas. Formas como *maer*, *gaar*, *emparar*, entre outras, caíram em completo desuso no português atual e, por essa razão, a recuperação da informação semântica reclamou um cuidadoso trabalho interpretativo.

Além disso, a frequência de alguns itens foi um dos fatores que dificultaram a sistematização dessas formas. Alguns verbos ocorreram apenas uma vez, no infinitivo, como o verbo *ambrar* e, como é comum à poesia, não é possível recuperar com segurança o seu sentido com base em apenas uma ocorrência.

Adotaram-se, então, estratégias remissivas, relacionando os verbos a partir dos seus traços significativos, como ilustrado na figura a seguir:

**andar** - v. (< lat. *\*ambitare*)<sup>m</sup>. →  
**ambrar**. 'andar passos'; 'caminhar';  
 'sentir-se ou viver em  
 determinada condição'. || INF  
 [xvi/cbnp/143.36rc1.1-10]: E as  
 iornadas sei eu bem | comolhi eiry  
 oy falar diz *que* podir | quẽ bem  
**andar** de belfurada santarẽ | Sen  
 out'ro dia madurgar eir anoguey |  
 rol iã tar emaar a *Jherusalem*. ||  
 IP1 [xvi/cbnp/142.35vc2.1-3]: Oy  
 eu donas en celladas | que ia  
 senpre seruirey | por *que* **ando**  
 namorado | *peru* nõ uolas direy |  
 cõ paour *que* delas ey | Asy mhã  
 la castigado. IP3  
 [xvi/cbnp/106.27vc1.1-4]: Huã  
 donzela quig eu muy gran bẽ |  
 Meus Amigos Assy *deus* me  
*perdom* | eora ia este meu coraçõ |  
**Anda** *perduto* e fora desem | por  
 hũa dona seme valha *deus* | que  
 depouys uiro estes olhes *meus* | que  
 mha semelha mui mays dout'ra itẽ.  
 || IPP3 [xvi/cbnp/143.36rc1.1-18]:

Fonte: Sampaio (2018)

Figura 5 – Excerto do Glossário.

Como nem sempre foi possível recuperar, com base em uma única ocorrência, o sentido do verbo, adotou-se, nesses casos especificamente, a solução do trabalho lexicográfico mais recente dessas cantigas, como o exemplo do verbo *arar*, definido por Lopes (2011-), como 'esforçar-se em vão', não comportando o significado de 'sulcar'; 'cultivar a terra', conforme o uso no português atual.

Por questões de métrica, na poesia, às vezes, há o apagamento do morfema número-pessoa e nas ocorrências em que a informação morfológica não é mantida, como em um dos exemplos da primeira pessoa do Presente do Indicativo do verbo *entender*, no qual só é possível reconhecer esse morfema pelo contexto ou pela explicitação do sujeito.

**entender** ~ **entē[er]** – v. (< lat. *intendere*)<sup>s</sup> ‘compreender’; ‘perceber’. || INF [xvi/cbnp/1312.280vc2.1-7]: Ruy goucaluys pero uos *Agraece* | Por que uos toanou em uoso cantar | Iohanne anes uegeu el *queyjar* | De qual deosto lhy deuos eecrece | hu lly fostes *trobar* de mal dizes | Em tal guysa *queue* bem pode **entender** | *Quen* quer omal que alho parece. || IP1 [xvi/cbnp/474.105rc2.1-2]: Don meendo don meendo | Por *queutora* eu **entendo** | *quem* leua obayō nō leixa a Sela. [xvi/cbnp/223.60vc1.1-16]: Aynda uos del direy outra rren | Poys quanto ben Auia me tolhe | E *quantel* senpre no mundentēdeu | *deque* eu muy grã pesar prenderia | per bõa ffe daly mho fez *prender* | Por esto nē *quereu* per el *creer* | e quanto *perel criue* fiz folia. IP5 [xvi/cbnp/416.92vc1.1-22]: Afonso sanchez pois nō **entendedes** | *equal* guysauos en fuy *responder* | A mī emculpa nō deuē poer | mais auos seo saber nō *podedes* | eu trobo pola *que* mē poder tem | *euēce* tadas *deparecer* bem | pois uuahē amō como *dizedes*. || IPP1 [xvi/cbnp/484.108rc1.1-7]: Hua uos *comecastes* **entendi** | Bē *que* nō era de *deus* *aquel* ssom | Caos pontos del no meu *coraçō* | sse *fficarā* de *guisa* *que* *loguy* | *cuidey* morrer e *dixassy* | *deus* *senhor*.

Fonte: Sampaio (2018)

Figura 6 – Excerto do Glossário.

Houve também verbos que ocorreram apenas uma vez em uma forma finita, como o verbo *faronei[ar]* que só ocorre no Presente do Indicativo e não está registrado nos dicionários etimológicos, nem latinos, consultados. Há, no entanto, a possibilidade interpretativa de aproximá-lo do verbo *farejar* que não ocorre no corpus, mas tem um amplo uso nas variantes lusófonas.

**faronei[ar]** – v. (etimologia obscura. Talvez de *faro*)<sup>m</sup> ‘intuir?’. || IP3 [xvi/cbnp/494.110rc2.1-4]: O que foy passar a Serra | e nō quis *sseuir* aterra | e ora entrara guerra | *que* **faroneia** | pois el ago *ratan* muito erra | mal *dito scia*.

Fonte: Sampaio (2018)

Figura 7 - Excerto do Glossário.

Muitos verbos, conforme previsto, caíram em total desuso e só puderam ser registrados por meio do trabalho de natureza histórica que tem sido elaborado há décadas e pela criteriosa leitura dos contextos disponíveis. Verbos como *chufar*, *maer*, com o sentido de ‘zombar’; ‘pernoitar’; respectivamente, presentes no corpus selecionado, caíram em total desuso e já não podem ser reconhecidos como unidades da língua pelo falante contemporâneo.

Vale registrar que é preciso que o lexicógrafo histórico-variacional desenvolva métodos próprios que referendam atualmente elementos olvidados na passividade do passado e, por essa razão, é preciso considerar as demandas por reflexões maiores acerca do léxico, sua unidade de comportamento e seus desdobramentos teóricos.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As investigações dos códices cancionerísticos têm evidenciado os desafios desse empreendimento, posto que as dificuldades se tornam ainda maiores somadas à complexidade de diversas questões acerca desses códices.

Essa documentação é importante para a história linguística do português, pois testemunha as mais antigas manifestações literárias conhecidas e, portanto, cabe ao pesquisador interessado nesses registros assegurar o lugar do que se encontra velado, descrevendo com a acuidade e a precisão possíveis o material disponível para o conhecimento da constituição histórica das línguas.

Nessa perspectiva, o olhar atento para os três gêneros dessa produção trovadoresca, sobretudo no que concerne às estruturas verbais, exibem no seu espólio documental um comportamento deveras singular, seja no plano morfológico, seja no plano semântico.

Machado Filho, em vários trabalhos, já havia alertado para a necessidade de inventariação do comportamento gramatical dos verbos no português, chegando a afirmar que essas unidades da língua demonstram “um comportamento flexional bastante prolífico e produtivo na história da escrita” (Machado Filho, 2012, p. 382), apresentando-se como uma importante fonte para a ampliação do conhecimento do processo de constituição histórica da língua portuguesa.

O seu *Dicionário etimológico do português arcaico* (2013) é prova disso, já que resgata formatos morfológicos e valores semânticos bastante prolíficos nesse período da língua, conquanto muito inusitados para os padrões de uso hodiernos.

Sua posição comprova-se, por exemplo, em textos mesmo do século XV, quando a língua já caminhava para uma configuração que viria a representar o português moderno. No *Livro dos Usos da Ordem de Cister*, desse período, editado por Sampaio, em 2013, existem fartos exemplos disso, como no pequeno fragmento abaixo destacado do fólio 73r da obra:

E des aly. | podem os sangrados. tã bem em tempo de liçõ come de lauor./ **iazer** | **em seos leitos. ou seer no cabidoo.** e na claustra./ ataa que | entrem ao coro. Semelhauilmente. o que steuer fora do coro. nõ | lea nem cante. (Sampaio, 2014, p. 161).

Vê-se claramente que os verbos *jazer* e *ser* para além de apresentarem grafias etimologizantes, conservam seus valores originais de ‘estar deitado’ e ‘estar sentado’, respectivamente, que foram posteriormente alterados para ‘estar morto’ e ‘existir’.

Se se utilizassem esses verbos no Imperfeito do modo Indicativo, em terceira pessoa do discurso, por exemplo, haver-se-ia de constatar que seus formatos deveriam ser nesse momento os de *iazia* e *siia*, sendo este último completamente desconhecido na contemporaneidade, já que foi substituído por *era*, derivado do verbo latino *esse*, como se sabe.

Isso prova a importância de se promoverem trabalhos de pesquisa que se voltem ao levantamento, observação e inventariação dessas unidades lexicais para recomposição da história da língua portuguesa.

Como demonstrado, formas verbais finitas e infinitivas como *oí*, *jaz*, *maer* (B143); *avilastes*, *gaar* (B1585); *emparar* (B1585); *fal* (B 1636); *avém*, *baralha* (B1645); *terrei*, *ementam* (B1650) etc., comprovam seu valor histórico-linguístico para a recomposição do cenário dos verbos em uso no período arcaico do português.

Nesse sentido, ratifica-se neste trabalho que o conhecimento do vocabulário específico do *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* é, dado o seu valor testemunhal, uma

importante empresa para a investigação da constituição histórica do português e que o estudo e a sistematização do léxico em perspectiva histórica devem nortear-se pelos pressupostos da Lexicografia Histórica.

Por fim, na seleção do corpus, validam-se as contribuições para o estudo linguístico desses textos poéticos medievais, em perspectiva histórica, para a pesquisa sobre o passado da língua portuguesa.

## REFERÊNCIAS

- Auerbach E. Introdução aos estudos literários. Tradução José Paulo Paes. 4. ed. São Paulo: Cultrix; 1972.
- Cancioneiro da Ajuda. Edição fac-similada do códice existente na Biblioteca da Ajuda. Lisboa: Távola Redonda/Instituto Português do Patrimônio Arquitetónico e Arqueológico/Biblioteca da Ajuda; 1994.
- Cancioneiro da Biblioteca Nacional (Colocci-Brancuti) Cód. 10991. Reprodução fac-similada com apresentação de Lindley F. Cintra. Lisboa: Biblioteca Nacional/Imprensa Nacional-Casa da Moeda; 1982.
- Cancioneiro Português da Biblioteca Vaticana (Cód. 4803). Rep. fac-similada com introdução de Luís F. Lindley Cintra. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos/Instituto de Alta Cultura.; 1973.
- Cunha C. Sob a pele das palavras. 1 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 2004.
- Ferrari A. Formazione e struttura del Canzoniere Portoghese della Biblioteca Nazionale di Lisbona (Cod. 10991: Colocci-Brancuti). In: Arquivos do Centro Cultural Português, XIV, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian; 1979.
- Ferrari A. Cancioneiro da Biblioteca Nacional. In: Lanciani G, Tavani G (org.). Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa. Lisboa: Editorial Caminho; 1993.
- Gonçalves E, Ramos MA. A lírica galego-portuguesa (textos escolhidos). Lisboa: Editorial Comunicação; 1985.
- Lanciani G, Tavani G, organizadores. Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa. Lisboa: Editorial Caminho; 1993.
- Labov W. Building on the empirical foundations. In: Lehmann W, Malkiel Y. (eds) Perspectives on historical linguistics. Amsterdam/Philadelphia: J. B. Publishing Company; 1982. p. 17-92.
- Lindeza Diogo AA. Lírica Galego-Portuguesa: Antologia. Braga-Coimbra: Angelus Novus; 1998.
- Lapa MR. Cantigas d'Escarnho e de Maldizer dos Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses, 2ª Edição. Vigo: Editorial Galaxia; 1970.
- Lapa MR. Cantigas d'Escarnho e de Maldizer dos Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses, Coimbra: Editorial Galaxia. Ed. crítica; 1965.
- Lorenzo R. Normas para a edição de textos medievais galegos. In: Actes du XVII<sup>e</sup> Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes (Trier, 1986). Publiés par Dieter Kremer. Tübingen, Max Niemeyer Verlag. Tome VI: Section IX ("Critique textuelle et édition de textes"); 1998. p. 76-85.

Lopes GV, Ferreira MP et al. *Cantigas Medievais Galego Portuguesas* [base de dados online]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA; 2011.

Machado FAVL. *Diálogos de São Gregório: Edição e estudo de um manuscrito medieval português*. Salvador: EDUFBA; 2008.

Machado FAVL. *Um flos sanctorum trecentista em português*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; 2009.

Machado FAVL. *Lexicografia Histórica e Questões de Método*. In: Lobo T, et al, organizadoras. *Rosae: Linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA; 2012. p. 381-390.

Machado FAVL. *Dicionário etimológico do português arcaico*. 1. ed. Salvador: Edufba; 2013.

Machado EP, Machado JP. *Cancioneiro da Biblioteca Nacional, antigo Colocci-Brancuti*, Lisboa; 1949-1964.

Maia CA. *História do galego-português: estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII até ao século XVI (com referência à situação do galego moderno)*. Coimbra: INIC; 1986.

Maia CA. *Linguística Histórica e Filologia*. In: Lobo T, et al, organizadoras. *Rosae: Linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA; 2012. p. 533-542.

Matts e Silva RV. *Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola; 2008.

Matts e Silva RV. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto; 2006.

Nunes B. *Abreviaturas Paleográficas Portuguesas*. Lisboa: Faculdade de Letras; 1981.

Oliveira AR. *O trovador galego-português e o seu mundo*. Lisboa: Editorial Notícias; 2001.

Oliveira AR. *Trobadores e Xogares*. Contexto histórico, Vigo, Edicións Xerais de Galicia; 1995.

Sampaio LRT. *Cantigas satíricas do Cancioneiro da Biblioteca Nacional: Edição diplomática e estudo dos verbos em perspectiva lexicográfica [tese]*. Salvador: UFBA; 2018.

Sampaio LRT. *Edições e estudo do Livro dos Usos da Ordem de Cister, de 1415*. São Paulo: NEHiLP/FFLCH/USP; 2014.

Scholberg KR. *Sátira y invectiva en la España medieval*. Madrid: Gredos; 1975.

Souza RB. *Dos cancioneros miscelâneos aos Liederbücher: problemas de edição da lírica profana galego-portuguesa*. In: Tania Lobo et al. (Org.). *ROSAE: linguística histórica e outras histórias*. 1ºed. Salvador: EDUFBA; 2012. p. 567-577.

Silva Neto S. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal; 1956.

Stegagno Picchio L. *Os alhos verdes (Uma cantiga de escarnho de Johan de Gaya)*. In: *A lição do texto. Filologia e Literatura*. Lisboa: Edições 70; 1979.

Stegagno Picchio L. *Martin Moya. Le Poesie*. Roma: Ed. Dell'Ateneo; 1968.

Tavani G. *Introdução à poesia medieval galego-portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho; 2002.

Tavani G. *A poesía de Airas Nunez*. Vigo: Editorial Galaxia; 1992.

- Tavani G. Ainda sobre a tradição manuscrita. In: *Ensaio Portugueses (retomado de Medioevo romanzo, VI, 1979)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda; 1988. p. 171-174.
- Tavani G. *Arte de Trovar do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*. Introdução, edição crítica e fac-símile. Lisboa: Edições Colibri; 1999.
- Telles CM. Mudanças linguísticas e crítica textual. In: Almeida et al, organizadores. *Estudos filológicos: linguística românica e crítica textual*. v. 1. 1 ed. Salvador: EDUFBA; 2016. p. 21-52.
- Vasconcelos CM. *Glosas Marginais ao Cancioneiro Medieval Português (trad. do texto de 1905)*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis; 2004.
- Vasconcelos CM. *Cancioneiro da Ajuda, vol. I*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda (reimpressão da edição de Halle, 1904); 1990.
- Vasconcelos CM. *Cancioneiro da Ajuda, vol. II*. Lisboa: Imprensa nacional - Casa da Moeda (reimpressão da edição de Halle, 1904); 1990.
- Vieira YF. Pai Soares de Taveirós e Peire Raimón de Tolosa. In: *Atas del VIII Congreso Internacional de la Asociacion Hispánica de Literatura Medieval*, vol. 1, Santander; 2001. p. 751-761.

## Você confia nas edições que lê?

### *Do you trust the editions you read?*

Carlos Eduardo Mendes de Moraes\*  
*Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, Brasil*

**Resumo:** Na pesquisa de textos impressos ou manuscritos, uma questão importante é como tratar essas fontes na preparação de um corpus. O problema atinge o pesquisador da área de estudos filológicos em virtude do seu objeto, o texto escrito. Estas reflexões vão além do conhecimento da língua, pois lidam também com a necessidade de conhecimento das diversas versões que um texto pode apresentar em sua tradição impressa, na qual há a particularidade do universo dos textos de impressão antiga e, por outro lado, abrange a totalidade das obras que se mantêm em estado de manuscrito. Não se trata simplesmente de estabelecer critério de qualificação do suporte ou da forma. Não se trata, também, somente de acirrar preconceitos que levam à preferência por esta ou por aquela edição, versão ou manuscrito. Trata-se, principalmente, de entender que os processos de edição, publicação e divulgação dos textos são extremamente complexos e que o seu conhecimento se torna tanto ou mais necessário à medida que se adotam determinadas posições metodológicas para o desenvolvimento de pesquisas dos *corpora*.

**Palavras-chave:** Edição. Manuscrito. Impresso.

**Abstract:** In the research of printed texts and manuscripts, an important question is how to treat the sources in the preparation of a corpus. The problem reaches the researcher of Philological studies due to its object, the written text. These reflections are beyond the knowledge of language, because they deal with the need of knowing different versions that a text may present in its printed tradition. On one hand, there are particularities in the universe of ancient printed texts. On the other hand, there is the totality of manuscript works. It is not only about establishing criteria to qualify the support or form. It is not only about creating stronger prejudices that lead to the preference for an edition, version or manuscript either. Mainly, it is about understanding that the processes of edition, publication and spread of texts are extremely complex and its awareness as far as methodological positions are adopted to develop corpora's researches.

**Keywords:** Edition. Manuscript. Printed.

## 1 INTRODUÇÃO

Durante as pesquisas dedicadas à leitura e discussão de textos literários e não literários relativos a aspectos filológicos da escrita em língua portuguesa, esbarramos nos problemas nascidos do enfrentamento e tratamento de textos considerados documentos ou fontes, mais do que simples obras, o que sempre exigiu que os trabalhos estivessem em constante diálogo com outras áreas do conhecimento

---

\* Professor Assistente Doutor 2. Departamento de Estudos Linguísticos, Literários e de Educação, Faculdade de Ciências e Letras. Assis, São Paulo – SP, Brasil; [mendes.moraes@unesp.br](mailto:mendes.moraes@unesp.br)

humano, além dos campos bem definidos dos estudos literários ou linguísticos no qual se inseriam. O primeiro e mais complexo problema encontrado nasceu da observação de variações existentes entre uma e outra versão de uma mesma obra, mas que não eram registradas senão no confronto de duas versões, quando não de dois exemplares de uma obra a partir do suporte material *livro*.

Esse exercício de provocação consiste em fazer algumas reflexões acerca da necessidade de transposição dos campos de análise para a compreensão de etapas da produção dos livros, levantando-se alguns entraves comuns ao processo editorial. Tratamos de alguns problemas que se agravaram com a consolidação da invenção da imprensa, como as vantagens e os riscos das reproduções em série, tão mais eficazes do que o lento processo de cópias manuscritas, refletindo a respeito desses problemas geralmente deixados no segundo plano por um contingente considerável de leitores do meio acadêmico que, no exercício de suas atividades, muitas vezes não consideram o processo de edição como uma ação cuja importância é crucial para o bom sucesso dos estudos linguísticos e literários (o que é compreensível, posto que o foco desses pesquisadores está no conteúdo).

No campo dos estudos da filologia, da crítica textual e mesmo das edições esse *olhar para o texto pronto* é diverso, porque ficamos atentos às técnicas de composição do texto desde os registros de sua(s) forma(s) manuscrita(s) até a apresentação em suporte material final (qualquer tipo de texto publicado), cuidando para que o processo seja constantemente revisto, repensado, avaliado e aprimorado, em busca de resultados confiáveis que colaboram, ainda que de maneira aparentemente indireta, para uma memória relativa ao campo de abrangência cada um desses registros escritos.

Essas reflexões, portanto, não trazem novidade para os pesquisadores atentos a essas questões, mas visam a provocar a curiosidade de estudantes e mesmo de pesquisadores que leem a obra literária sem estarem muito atentos ao processo de composição, ao processo de escolha, ao processo de recomposição, de recuperação e de diálogo entre *o que está impresso* e *o como foi impresso*.

## 2 PUBLICAR, IMPRIMIR E EDITAR

Ter o conhecimento da existência do documento, da(s) edição(ões), da tradição que envolve cada texto requer, para a execução de quaisquer atividades de pesquisa, cuidado redobrado, posto que da aplicação de um outro método, em um ou outro texto, em cada um dos suportes possíveis, sairão questionamentos que exigirão verticalidade na resolução de questões inerentes a cada obra. E nesse momento, a “confiança” naquilo que está impresso, catalogado ou arquivado necessita ser abalada.

Mas, o que significa “abalar esta confiança”?

A rigor, significa duas coisas: 1) entender que por mais seguro que se esteja quanto ao conteúdo, todo processo de publicação implica a possibilidade de ruídos até que se chegue à forma final (impressa ou até digitalizada do texto); 2) entender que quando se fala publicar, imprimir e editar, fala-se de três coisas distintas entre si.

Fernando Bouza-Álvarez refere a uma dessas dificuldades no tratamento do texto enquanto objeto de pesquisa, quando menciona a mobilidade do manuscrito,

notadamente nos momentos de concorrência direta com a imprensa, o que pode remeter aos séculos XVII e XVIII, de certa forma internalizando o conceito “publicar”, cuja utilização ultrapassa a barreira da apresentação em formato impresso:

Se os manuscritos circularam – “correram” ou se “vulgarizaram”, como diziam -, puderam servir como instrumentos de difusão e, de alguma forma, rivalizaram ou complementaram o tipográfico, acontecia que muitos dos manuscritos em circulação eram realmente impressos trasladados à mão (Bouza-Álvarez, 2001-2002, p. 66).

Eis uma primeira dificuldade que, imagina-se, deve ser enfrentada no contexto do “mercado” tipográfico seiscentista ou setecentista de Portugal e suas províncias. Os meios de publicação são vários e ultrapassam o formato do livro. Questão primordial, portanto, é entender *o que é “publicar”?*

Para Houaiss, significa:

verbo  
**1** tornar (algo) público, amplamente conhecido; divulgar, propagar [...]  
 transitivo direto  
**2** levar (algo) ao conhecimento do público  
 transitivo direto  
**3** reproduzir (obra escrita) por meio de impressão ou outro meio; dar à luz, editar  
**4** fazer imprimir e pôr à venda ou distribuir gratuitamente (trabalho escrito, desenho, gravura, pintura etc.) (Houaiss, 2009, grifos nossos)

As duas primeiras acepções registram um entendimento amplo sobre a ação, permitindo pressupor, no ato de publicar, um processo restrito de impressão ou de passagem pela tipografia apenas na acepção 3. Concordamos com esse ponto de vista e com a sua aplicabilidade aos problemas que envolvem o entendimento do processo de difusão de obras no espaço lusoamericano seiscentista e setecentista, posto que na divisão entre tornar público e tornar público por intermédio da impressão tipográfica permitia colocar-se um fosso de práticas que demonstram essa distância e não se resolvem senão fora do âmbito restritivo dos estudos literários. Publicar, visto por esse prisma, é muito mais do que observar a obra no seu suporte final, seja ele impresso ou digital.

Fèbvre e Martin (2017) alertaram para as dificuldades de se compreender que o processo editorial concorreu, durante pelo menos três séculos, com o processo de circulação manuscrita das obras, o que, de certa forma, afetou sobremaneira o progresso da produção de livros entre os séculos XV e XVII, quando ainda não existia toda a responsabilidade que hoje se atribui à figura do autor. Tornar público, portanto, é operação complexa, rica de tentáculos, que independe da ação de imprimir, a qual é apenas uma forma de publicar (e nem é a mais imediata), pois significa, segundo Houaiss:

verbo  
**1** marcar ou ser marcado (sinal, figura etc.) sobre algo, por meio de pressão  
**2** Rubrica: artes gráficas.  
 transferir os dizeres e/ou imagens contidos em fôrmas tipográficas, clichês, gravuras etc., marcando (em papel ou em outra superfície), com ou sem tinta, por meio de pressão exercida por máquina apropriada  
 transitivo direto e intransitivo

- 3 reproduzir (dados, arquivo de computador) em papel ou outro suporte, por meio de impressora ou plotadora
- 4 editar, publicar
- 5 aplicar, desfechar, desferir
- 6 Derivação: sentido figurado.  
deixar impressão; ficar marcado; gravar(-se)  
transitivo direto, bitransitivo e pronominal
- 7 Derivação: sentido figurado.  
fazer penetrar no ânimo; infundir, incutir
- 8 Derivação: sentido figurado.  
comunicar, conferir (algo) a (Houaiss, 2009, grifos nossos)

Fica clara a distinção quando se observa que em seus sentidos mais usuais (acepções 1 e 2) imprimir tem relação direta com a tipografia ou com as artes gráficas. A impressão, nesse sentido, é uma forma de publicação, mas não a primeira, tampouco a mais importante a figurar no ambiente lusoamericano dos Seiscentos e Setecentos.

A rigor, a obra quando chega ao estágio de impressão, já está publicada. O editor, o tipógrafo, o censor (hoje podemos pensar no editor responsável, no parecerista, no relator), o revisor, todos eles já conhecem o conteúdo da obra, que, portanto, já não é mais de domínio exclusivo do autor, senão por cláusulas contratuais ou acordos de sigilo e preservação do “ineditismo” ou não do seu conteúdo.

As ações de “publicar” e “imprimir”, portanto, mantêm alguma distância entre si. Enquanto publicar se dá em sentido amplo, independentemente de suporte material (o ar, no caso da palavra dita, recitada, etc.; a areia (pensemos no mito que envolveu o Padre Anchieta, no século XVI); o papel, o bronze, o gesso, o plástico, esses nossos conhecidos mais contemporâneos), imprimir pressupõe uma interferência direta de vários “cúmplices” do autor da ideia sobre o conteúdo (e neste ponto entramos em busca de nossos objetos de pesquisa).

Em geral, a pesquisa desencadeia uma sequência que requer um processo de mecanização de versões publicáveis deste objeto, como parte da preparação para a apresentação do produto final, a “obra” a ser distribuída ao público. Há que se observar que é neste processo de elaboração do produto final que residem algumas das armadilhas sobre a confiabilidade das edições, pois são muitas as possibilidades de interferências que estão em jogo. Pensemos em exemplos como a cópia, a cópia da cópia, a transcrição, as possíveis falhas da reprografia, a corrosão de uma versão do arquivo, etc., sem querer parecermos catastróficos.

Publicar é amplo. Imprimir, nesse sentido é particularidade do processo de tornar público, limitada a um suporte e condicionada a determinadas etapas dentro desse processo que a compreende como uma possibilidade. Não são fazeres indissociáveis, senão, concorda-se com uma particularidade de procedimento entre o ato de tornar público e uma das possíveis maneiras de isso vir a acontecer.

Particularmente, neste exercício de compreensão da construção do livro como produto final, seja ele impresso ou digitalizado, entende-se que, em se tratando de versões já publicadas, partes do processo já experimentaram o risco de terem sido alteradas. A rigor, datiloscrito difere de manuscrito, que difere de rascunho, pois nessa perspectiva tratamos de diferentes suportes com os quais pode-se trabalhar no processo de publicação. Todos esses suportes, entretanto, são apenas etapas de

preparação (às vezes “impublicáveis”) rumo à apresentação do produto final, o livro e, embora já tenham se tornado públicos em cada possível versão, à medida que são dadas ao conhecimento de outrem (o editor, o parecerista, o revisor, etc.), ainda não chegaram à ponta do processo: o leitor, que representa “o grande público”. É o pacto, ou o segredo da revelação do inédito, sobre o qual falaremos a seguir. Esses diversos suportes representam transmissões e possíveis mudanças do texto-origem, todos passíveis de mudanças, voluntárias ou involuntárias.

Quanto às involuntárias, podemos pensar nos exemplos acima, da cópia, reprografia, corrosão de arquivo, etc.. Já nas voluntárias, um universo de intencionalidades fica em aberto. Senão mencionemos, apenas, três delas: a transcrição dos tipos manuscritos ou da tipografia antiga para os tipos modernos; a disposição mais ou menos intencional no espaço da página; a adequação aos formatos exigidos pela catalogação e pela normatização segundo critérios internacionais. Considerando-se, portanto, a relação entre obra e público final, temos dois caminhos, pelos quais o ato de preparar o documento determina o resultado final.

No primeiro, exemplificamos com o quadro ou a escultura, desde o momento em que são avaliados pelo curador para tornarem-se ou não objetos da exposição; o poema recitado de improviso pelo poeta, assim como o discurso proferido pelo orador; o programa de tv apresentado ao vivo; todos tornam-se públicos desde o momento da sua exposição.

No segundo, há que se entender que todo e qualquer tipo de reprodução que constitua peça ou etapa do processo de preparação para a apresentação da obra ao público está desde já publicada (e, em parte, alterada): a cópia manuscrita, a reprografia, a fotografia, a gravação. Todas já fugiram ao domínio exclusivo do autor e, embora nessas condições ainda não estejam amplamente divulgadas, passam a sofrer adaptações, por mínimas que sejam: a mudança de punho e seus possíveis equívocos na cópia manuscrita; a mudança de timbre, a entonação, o pigarrear, o ritmo, na gravação; o imediato e instantâneo da foto; a mudança de tonalidade da reprografia (preto e branco ou colorido); enfim, todos interferem no “original”. A partir de então, essas obras deixam de ser inéditas (*in* [negação] + *editae* [editadas]) e essa condição faz entrar, nessas nossas reflexões, no terceiro elemento, o vilão da história, a “edição”.

Em Houaiss, seguindo nossa linha de raciocínio, encontramos uma definição bastante sucinta para o verbo “editar”:

verbo

1 publicar (obra) por meio de impressão ou outra modalidade de reprodução; dar à luz

2 Rubrica: cinema, radiofonia, televisão.

fazer a edição de (filme, programa de rádio ou televisão etc.) (Houaiss, 2009)

Para o substantivo “edição”, entretanto, há muitas possibilidades de interpretação:

substantivo feminino

1 ação ou efeito de editar

2 atividade do editor

3 reprodução, publicação e difusão comercial por um editor de uma obra (texto, partitura, estampa, disco etc.)

- 4 Rubrica: editoração.  
conjunto dos exemplares de uma obra, impressos em uma só tiragem, ou ainda em várias se não houver modificação no texto ou na composição tipográfica iniciais
- 5 Derivação: por extensão de sentido.  
publicação de uma obra inédita; lançamento
- 6 Rubrica: jornalismo.  
conjunto de exemplares de um periódico impressos de uma só vez
- 7 Rubrica: radiofonia, telecomunicações.  
cada uma das transmissões de um determinado programa jornalístico
- 8 Rubrica: cinema, radiofonia, televisão.  
seleção e coordenação de materiais filmados ou gravados para a elaboração de um filme ou programa
- 9 Rubrica: telecomunicações.  
escolha das cenas gravadas ao mesmo tempo por diferentes câmeras; montagem (Houaiss, 2009)

Se saímos do plano do dicionário, compreendemos que a complexidade do termo envolve – pensando-se exclusivamente no processo de produção dos livros – ao menos dois grandes eixos, fundamentais para este debate: as edições com finalidades comerciais e as edições com finalidades acadêmicas. Ambas diferem fundamentalmente entre si, em virtude de possuírem objetivos distintos: a primeira quer tornar o livro atraente para a venda, enquanto a segunda quer tornar o livro instrumento de divulgação de trabalhos do meio acadêmico.

### 3 TIPOS DE EDIÇÃO E SEUS PROBLEMAS

Em termos de resultados materiais observa-se que edições do tipo comercial apresentam em seus propósitos exigências que variam de acordo com os tipos de leitor idealizados ou resultantes de uma experiência, ou de uma pesquisa de mercado. Com elas, os resultados podem ser as *edições de luxo*, *as resumidas*, *as populares*, *as coleções*, *as de bolso*, *as especiais ou limitadas*, *as comemorativas*, etc.; cabe pensar ainda no bom sucesso delas, que permite as *reedições*, *as edições revistas*, *as edições aumentadas*, etc.. Em geral, essas edições têm como parâmetro principal o mercado editorial e são produzidas com finalidades comerciais lucrativas, tendo à frente uma empresa que contrata seus editores e profissionaliza o processo de produção e venda de livros físicos ou eletrônicos, além de dominar o processo desde a escolha até a colocação na estante da livraria ou no sítio da internet.

Já no eixo acadêmico, as edições estão a serviço de uma leitura especializada, em que se colocam na ponta do processo as finalidades de divulgação das ideias naquele campo de atuação. Elas não prescindem necessariamente do modelo acima, mas têm escopo definido e assim funcionam desde a que imprensa facultou (ou ampliou) as possibilidades de reprodução dos escritos com finalidades de atender às demandas das universidades, já no século XV. Vejamos o que afirmam Le Fébvre e Martin acerca dessa proximidade entre mercado e academia:

Antes de qualquer coisa, colocava-se a questão do mercado: era preciso encontrar, se possível no local, uma clientela estável e suficientemente considerável. Essa é a razão de as oficinas se multiplicarem e prosperarem nas grandes cidades universitárias. Nada é mais esclarecedor a esse respeito do que a história do início da impressão parisiense. Nada mostra melhor, por outro lado, com que espírito e por que razões um

pequeno grupo de clérigos podia ser levado a chamar impressores para uma cidade; e como estes conseguiam fixar-se nela e desenvolver seus negócios graças à existência de condições favoráveis com o risco de modificar, se necessário, a orientação de sua empresa [...].

Apesar das ruínas materiais e morais – resultado das guerras e da ocupação inglesa – que haviam entevado o ensino durante a primeira metade do século XV, Paris havia se tornado novamente, no tempo em que a tipografia aparecia em Mogúncia, uma grande cidade universitária povoada de doutores, mestres e estudantes vindos de toda parte. Estes últimos eram numerosos das Faculdades de Decreto e de Medicina e, sobretudo das Artes e Teologia. De acordo com a organização tradicional, 24 *stationarii*, fiscalizados por quatro grandes livreiros, encarregavam-se das reproduções dos clássicos indispensáveis [...] (Févre e Martin, 2017, p. 265-266).

No âmbito da produção de obras da literatura tratadas pela academia, podem existir projetos de resgate de uma obra ou do prestígio de um autor, a construção de uma fortuna crítica acerca de uma determinada obra, possíveis reedições cujas finalidades sejam dar maior foco nas questões técnicas da publicação. Como característica principal, fazem acompanhar da versão pronta do texto um ensaio introdutório que explicita o trajeto ou as modificações daquela versão da obra, ou a metodologia de tradução, ou as intenções de edição do inédito, ou ainda a justificativa da reedição, etc.. Pode fazer acompanhar ainda um ensaio sobre o processo editorial, do ponto de vista da academia, aquele que implica na busca pelo “texto confiável”, após perscrutar a sua gênese e a sua tradição, por exemplo. Pode ainda conter outras finalidades que levaram o pesquisador ou o grupo de pesquisadores a abraçar aquele projeto.

Este processo, em geral, pressupõe em suas etapas passagem por outros tipos de edição: aquelas utilitárias, de que se serve o pesquisador para a produção da edição final, como as mecânicas, diplomáticas, interpretativas, fac-similares, etc., antes daquelas que apresentam um produto final, com características que interessam diretamente à academia, como as edições críticas, genéticas, etc.

Esses (sub)processos de produção da obra na sua materialidade, até que se chegue à forma final, podem escapar das considerações de um público menos preocupado com o processo editorial. No entanto, docentes, pesquisadores, pós-graduandos, graduandos, se não nos colocamos na posição de curiosos em busca do conhecimento dessa complexidade, corremos o risco de cometer pecados metodológicos que podem custar caro. Entre os mais corriqueiros, podemos elencar: a possibilidade de se discutir com convicção absoluta o conteúdo resultante de uma má tradução; não atentarmos para a tradição de um erro que se cometeu em outro momento da tradição de uma obra com várias edições ou versões e que acabou por se consagrar como parte do seu conteúdo; não estar ciente de uma variante que pode levar o texto para outro caminho de análise, etc.

Isso pode ocorrer se, no exercício das nossas atividades de pesquisa, indicamos uma obra pressupondo a sua leitura a partir de um formato final – livro (físico) ou digital –, sem que haja a preocupação de reconhecer nela as possibilidades de ocorrência dos problemas que até então elencamos. Embora as indiquemos, muitas vezes, premidos por uma série de limitações internas ou gerais, como o número de exemplares na biblioteca, a edição esgotada, o tempo que levará para a entrega da compra, a disponibilidade no domínio público (isso, obviamente, respeitando-se a Lei do Direito Autoral, no Brasil, a Lei 9610/98), sempre

entendemos o artefato livro como produto final confiável, pois resulta de um processo de reprodução em série que nos dá a sensação de trabalho livre de problemas.

Todavia, a impressão das grandes editoras ou tipografias, a impressão doméstica de um arquivo “.PDF”, o livro importado, o livro nacional, a editora famosa, a editora de fundo de quintal, todos se fundam em um mesmo princípio, o da reprodução em série, cuja sensação de segurança pode ser afetada por deslizos. Da mesma maneira, cada leitor pode se tornar um editor de suas leituras e, em havendo uma finalidade de difusão dos resultados dessas leituras, criam-se, igualmente, problemas advindos de interferências sobre o texto. Senão vejamos algumas delas.

### 3.1 Problemas comuns a impressões de obras recentes

O leitor que não busca no texto finalidades mais precisas do que a fruição, o lazer, ou o estudante, que tem na leitura a exigência de cumprimento de seus afazeres, por exemplo, atuam sobre o suporte material da obra promovendo, nesse ato, a sua intervenção pessoal em um material também pessoal. É uma situação de intervenção em que o material será “ajustado” à leitura que esse leitor fará.

No caso do pesquisador, é necessário ter-se consciência de que alguma intervenção sobre o artefato requer que se faça registrar no seu relato de pesquisa, pois uma vez colocado em estudo, o livro (em quaisquer dos seus suportes) sairá do âmbito da leitura particular e será levado a uma dimensão pública. A divisão entre anotar com finalidades pessoais de lazer ou estudo difere bastante. Nesse processo de atuação, as finalidades de estudo exigem o cuidado com uma terminologia mais técnica de divisão entre tipos de edição, posto que serão suportes metodológicos de consecução de uma etapa de abordagem do texto.

Podemos pensar, como ponto de partida, em variadas edições mecânicas. Elas consistem nas reproduções segundo métodos plenamente confiáveis, na aparência: fotografia, fotocópia, microfilmagem, digitalização, etc.. Nessa ação sobre o texto, entretanto, uma série de problemas pode vir a comprometer a sua integridade: pensemos na possível falha da reprografia, seja pela falta de tinta, pelo defeito na impressora ao puxar o papel no caso de uma cópia impressa, a folha em branco que passa pelo rolo da impressora, etc.; ou ainda na foto cujo arquivo se corrompe, ou ainda o corpo estranho que pode aparecer na impressão, no caso de reprodução mecânica. São possibilidades de comprometimento do conteúdo integral que podem se “adquirir” no processo, principalmente para fins de criação de um exemplar de trabalho. Em geral, essas mudanças estão fora do alcance de potenciais leitores de nossas pesquisas, o que nos obriga, de antemão, a efetuarmos os registros de mudanças, tentando sempre manter o princípio da conservação do texto.

Roger Chartier, nas suas conversações com Jean Lebrun, a certa altura da entrevista dentro do tema “A biblioteca entre o reunir e o dispersar”, traz à tona um pouco dessa angústia da seleção e do recorte como ação necessária, embora requeira cuidados:

Um bom leitor é alguém que evita um certo número de livros, um bom bibliotecário é um jardineiro que poda sua biblioteca, um bom arquivista seleciona aquilo que se deve refugar ao invés de armazenar: Eis aí temas inéditos de nossa época (Chartier, 1999, p. 115 et ss.)

O fato de ser um problema de nossa época e da questão vir vinculada a uma discussão sobre a leitura, não nos desobriga de pensar que a prática existe em nossos dias e, no nosso caso, estende-se a um duplo ou a duas outras profissões não mencionadas diretamente por Chartier: o pesquisador e o editor. Para o primeiro, a seleção é imprescindível, mas exige que ela resulte de uma revisão, a qual deverá ter como função primordial organizar o recenseamento e colocar-se técnica e criticamente frente aos resultados: datação, origem, suporte, etc.. Ou seja, está diante das questões fundamentais da crítica textual. Para o segundo, supondo-se começar o seu trabalho a partir do que se atribuiu ao primeiro, cabe a função da “poda”. Entretanto, essa poda requer critérios que a justifiquem. Fica, portanto, alinhado com Chartier, na linha da concessiva “Eis aí temas inéditos de nossa época”.

Na esteira da mesma questão, talvez a tomada de posição (ou a resposta) de Lebrun nos ajude e pensar a questão de forma mais incisiva, na sua concordância com a pergunta de Chartier:

Sim. A presença do escrito nas sociedades contemporâneas é tal que ela supera toda a capacidade de conservação, mesma para a maior biblioteca do mundo, que é a do Congresso dos Estados Unidos, que seleciona e envia a outras bibliotecas os materiais que não pode aceitar. Aliás, é preciso pensar não apenas nos livros, mas em todos os materiais impressos. [...] Face a esta proliferação, mais uma vez uma resposta foi procurada do lado da eletrônica. A partir do momento em que se transforma uma revista, um periódico, um livro em um texto eletrônico acessível em uma tela, propagado pela rede, parece que se pode dispensar a conservação do objeto original, já que o texto, de qualquer modo, subsiste.

Os historiadores do livro (como eu) estão, no entanto, muito preocupados com essa evolução. Com efeito, a forma do objeto escrito dirige sempre o sentido que os leitores podem dar àquilo que lêem. Ler um artigo em um banco de dados eletrônico, sem saber nada da revista na qual foi publicado, nem dos artigos que o acompanham, ler o “mesmo” artigo no número da revista na qual apareceu, não é a mesma experiência. O sentido que o leitor constrói, no segundo caso, depende de elementos que não estão presentes no próprio artigo, mas que dependem do conjunto dos textos reunidos em um mesmo número e do projeto intelectual e editorial da revista ou jornal. Às vezes, a proliferação do universo textual acabou por levar ao gesto da destruição, quando devia ser considerada a exigência da conservação. (Chartier, p. 115 et ss.)

É comum editarmos textos baixados para nossa pesquisa, assim como é comum baixarmos textos que não informam se foram (e no mais das vezes acabam sendo) editados. Esta ação pode levar a alterações que, se não registradas, prejudicam o andamento da pesquisa, podem comprometer a sua condição primeira, seja pelo risco da mutilação, da repetição, ou da corrosão do arquivo, redundando em comprometimento do texto integral.

A edição mecânica nascida de outra edição mecânica é passível dos mesmos problemas, e tem como acréscimo o fato de que a troca por um terceiro suporte aumenta a não-fidelidade da cópia: um arquivo digitalizado do tipo documento, nascido de uma foto, uma cópia reprográfica de um arquivo digitalizado, uma impressão monocromática de um arquivo colorido, etc., podem também comprometer a confiabilidade da edição que se adota para corpus de uma pesquisa.

As microformas, ou microfímes, incluem-se neste conjunto de possibilidades, principalmente pela delicadeza de seus suportes, o filme que com o passar do tempo pode colar ou se apagar. Com igual possibilidade, os documentos arquivados em mídias transitórias também estão expostos à possibilidade de serem alvo das “desconfianças” do leitor.

Outro problema que surge nessa linha é a ação (benéfica) de recuperação, geralmente pelo processo de digitalização de obras em estado crítico. Nesse aspecto, todos os pontos tidos como “críticos” podem passar a ser reproduzidos como parte integrante do texto, que, dependendo de sua tradição, pode-se tornar portador de um equívoco (ou de uma solução de um editor não-autor) *ad aeternum*.

### 3.2 Problemas comuns a impressões de obra com maior tempo de circulação

Questões de ordem mais geral que costumam afetar edições podem ser as traduções e seus desdobramentos, os conflitos jurídicos advindos de mudança de rumos nas edições (por exemplo, as mudanças de editores e as suas consequências no destino de uma obra) não serão aqui discutidos, pois constituem objeto diverso do escopo deste artigo. A nossa proposta é questionar um pouco o caráter imaculado que o leitor pode vir a dar a uma edição. Partindo dessa limitação, podemos pensar quais seriam as “máculas” mais frequentes de edições, se elas podem atingir obras canônicas, se estão sujeitas a modificações como as mencionadas acima, se possuem marcas na história do seu processo editorial resultantes do processo de atendimento das demandas que a fama exige.

Fèbvre e Martin (2017), ao questionarem o processo de difusão do livro, levantam entre tantas possibilidades, um caminho (que reputo como fundamental para compreender o problema) da definição de cânone e de tradição de diferentes edições desde o advento da tipografia:

[...] logo se revelaram as possibilidades de que o novo processo [a tipografia, de Gutenberg] bem como seus efeitos transformadores [...] Houve, pois, transformação, e relativamente rápida. [...] [1] Que livros, impressos doravante, o público vai requisitar aos impressores e livreiros? [2] Em que medida a imprensa irá assegurar uma difusão maior aos textos medievais tradicionais? [3] O que será retido por ela da herança da Idade Média? [4] Provocando uma ruptura no material empregado no trabalho intelectual, a imprensa não vai favorecer o desenvolvimento rápido de uma literatura nova? [5] Ou, inversamente, ao multiplicar, de início, pelo menos, uma grande quantidade de textos medievais tradicionais, não vai assegurar a estes, por alguns decênios, uma sobrevivência inesperada [...]? (Fèbvre e Martin, 2017, p. 346)

Respondendo empiricamente a parte dessas questões postas pelos autores, observamos que em paralelo com a criação desse “mercado” que se abriu com a concorrência entre a tipografia e a cultura manuscrita, entendemos haver uma série de componentes externos à prática de publicar no sentido estrito da tipografia ou no sentido lato de tornar público. Esses componentes permitem entender a relação que outros processos sociais estabeleceram com a publicação de obras e que passaram a regular a forma de divulgação dessas obras<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Mencionamos, para ilustrar a questão, a porta censória que se abre com essas práticas. No exemplo do “mercado” português (extensivo às suas possessões letradas que dependiam da autorização da

Seguindo a linha de nossas reflexões, o progresso técnico não se separou de problemas que impedissem a total segurança de reproduções absolutamente isentas de variações. O processo de impressão em série teve como vantagem imprimir uma velocidade bem maior na reprodução dos textos, além de permitir outras mudanças como uma nova configuração da mancha, na paginação, na montagem do volume; paralelamente, na produção de novas modalidades de tintas, nos tipos de papel diferenciados. Entretanto, produziu um novo conjunto de problemas, tanto internos como externos ao processo de construção material do livro.

As publicações de teor religioso foram as primeiras contempladas com a impressão tipográfica; da mesma forma, os clássicos da cultura greco-romana ganharam condição privilegiada na indicação para o prelo. Essas obras levaram vantagem em relação a outras em virtude da adesão da elite que as consumiu e as financiou. Isso não descartou uma circulação paralela de conteúdos populares de resistência e murmuração, vitupério, erotismo e pornografia (nos termos de Hansen)<sup>2</sup>. Mencionamos esses exemplos de tipos de publicação eleitos como os preferidos pelos principais adeptos da nova técnica, porque essa categorização permitiu conhecermos a determinação da história de uma concorrência entre a imprensa e a cultura manuscrita, que exigiu ações importantes no sentido de regular e consolidar a nova técnica.

Problemas como a censura prévia das obras, nascida dessa seleção entre o publicável e o impúblicável; o progresso das discussões sobre o direito autoral, o próprio conceito de autoria; todos nascem ou se reformulam a partir do advento da imprensa. Constituem um conjunto de discussões outras que não são o escopo deste artigo, mas que igualmente puderam, nos níveis social, político e religioso, colaborar com o processo de produção de variantes das obras impressas, a partir do momento em que as práticas de impressão foram submetidas a regras – necessárias – para o crescimento da técnica e consolidação de um mercado.

---

“capital” para publicar) particularmente existia um cânon previamente definido pela composição Igreja / Estado, em que a censura exercida pelo Santo Ofício, pelo Ordinário e pelo Desembargo do Paço indicava uma linha “editorial” previamente definida (e há que se considerar diretrizes como *Index dos Livros proibidos*, do século XVI ou a obra *Ratio Studiorum*, modelo de ensino baseado na escolástica), ou ainda, na segunda metade do século XVIII, a Real Mesa Censória. Segundo essa linha, havia certas “regras” de aceitação de que uma obra impressa pudesse ou não vir a ser canônica. Entretanto, o “paralelo” era muito bem-vindo nas entrelinhas... No ambiente colonial (principalmente no seicentismo e no setecentismo), como extensão da tradição em Portugal, a circulação de manuscritos foi maneira eficaz de publicação. Para Fernando Bouza-Alvarez “a figura do autor foi perdendo o seu perfil de criador todo-poderoso que dominava o texto de forma absoluta. Os beneficiários do seu parcial ‘apagamento’ foram tanto do impressores e editores – a quem se reconhece um grau de participação cada vez maior nas obras de que se ocupavam -, como os próprios leitores, entendidos agora como algo mais que meros receptores das ideias que lhes propunha um onnipotente autor, modificando-se a clássica ideia de leitura numa forma de representação activa, mais do que de recepção passiva. Neste aspecto, a cópia manuscrita revela-se como uma forma de transmissão em que é possível reconhecer várias mãos e, portanto, mais do que um autor (Bouza-Álvarez, 2001-2002 p. 65-66, tradução nossa).

<sup>2</sup> As reflexões de Hansen (2019, p. 84) justificam, segundo os fundamentos da “Razão de Estado” alguns parâmetros para censura no ambiente ibérico: *A “razão de Estado” afirma, pois, que a primeira virtude de todas é a obediência; a desigualdade é natural, porque foi instituída e sacramentada no pacto da sujeição. Toda iniciativa individual ou de grupos contra ela é por definição uma blasfêmia ou heresia que deve ser extirpada. Em Portugal e na Espanha, como se sabe, quase sempre o principal argumento da “razão de Estado” foi o fogo. Estabelecido o cânone a partir desses princípios, ficam claros os parâmetros de uma censura que “aprova” ou “desaprova” uma publicação.*

Há que se pensar, pois, nos problemas de difusão e proliferação de cópias de algumas obras canônicas e da própria *Bíblia* em suas versões lidas, traduzidas e interpretadas pelos mais diversos grupos, sofrendo os mais diversificados ajustes; as demandas das Universidades, que diferiam das demandas de Igreja; as regras de negociação entre autores contemporâneos e os impressores, todas essas possibilidades estavam abertas à produção de variantes, de tal sorte que se conclui que o problema da proliferação (que era comum à cultura manuscrita)<sup>3</sup> não se resolveu com o advento da tipografia.

No âmbito interno da nova técnica de produção, o avanço também não a livrou de problemas igualmente consideráveis no processo frustração das expectativas de uma total fidelidade de igualdade no exame de cada exemplar de uma edição. A utilização dos tipos móveis nas matrizes que se montavam e se desmontavam ao sabor das necessidades do tipógrafo revelou uma possibilidade de mudanças de versões no processo de composição dos escritos, de tal sorte que os conceitos *reedição*, *reimpressão*, etc. passaram a ser fundamentais na indicação de uma determinada versão de cada obra que recebesse mais de uma ou diversas impressões. Os privilégios de impressão de uma obra poderiam significar, do ponto de vista da garantia dos ganhos do tipógrafo, auferir lucros com determinada obra, se garantidas as possibilidades de reimpressão durante os anos de gozo dos seus direitos sobre elas. Todavia, se por falta de material, as matrizes montadas necessitassem ser desmontadas para serem utilizadas em outras impressões, estaria, de imediato, aberta a porta para uma variante nas impressões sucessoras da obra primeira, pois a remontagem e o reposicionamento dos tipos em uma nova matriz não garantiriam a forma fiel das edições primeiras.

Esses problemas de ordem mecânica ou interna, sempre foram alvo de busca de soluções e melhoria no processo de edição, pois desde a “tipografia à moda antiga” até as impressoras a laser, os problemas relativos à implementação de técnicas de registro da escrita sempre se estenderam a outros campos do conhecimento humano, afinal, as duas ações – registrar e melhorar os tipos de registro – são interdependentes. Nada se deu sem uma história de erros e acertos. Considerando que todas essas possibilidades referem-se sempre ao trabalho de reprodução em série, há que se entender que esses processos a serem pensados como passíveis de precaução quanto às possíveis variações são os seguintes: as reimpressões, as reedições, as mudanças de editor, as falhas mecânicas e os problemas de revisão (ou a falta delas).

As chamadas reedições e reimpressões diferem entre si no fato de que as primeiras retomam o processo editorial desde o ponto de partida, normalmente em virtude de um novo privilégio concedido, ou da renovação de um privilégio, o que

<sup>3</sup> Os agentes dessa categoria, os copistas, bibliófilos e compiladores, estavam forçosamente vinculados a regras que culminaram em modalidades censórias. Os primeiros, em geral responsáveis contratados para o trabalho de produzir cópias (tradição que vem do medievo com os monges, mas que no Brasil dos anos Seiscentos e Setecentos ganha novo matiz, com os copistas “não alfabetizados”), as quais serviam para compor acervos pessoais de homens de posse, que viam na obra impressa um viés de popularização do objeto de *status*, o livro. Esses, tratados muitas vezes como bibliófilos, atuavam na história do livro no Brasil como mecenas, por um lado, e como os ricos colecionadores, por outro, abrigando em seus acervos tanto as obras passíveis de impressão, na forma de livros, artefatos mais populares pela função político-religiosa que a sua popularização suscitava, ou códices / livros manuscritos, cujos conteúdos eram de apreciação pessoal, por vezes passíveis de interdito censório.

pressupõe alteração na sua sequência numérica de indicação em *primeira edição*, *segunda edição*, etc.. Tais informações, inicialmente por convenção, hoje por regra, devem constar das páginas de apresentação do impresso, assim como no segundo caso, o das reimpressões, igualmente convencionou-se e depois regulamentou-se a indicação em *primeira reimpressão*, *segunda reimpressão*, etc.. Ambas as possibilidades foram ainda complementadas com os tipos de ação contidas no processo de (re)produção, como *edição revista*, *edição ampliada*, *edição revista pelo autor*, etc.<sup>4</sup>.

Estes registros de alterações facilitam a vida do editor, do leitor e do pesquisador. No caso da tipografia antiga, eles resultam da manifestação do interesse suscitado por uma determinada obra bem sucedida ou tirada do esquecimento. Suponhamos: a *Eneida* da editora “x” é mais completa na sua segunda edição do que na primeira. Os dados que nos permitem fazer tais afirmações são, em princípio, as indicações constantes das páginas introdutórias colocadas em ordem sequencial de edição (primeira, segunda), somadas às indicações complementares (revista, aumentada, revista pelo autor, revista pelo editor, etc.) acrescida das informações constantes das suas páginas introdutórias (advertência ao leitor, introdução, prefácio, prefácio à “x” edição, etc.). Esses registros são importantes porque em geral as mudanças não se restringem apenas ao formato, ao modelo (*layout*) utilizado pela tipografia e são fundamentais para que o leitor / o pesquisador possa empreender um estudo sistemático da obra.

Assim, podemos estabelecer critérios iniciais de escolha quando confrontamos os graus de informação fornecidos pelas obras em suas fichas técnicas e em seus estudos de introdução. Mas, se porventura, não estivessem registradas? Do ponto de vista dos problemas resultantes de falhas mecânicas ou de revisão (de impressão ou de montagem das matrizes) pensamos na situação da página que se fez imprimir dobrada sem que o impressor, o cortador ou o finalizador se apercebessem do problema; a falta de uma página na sequência, ambos problemas que podem se registrar em um único ou poucos exemplares de uma tiragem; uma sequência de páginas intercalada ou montada ao contrário, problema que da mesma maneira pode se registrar em um, poucos ou muitos exemplares.

Em outras situações, a falta de revisão pode ser resultado que redunde em todas as possibilidades acima e ainda pode vir a ser responsável por mudanças na compreensão – ocorrência mais grave – quando se observa a troca de letras (as mais comuns são confusão entre *b*, *q*, *p*, *d*), os saltos (resultantes de duas ocorrências de um mesmo vocábulo em posição próxima na mesma página, ou da mesma situação em que, contrariamente, repetem-se uma ou algumas linhas, etc.).

Estão aqui postas algumas possibilidades de ocorrência de variações em obras impressas segundo a tradição da tipografia *à moda antiga*. Em síntese, os processos de mecanização para produção em série são bastante eficazes; foram responsáveis por profundas mudanças ao longo dos últimos cinco séculos, tirando a produção escrita dos modelos simplesmente manuscritos ou de matrizes fixas entalhadas para modelos que, pela flexibilidade, tornaram ágeis, seguros e até, nas duas últimas décadas, individualizados. Todos com suas vantagens e com algumas

---

<sup>4</sup> Particularmente, quando deparamos com casos de reimpressão, considera-se que as possíveis mudanças pode advir de matrizes desmontadas e remontadas, dos desgastes a que as matrizes estiveram sujeitas no intervalo entre uma e outra impressão, quando se detecta que os impressos da primeira versão são em algum aspecto diferentes daqueles das impressões posteriores.

limitações que requereram e requerem cuidados na ação de *publicar*, conseqüentemente, nos cuidados ao tratar das obras como produtos finais inquestionáveis.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, voltamos à questão. Confiamos nas edições que lemos? Deveríamos. Principalmente, partindo do pressuposto que o primeiro passo para escolhê-las deve ser conhecer a história do(s) livro(s), seus entraves, seus progressos e, enfim, estabelecer com ele íntima relação de cumplicidade e compreensão de seus benefícios e de suas limitações.

Nós não chegaremos à plena segurança na escolha de uma edição. Isso beira o idealismo. Não é o intuito das Ciências Humanas reduzir essas questões a uma solução única, posto que a obra humana é incomensurável. Entretanto, cada vez mais, em virtude da rede ou da teia de pesquisas que somos capazes de produzir (a despeito dos cortes e contingenciamentos) é questão importante para ser levada em consideração, permitindo-nos, enquanto pesquisadores, colocarmo-nos na posição de críticos “cuidadosos” com não incorreremos no equívoco de lançarmos olhar único e unilateral em questões tão abertas como a história do progresso da escrita, do livro, da tipografia, da edição e, o mais importante, da relação dessas ações, descobertas e progressos registradas pelo ser humano, seu sempre espectador e propósito final.

Questões como *publicar*, *imprimir* e *editar* e, delas, os desdobramentos em *tipos e problemas de edição* foram o foco dessas reflexões, com o intuito de fazer lembrar que o livro, em quaisquer dos seus formatos, não nasce pronto. Mesmo sendo produto intelectual de um autor, ele passa por diversos atores (que pode(m) ser uma ou várias pessoas e até entidades) no processo de edição e que cada um desse(s) ator(es) do processo pode(m) sujeitar o produto final, o livro (em qualquer formato), a uma série de riscos de modificações, voluntárias ou involuntárias, que fazem diferença no produto final que apendemos a ler, sem estarmos atentos às possibilidades de variação desde o seu ponto de partida, por confiarmos (talvez de maneira acrítica) na invariabilidade do seu conteúdo. Atitude a ser revista.

#### REFERÊNCIAS

Bouza-Alvares F. Cultura escrita e história do livro: a circulação manuscrita nos séculos XVI e XVII. *Literaturas: Revista da Biblioteca Nacional*, 2001;9/10:63-95.

Chartier R. A biblioteca ente o reunir e o dispersar. In: *A aventura do livro. Do leitor ao navegador. Conversações com Jean Lebrun*. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. 1ª reimpressão. São Paulo: Imprensa Oficial e Editora da Universidade Estadual Paulista; 1999. p. 115-128.

Cunha, C A, Laudana, M, organizadores. *Agudezas seiscentistas e outros ensaios*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2019.

Fèbvre L, Martin HJ. *O aparecimento do livro*. trad. Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2017.

Houaiss A. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss e Objetiva; 2009.

Com a voz enrouquecida ou considerações  
sobre a presença de Camões no último capítulo de  
*O crime do padre Amaro*, de Eça de Queirós

*With a rough voice or considerations on the presence of Camões in the  
final chapter of The crime of father Amaro, by Eça de Queirós*

Ceila Maria Ferreira\*

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

**Resumo:** Esta é uma versão, com poucas modificações, da palestra que foi apresentada durante o Colóquio *Um Dia de Camões 8*, no Instituto de Letras da UFF. Trata-se de um trabalho sobre a atualidade de *Os Lusíadas*. Também fizemos considerações sobre a presença de Camões no último capítulo de *O crime do padre Amaro*, obra que teve três versões, duas delas autorais, e que trouxe e traz ao público leitor o nome e um relato da Comuna de Paris, num exercício do que mais tarde Walter Benjamin chamou de “escovar a história a contrapelo”. Tal trabalho também versa sobre a importância da Crítica Textual para a preservação e divulgação do patrimônio cultural em forma de textos escritos, assim como sobre a importância dessa disciplina para os Estudos de Língua e de Literatura.

**Palavras-chave:** Crítica textual. Literatura. Cânone literário. Transmissão textual.

**Abstract:** This is a slightly modified version of the talk given during the *One Day for Camões 8* colloquium at the Institute of Letters, Federal Fluminense University, Brazil, on the present-day relevance of *Os Lusíadas* [*The Lusíadas*]. It also offers some reflections on the presence of Camões in the final chapter of *O crime do padre Amaro* [*The crime of father Amaro*], a work that exists in three version, two of which were authorial, bringing to readers’ attention the name and an account of the Paris Commune, in an exercise in what Walter Benjamin would later call “brushing history against the grain.” The work also discusses the importance of textual criticism for the preservation and communication of cultural heritage in the form of writings, as well as the importance of this discipline to studies of language and literature.

**Keywords:** Textual criticism. Literature. Literary canon. Textual transmission.

---

\* Professora de Crítica Textual lotada no Departamento de Ciências da Linguagem do Instituto de Letras da UFF, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. Coordenadora do Labec-UFF. Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq. Escritora ligada ao Mulherio das Letras Rio; [ceilamaria@hotmail.com](mailto:ceilamaria@hotmail.com).

## 1 INTRODUÇÃO

No'mais, Musa, no'mais que a lira tenho  
 Destemperada e a voz enrouquecida,  
 E não do canto, mas de ver que venho  
 Cantar a gente surda e endurecida.  
 O favor com que mais se acende o engenho  
 Não no dá a pátria, não, que está metida  
 No gosto da cobiça e na rudeza  
 Duma austera, apagada e vil tristeza.  
 (Camões, *Os Lusíadas*, canto X, estrofe 145)

Fizemos questão de iniciar este texto, que teve uma de suas versões apresentada como palestra, no *Colóquio Um Dia de Camões 8*, organizado por Luís Maffei, com uma determinada estrofe de um famoso Poema. Tal evento contribuiu e contribui, temos certeza, para trazer, aos dias de hoje, a presença lembrada e a palavra do Poeta, o nome dele já um poema de tão belo, musical e luminoso, Luís Vaz de Camões, porque o que estamos vivendo, na atualidade, se assemelha e muito com o que é cantado na estrofe 145 de *Os Lusíadas*. Se não fosse pela linguagem solene, característica do gênero épico, pareceria que estávamos falando do Brasil da atualidade. Mas, de certa maneira, estamos, pois Camões faz parte da nossa história, da história da humanidade. Além disso, ainda não conseguimos construir, apesar de vivermos no século XXI, um mundo de justiça e de bem-estar para todas e todos. Hoje, parece, para várias pessoas, justiça e bem-estar social é algo que, com o fortalecimento do neoliberalismo, do capitalismo financeiro, ainda mais com o governo do Brasil, hoje, governo de características e de práticas fascistas, estamos longe, muito longe e talvez, conforme o que é transmitido por uma mídia comprometida com o que Jessé Souza chamou de elite do atraso, nunca alcancemos. Então, para algumas pessoas, já cansadas de tantos não e desesperanças, é melhor deixar para lá. Mas as palavras de uma ou de um Poeta têm a força de nos despertar a atenção a respeito das potencialidades da espécie humana seja para o mal, seja para o bem, entendendo, aqui, mal e bem como conceitos que não estão imunes à historicidade.

No caso das epopeias, conforme Francisco da Silveira Bueno (1960, p. 72):

[...] há muito pequeno lugar para a psicologia. Os personagens são todos iguais pela altivez do caráter, pelo denodo e coragem de seus atos, pela lealdade e franqueza de suas ações. Os adversários, ao contrário, só apresentam defeitos, covardia, traição, mesquinhez de temperamento, falsos e perjuros.[...]

Contudo, em *Os Lusíadas*, o Poeta faz críticas a Portugal de sua época, não se eximindo, inclusive, de dirigi-las ao clero, o que também foi objeto de comentário de Francisco da Silveira Bueno (1960, p. 34). Aqui destacamos os dois últimos versos da estrofe 150, Canto X, da referida obra de Camões, em que podemos ler: “Que o bom religioso verdadeiro/ Glória vã não pretende nem dinheiro.” (Camões, 1960, p. 757). Vale salientar que o Poeta não se furtou de escrever tais versos num momento em que a Igreja estava extremamente ligada ao poder temporal e que a obra, que havia, segundo a tradição, sido salva, pelo próprio Camões, em um naufrágio, devia passar pela censura do Santo Ofício.

As críticas que o Poeta dirige a seus contemporâneos, como as que citamos no início deste texto, soam muito atuais a nós, brasileiras e brasileiros, sob o governo Bolsonaro, sobretudo, quando tentamos estabelecer um diálogo com pessoas que mais

se assemelham à “gente surda e endurecida” referidas por Camões. Além disso, a fala do Velho do Restelo, aquele “C’um saber só de experiências feito” (Camões, 1960, p. 380), no Canto IV, é eivada de críticas à empresa dos “descobrimentos” marítimos, o que também pode ser entendido como uma construção de uma brecha para que o Poeta dê voz ao contraditório, o que acaba funcionando, para parte do público leitor, como um escovar a história a contrapelo, num sentido aproximado ao dado por Walter Benjamin, em *Sobre o conceito da história*, nas palavras traduzidas por Sérgio Paulo Rouanet (Benjamin, 2012, p. 245), uma obra também escrita num momento extremamente sombrio da história da humanidade, a Segunda Guerra Mundial. E digo também, pois o tempo dos “descobrimentos” foi um tempo de genocídio de imenso contingente de povos originários nas terras que, a partir da chegada de europeus, receberam o nome de Américas e a América Latina, ainda hoje, está com suas veias abertas. Até quando?

Voltando a Camões e à atualidade do grande Poeta lusitano, Harold Bloom, crítico literário norte-americano, recentemente falecido, tinha, em parte, razão quando disse, em *Gênios, os 100 autores mais criativos da história da literatura*, obra em que inclui Camões, Machado de Assis, Eça de Queirós e Fernando Pessoa, que: “[...] o mundo descrito por Camões ainda é o nosso, conquanto Portugal já não seja uma potência ultramarina e o Brasil seja independente. [...]” (Bloom, 2003, p. 528). Vale ressaltar que escrevi que o referido crítico literário norte-americano tinha em parte razão, pois o Brasil vem, cada vez mais, perdendo o que podemos entender por independência.

Lembramos ainda com Marc Bloch, professor que participou da Resistência Francesa e que, em 1944, foi fuzilado por nazistas, que: “Nossa arte, nossos monumentos literários estão carregados dos ecos do passado [...]” (Bloch, 2001, p. 42) e, numa outra passagem de *Apologia da História ou o ofício de historiador* diz que: “[...] a ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente; compromete, no presente, a própria ação.” (Bloch, 2001, p. 63).

Sim, é preciso ler Camões, não só *Os Lusíadas*, como também a lírica camoniana, e suas palavras chegam a nós a partir do trabalho de tipógrafos, editores, docentes, escritores, escritoras, críticos e críticas textuais, literários, tradutores, mas sobretudo pelo trabalho do Poeta, que escreveu aquelas páginas, apesar da grande dificuldade em que viveu. Inclusive morreu pobre e seu corpo foi atirado a uma vala comum, envolvido em um lençol, como podemos ler em Silveira Bueno (1960, p. 20):

São obscuros os últimos quatro anos da vida de Camões. Nada de novo publicou e na peste aparecida, novamente em 1579, foi o cantor do Gama uma das suas vítimas. É tradição que um de seus protetores, D. Francisco de Portugal ou D. Manuel, tio deste, enviou um lençol para amortilhar o mais alto cantor que as Tágides haviam inspirado. Em que dia teria falecido? Não se sabe: alguns aventam a hipótese de ter sido a 10 de junho de 1580. [...]

## 2 CRÍTICA TEXTUAL E A ESCOLA CAMONIANA

Em relação à Crítica Textual, é reconhecida a importância da Escola Camoniana Brasileira. Entre seus nomes, podemos citar, entre outros, os de Emmanuel Pereira Filho, Leodegário Amarante de Azevedo Filho, Álvaro de Sá, Cleonice Berardinelli, além de Marina Machado Rodrigues, essa última, professora de Crítica Textual, lotada no Departamento de Ciências da Linguagem, do Instituto de Letras da UFF.

Ainda acerca dessa prestigiosa Escola, vale destacar o papel de Emmanuel Pereira Filho para a proposição de um cânone mínimo ou básico da lírica camoniana, a partir da utilização do critério do tríplice testemunho quinhentista incontroverso de atribuição de autoria de poemas a Camões, já que havia e há sérios problemas de atribuição de autoria ao Poeta, assim como de estabelecimento e transmissão de textos da lírica camoniana. O continuador desse trabalho foi o Professor Leodegário A. de Azevedo Filho que julgou por bem flexibilizar o critério proposto por Pereira Filho.

Leodegário A. de Azevedo Filho, falecido em 2011, foi Presidente da Academia Brasileira de Filologia e entre suas publicações estão oito volumes da edição crítica da lírica de Camões, saídos pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda de Portugal, publicação que teve, como texto de base, para seu estabelecimento, a tradição manuscrita da lírica camoniana, os famosos “livros de mão”. Para informações mais detalhadas sobre a Escola Camoniana Brasileira, sugerimos a leitura de *A Moderna Escola Camoniana Brasileira*, de Marina Machado Rodrigues, continuadora dos trabalhos do saudoso Prof. Leodegário A. de Azevedo Filho<sup>1</sup>. Porém, este nosso artigo não versa sobre a lírica de Camões e sim sobre a presença de Camões no último capítulo de *O crime do Padre Amaro*. E o Camões lá presente está mais próximo do Camões épico de *Os Lusíadas*.

### 3 A PRESENÇA DE CAMÕES EM O CRIME DO PADRE AMARO

A primeira vez que *Os Lusíadas* foram publicados foi em 1572, num papel barato e, muito provavelmente, a edição era corrigida à medida que era impressa. Aliás, como disse Ana Virginia Pinheiro, chefe da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional (RJ), o maior valor daquele livro eram os versos ali estampados, e a Biblioteca Nacional (RJ) guarda, em seu acervo, um exemplar considerado, por grande parte dos pesquisadores e das pesquisadoras, como da primeira leva “das primeiras edições” de *Os Lusíadas*, datadas de 1572.

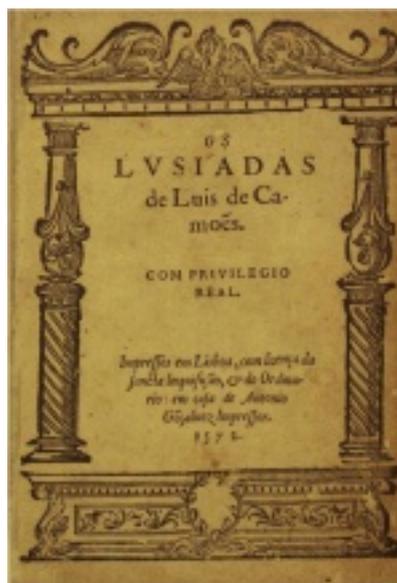


Figura1 - imagem retirada do site da FBN-RJ.

<sup>1</sup> O trabalho de Maria Machado Rodrigues, a que se refere esta nota, está elencado nas referências deste artigo.

Em relação aos exemplares diferentes da edição de 1572, é bastante conhecido o caso do pelicano com o pescoço virado para a esquerda e o do com o pescoço virado para a direita, na portada ilustrada na folha de rosto “das edições de 1572”. Nesse sentido, cabe aqui lembrar das palavras de César Nardelli Cambraia, no capítulo intitulado A transmissão dos textos, de *Introdução à crítica textual*:

Embora tecnicamente os termos reimpressão e reedição se refiram a realidades distintas, verifica-se que, na prática, costumam ser utilizados indevidamente de forma intercambiável: para a crítica textual, porém, é capital diferenciar quando dois exemplares impressos pertencem a uma mesma edição (sendo frutos de mesma matriz) ou a edições diferentes (derivando de matrizes distintas). Sabe-se ainda, entretanto, que, durante o processo de impressão, eventualmente se faziam modificações na própria matriz, sem, no entanto, se destruírem os exemplares já impressos antes das referidas alterações: disso resulta a produção de exemplares, em uma mesma leva, que não são idênticos uns aos outros, caso em que se diz haver diferentes *estados* de uma mesma edição. (2005, p. 75)<sup>2</sup>

Contudo, para a discussão acerca da primeira ou das primeiras edições de 1572 de *Os Lusíadas*, recomendamos a leitura de *Uma, duas, quantas edições?*, de José Luís Lisboa, que consta entre as referências deste nosso artigo.

Acerca da recepção de *Os Lusíadas*, tal obra foi citada e o nome de Camões referido por inúmeros escritores, escritoras, críticos e críticas literárias, filólogos e filólogas. Neste trabalho, destacamos, além dos citados anteriormente, os de: Montesquieu, Carolina Michaëlis de Vasconcellos, Machado de Assis, Eça de Queirós e, mais recentemente, o de Harold Bloom.

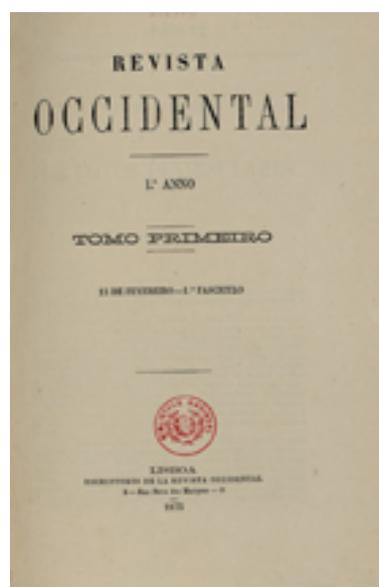
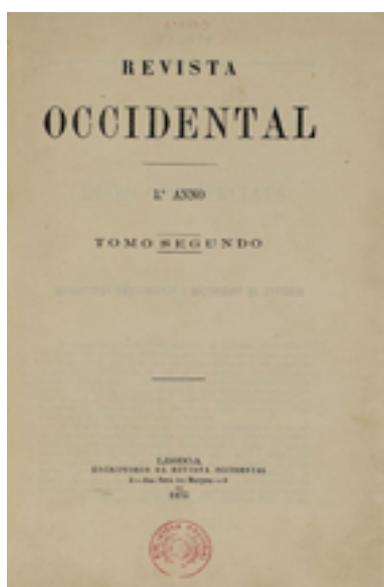
Para Harold Blomm, em *Gênios*, Eça de Queirós, que nasceu num dia 25 de novembro, no ano de 1845, seria um dos herdeiros de Camões, assim como Machado de Assis. E Eça, assim como Machado, além de serem considerados gênios por Bloom, participaram, cada um a seu modo, das homenagens a Camões, em 1880, terceiro centenário da morte do Poeta. Machado escreveu uma peça de teatro, encenada em 10 de Junho de 1880, cujo título foi retirado da estrofe 119, Canto III, de *Os Lusíadas*, “Tu só, tu, puro amor”.

Eça, em 1880, publicou uma nova edição de *O crime do padre Amaro*, em que, a cena que fecha o último capítulo é passada em frente à estátua de Camões, em Lisboa. Além disso, o autor de *O primo Basílio* e tantas outras obras se refere a um episódio da chamada história dos vencidos, até hoje, não usualmente citado, pelo menos aqui no Brasil: a Comuna de Paris, primeiro governo operário da história (18 de março a 28 de maio de 1871) que foi duramente reprimido. E, em maio de 1871, aconteceram as famosas Conferências Democráticas do Casino ou Cassino Lisbonense, que foram proibidas de terem prosseguimento pelo governo de Portugal à época, por meio de decreto público assinado pelo Marquês de Ávila e de Bolama, conforme A. Campos Matos (2011, p. 90). Tais conferências partiram de ideia de Antero de Quental e contaram com a participação de Eça de Queirós, entre outros. São também de 1871, *As Farpas*. Mas por que citamos 1880 como o da edição de *O crime do padre Amaro*, já que o ano mais difundido da publicação daquele romance é o de 1875?

<sup>2</sup> A palavra *estados* aparece em itálico no referido texto de César Nardelli Cambraia.

É que o referido romance teve quatro edições em vida de Eça de Queirós, sendo que três delas são consideradas versões por Carlos Reis e Maria do Rosário Milheiro, na edição crítica que publicaram daquele romance, em 2000, ano do centenário do falecimento de Eça de Queirós.

Todas as quatro edições apresentam a cena que se passa nas proximidades da estátua de Camões? Todas elas fazem referência à Comuna de Paris? E por que apenas três delas podem ser consideradas versões? Vejamos, a primeira delas, a de 1875, não foi autorizada por seu autor, que chega a chamá-la de borrão. Foi publicada na *Revista Occidental*, sob a responsabilidade de Jayme Baralha Reis e Antero de Quental e o autor já se encontrava em Newcastle.



Figuras 2 e 3 - Capa das edições da Revista Occidental.

Desta edição, que tem ao todo 136 páginas, não consta a cena que se passa nas proximidades da estátua de Camões. A cena final daquela versão acontece junto às grades da Encarnação. Há referência a incêndios, à fuzilaria, em Paris, mas o nome Comuna de Paris não aparece. Além disso, aquele episódio histórico vem datado de maio de 1870.

À primeira edição de *O crime do padre Amaro*, se seguiu uma espécie de pacto de silêncio da imprensa da época em relação àquele romance. Naquela edição de 1875, o padre vivia um relacionamento amoroso com uma fiel da Igreja; os padres viviam de forma não condizente com a esperada. Além disso, o Padre Amaro teve um filho com Amélia. Amélia morre, mas, antes de Amélia morrer e, sem ela saber, o próprio padre Amaro mata o filho. Um escândalo para a época, como seria também para os dias de hoje.

Em 1876, é publicada a segunda edição do romance, a primeira em formato livro. Tal edição, que ao todo tem 362 páginas, foi paga pelo pai de Eça e conta com várias modificações autorais, inclusive, na estrutura do romance, daí ser considerada uma nova versão, a segunda.

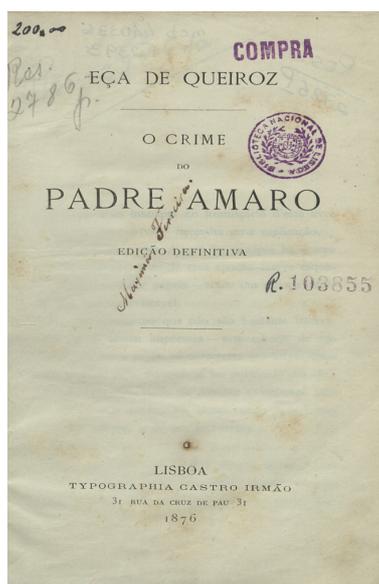


Figura 4 - Capa da edição de *O crime do padre Amaro*, de 1876.

O autor também se encontrava em Newcastle. A informação da data, que abre o último capítulo, continua a ser “Nos fins de Maio de 1870”. Contudo, há referência literal à Comuna:

[...] As palavras *comunistas*, *Versailles*, *petróleo*, *diabos os levem*, voltavam a cada momento. Com efeito, o telegrama chegado àquela hora perturbava, confundia os critérios.

Paris ardia!

A Comuna queimava a Cidade! [...] (Reis e Milheiro, 2000, p. 1018)

A cena se passa nas grades da Encarnação. Não há referência a Camões e o capítulo termina tal qual a edição de 1875, porém não traz mais a nota que diz que a edição saiu sem as modificações que o autor pretendia fazer no texto. Inclusive, na folha de rosto da publicação de 1876, há a seguinte informação: edição definitiva. Porém no meio do caminho havia Machado de Assis. Sim, o nosso Machado de Assis, que em 1878, publica uma crítica aos romances *O primo Basílio* e *O crime do padre Amaro*.

Para Alberto Machado da Rosa (1979), tal crítica foi fundamental para que Eça fizesse uma verdadeira revolução naquele romance, que, em 1880, ano do terceiro centenário da morte de Camões, e também um momento de forte crise em Portugal (a monarquia estava sendo contestada, clamavam por democracia; ideias socialistas circulavam. Falavam também sobre a decadência de Portugal, sobre república, sobre questão social), sai numa nova edição que é uma outra versão, a terceira, de *O crime do padre Amaro*, dessa vez com 674 páginas<sup>3</sup>. E a data que abre o último capítulo daquela edição, o XXV, é, enfim, alterada para: “Nos fins de Maio de 1871 [...]” (Reis e Milheiro, 2000, p. 1019). A palavra *Comuna* é citada e é acrescentada a cena que se dá nas proximidades da estátua de Camões, em Lisboa, que é mantida, com pouquíssimas modificações, na última edição autorizada por Eça de Queirós e saída em vida desse autor, a de 1889.

<sup>3</sup> Sobre quantidade de páginas das três primeiras edições de *O crime do padre Amaro*, v. Maria Filomena Mónica (2001, p. 157).

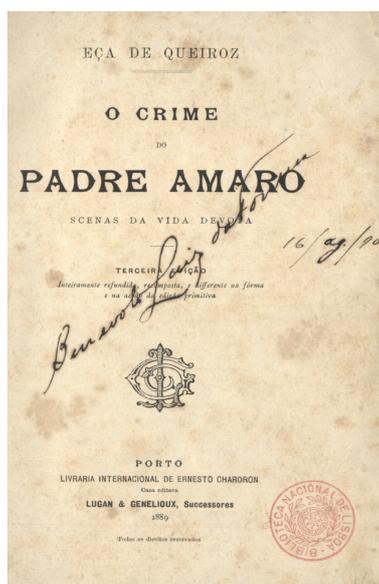


Figura 5 - Capa da edição de *O crime do padre Amaro*, de 1876.

Do texto crítico da edição de 1889, preparado por Carlos Reis e Maria do Rosário Milheiro, e publicado na edição crítica de *O crime do Padre Amaro*, em 2000, é que retiramos os exemplos que, inclusive, dialogam e muito com o que vivemos hoje no Brasil. É um diálogo entre o conde de Ribamar, o padre Amaro e o cônego Dias:

[...] Ah! A imperatriz no trono de França, Pio Nono no trono de Roma, aí temos a democracia esmagada entre estas duas forças sublimes, e creiam Vossas Senhorias um homem que conhece a sua Europa e os elementos de que se compõe a sociedade moderna, creiam que depois deste exemplo da Comuna não se torna a ouvir falar de república, nem de questão social, nem de povo, nestes cem anos mais chegados!... [...]

- Deus Nosso Senhor o ouça, senhor conde, fez com unção o cônego.

Mas Amaro, radiante de se achar ali, numa praça de Lisboa, em conversação íntima com um ilustre, perguntou ainda, pondo nas palavras uma ansiedade de conservador assustado:

- E crê Vossa Excelência que essas ideias de república, de materialismo, se possam espalhar entre nós?

O conde riu: e dizia, caminhando entre os dois padres, até quase junto das grades que cercam a estátua de Luís de Camões:

- Não lhes dê isso cuidado, meus senhores, não lhes dê isso cuidado! É possível que haja aí um ou dois esturrados que se queixem, digam tolices sobre a decadência de Portugal, e que estamos num marasmo, e vamos caindo no embrutecimento, e isto assim não pode durar dez anos, etc., etc. Baboseiras!...

Tinha-se encostado quase às grades da estátua, e tomando uma atitude de confiança:

- A verdade, meus senhores, é que os estrangeiros invejam-nos... E o que vou lhes dizer não é para lisonjear a Vossas Senhorias: mas enquanto neste país houver sacerdotes respeitáveis como Vossas Senhorias, Portugal há-de manter com dignidade o seu lugar na Europa! Porque a fé, meus senhores, é a base da ordem!

- Sem dúvida, senhor conde, sem dúvida, disseram com força os dois sacerdotes.

-Senão, vejam Vossas Senhorias isto! Que paz, que animação, que prosperidade! [...]  
(Reis e Milheiro, 2000, p. 1033).

E então há um desfilar, pela voz do narrador, de imagens, de figuras que ilustram o inverso do que foi dito pelo conde, num cenário de decadência, e esse desfilar se dará diante da estátua de Camões, que segura, junto ao coração, *Os Lusíadas*.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O romance termina com um tom de quase total desesperança. Digo quase total, talvez por ser otimista. Mas, a partir da leitura da descrição do monumento em homenagem a Camões, presente nas páginas escritas por Eça de Queirós, podemos reparar que o Poeta está “com a epopeia sobre o coração” e “cercado dos cronistas e dos poetas heroicos da antiga pátria [...]” (Reis e Milheiro, 2000, p. 1035). E o romance termina com: “[...] – pátria para sempre passada, memória quase perdida!”, seguida, na outra linha da data *Outubro de 1878 – Outubro de 1879* (Reis e Milheiro, 2000, p. 1035).



Figura 6 - Foto tirada pela autora deste artigo em 8 de março de 2020.

A memória está quase perdida, mas o Poeta continua a contar-nos, com a epopeia sobre o coração, e a nos possibilitar a recordação, ou seja, a trazer de volta aos nossos corações e mentes, parte da história de Portugal e também a fazer críticas, apesar da voz enrouquecida, a parte dessa história.

Camões e Eça, além de inovarem, transformarem e divulgarem a língua portuguesa e a literatura em língua portuguesa, tiveram a coragem de construir histórias que trazem à visibilidade da folha publicada parte do que estava relegado ao esquecimento, e a coragem é uma espécie de salvação, já dizia Platão (1996, p. 179). Talvez, uma salvação também para nós, se não recusarmos o apelo que a história de todas e de todos, que lutaram por um mundo justo, nos fazem hoje.

Estamos em 2020, num Brasil embrutecido, vilipendiado, ferido quase de morte. Cabe a nós, termos coragem e espero, sinceramente, que tenhamos, pois, se não tivermos citando Benjamin (2012, p. 244), “tampouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.” Porém, como disse Simone de Beauvoir, “o presente, não é o passado em potência, é o momento da escolha e da ação”.

## REFERÊNCIAS

- Beauvoir S. O pensador. [www.pensador.com](http://www.pensador.com). [citado 17 jul. 2020]. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/ODgwNw>.
- Benjamin W. Sobre o conceito da história. In: Benjamin, W. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense; 2012. p. 241-252.
- Bloch M. Apologia da história ou o ofício de historiador. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar; 2001.
- Bloom H. Gênio. Os 100 autores mais criativos da história da literatura. Trad. José Roberto O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva; 2003.
- Cambraia CN. Introdução à crítica textual. São Paulo: Martins Fontes; 2005.
- Camões LV de. Os Lusíadas. Edição comentada por Francisco da Silveira Bueno. São Paulo: Saraiva; 1960. (Vols. I e II).
- Lisboa JL. Uma, duas, quantas edições?. *Cultura* [Online], 2014;33:97-108. [citado 17 jul. 2020]. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cultura/2378>.
- Matos AC. Eça de Queirós: uma biografia. Cotia/Campinas: Ateliê Editorial/Editora da Unicamp; 2014.
- Mónica MF. Eça: vida e obra de José Maria Eça de Queirós. Rio de Janeiro: Record; 2001.
- Platão. A república. Introdução, tradução e notas Maria Helena da Rocha Pereira. 8 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; 1996.
- Queiroz JME de. O crime do padre Amaro. Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional de Portugal: Lisboa; 1876.
- Reis C, Milheiro M do R, editores. Edição crítica das obras de Eça de Queirós. O crime do padre Amaro. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda; 2000.
- Rodrigues MM. A moderna escola camoniana brasileira. Congresso Internacional de Língua Portuguesa, Filosofia e Literaturas de Língua Portuguesa, 2007. Anais. 2007:31-41. [citado 16 jul. 2020]. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/vii\\_jnf/tex/31-41.pdf](http://www.filologia.org.br/vii_jnf/tex/31-41.pdf).
- Rosa AM da. Eça, discípulo de Machado? Um estudo sobre Eça de Queirós. 2 ed. revista. Lisboa/São Paulo: Presença/Martins Fontes; 1979.
- Souza J. A elite do atraso. Da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya; 2017.

## A Filologia e o estudo de Requerimentos do Arquivo Histórico Ultramarino

### *Philology and the study of Requirements of the Overseas Historical Archive*

Eliana Correia Brandão Gonçalves\*  
*Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil*

**Resumo:** O artigo apresenta considerações sobre a notabilidade da Filologia na organização de edições de Requerimentos históricos do Conselho Ultramarino, que registram uma complexa rede histórico-cultural e linguística. Nesse viés, a ação transformadora da atividade filológica reverbera lampejos críticos nas discontinuidades dos diversos tempos do texto – tempo de produção, tempo de recepção e tempo de análise – e no reconhecimento das variadas lutas políticas dos nossos semelhantes, lugares de memória e territórios de identidade. No âmbito dessas conceituações e reflexões, a leitura filológica é dinâmica e plural, buscando desvelar no multiverso do texto os seus rastros e as suas significações políticas. Para tanto, será examinado o Requerimento do escravo Francisco da Cruz ao príncipe regente [D. João] que solicita proteção régia contra as injustiças praticadas por seu senhor Antônio da Cruz Veloso.

**Palavras-chave:** Filologia. Significações políticas. Edição de textos históricos. Requerimento. Arquivo Histórico Ultramarino.

**Abstract:** The article presents considerations about the notability of Philology in the organization of editions of Historical Requirements of the Overseas Council, which register a complex historical-cultural and linguistic network. In this way, the transforming action of philological activity reverberates with critical flashes in the discontinuities of the different times of the text - time of production, time of reception and time of analysis - and in the recognition of the varied political struggles of our fellow men, places of memory and territories of identity. In the context of these conceptualizations and reflections, philological reading is dynamic and plural, seeking to reveal its traces and political meanings in the multiverse of the text. To this end, the requirement of the slave Francisco da Cruz to the prince regent will be examined [D. João] who asks for royal protection against the injustices practiced by his lord Antônio da Cruz Veloso.

**Keywords:** Philology. Political meanings. Editing of historical texts. Application. Overseas Historical Archive.

---

\* Professora Adjunta da Área de Filologia Românica da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura – PPGLinC – do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia; Coordena o Grupo de Estudos Filológicos e Lexicais (GEFILL – UFBA), Salvador, BA, Brasil; elianabrand7@gmail.com.

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A produção de um texto envolve uma complexa rede histórico-cultural e linguística, que inclui sua materialidade, mas também suas condições de produção e circulação social. E, se o texto é produzido para ser lido, é preciso pensar na história dos sujeitos – escreventes, destinatários e leitores – nas narrativas históricas registradas nesse texto e nos contextos de produção socioculturais. A proposta do artigo é apresentar considerações sobre a notabilidade da Filologia na organização de edições de Requerimentos históricos que registram rastros da violência em contextos de escravatura, no período oitocentista. Nesse viés, o trabalho filológico parte do mapeamento das fontes documentais que testemunham indiretamente os vestígios dessa violência.

Na composição de produtos editoriais, resultantes desse mapeamento, seleção e interpretação de Requerimentos, o filólogo dá destaque à relevância da constituição de *corpora* de textos, que historicam variados modos de violências e de confrontos e tensões políticas e culturais – reiterando o papel da Filologia no estudo de documentos históricos oitocentistas. Desse modo, a pesquisa filológica com Requerimentos históricos que tematizam a violência no contexto da escravatura potencializa alguns interrogantes críticos:

1. Por que no estudo de documentos históricos acolhemos a relevância da atividade filológica?
2. Qual a importância do comprometimento ético, político e histórico do editor, na escolha do que editar?
3. Como reavaliar os rastros das narrativas da violência histórica em contextos de escravatura no Brasil?
4. Por que o nosso contemporâneo clama pela recuperação de fontes textuais e pela democratização de produtos editoriais resultantes de uma mediação filológica criteriosa e consciente?

Antes de responder às questões delineadas, é preciso lembrar que o texto, objeto cultural e de estudo do filólogo, é também um espaço de reflexão sobre os rastros da história política e social dos sujeitos e das línguas, nas mais variadas formas e discursos. Para tanto, será examinado um documento do Conselho Ultramarino, catalogado pelo *Projeto Resgate* em 2009, constante em um dos fundos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, que possui o maior número de documentos sobre o Brasil colonial e imperial em arquivos estrangeiros.

O Requerimento do escravo Francisco da Cruz ao príncipe regente [D. João] solicita proteção régia contra as injustiças praticadas por seu senhor Antônio da Cruz Veloso. O texto histórico em análise mostra que os discursos políticos das instâncias institucionais entram em conflito com as reivindicações e os discursos da comunidade negra escravizada e/ou liberta. Portanto cada produção manuscrita é compreendida diretamente como a materialização dos discursos institucionais, mas também indiretamente como os vestígios dos movimentos discursivos de resistência dos escravizados e libertos.

## 2 O PAPEL POLÍTICO-SOCIAL E HISTÓRICO DA FILOLOGIA

Nesse revisitar dos Requerimentos históricos do Conselho Ultramarino, são trazidas cenas das narrativas que testemunham o horror das relações de poder sobre o corpo negro e escravizado como força de produção, e os vestígios dos movimentos de confrontos que emergem desses escravizados, como formas de enfrentamento e resistência da população negra contra a desumanização e as ações violentas e punitivas por parte de seus senhores e das autoridades locais.

O filólogo, portanto, analisa a materialidade histórica do texto escrito e interpreta e explora “o que pode estar oculto, incompleto, mascarado ou distorcido em qualquer texto” (Said, 2007, p. 82), com base na língua, dialogando com a história da cultura e refletindo sobre outras dimensões do texto. Assim, na mediação promovida pelo trabalho filológico de editar textos, faz-se necessário um jogo interlocutório que articula a história das transmissões textuais, a história social e a história da língua (Pons Rodríguez, 2006).

É nesse contexto que o filólogo assume um papel ímpar, pois sua atividade irá reivindicar a necessidade de uma análise teórico-metodológica interpretativa, dialógica, comparativa e contrastiva dos textos históricos, mas também a observação atenta dos usos linguísticos e sociais da escrita, com o fim de ampliar a compreensão crítica dos contextos de produção e circulação dos documentos. Nesse caminho, vão sendo tecidas outras histórias e outras memórias, reiterando o lugar político, social, histórico e linguístico da Filologia na elaboração de edições fidedignas com critérios cuidadosos (Fachin, 2009; Cambraia, Cunha; Megale, 1999).

O texto, nessa perspectiva, é entendido como um entre-lugar, não podendo ser “[...] dissociado de certa configuração ideológica, na proporção em que o que é dito depende de quem fala no texto e de sua inscrição social e histórica [...]” (Reis, 1992, p. 69). Portanto, cada produção textual é resultante da cultura, do tempo e do espaço, permitindo uma mediação multidisciplinar, entre as diversas abordagens filológicas e as abordagens históricas, políticas, culturais, paleográficas, diplomáticas e linguísticas. Nessa linha, operando com procedimentos críticos e metodológicos da Filologia, é evocada a proposta desenvolvida, em 2017, em um artigo, que traz à cena o termo *filólogo-híbrido*, entendido como aquele que “apresenta e negocia uma práxis mediada pela edição e pela leitura interpretativa, crítica e histórica dos textos, por conta da sua prática identitária nômade [...]” (Gonçalves, 2017, p. 201).

Nesse conceito proposto ao termo, ser-sendo filólogo híbrido hoje é, na prática editorial, multiplicar as perguntas sobre o nosso objeto, o texto, indicando-se no contexto de produção, o quem, o onde, o quando e o porquê. É pluralizar o conceito de memória e de história, é convocar os rastros dos sujeitos nas discontinuidades das marcas dos tempos no texto, é reinterpretar e reavaliar, sem cessar, os procedimentos adotados no decorrer de suas leituras, é dialogar com outros territórios disciplinares, desconfiando e destronando as verdades que se insinuam no texto e, portanto, é se interrogar e se reinventar o tempo inteiro, enquanto sujeito-pesquisador, visto que cada texto apresenta seus rastros e suas tramas.

O conceito filólogo-híbrido ganha energia política à medida que nosso contemporâneo clama pela democratização dos produtos editoriais, pois essa ação acadêmico-científica e política interessa aos pesquisadores do texto ou da língua do

texto, mas também ao público em geral, pois é preciso conhecer outras narrativas silenciadas para interrogar os rastros dispersos de violência histórica contra a nossa população negra.

Essa reflexão é necessária e urgente em nosso campo de estudos, pois da mesma forma que precisamos assumir um papel de mediação e curadoria do texto histórico, através do resgate e da edição das memórias de violências, a Filologia atual precisa também, por extensão, assumir conceitualmente um papel político, sobrevivendo e resistindo como potência crítico-analítica, mas também sentindo o que o mundo atual nos interroga, indo para além da edição do texto, pois ser-sendo, sentindo e democratizando os produtos editoriais é que nós somamos às necessidades e expectativas do mundo contemporâneo. E, do mesmo modo que a potente voz do campo filológico se soma a outras vozes de vários campos disciplinares, a ação transformadora dos filólogos reverbera lampejos críticos nas descontinuidades dos diversos tempos do texto – tempo de produção, tempo de recepção e tempo de análise – e no reconhecimento das variadas lutas políticas dos nossos semelhantes, lugares de memória e territórios de identidade. No âmbito dessas conceituações e reflexões, a leitura filológica é dinâmica e plural, buscando desvelar no multiverso do texto os seus rastros e as suas significações. Essa reflexão inquietante nos lembra Didi-Huberman (2011, p. 67): “[...] o que mais pedir a um filósofo [ou poderíamos dizer a um filólogo] senão inquietar seu tempo, pelo fato de ter ele próprio uma relação inquieta tanto com sua história quanto com seu presente?”.

Então, como ficar indiferente ao pulsar do humano no texto e como não se inquietar diante dos lampejos das narrativas articuladas e desarticuladas dos sujeitos?

### **3 TEXTOS E NARRATIVAS SOBRE A VIOLÊNCIA EM CONTEXTOS DE ESCRAVATURA**

Nessa busca pelos rastros, é possível resgatar os vestígios de violências para reconstruir e reavaliar parte dessas narrativas dispersas desses sujeitos ausentes na documentação histórica, através da atividade crítica e filológica. E, se as narrativas constroem diversas histórias, leituras e variáveis, “resgatar o passado é transformá-lo pela simples evocação, [...]”, pois “todo documento histórico é uma construção permanente” (Karnal; Tatsch, 2011, p.12). Portanto, a atividade filológica cria confrontos políticos e culturais, visto que o documento poderá ser estudado “enquanto instrumento de poder” (Le Goff, 1996, p. 547) e de conscientização político-cultural.

Para Gumbrecht (2007), o texto é ao mesmo tempo objeto material e caminho para o desenvolvimento da atividade filológica. Nesse viés, essa prática, ao mesmo tempo subjetiva e político-cultural, de selecionar e editar os fragmentos textuais da história requer comentários filológico-históricos e reflexões sobre o fazer e o ensinar as narrativas históricas.

Portanto, consciente dessa prática interpretativa, diante de diversos tipos de textos e do inegável distanciamento cronológico entre produção escrita e acesso ao texto, o filólogo sabe que suas opções do que editar e como editar são significativas para a divulgação dos fragmentos textuais e das narrativas históricas, pois indicam trilhas e caminhos de mediação de leituras aos leitores das comunidades, em diversos

séculos, contribuindo para o complexo e ambíguo processo de formação de identidades de seus leitores especializados e do público em geral.

Os Requerimentos oitocentistas do Conselho Ultramarino são fontes textuais manuscritas que fazem parte de um patrimônio cultural comum. Eles expressam contextos discursivos da organização político-administrativa, eclesiástica, militar e judicial da colônia, viabilizando a interpretação dos dispositivos de instrumentos legais e diplomáticos que regulavam ou não o cotidiano da Bahia. No cumprimento desse papel político da Filologia, as nuances interpretativas trazidas para a cena da edição desses Requerimentos explicitam leituras explicativas e inclusivas de documentos históricos de teor político-social da administração pública brasileira – legitimando a relevância dos enfrentamentos e da resistência, em contextos de escravatura – assentando-se em consistentes reflexões sobre a subjetivação que permeia a produção, a circulação e a recepção dos discursos conflituosos, na relação dialética entre identidade e alteridade.

Nesse caminho, as inscrições da violência não estão exclusivamente vinculadas aos embates corporais, mas também ao cercear das vozes, à interdição da palavra, do discurso (Orlandi, 2006; Foucault, 2004), tornando-se necessário que os sujeitos construam mecanismos de resistência. A própria legalização histórica da violência contra a população negra se instaura por meio de práticas discursivas, jurídicas e sociais que historicamente privam os sujeitos de seus direitos e desumanizam “os corpos dissidentes, descontentes e silenciados pelos contextos de escravatura, vigilância e violência, paradoxalmente não intimidados nem derrotados, que resistiram à opressão por parte dos poderes instituídos” (Gonçalves, 2018, p. 155).

A propósito, vale lembrar que uma das dificuldades de se trabalhar com a questão da violência, em contextos de escravatura, se dá justamente pela ausência da voz direta do povo negro na documentação histórica. No entanto, a ausência dessa voz na documentação remanescente também pode ser interpretada como uma forma de violência, pois fica encoberta a participação política, ativa e ímpar da nossa população negra na historiografia brasileira. Mas, o silêncio tem muito a dizer, e essas vozes continuam ecoando em nós, cada vez mais alto.

Essa ausência de registros diretos silencia a contribuição e a atuação da comunidade negra na construção econômica, social, cultural e democrática do nosso país, suas ações de força e resistência, sendo, portanto, necessárias a edição e a interpretação criteriosa dessa documentação remanescente. Dessa forma, na construção dessa trama que não vivenciamos, o filólogo buscará não apenas o que está registrado, mas também os rastros do silêncio, pois o silêncio também incomoda, desconcerta e nos faz questionar o porquê do silêncio dessas ações.

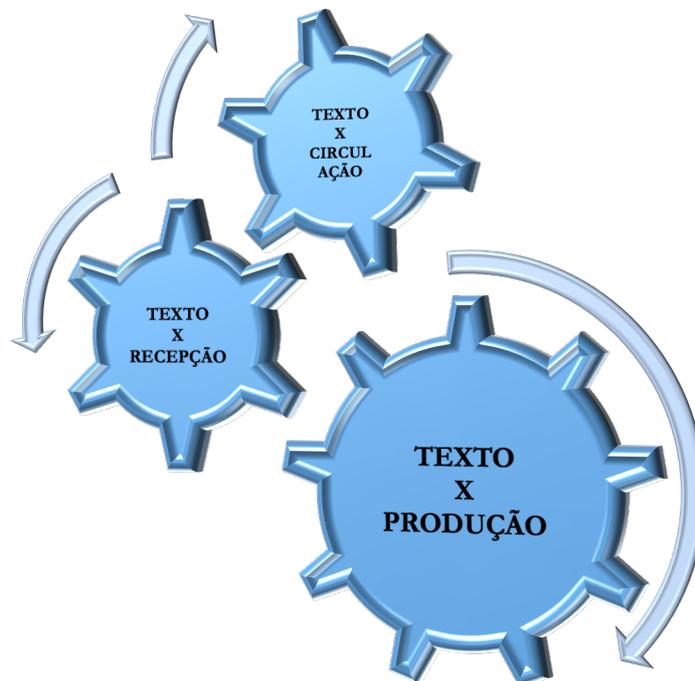
Seguindo essas trilhas, é preciso tencionar as ordens discursivas que permeiam a escrita, suas finalidades, pluralidades de uso e as matérias da escrita. Nesse viés, é mobilizada aqui outra formulação teórica de caráter explicativo, com base no conceito de engrenagem filológica, que nos leva a pensar como o filólogo-editor considera o eixo textual como resultante da cultura, do tempo, do espaço, da história e da língua, sendo necessário averiguar, no contexto arqueológico da atividade filológica de editar, a relação articulada entre textos e os diversos modos de transmissão de movimento de produção, circulação e recepção, sem esquecer de suas materialidades e de suas inscrições.

Essa engrenagem filológica e interpretativa demanda campos de forças diferentes e mutáveis para funcionar e opera em pares articulados e paralelos – Filologia e História, Filologia e Linguística, Filologia e Paleografia, Filologia e Diplomática, Filologia e Léxico e Filologia e Discurso etc. – que se cruzam diretamente ou transversalmente por um eixo, o texto, que, por sua vez, permite movimentos constantes, contínuos e uniformes, além da transmissão de diversos movimentos de articulação e desarticulação, de aceleração e desaceleração, na análise crítica da tradição textual – a depender dos materiais disponíveis – e no estabelecimento de normas editoriais, norteando o processo de leitura filológica.

No cenário dessa engrenagem filológica, na elaboração de edições,

[...] é preciso avaliar questões como tipologia textual, gênero textual, processo de produção, circulação e recepção dos textos, normas ortográficas utilizadas na época de produção do texto, *usus scribendi*, além da necessidade de recorrência às obras lexicográficas e gramaticais para elucidação de certas unidades lexicais localizadas nos textos. Mas, por vezes, para elucidar os contextos linguísticos e discursivos que figuram no texto histórico, [...] o filólogo-linguista pode seguir caminhos críticos que o conduzirão a diferentes edições que se destinam a públicos diferenciados e que, portanto, desempenham diferentes funções. (Gonçalves, 2019b, p. 15)

Nessa engrenagem, a escrita, registrada em suportes variados, ocupa diversas funções que a vinculam aos seus produtores e leitores e às funções sociais e políticas por eles assumidas:



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 1 – A Engrenagem filológica.

Assim, o texto mobiliza o encontro direto e indireto de diferentes áreas, com vistas a viabilizar outros caminhos para o estudo das práticas de leitura e escrita. E,

portanto, essa engrenagem filológica demanda esse compromisso ético e político do filólogo, visto que o conhecimento do maior número de narrativas, presente nos textos editados e divulgados, possibilita o reconhecimento do papel histórico e cultural daquele grupo, promovendo principalmente reconfigurações históricas, outras formas de confrontos, enfrentamentos e negociações e reavaliações políticas em nosso país. A propósito, Chartier já destaca os desafios éticos e políticos daqueles que trabalham com a escrita, asseverando sobre a importância de se reavaliar “aqueles que a miséria do mundo e a brutalidade das leis deixaram sem documentos” (Chartier, 2010, p. 22).

Nesse caminho da cenografia da repressão, a violência estrutural e institucional em contextos de escravatura se constitui a partir da submissão do corpo negro e cativo que é visto como força de produção, pois o crescimento institucional estava vinculado à escravização da população negra. Os rastros dessas narrativas foram registrados nos fólios dos textos históricos e inscritos e tatuados no corpo negro. Nesse contexto de confrontos político-culturais e históricos, é destacado o papel da Filologia na leitura crítica dos textos históricos e da composição de produtos editoriais.

#### **4 REFLEXÕES A PARTIR DA EDIÇÃO DE REQUERIMENTO DO CONSELHO ULTRAMARINO**

Com a abertura de vários arquivos e com a organização de acervos sobre a historiografia baiana, em séries documentais, são propostas novas linhas de investigação que, a exemplo da pesquisa desenvolvida por Aras, trouxeram a questão da violência em contextos da escravatura, destacando os sujeitos escravizados “que se envolveram nos movimentos de contestação à ordem, de disputa do poder e por alterações na estrutura do Estado”, mas também o movimento de “setores da sociedade reunidos em torno de pautas gerais e específicas para os distintos setores da população” (Aras, 2012, p. 152, 153).

Desse modo, é importante avaliar como os documentos produzidos no âmbito da administração colonial na Bahia demandavam atos e ações de controle social e político sobre os sujeitos escravizados e libertos, no início do século XIX, mas também embasados em atos legais, mostram as petições de providências dos sujeitos libertos às autoridades públicas, contra o descumprimento de atos legais e abusos de poder, como pode ser visto em Requerimentos produzidos nesse período. E, para isso, é preciso compreender o Requerimento (post. 1800) como um documento escrito e informativo, com o fim de pedir judicialmente algo a alguma autoridade pública. Segundo Bellotto (2002):

REQUERIMENTO - documento diplomático informativo, peticionário, ascendente. Instrumento que serve para solicitar algo a uma autoridade pública e que, ao contrário da petição, está baseado em atos legais ou em jurisprudência. Muitas vezes, o requerimento faz menção a esses atos, que toma como base jurídica. Embora a definição possa ser a mesma para os requerimentos antigos e os atuais, o seu discurso é um pouco diferente num e noutro caso. Nos requerimentos da antiga administração colonial temos: Protocolo inicial: nome e qualificação do requerente. No caso da documentação colonial, muitas vezes o requerimento contém a palavra Diz antes do nome do interessado. Texto: a narração aludindo aos direitos e/ou interesses do signatário naquilo que pede. O pedido, à

guisa de dispositivo. Protocolo final: ERM (e receberá mercê) e a assinatura do requerente (ou não) e data cronológica ausente. Nos requerimentos atuais, a estrutura do texto é: protocolo inicial: titulação e nome da autoridade a quem está dirigido o requerimento. Texto: nome, qualificação profissional e função do interessado. “Requer...”, seguindo-se a exposição da solicitação, fazendo alusão ao seu embasamento legal. Protocolo final: as palavras “Nestes termos. Pede deferimento”. Datas tópica e cronológica (Bellotto, 2002, p. 86).

No âmbito baiano da segurança, Brito (2016, p. 25) destaca que “[...] a existência de um conjunto de leis que se dirigiam especificadamente à população africana que vivia na Bahia pode nos revelar muitos conflitos, crenças e interesses presentes naquela sociedade”. Portanto, o estudo dos tipos documentais pode sugerir novos dados e pistas de violência contra os escravizados e os libertos na Bahia, portanto é preciso pensar não apenas na pluralidade de fontes, mas nos sujeitos que compõem essas cenas.

O Requerimento (post. 1800) do escravizado Francisco da Cruz ao príncipe regente [D. João] registra a solicitação da proteção régia contra as injustiças praticadas por seu senhor Antônio da Cruz Veloso. Para ter acesso às narrativas registradas no texto foi escolhido o modelo de edição semidiplomática<sup>1</sup> utilizada como corpus pelo público especializado, a exemplo de linguistas e outros especialistas, para fins de análise e interpretação. A edição semidiplomática é um produto editorial de mediação intermediária, que conserva as características linguísticas do texto – como a ortografia e a pontuação – além de sua constituição gramatical e lexical. A edição semidiplomática pode ser antecedida da edição fac-similar, reprodução mecânica do documento, e pode vir acompanhada de outro produto editorial de caráter modernizador, com o fim de dinamizar a leitura do texto para o público não especializado, a exemplo da edição interpretativa, em textos com

---

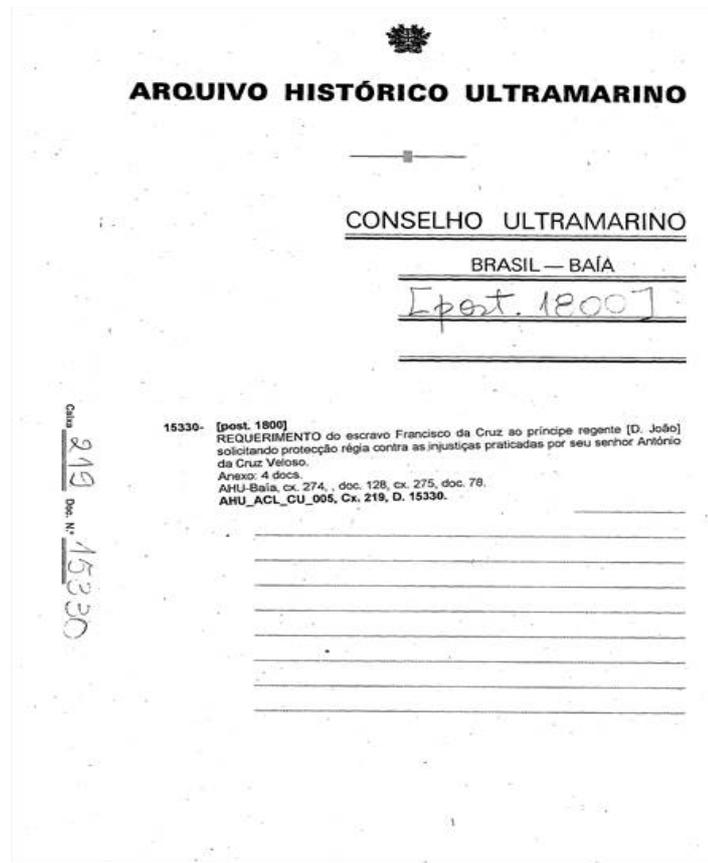
<sup>1</sup> A edição do documento foi elaborada a partir de normas estabelecidas pelo Grupo de Estudos Filológicos e Lexicais – GEFILL – UFBA, com base nas normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil (Cambraia; Cunha; Megale, 1999, p. 23-26), com algumas adaptações que se fizeram necessárias. Critérios de edição: 1. A transcrição será conservadora. 2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas na abreviatura, obedecendo aos seguintes critérios: a) respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiosincrasias ortográficas do escriba. 3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. 4. A pontuação original será rigorosamente mantida. 5. A acentuação original será rigorosamente mantida. 6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. 7. Inserções do *scriptor* ou escrevente na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior entram na edição entre os sinais < >, na localização indicada. 8. Intervenções de terceiros no documento original, devem aparecer em nota de pé de página, informando-se a localização. 9. Intervenções do editor hão de ser raríssimas. 10. Letra ou palavra não legível justificam intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [ilegível]. 11. A divisão das linhas do documento original será preservada na edição. A mudança de fólio receberá a marcação com o respectivo número na sequência de duas barras verticais: ||1r. || 1v. |; 12. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. 13. Os sinais públicos serão indicados em nota de pé de página. 14. Trecho não legível por deterioração receberá a indicação [corroidas ± quantidade de linhas]. Se for o caso de trecho riscado ou inteiramente anulado por borrão, mancha de tinta ou rasura, será registrada a informação pertinente entre colchetes e sublinhada; 14 As palavras transcritas por conjectura serão marcadas por chaves. 15 As abreviaturas serão apresentadas em notas de rodapé.

tradição monotestemunhal, e da edição crítica, em textos com tradição politestemunhal. Normalmente, nesse tipo de edição as abreviaturas são desdobradas com grifo – itálico, negrito ou sublinhado – por se constituírem como dificuldades para a leitura de textos do passado.

Para Gonçalves (2018, p. 160):

[...] o acesso aos fragmentos da memória por meio dos textos é realizado por meio de aparato teórico-metodológico mobilizado pelo editor para leitura do documento, norteando os conceitos de texto e tipo de edição. Ao assumir o tipo de edição, o editor também assumirá objetivos específicos, em nosso caso, edições de documentos históricos que não apaguem as marcas linguísticas do tempo no texto. [...] É importante também que o editor esteja comprometido com a adoção de critérios que atentem para as “peculiaridades do manuscrito” (Román Blanco, 1987, p. 19), mantendo todos os caracteres como sinais, letras e nexos, que possuam valor linguístico e histórico. Dessa forma, na relação entre crítica filológica e inferências, é necessária a explicitação dos critérios de edição que uniformizem as práticas e produções de grupos de trabalho, fixando e unificando diretrizes e convenções de transcrição e edição de documentos, por parte de pesquisadores que dependem de *corpora* editados para atestar fatos de língua, podendo se acrescentar registros e notas editoriais, para auxiliar o leitor na interpretação do texto, e trazendo também outros dados que esclarecem os contextos de produção do texto.

O Requerimento é uma cópia digitalizada. Apresenta escrita cursiva, com algumas ligaduras, traçado seguro e leve inclinação para a direita, com uma escrita que revela um escrevente com caligrafia regular e com habilidade com a arte da escrita. O texto apresenta no protocolo final o registro Francisco da Cruz. O Requerimento não é datado, porém há um registro, no verbete-resumo remetendo a instituição de guarda – Arquivo Histórico Ultramarino – e sinalizando que o documento é posterior a 1800, o que levanta a hipótese de que é o texto foi produzido no século XIX.



Fonte: Biblioteca Nacional – Texto de domínio público.

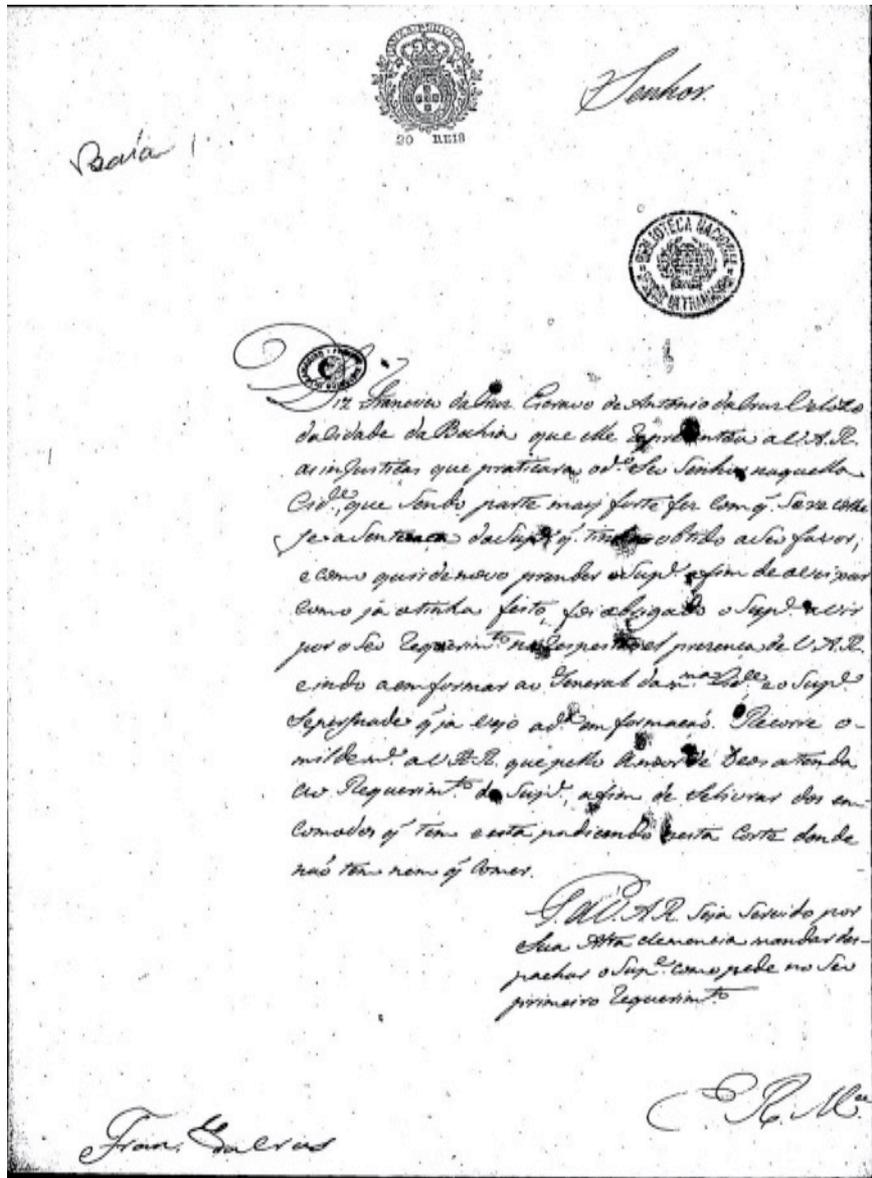
Figura 2 – Fac-símile do verbete-resumo do Requerimento (post. 1800).

O documento é apresentado em um fólio escrito no recto, pontuado e acentuado, e contendo 22 linhas. Na margem superior esquerda, há o registro da seguinte anotação, um pouco abaixo da linha 1: *Baía*; e a linha 1 registra, no ângulo superior direito, *Senhor*. O texto apresenta também manchas, rasuras e marcas de carimbos, provavelmente inseridos posteriormente no texto: o carimbo da Biblioteca Nacional, no ângulo superior direito, entre as linhas 1 e 2; o carimbo do Arquivo Histórico Ultramarino, no ângulo superior esquerdo, na altura da linhas 2, que atinge o ângulo superior da letra *D* do vocábulo *Diz*; e também há um tipo de carimbo em forma de brasão, na altura da linha 1, ao lado esquerdo do vocábulo *Senhor*, no qual se registra acima, CAUZA PÚBLICA, e abaixo, 20 REIS. Por fim, o manuscrito apresenta várias abreviaturas.

A história de um texto é complexa, pois sua produção está fundada no sujeito, na linguagem e no discurso. Em particular, os documentos históricos viabilizam o conhecimento de outros prismas historiográficos, pois “cada registro de um texto escrito constitui um *testemunho*” (Cambraia, 2005, p. 63) dos usos linguísticos, das imagens dos lugares e dos sujeitos conhecidos e anônimos que figuram nas narrativas históricas sobre o Brasil. Nessas curvas de descontinuidades temporais, ler criticamente os documentos históricos é nos reportarmos a um passado que não estivemos, buscando os rastros, pois esse é o lugar que nos restou para buscarmos os restos, os vestígios da memória fraturada, que o passado e o

tempo perpetuaram, e que só encontram visibilidade períodos depois, na reconfiguração e reavaliação das narrativas.

A seguir é apresentada a edição fac-similar do Requerimento (post. 1800).



Fonte: Biblioteca Nacional – Texto de domínio público.

Figura 3 – Fac-símile do Requerimento (post. 1800) - f. 1r.



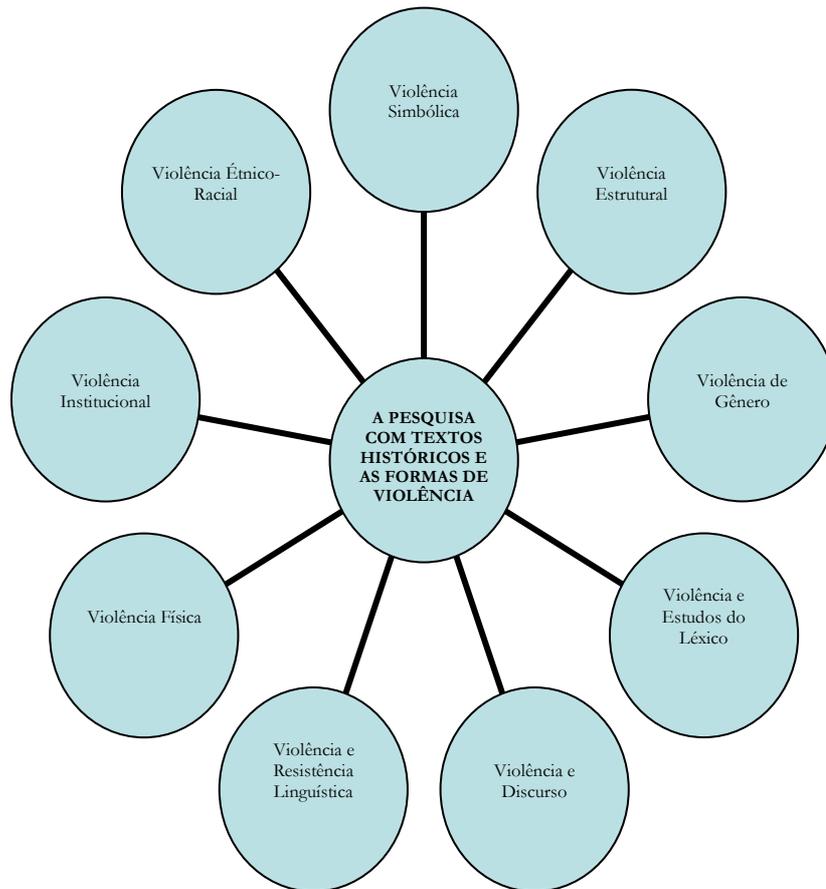
que nos golpeia. No contexto dos sujeitos escravizados e libertos, a violência foi utilizada como uma ação, um mecanismo com o fim de empregar intimidação e força contra grupos oprimidos, por meio de atos desumanos, que provocam sofrimento, medo, dor, opressão e cerceamento do direito dos libertos, em uma tentativa de fraturar os ossos e calar suas vozes.

Ademais, os vestígios de memórias narradas nesses Requerimentos históricos nos assombram, ao se reiterar as ações estruturais de violência étnico-racial e de gênero, que delinearão a ação da Coroa Portuguesa, contra aqueles que fizeram parte do processo de construção e expansão do Brasil: os negros, os índios e as mulheres.

Os textos históricos da administração pública, produzidos no século XIX, materializam essa atmosfera de violência decorrente das tensões políticas que produziram vários atos de revogação dos direitos dos sujeitos. Mobilizando os mecanismos de leitura, através da análise do Requerimento (post. 1800), em um primeiro momento, o que chama a atenção do leitor são os discursos de ódio e violência, produzidos e legitimados pelos poderes das autoridades senhoriais e locais na Bahia, e os abusos sofridos pelos libertos, por meio de um léxico de punição, através da unidade lexical *prender* (f. 1r, l. 7) e em construções como *injustiças que praticava o Seo senhor*, (f. 1r, l. 4); *que sendo parte mais forte naquella cidade fez com que se recolha| se a sentença do suplicante que tinha obtido a seo favor* (f. 1r, l. 5-6), *quis de novo prender o suplicante* (f. 1r, l. 7), impulsionando um universo sócio-político, que demanda medidas legais específicas, que não são cumpridas nem pelos senhores nem pelo governo da Província.

Mas, na contramão desse movimento de acorrentar e comercializar o corpo negro e a energia humana, desumanizar e subjugar os sujeitos escravizados e libertos e instituir ataques físicos e simbólicos, usando da violência e de estratégias de controle repressivo nessa região, são presenciados vários atos de enfrentamento, mostrando que nem mesmo a violência social e institucional inibiram as múltiplas formas de resistência individual e coletiva da população negra contra as condições aterrorizantes dos contextos de escravatura. (Alencastro, 2000; Tavares, 2008; Dantas, 2011)

Dessa forma, mergulhando nas entrelinhas da leitura dos Requerimentos históricos, o leitor é inquietado, por meio da prática editorial, a ir em busca das tramas históricas e participar da subjetividade discursiva que revela, de forma silenciosa, mas palpitante, a composição do corpo de luta e de resistência sócio-política dos sujeitos escravizados e libertos, em busca de soluções para os seus contextos de resistência e sobrevivência. Assim, diversos subtemas relacionados à violência são eixos de análise que nutrem essa pesquisa com Requerimentos do século XIX, em suas variadas etapas, como pode ser visualizado na figura a seguir:



Fonte: Elaborado pela autora com base nas pesquisas desenvolvidas no GEFILL-UFBA<sup>17</sup>.

Figura 4 - Os textos históricos e as diversas formas de violência.

Na opinião de historiadores como Tavares (2008) e Reis (1996), o contexto de escravização da população negra foi um dos mais violentos, visto que o corpo negro torna-se uma mercadoria, uma moeda de troca comercial que alimentava a criação de leis, cargos e órgãos institucionais, promovendo o lucro a custo da desumanização e silenciamento dos escravizados. Portanto, a Filologia, através da divulgação de edições de Requerimentos históricos, ao operar no tempo, entre a distância e a proximidade, rearticula e interpreta fontes textuais que se vinculam a sujeitos constituídos pela história. Nesse prisma, para desconstruir e reconstruir outras histórias e outras significações que circundam as descontinuidades dos textos históricos, no tempo, é produtivo o diálogo com Agamben (2009, p. 71), pois “[...] o contemporâneo coloca em ação uma relação especial entre os tempos”, é ele que “fraturou as vértebras de seu tempo (ou quem percebeu a falha ou o ponto de quebra)”, visto que “ele faz dessa fratura o lugar de um compromisso e de um encontro entre os tempos e as gerações”.

Desse modo, nutrir o mapeamento e a interpretação dessas narrativas é também uma forma política de comprometer-se e de dar voz aos silenciados pela história e pela documentação. O excerto a seguir mostra que além de Requerimentos

<sup>17</sup> Cf. Instagram: <https://www.instagram/ge.fil.l>.

outros textos históricos do Conselho Ultramarino testemunham a violência em contextos de escravatura. Nesse contexto, em Carta do século XIX<sup>18</sup> do governador das Armas da Bahia, Inácio Luís Madeira de Melo, ao rei [D. João VI] são expostos os últimos acontecimentos no Brasil, e especialmente na Bahia, alertando para o risco de se perder esta importante parte da Monarquia Portuguesa. A Carta (1822) narra que, diante das atrocidades cometidas pelas autoridades locais, os negros dão pistas, com ações físicas, discursivas e simbólicas (Bourdieu, 1989), de quererem se levantar e resistir, criando um clima de ameaça, desconforto e desassossego nas províncias baianas. Nesse caminho, invertem-se os papéis e os opressores passam a experimentar da inquietação promovida pelos levantes da população negra. Portanto, ao se analisar a Carta (1822), temos consciência de que as autoridades locais temiam que os movimentos contestatórios afetassem e trouxessem riscos aos seus modos de vida, fato que fragiliza a estrutura social escravista. Como pode ser lido:

|| 2r ||

70 O Povo desta Cidade continua a estar des-  
çoegado, e o mesmo acontece no Reconcavo, para o  
que os malvados concorrem indispondo de todas  
as sortes o Povo com a Tropa, e naturaes da Europa, o que

|| 2v ||

75 o que me obrigou a publicar a Proclamação que re-  
metto a Vossa Magestade. Os Negros tem da-  
do em diferentes partes signaes de quererem levantar-  
se, e no dia 19 de Março hua multidaõ d’elles apedre-  
jou, em hum lugar mui publico desta Cidade, huma

80 procissão que era feita pellos Europeos, dissipando os  
mesmos Irmaõs, e a Guarda o ajuntamento  
Alem disto tem-se cometido outros insultos con-  
tra Europeos<sup>19</sup>.

Assim, a análise de Cartas produzidas no âmbito da América Portuguesa também se constitui como um elemento importante no estudo dos movimentos de violência e resistência, principalmente por causa da sua diversidade de espécie de relações. Os documentos da administração pública, Requerimentos e Cartas, narravam tanto demandas políticas quanto religiosas das autoridades públicas e eclesiásticas, bem como questões privadas (Sanchis, 2000; Bellotto, 2002). Para Monte (2013, p. 218), no caso da Capitania de São Paulo, as Cartas narravam o próprio monitoramento e vigilância da população das vilas, mas também serviam como instrumento político para “os moradores que desejavam denunciar um crime ou apresentar sua defesa [...]”. A Carta (1822) em análise revela o crescimento do controle social, por meio da vigilância, mas sinaliza também para o crescimento das notícias de levantes de escravizados em busca da sua liberdade e de seus direitos.

<sup>18</sup> Seleção parcial de dados obtidos e adaptados com base na pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida por Tamires Sales de Quadros - Bolsista CNPq, sob a minha orientação, durante o período de 2017-2018 e 2018-2019, com a catalogação e a transcrição de Cartas dos séculos XVIII e XIX.

<sup>19</sup> Carta, 02.04.1822, f. 2r, L. 70 - 74; f. 2v, L. 75 - 83. Fundo: Projeto Resgate Barão do Rio Branco - Biblioteca Nacional Digital. (AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 268, D. 18883 - 4 f).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência estrutural e a institucional afligiram historicamente a população negra, permitindo a reprodução do sistema escravista, mas, por outro lado, não é possível deixar de recontar os inúmeros vestígios e rastros das memórias dos movimentos de resistência, pois a luta dos escravizados e dos libertos é a luta pelos direitos humanos.

Em particular, a população negra ontem e hoje tem vivido grandes desafios, entre os quais resistir e se reinventar, mesmo diante de outros modos de exclusão e outras formas de trabalho escravo. Diante desse cenário atual, a leitura filológico-linguística e discursiva dos textos do Arquivo Histórico Ultramarino sinalizam outros caminhos da memória para ler a história, ler o nosso tempo. Nesse revés, a população negra vive hoje um tempo de desafios, de sobrevivência, de superação do racismo e de superação da intolerância.

Então, é preciso refletir sobre os legados da violência e do medo herdados do nosso passado colonial e imperial. Essas lembranças do passado nos fazem perceber que, se por um lado, o peso dessa herança nos conduz a cenas de exclusão e violência, na contemporaneidade, por outro lado, se o povo negro sobrevive é porque resistiu de forma heroica à opressão histórica do colonialismo, da escravidão e do racismo e às políticas do esquecimento instauradas em nosso país, por meio de lutas, gestos e ações de resistências que ainda se perpetuam em nossa história. Portanto, partilhar as leituras de Requerimentos históricos por meio de produtos editoriais é propor novas interpretações sobre a história de escravidão, luta e discriminação vivida no passado-presente por nós.

Desse modo, os estudos filológicos são imprescindíveis na leitura dos diversos documentos históricos, com os quais o filólogo se depara na sua reflexão crítica sobre as práticas e usos sociais da língua no escrito. Em diversos momentos da composição dos documentos há técnicas e ações editoriais que interferem na sua produção, transmissão e circulação, fazendo-nos ponderar que as narrativas, presentes nas fontes históricas, decorrem de ações coletivas passíveis de leituras críticas e interpretativas.

E, diante das novas reconfigurações do atual cenário político e social, temos de cumprir o papel social e político da Filologia de democratizar produtos editoriais que divulguem narrativas silenciadas e sustentem o discurso de resistência dos grupos minorizados, privados dos seus territórios, da sua língua, dos seus direitos, da sua história pelas ações violentas que institucionalizam historicamente a violência.

#### REFERÊNCIAS

Acioli VLC. A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos. Recife: EDUFPE/ FUNDAJ/ Massangana; 1994.

Agamben G. O que é o contemporâneo? e outros ensaios. Honesko VN, tradutor. Chapecó: Argos; 2009.

Alencastro LF. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras; 2000.

Aras LMBde. Escravos nos movimentos federalistas. Bahia, 1832 – 1833. Politeia: História e Sociedade; 2012; 2(1):151-172. [citado 1 mar. 2018]. Disponível em: [http://www.snh2011.anpub.org/resources/anais/14/1299165598\\_ARQUIVO\\_AsideiasfederalistasnaBahiaoitocentista\(LinaAras\).pdf](http://www.snh2011.anpub.org/resources/anais/14/1299165598_ARQUIVO_AsideiasfederalistasnaBahiaoitocentista(LinaAras).pdf)

Bellotto HL. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado; 2002. (Série Como Fazer, Vol. 8).

Bourdieu P. O poder simbólico. Tomaz F, tradutor. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil; 1989.

Brito LC. Temores da África: segurança, legislação e população africana na Bahia oitocentista. Salvador: EDUFBA, 2016.

Cambráia CN, Cunha AG, Megale H. Normas para a transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil. In: A carta de Pero Vaz de Caminha. São Paulo: Humanitas; 1999. p. 23-26. (Série Série Diachronica, Vol. 1)

Chartier R. Escutar os mortos com os olhos. Estudos Avançados. 2010; 24(69):7-30.

Chartier R. Os desafios da escrita. Moretto FML, tradutor. São Paulo: EDUNESP; 2002.

Dantas MD. Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda; 2011.

Didi-Huberman, G. Sobrevivência dos vaga-lumes. Nova VC; Arbex M, tradutor. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

Fachin PRM. Critérios de leitura de manuscritos: em busca de edições fidedignas. Filologia e Linguística Portuguesa. 2009; 10-11:237-262.

Foucault M. A ordem do discurso. Sampaio LFA, tradutor. 11 ed. São Paulo: Loyola; 2004.

Gonçalves ECB. Construção discursiva do ethos da autoridade institucional: poder, vigilância e revoltas escravas na Bahia. Letras de Hoje: estudos e debates em linguística, literatura e língua portuguesa. 2019a; 54(3): 350-358. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7726.2019.3.30947>

Gonçalves ECB. Diálogos entre Crítica Filológica e Linguística Histórica: construindo trilhas para o estudo linguístico de textos históricos. In: ATAÍDE, Cleber et al. (Orgs.) Estudos linguísticos e literários [recurso eletrônico]: caminhos e tendências. 1.ª ed. São Paulo: Pá de Palavra; 2019b, v. 1. p. 11-20.

Gonçalves ECB. Leitura crítico-filológica de Resolução de 1822: revoltas, vigilância, violência e punição na Bahia do século XIX. Filologia e Linguística Portuguesa. 2018; 20 (2): 153-174. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v20i2p153-174>.

Gonçalves ECB. Léxico e história: lutas e contextos de violência em documentos da Capitania da Bahia. ABRALIN. 2017; 16(2):191-218. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/rabl.v16i2.52006>.

Karnal L, Tatsch FG. Documento e história: a memória evanescente. In: Pinsky, CB, Luca TR de, organizadores. O historiador e suas fontes. 1.ª ed. São Paulo: Contexto; 2011.

Gumbrecht HU. Los poderes de la Filología: dinámicas de una práctica académica del texto. Mazzucchelli A, tradutor. México: Universidad Iberoamericana; 2007.

Le Goff J. História e memória. Leitão B, Ferreira, I, 4.ª ed. Campinas: São Paulo: EDUNICAMP; 1996.

Monte VM do. Correspondências Paulistas: as formas de tratamento em cartas de circulação pública

(1765-1775) [tese]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2007.

Orlandi EP. Discurso e leitura. 7.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez; 2006.

Pons Rodríguez L. Introducción: la historia de la lengua y la historia de las transmisiones textuales. In: Pons Rodríguez L, editor. Historia de la lengua y crítica textual. Madrid/ Frankfurt: Iberoamericana/ Vervuert; 2006. p. 9-17.

Reis JJ. Recôncavo rebelde: revoltas de escravos nos engenhos bahianos. Afroásia; Salvador, 1992;15: 100 - 126.

Reis JJ. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. Revista USP; São Paulo, dezembro/fevereiro de 1995-1996; 28:14-39.

Said EW. O regresso à Filologia. Humanismo e crítica democrática. Eichenberg R. São Paulo: Companhia das Letras; 2007.

Sanchis AM. La Carta, fuente de conocimiento histórico. Revista de História Moderna. València: Universitat de València, 2000; 18:13-26.

Tavares LHD. História da Bahia. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA; 2008.

## Caminhos de um manuscrito setecentista: da Vila Real do Sabará à contemporaneidade

### *Paths of an eighteenth-century manuscript: from Vila Real do Sabará to contemporaneity*

Maria de Fátima Nunes Madeira\*  
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Marcelo Módolo\*\*  
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

**Resumo:** O caminho percorrido por um manuscrito, desde a sua produção, até chegar à contemporaneidade, pode revelar marcas de ações políticas que decidiram pela sua preservação. Para ilustrar esse pressuposto, apresenta-se a *Carta Régia ao Juiz e oficiais da Camara para a contribuição do subsídio voluntario, de 1755*, e mais especificamente sua cópia, de 1777. Logo na criação do documento, notam-se preocupações com a sua longevidade e com a segurança de sua circulação, a partir da análise codicológica do manuscrito. O catálogo *Coleção Alberto Lamago*, do IEB – Instituto de Estudos Brasileiros – configura-se como instrumento fundamental para a análise das fases de transmissão desse manuscrito, pois indica lugares de pousos em arquivos onde também se evidenciam esforços para a sua preservação e divulgação. Os estudos paleográficos e diplomáticos fornecem informações que permitem deduzir do texto e do testemunho a sua autoria, datação e observância de certas fórmulas peculiares dessa espécie documental, tornando possível a verificação de sua autenticidade e genuinidade, características imprescindíveis para que a edição semidiplomática do manuscrito possa ser utilizada como fonte documental segura para futuras pesquisas. Colecionadores, arquivistas, filólogos e demais pesquisadores são coautores nessa importante tarefa de transmitir documentos a gerações futuras.

**Palavras-chave:** Filologia Portuguesa. Carta Régia. Edição semidiplomática. Fonte documental.

**Abstract:** The path followed by a manuscript from its production to the contemporaneity, can indicate marks of political actions that decided for its preservation. In order to illustrate this assumption, we present the Royal Charter to the Chamber Judge and officials for the contribution of the voluntary subsidy of 1755 and more specifically its copy, from 1777. From the codicological analysis of the manuscript, it is possible to observe, since its production, its longevity and the safety with its circulation. The catalog *Alberto Lamago's Collection*, by IEB - Instituto de Estudos Brasileiros - is a fundamental instrument for the analysis of the manuscript's transmission phases as it indicates places of landings in archives where efforts are also evidenced for its preservation and

---

\* Mestranda no programa de Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil; fatima.madeira@usp.br

\*\* Professor-doutor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq – nível 2 (processo número 308793/2019-6); modolo@usp.br

dissemination. Paleographic and diplomatic studies provide information that allows us to deduct its authorship from the text and testimony, date and certain individual formulas of these documentary species, making it possible to verify its authenticity and genuineness. All those are essential characteristics for the semidiplomatic edition can be used as a safe documentary source for future research. Collectors, archivists, philologists and other researchers are co-authors in this important task of transmitting documents to future generations.

**Keywords:** Portuguese philology. Royal charter. Semidiplomatic edition. Manuscript transmission. Documental source.

## 1 INTRODUÇÃO

A cópia da carta régia de 1755, corpus desta pesquisa, selecionada pelas propriedades diplomáticas que a distinguem como fonte documental, será apresentada sob a perspectiva da curadoria textual, metodologia pela qual o filólogo aproxima o texto e o leitor, distanciados um do outro pela ação do tempo. O texto, como bem cultural e patrimonial, razão de ser da filologia, será restituído por meio da edição semidiplomática do testemunho, antecedida pela edição fac-similar.

Primeiramente, levando-se em conta que cada texto requer um tratamento específico para ser entendido e publicado, e por tratar-se de uma cópia, será apresentada uma descrição elementar do manuscrito: o tema da carta régia na sua origem e sua função no momento do seu traslado; sua forma, de acordo com o estágio de transmissão ou gradação de ingenuidade documental, isto é, o grau de relação entre o documento e sua matriz (Bellotto, 2002, p. 105); e a constatação da existência de um segundo testemunho desse manuscrito no Arquivo Histórico Ultramarino.

Em seguida, serão abordadas relevantes informações para o estudo da transmissão do testemunho, a partir da história do acervo Alberto Lamego, acessível no IEB – Instituto de Estudos Brasileiros da USP, do qual faz parte o documento. Por constituir-se de um texto preservado em manuscrito, a cópia da carta régia, corpus desta pesquisa, receberá uma cuidadosa descrição codicológica, com base em seu suporte material.

A análise paleográfica seguirá o tríplice método de Contreras (1994), baseado na distinção entre leitura, análise e identidade com a história da escrita, que tornam possível a verificação da autenticidade do documento, além de permitir uma reconstituição segura do texto, a mais próxima possível de sua forma genuína.

A análise diplomática debaterá a estrutura formal do documento e a descrição das formas de transmissão da carta régia de 1755, uma espécie documental das mais relevantes que circularam entre a metrópole portuguesa e a colônia brasileira. Com a análise de sua fórmula peculiar, espera-se conjecturar sobre a natureza jurídica do documento e sobre a sua força probatória (Bellotto, 2002).

Por fim, um breve contexto histórico destacará do texto da carta régia um importante fato, o terremoto que atingiu Lisboa em 1755, sua divulgação no noticiário português, as repercussões econômicas e sociais desse acontecimento na vida dos habitantes do Brasil colônia, e o posicionamento dos representantes da metrópole na Vila Real do Sabará em favor dos interesses dos colonos brasileiros.

## 2 O MANUSCRITO

No dia 16 de dezembro de 1755, em Belém, Lisboa, Portugal, uma carta de apenas um fólio, recto e verso, endereçada aos oficiais da Câmara da Vila Real do Sabará, capitania de Minas Gerais, Brasil, é assinada pelo rei de Portugal, D. José I, conforme protocolo da época: “Rey”. De forma direta e objetiva, a carta narra um terremoto, seguido de incêndios, que em cinco minutos arruinou templos, palácios, tribunais, alfândegas e edifícios particulares, e sepultou pessoas da cidade de Lisboa e de “todos os estados”. Atribuindo essa tragédia a um aviso de Deus, o rei confia que resolveu contar logo aos seus leais vassallos, para que pudessem compartilhar tão justificado sentimento de empatia diante da tragédia e, como partes do corpo que se completam com a cabeça, servi-lo com tudo o que fosse possível para a reedificação da cidade.

Pela urgência da demanda, a carta não tardou a chegar. Entre a data do terremoto e a reunião do governador de Minas Gerais, José Antonio Freire de Andrade, com os procuradores de todas as câmaras da capitania, no dia 06 de julho de 1756, quando já estavam sendo decididas as formas de cobrança e a validade do subsídio voluntário<sup>1</sup>, tinham se passado apenas oito meses.

Vinte e um anos depois do início do atendimento ao pedido de ajuda do rei, essa carta foi copiada, no dia 29 de julho de 1777, agora para ser anexada a uma representação, documento diplomático em que os oficiais da câmara da Vila Real do Sabará se dirigiam à então rainha de Portugal, D. Maria I, argumentando que não seria mais possível manter o subsídio voluntário, instituído para a reconstrução de Lisboa; principalmente pela situação decadente em que se encontrava o povo e a capitania, mas também porque o subsídio, estabelecido pelo prazo de dez anos, já havia sido prorrogado por outros dez, conforme deixava-se ler nos demais documentos anexos, e mesmo assim continuava sendo cobrado, segundo eles, inevitavelmente.

A essa cópia da carta régia, manuscrita em 1777, é que se refere este estudo. O próprio título no manuscrito – *Cópia da Carta Regia ao Juiz e oficiais da Camara para a contribuição do subsidio voluntario* – evidencia a sua forma: um documento *pós-original*, último estágio das possibilidades da tradição documental; uma *cópia* (em latim *exemplum, sumptum, translatum*), que representa um documento formalmente idêntico ao original; *autorizada*, produzida a pedido do juiz e oficiais da Câmara da Vila Real do Sabará, com os mesmos efeitos do original; *heterógrafa*, pois está validada por outra autoridade; um *traslado*, pois conta com a fé notarial, assim se suprindo da força jurídica do original (Bellotto, 2002, p. 107-108).

Conforme consulta ao site do Arquivo Histórico Ultramarino<sup>2</sup>, há um segundo testemunho dessa cópia de carta régia, anexado ao documento principal do códice, ou seja, a representação de 1777. Essa informação será utilizada neste estudo apenas como hipótese sobre a tradição dos testemunhos, não sendo o objetivo, neste momento, a descrição das variantes entre eles.

---

<sup>1</sup> Conforme descrito no termo em junta também anexo ao códice do qual faz parte a carta régia.

<sup>2</sup> Disponível para consulta em: <http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate>.

### 3 ANÁLISE CODICOLÓGICA

Segundo Cambraia (2005, p. 26 e 27), analisar os aspectos da confecção material de um códice para compreender as formas do processo de transmissão do texto é atribuição da Codicologia. Para tanto, ter um manuscrito em mãos torna-se condição desejada por todo pesquisador e um privilégio do qual se pode usufruir neste estudo, pois a consulta à cópia da carta régia foi feita por observação direta do documento, catalogado no IEB, cujo acervo é formado por um expressivo conjunto de fundos pessoais – constituídos em vida por artistas e intelectuais brasileiros – e que estão distribuídos entre o Arquivo, a Biblioteca e a Coleção de Artes Visuais<sup>3</sup>.

Para facilitar o acesso ao arquivo, o IEB disponibiliza seu Catálogo Eletrônico *on-line*. No caso desta pesquisa, foram acessadas as abas: acervo/arquivo/catálogo online/Alberto Lamego. Para consultar o documento diretamente no IEB, é necessário agendar previamente a visita por *e-mail*.

#### 3.1 As marcas da trajetória do manuscrito

Armazenada na Caixa 28, em condições recomendadas de preservação, a carta régia é localizada no IEB pelo código AL-014-002 na Coleção Alberto Lamego. A observação desse códice, onde se insere a carta régia em estudo, remete às reflexões trazidas por Almada (2014, p. 141) de que as marcas deixadas nos suportes são informações preciosas sobre as formas de uso, apropriação, circulação e práticas de preservação do testemunho escrito. No manuscrito em estudo, as marcas são muito evidentes. Basta atentar à cuidadosa e responsável guarda do códice no arquivo do IEB, à encadernação bem feita pelo colecionador, ao carimbo da Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e às anotações tardias, presentes no suporte material, todas informações valiosíssimas sobre as condições de preservação nos seus lugares de pouso.

Papel, tinta e pena de boa qualidade, utilizados por escrivão hábil, na produção da cópia da carta régia, são desvelos que conferem, logo no ato da produção, garantias de validade e longa duração para o documento. Afinal, a documentação, inclusive essa cópia, que seria encaminhada à rainha, demandava apropriada formalidade. Para completar o ritual de confecção, a cópia foi lavrada por escrivão autorizado, a pedido do juiz e oficiais da Câmara, e validada por tabelião, autoridade que confere à cópia a mesma fé notarial e força jurídica do original.

Seguiu-se, ainda, muito provavelmente, o costume da época, de enviar à metrópole mais de uma via do documento, em datas e embarcações diferentes, para evitar o extravio, dada a precariedade das embarcações que transportavam os documentos (Bellotto, 2002, p. 106-107). É possível deduzir isso pela constatação da existência de um segundo testemunho do manuscrito, no Arquivo Histórico Ultramarino. Conforme verificado em consulta ao site do Projeto Resgate<sup>4</sup>, esse testemunho apresenta o carimbo da instituição, o que sugere que uma das vias do documento tenha sido recebida no Conselho Ultramarino.

---

<sup>3</sup> Instituto de Estudos Brasileiros - unidade da USP - <http://www.ieb.usp.br/>.

<sup>4</sup> <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/projeto-resgate-barao-do-rio-branco/>.

Na intenção pensada de fazer o manuscrito circular e ser conhecido, desde a sua origem, esses atores da história da preservação da carta régia e de sua cópia encenam como que uma prova de revezamento, em que o documento vai sendo repassado, e cada novo participante desse encadeamento cumpre o seu papel de transmiti-lo à posteridade. Entre o século XVIII, quando a carta régia foi copiada, e o século XXI, momento em que está sendo editada, a trajetória do documento foi marcada, conforme Petrucci (1999<sup>5</sup>, apud Almada, 2014), pela fascinante constatação das ações políticas na escolha dos testemunhos escritos da história das sociedades que foram selecionados para serem preservados e acessados pelas elites letradas ou iletradas.

Depois de passar cento e quarenta e três anos em Portugal<sup>6</sup>, o documento retornou ao Brasil em 1920, presumidamente pelas mãos de Alberto Lamego, figura importantíssima na história da preservação do manuscrito. Colecionador, vivendo na Europa durante quatorze anos, adquiriu valiosos documentos relacionados à história do Brasil, de várias instituições, inclusive do Arquivo Histórico Ultramarino: manuscritos, impressos e um vasto repertório iconográfico, que vieram a constituir a sua Biblioteca Brasileira. Sua casa, em Campos dos Goitacazes/RJ, chamada Solar dos Airizes, abrigou sua coleção por 15 anos. Felizmente, o manuscrito sobreviveu aos possíveis incidentes comuns em arquivos domiciliares, como os ataques destrutivos de insetos.

Em 1935, por sugestão de Mário de Andrade, então chefe do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, a coleção de Alberto Lamego foi adquirida pelo Governo do Estado de São Paulo e entregue à guarda da então fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. No seu artigo publicado em 22 de dezembro de 1935, no jornal *O Estado de São Paulo*, Mário de Andrade transborda sensibilidade ao relatar mais um passo para a preservação da biblioteca Lamego (Nogueira, 2002, p. 16): “Terminou onde devia terminar, no destino mais humano e generoso que podia ter, no regaço duma grande casa de cultura. Já agora ela será de todos, o que é sem dúvida o melhor fim para obras vultosas”.

Assim, o manuscrito foi encaixotado e transportado. Viajou do estado do Rio de Janeiro à cidade de São Paulo, tendo sido acomodado, em 1936, nas estantes da Biblioteca Central da USP, no 3º andar do Edifício Caetano de Campos, na Praça da República.

Somente vinte e cinco anos mais tarde, em 1959, é que o acervo começou a ser catalogado. Em 1961, foi divulgado na *Revista de História*, por solicitação do professor Eurípedes Simões de Paula à professora Myriam Ellis, o *Catálogo da miscelânea e dos manuscritos da Coleção Lamego*<sup>7</sup>. Fundamental para esta pesquisa, o catálogo contém informações privilegiadas sobre a história do acervo. Ellis comenta que não houve a pretensão de apresentar um catálogo perfeito, mas apenas de disponibilizar um acervo útil para os pesquisadores. Sem sequer imaginar os recursos tecnológicos que estavam por vir, essas mãos prepararam os documentos para a

---

<sup>5</sup> Petrucci A. *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1999.

<sup>6</sup> Documentação enviada provavelmente do Conselho da Fazenda para o Arquivo dos Próprios Nacionais em data não apurada, por falta de fontes, e incorporada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), à época, instalado no Mosteiro de S. Bento da Saúde, em 14 de Maio de 1894.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1961.120369>.

impensável tarefa da catalogação digital. A professora Ellis e seus alunos<sup>8</sup>, que participaram dessa árdua tarefa, tornaram-se assim sujeitos políticos nessa nova etapa para a preservação dos documentos.

Em 1968, o manuscrito acompanha o acervo em novo trajeto, desta vez dentro dos limites da cidade de São Paulo. Passa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras para o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, onde tem recebido tratamentos profissionais de guarda, conservação e restauro.

Para tornar esse patrimônio histórico e cultural mais visível ao público, especializado ou não, em 1983, as professoras doutoras Heloísa Liberalli Bellotto, Arlinda Rocha Nogueira e Lucy Maffei Hutter organizaram os 4.062 verbetes no *Inventário Analítico dos Manuscritos da Coleção Lamego*. Em 2002, esse inventário recebeu uma reedição revista e atualizada, e o título: *Coleção Alberto Lamego – Catálogo dos Manuscritos, com vários tipos de índices (onomástico, temático, cronológico, toponímico, espécies/formatos documentais e gêneros literários, instituições e equivalência entre códices e rolos de microfilme)*, que facilitariam a consulta aos documentos. Por fim, todo esse acervo arquivístico foi microfilmado e fotografado, novamente sob a supervisão de Heloísa Liberalli Bellotto. Toda essa documentação está agora disponível para consulta digital nas principais bibliotecas especializadas do Brasil e de Portugal.

### 3.2 Os elementos codicológicos

Em duzentos e quarenta e dois anos, a cópia da carta régia deste estudo fez um percurso de mais de quinze mil quilômetros para atravessar duas vezes o oceano Atlântico, tendo saído de Sabará e chegado a Lisboa; e depois, saindo de Lisboa e chegando ao Rio de Janeiro. Por terra, viajou do Rio de Janeiro a São Paulo. Mesmo assim, encontra-se surpreendentemente bem preservada, acondicionada num códice de 360 mm de altura por 230 mm de largura, em encadernação costurada, cuja capa de tecido de juta, na cor rosada, com pequeno furo produzido por inseto, do lado superior esquerdo, ainda mantém sua eficácia na proteção do manuscrito. Conforme informação obtida no catálogo do acervo de 2002, Alberto Lamego mandava encadernar alguns dos documentos de sua Coleção.

O papel, de textura espessa, de boa qualidade, na cor originalmente bege, mas amarelado pelo tempo, apresenta furos, causados por traças, raros e tão pequenos que, até o momento, não impedem a leitura em nenhuma linha dos fólhos. De 1 em 1 mm, notam-se as vergaturas, definidas por Ataíde e Melo (1926 – p.11) como raias claras na horizontal, marcadas pelos fios metálicos que constituíam o tear das formas para a fabricação de papel. Perpendicularmente, surgem outras raias claras isoladas, os pontusais, oito por fólio, a cada 26 mm.

Nota-se também no manuscrito a seguinte marca d'água, conforme imagem fotografada (pelos autores) de uma folha em branco do códice, para evidenciar o brasão com árvore no cimo, enfeitada com rolos de papiro, e as letras HCW & Zoonen, indicando as iniciais do nome do fabricante holandês. Na parte interna, os dois Xx representam a cruz de Santo André<sup>9</sup>:

---

<sup>8</sup> Nomes listados em nota de rodapé, à página 527 do catálogo.

<sup>9</sup> Acessado, em 06/12/2018, o portal eletrônico <http://www.bernstein.oeaw.ac.at/> direciona para 'A Memória do Papel', em: [http://www.memoryofpaper.eu:8080/BernsteinPortal/appl\\_start\\_disp](http://www.memoryofpaper.eu:8080/BernsteinPortal/appl_start_disp).

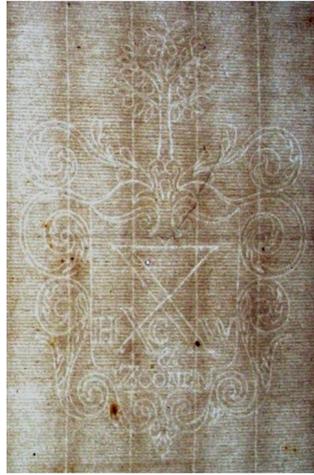


Figura 1 – Marca d'água - Manuscrito do Arquivo do IEB, cota: AL 014-002 (fotografia realizada pelos autores).

No site indicado, foi encontrado o registro das marcas d'água do manuscrito em estudo, com a informação de que circularam entre 1769 e 1777. A catalogação da referida filigrana em instituição idônea, que registra e disponibiliza marcas d'água de várias partes do mundo, datadas desde o século XV, somada às informações de que até o século XIX Portugal importava papel da Holanda, Inglaterra, França e Itália; de que o papel utilizado no Brasil no século XVIII vinha de Portugal (Oliveira, 2014, p. 59); e da presença dessa marca d'água em documentos escritos em outras capitanias do Brasil, nessa época, conforme estudos de Monte (2007) e Gleyk (2014), validam as datas tópica e cronológica, a primeira, referente à carta original – “Escripta em Belem aos desasseis de Dezembro de mil settecentos cincoenta e cinco”, nas linhas 40 e 41 do fólho verso e a segunda, logo a seguir, nos termos de autorização da cópia, à linha 48 – “Sabará e de Julho 29 de 1777”.

A pena de ganso, utilizada a partir do século VI, e a tinta ferro-gálica, utilizada desde o século XII, (Berwanger e Leal, 2008), muito provavelmente foram os materiais de escrita desse documento. Esse tipo de tinta melhorou muito o desempenho e a duração da escrita, em relação às tintas antigas, à base de carbono. Entretanto, verificou-se que ela produz, ao longo do tempo, mecanismos de corrosão no papel, os quais têm sido estabilizados a partir da neutralização da acidez da tinta por meios químicos. Felizmente, a tinta utilizada no manuscrito em estudo permanece intacta, e não há manchas indesejadas ou sinais de corrosão no papel por ela causados.

A cópia da carta régia se constitui de 1 fólho opistografado, com as seguintes quantidades de linhas: 1r = 29; 1v = 25; cada fólho mede 350 mm X 220 mm. A mancha ocupa uma coluna de 200 mm X 125 mm. Há espaço em branco de 150 mm do topo ao início do texto e de 95 mm da lateral até a mancha, tanto no folio recto como no folio verso. O manuscrito apresenta reclames, recurso que facilita a recuperação da leitura, já que não se usava ainda a numeração de páginas. A cópia da carta régia ocupa a posição 4r e 4v, dentre os fólhos do códice, porém, neste estudo, utilizada como testemunho único, está numerada como 1r e 1v.

Na margem superior esquerda do fólio recto consta uma anotação tardia, a lápis, a numeração “14.2”, indicando o código com que o documento foi cadastrado no catálogo. Podemos deduzir que o arquivista, talvez o profissional que trabalhou na microfilmagem e/ou fotografia dos documentos da Coleção Alberto Lamego, identificou a cópia da carta régia com o número do código do acervo – 14 – seguido do algarismo 2, indicando ser esse o segundo documento constante no códice.

Entre o título e o texto, no recto do primeiro fólio, observa-se um carimbo retangular, medindo 10 mm X 25 mm, em tinta azul, com os termos: *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – Biblioteca Central*, conforme figura 2, abaixo, que comprova a passagem do acervo de Alberto Lamego, onde está inserido o manuscrito, por essa instituição.

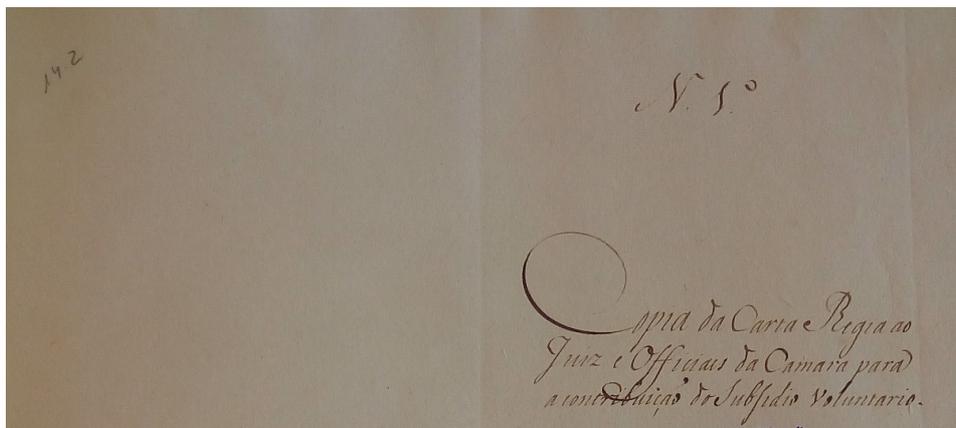


Figura 2 – Anotações tardias – Manuscrito do Arquivo do IEB, cota: AL 014-002 (fotografia realizada pelos autores).

Com as características codicológicas apontadas neste estudo, associadas às análises paleográfica e diplomática, que se seguem, espera-se investigar a genuinidade do manuscrito, marca fundamental para que um texto possa ser utilizado com segurança e credibilidade em futuras pesquisas.

#### 4 ANÁLISE PALEOGRÁFICA, O TEMPO E O LUGAR DO MANUSCRITO

O termo *Paleografia*, modernamente, tem sido utilizado pelos filólogos para definir a decifração e interpretação de manuscritos que apresentem dificuldade de leitura, não apenas os antigos. A análise dos aspectos da escrita, como sua localização e datação, morfologia, traçado das letras, sinais abreviativos, descrição de elementos não-alfabéticos, e também de todo tipo de anotações deixadas no texto (pelo autor, pelo copista, etc.), dentre outros, ajudam o filólogo a avaliar a autenticidade de um documento e a realizar a análise sócio-histórica desse sistema de escrita. Somente após esse estudo detalhado é possível fixar a forma genuína de um texto.

##### 4.1 Paleografia de leitura

Contreras (1994, p. 35) propõe uma distinção entre a Paleografia de leitura, a Paleografia de análise e a Paleografia em identidade com a história da escrita, para ampliar a capacidade metodológica de investigação paleográfica. A Paleografia de leitura tem por finalidade a interpretação dos signos. Para tanto, recomenda-se,

primeiramente, a leitura calma, atenta e minuciosa do manuscrito, passo fundamental para proceder-se, em seguida, à transcrição, que pode ser conservadora ou modernizada, dependendo do público-alvo a que se destina a edição<sup>10</sup>.

Aplicando essa metodologia ao manuscrito em estudo, observamos que a decifração da escrita não oferece grandes dificuldades. O texto foi escrito em português. O alfabeto utilizado, análogo ao sistema gráfico atual, da escrita humanística, permite grande aproveitamento das sílabas, palavras e frases já na primeira leitura. Os traços de cursividade, como a velocidade da escrita e as ligaduras, não chegam a impedir o leitor contemporâneo de ler e compreender os termos da carta. Não há dificuldade, tampouco, na leitura da única abreviatura no texto — “q” — facilmente desdobrada em *que*, nem léxico tão desconhecido que exija consulta a dicionário especializado.

A maior dificuldade de leitura provavelmente se encontra na identificação dos alógrafos. Para superar esse embaraço, é necessário ordenar o alfabeto utilizado no texto. Definidos os alógrafos, após a elaboração do alfabeto específico do manuscrito em estudo, nota-se pouca diferença entre o modelo mental e a execução da escrita. Ackel (2019), que descreveu o alfabeto para este e para outros manuscritos do acervo do IEB, gentilmente o cedeu para este estudo, o que favoreceu a decifração dos seguintes grafemas:



Figura 3 – <s> inicial



Figura 4 – <s> medial



Figura 5 – <h> inicial

## 4.2 Paleografia de análise

A Paleografia de análise busca informações sobre a técnica de execução dos vários tipos de escrita, e sobre a datação e localização do documento. O módulo pequeno das letras do manuscrito setecentista, o *ductus* cursivo, com letras corridas e

<sup>10</sup> Editar significa realizar um conjunto complexo de operações das quais fazem parte não apenas a transcrição, mas também a proposição de conjecturas, a seleção de variantes (em uma edição crítica), a apresentação do texto, etc. (Cambraia, 2005, p. 111).

traçadas na maioria sem descanso da mão, a leveza do traçado, o ângulo inclinado à direita, a inexistência de nexos, a frequência de ligaduras, principalmente dos clíticos, e a escassez de abreviaturas seguem o modelo da escrita humanística cursiva ou italiana. A velocidade na execução da escrita não chega a trazer traços de individualização tão fortes que impeçam a decifração das letras.

Chamam também a atenção do leitor determinadas práticas gráficas e ortográficas do século XVIII, presentes no manuscrito setecentista, que podem ser consideradas “fórmulas de escrita de uma pequena parte da sociedade que apresentam considerável regularidade, a ponto de caracterizar o estado da língua naquela fase” (Fachin, 2011, p. 14 e 15). Essas práticas, apenas citadas, já que não constituem objetivo primordial deste estudo, são: as grafias etimologizadas (*omnipotente, villa, ofíciaes, aquella, nellas, vassallos, promptlymente, occasião, elleição, escripta, settecentos, assignei*); o hífen duplo ao final da linha, indicando separação de sílabas; a sinalização do ‘til’ na vogal <o>, e não na vogal <a>, na formação do ditongo “ão”; o sinal “//” para indicar o encerramento da carta (Rey//) e para delimitar o trecho em que aparece a assinatura do escrivão (//Custodio dos Anjos Fremes//); a falta de regularidade na grafia dos ditongos *ey/ei*, como em *Rey* e *reimos*; o pretérito perfeito e imperfeito com desinência “aõ” e não “am”, na 3ª pessoa do plural; o til na vogal “u”, para indicar nasalidade, como em “hũ”; e palavras escritas como se pronunciavam, que podem revelar tanto fenômenos de oralidade, como falta de instrução do escriba: *desaseis, terremoto, reideficada*.

As datas tópicas e cronológicas são explícitas no documento, tanto no texto original, de 1755, escrito em Belém, Portugal, às linhas 41 e 42 do fólio 1v., quanto na cópia, realizada em 1777, na Vila Real do Sabará, capitania de Minas Gerais, Brasil, à linha 50 do fólio 1v.

### 4.3 Paleografia em identidade com a história social da escrita

Essa análise dos tipos gráficos, da localização e da datação do manuscrito fornece evidências para estudos que se relacionam à Paleografia em identidade com a história social da escrita. Segundo Petrucci (1999<sup>11</sup>, apud Sartori, 2018), por difusão social da escrita deve-se entender a capacidade de ler e escrever, já que as sociedades que possuem escrita são formadas por analfabetos e alfabetizados. Podemos inferir que o escrivão da Câmara da Vila Real do Sabará que em 1777 efetuou a cópia da carta régia de 1755 demonstra habilidade, pois reproduz escrita regular quanto ao traçado das letras, homogeneidade do tamanho, respeito à pauta e às linhas imaginárias, sem borrões, nem rasuras.

Com o intento de distinguir, no manuscrito, uma marca personalizada do escrivão, Custódio dos Anjos Fremes, que subscreveu e assinou a primeira via do documento à linha 55, e do tabelião público, Thomas de Aquino Figueiredo, que autenticou o documento, à linha 54, reproduzimos a metodologia de Sartori (2018) para classificação de morfologia das assinaturas<sup>12</sup>. Nota-se que elas apresentam nível médio ou alto de execução gráfica<sup>13</sup>, pela segurança e destreza ao segurar a pena, pelo

<sup>11</sup> Petrucci A. Alfabetismo, escritura, sociedad. Barcelona: Gedisa Editorial; 1999.

<sup>12</sup> Nome de uma pessoa ou a sua representação, feito de próprio punho sobre um documento para indicar sua autoria ou avaliar seu conteúdo.

<sup>13</sup> Critério exclusivo, estabelecido por Sartori (2018, p. 51).

traçado regular, pelo bom alinhamento das letras, pela abundância de ornamentação na escrita, pelas laçadas entre as letras e ainda pelos sinais públicos ao final das assinaturas, conforme figura a seguir, recorte da fotografia da carta régia, realizada pelos autores.

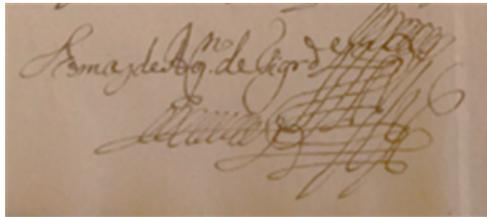


Figura 6 – Morfologia das assinaturas – Manuscrito do Arquivo do IEB, cota: AL 014-002 (fotografia realizada pelos autores).

Quanto à função que a escrita assume na sociedade, Magalhães (2014, p. 302-303) explica que a escrituração era informação, ordem, hierarquia, mobilização. Em seu estudo sobre a relação entre escrita e municipalismo no Brasil colônia, ao longo do século XVIII, constata que os municípios foram instâncias de ordenamento, poder e decisão, por estatuto próprio e por delegação régia.

Com esses dados, podemos afirmar que o documento em questão se destaca como um manuscrito do século XVIII, apresentando características codicológicas e paleográficas próprias de seu tempo e lugar.

## 5 ANÁLISE DIPLOMÁTICA E OS SINAIS DE AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO

O texto deste estudo se refere a uma carta régia, ou seja, uma ordem real, dirigida a uma determinada autoridade ou pessoa, neste caso, ao juiz e aos oficiais da Câmara da Villa Real do Sabará. Na subscrição “Rey”, podemos identificar o soberano pela data da carta régia. Em 1755, o rei de Portugal era D. José I, cujo reinado foi marcado pelas políticas do seu secretário de Estado, o Marquês de Pombal, muito atuante nesse momento do terremoto.

Segundo Bellotto (2002), *carta régia* é um documento *dipломático*, ou seja, um testemunho escrito de natureza jurídica, que obedece a fórmulas convencionadas, em geral estabelecidas pelo Direito administrativo ou notarial; *dispositivo normativo*, ou seja, que manifesta a vontade da autoridade suprema e que deve obrigatoriamente ser acatado pelos subordinados; e *descendente*, quer dizer, desce do Rei aos súditos, às instâncias inferiores, e até mesmo geograficamente, desce do hemisfério norte para o hemisfério sul, de Portugal para o Brasil. Uma ordem real, dirigida a uma determinada autoridade ou pessoa.

O manuscrito em estudo ilustra a espécie documental tanto na sua forma jurídico-administrativa, como na estrutura textual, que observa as fórmulas de redação estabelecidas. A carta régia, escrita em Belém, no dia 16 de dezembro de 1755, inicia com o protocolo: “Eu, El Rey, vos envio muito saudar”; depois, apresenta o texto: objeto ou tema da carta, que, no caso, é o pedido de ajuda do rei às câmaras da capitania de Minas Gerais, para a reconstrução de Lisboa; e como protocolo final, consta a subscrição: “Rey”.

Essas características, somadas ao fato de que a Câmara da Vila Real do Sabará enviou o subsídio voluntário à metrópole por sessenta anos, conforme informação reproduzida de documentos catalogados no Arquivo Público de Minas Gerais<sup>14</sup>, acatando, como subordinada, a vontade da autoridade suprema, fortalecem a hipótese de se tratar de um documento autêntico.

É preciso ressaltar, entretanto, que o objeto deste estudo é a *cópia* da carta, que foi produzida em 29 de julho de 1777, a pedido dos juízes e oficiais da Câmara da Vila Real do Sabará. Por isso, tratada pela tradição documental, é classificada como um pós-original, último estágio da transmissão de um documento, uma cópia, ou a primeira via, que conviveu com seu original ainda existente. (Bellotto, p. 107-108). Chamada de heterógrafa, pois foi elaborada e validada por outro escrivão, que não o da carta original, conforme transcrição do referido manuscrito, linhas 43 a 50:

Para o Juiz Vereadores, e officiaes da Camara da Villa do Sabará. Primeira via Custodio dos Anjos Fremes Escrivão da Comarca que o sobscrevi e asignei// Custodio dos Anjos Fremes// E mais se não continha em o dito registro da Carta Regia de que passa o referido em Verdade. Sabará e de Julho 29 de 1777.

Uma cópia autorizada, numerada pelo escrivão como anexo N 1º, e que surte os mesmos efeitos do original, do tipo traslado, com a fé notarial: *E eu Thomas de Aquino de Figueiredo Tabelião do publico judicial e notas que o sobscrevi e asiney*. As assinaturas do escrivão Custódio dos Anjos Fremes e do tabelião Thomas de Aquino de Figueiredo, identificadas com sinais públicos, reforçam a força jurídica do original na cópia. Como cópia a ser inserida na representação, a carta régia de 1755 assume uma nova função, a de comprovar as argumentações dos oficiais da Câmara da Vila Real do Sabará.

Enfim, esta breve análise diplomática do documento, relacionada com os dados codicológicos e paleográficos anteriormente apresentados, permite inferir que a autoria, a datação, a autenticidade das assinaturas e a forma de transmissão do manuscrito conferem-lhe a condição de documento contemporâneo e muito relevante na dinâmica administrativa colonial do século XVIII; principalmente por configurar um meio eficaz de comunicação do próprio Rei com os seus súditos, garantindo que as leis escritas fossem cumpridas, apesar da distância entre a metrópole e a colônia.

## 6 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: AS REPERCUSSÕES DO TERREMOTO

O texto do manuscrito se transforma em instrumento que revela, de maneira particular, a história oficial do terremoto que assombrou o povo de Lisboa, pela sequência de grande tremor de terra, de incêndios, e de ondas gigantes, as quais, segundo a carta régia, em cinco minutos arruinaram os templos, os palácios, os tribunais e as alfândegas, consumindo grande número de pessoas.

A notícia do terremoto foi anunciada no periódico intitulado *Gazeta de Lisboa*, consultado na Coleção Alberto Lamego, do IEB<sup>15</sup>: “O dia 1.º do corrente ficará

<sup>14</sup> 1813-1816 *Registro dos bilhetes do Subsídio Voluntário*. CMS-148 Rol. 20 - Prat. O-17.

<sup>15</sup> Código de Ref.: AL-062-025 - Caixa 44 - Códices 059, 060, 061 e 062 (Sala 1).

memorável a todos os séculos pelos terramotos e incêndios que arruinaram uma grande parte desta cidade; mas tem havido a felicidade de se acharem na ruína os cofres da fazenda real e da maior parte dos particulares”. A seguir, recorte do mesmo periódico, do dia 13 de novembro de 1755, relatando que a Torre do Tombo, importante guardiã da documentação colonial, também fora atingida pelos efeitos do terremoto; e a sua transcrição, realizada pelos autores:

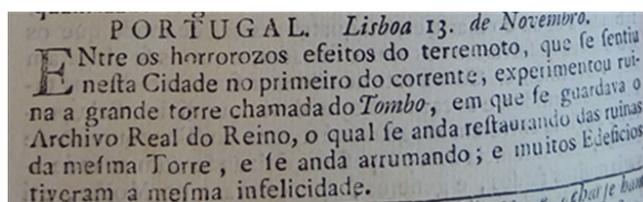


Figura 7 – Gazeta de Lisboa – Arquivo IEB - AL-062-025 (fotografia realizada pelos autores).

PORTUGAL. Lisboa 13. de Novembro.  
 ENtre os horrorozos efeitos do terremoto, que se sentiu nesta Cidade no primeiro do corrente, experimentou ruina a grande torre chamada do *Tombo*, em que se guardava o Archivo Real do Reino, o qual se anda restaurando das ruinas da mesma Torre, e se anda arrumando; e muitos Edefícios tiveram a mesma infelicidade.

Já a cópia da carta régia contextualiza uma nova situação, uma nova relação da Câmara da Vila Real do Sabará com a metrópole. A princípio, assim que a carta régia fora recebida, os oficiais se reuniram para decidir os termos do atendimento ao pedido de ajuda para a reconstrução de Lisboa. Decidiram que o imposto vigeria por dez anos. Ao final desse prazo, houve uma solicitação de prorrogação pelo governador, por mais dez anos, porém o auto de vereação de 19 de outubro de 1768 reduziu a porcentagem dos valores que seriam arrecadados para esse imposto, e deixou claro que, ao fim dos dez anos, ou seja, em 1778, sem haver necessidade de qualquer comunicação ao governador ou à rainha, a cobrança cessaria, automaticamente. Aproximando-se essa data, e temendo se repetisse a prorrogação da cobrança, os oficiais da câmara da Vila Real do Sabará se antecipam para lembrar à metrópole que, devido à situação precária em que se encontrava a população na capitania de Minas Gerais, e também porque a Câmara já havia cumprido os prazos anteriormente estabelecidos por escrito, conforme documentos válidos e anexos, inclusive a cópia da carta régia, não mais enviariam o subsídio voluntário. Para comprovar os termos da representação, anexaram as seguintes cópias: da carta régia de 1755; do termo em junta de 1756; e do auto de vereação de 1768.

Segundo Russel-Wood (1998, p.189 e 192), os governantes

descobriam-se frequentemente no papel de mediadores entre a implementação da vontade real e os interesses locais. [...] E os colonos, longe de serem partes passivas nas relações metrópole-colônia ou centro-periferia, desde Macau a Minas Gerais, faziam ouvir as suas vozes e exerciam pressões que modificavam ou, em certos casos, contrariavam as intenções reais.

## 7 A EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA

Com o objetivo de oferecer a todos os tipos de leitores a oportunidade de contemplar o retrato do documento físico, optou-se pela apresentação da edição fac-similar antes da edição semidiplomática. Apesar do conservadorismo da edição, que segue as normas de transcrição de documentos manuscritos e impressos do *Projeto para a História do Português Brasileiro* (Megale e Toledo Neto, 2005), a mediação dos editores na modernização dos casos de fronteiras de palavras favorece a leitura ao público menos especializado. Além disso, na edição:

1. As abreviaturas serão desenvolvidas, marcando-se - em itálico - as letras omitidas, respeitando a grafia do manuscrito;
2. A pontuação original será rigorosamente mantida.
3. A acentuação original será rigorosamente mantida, inclusive a sua posição, não se permitindo qualquer alteração;
4. Será respeitado o emprego de letras maiúsculas e minúsculas, como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução;
5. Eventuais erros do escriba ou do copista serão remetidos para nota de rodapé, ao lado da lição correta, da seguinte forma: “epaço” por “espaço”;
6. Intervenções de terceiros no documento original serão indicadas em nota de rodapé;
7. A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto. A mudança de fólio receberá a marcação com o respectivo número na sequência de duas barras verticais: ||1r|| ||1v||.
8. As linhas serão numeradas de cinco em cinco, a partir da quinta. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento.
9. As assinaturas simples ou rubricas serão sublinhadas. Os sinais públicos serão sublinhados e indicados entre colchetes. Exemplo: assinatura simples - Bernardo Jose de Lorena; sinal público - [Bernardo Jose de Lorena];
10. Os alógrafos contextuais de caracteres serão uniformizados segundo o alfabeto atual.

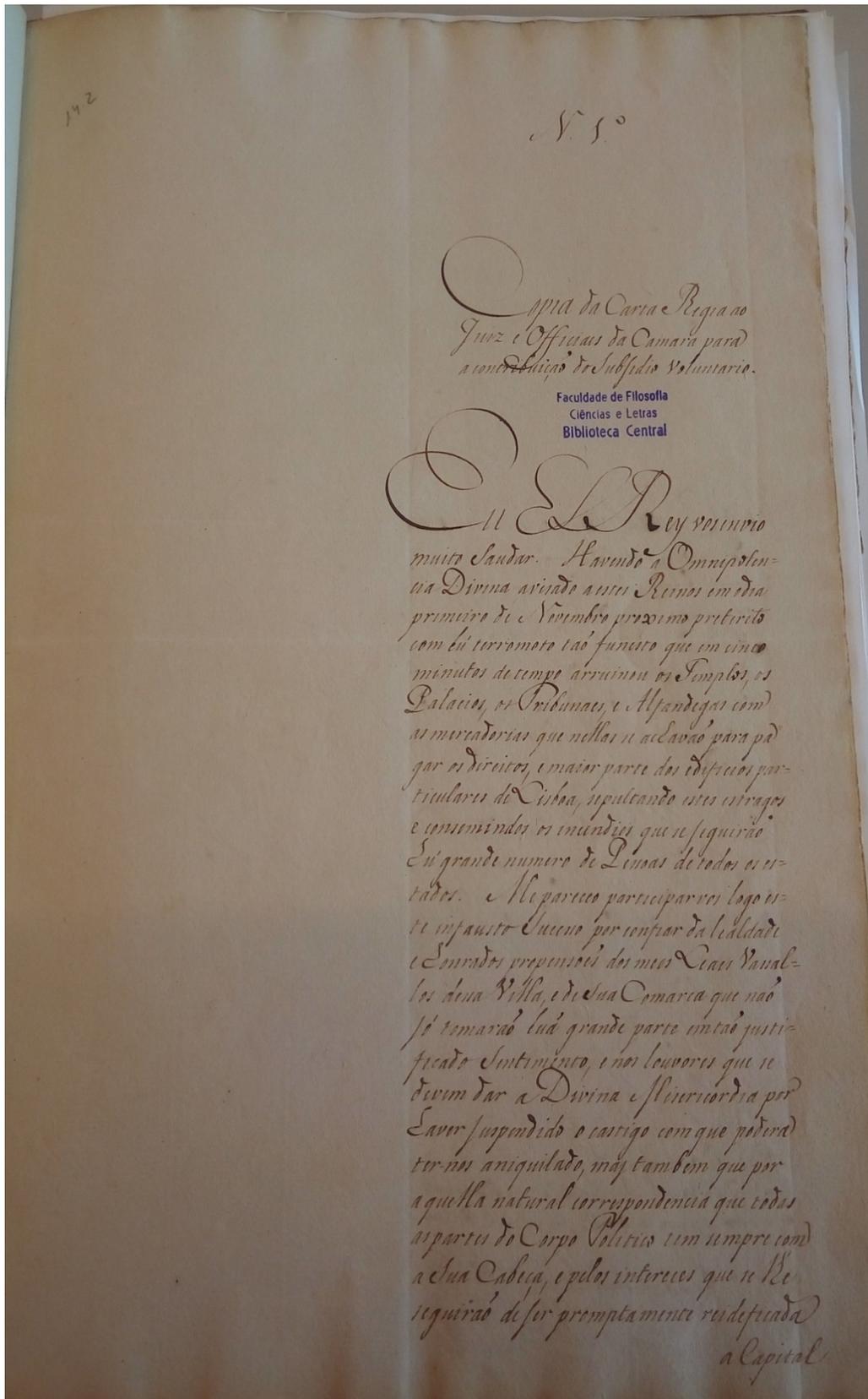


Figura 8 – Fotografia do fólio 1 recto da carta régia, realizada pelos autores.

||1r||

Número 1º<sup>16</sup>

Copia da Carta Regia ao  
Juiz e Officiaes da Camara para  
a contribuição do Subsidio voluntario<sup>17</sup>

5 Eu El Rey vos envio  
muito saudar. Havendo a Omnipoten=  
cia Divina avisado a estes Reinos em o dia  
primeiro de Novembro proximo preterito  
10 com hũ terromoto taõ funesto que em cinco  
minutos de tempo arruinou os Templos, os  
Palacios, os Tribunaes, e Alfandegas com  
as mercadorias que nellas se achavaõ para pa  
gar os direitos, e maior parte dos edificios par=  
ticulares de Lisboa, sepultando estes estragos  
15 e consomindos<sup>18</sup> os incendios que se seguiraõ  
hũ grande numero de Pessoas de todos os es=  
tados. Me pareceo participar vos logo es=  
te infausto Sucesso por confiar da lealdade  
e honrados propensoes dos meos Leaes Vassal=  
20 los dessa Villa, e de sua Comarca que naõ  
só tomaraõ huã grande parte em taõ justi=  
ficado Sentimento, e nos louvores que se  
devem dar a Divina Misericordia por  
haver suspendido o castigo com que podera  
25 ter-nos aniquilado, mas tambem que por  
aquella natural correspondencia que todas  
as partes do Corpo Politico tem sempre com  
a Sua Cabeça, e pelos intereces que se lhe  
seguiraõ de ser promptamente reideficada  
30 a Capital

<sup>16</sup> Presença de anotação tardia: 14.2, a lápis, na margem esquerda superior, na altura da linha onde consta “N. 1º”.

<sup>17</sup> Abaixo desta linha há a presença de carimbo retangular: *Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Biblioteca Central*.

<sup>18</sup> consomindos ] consumindo.

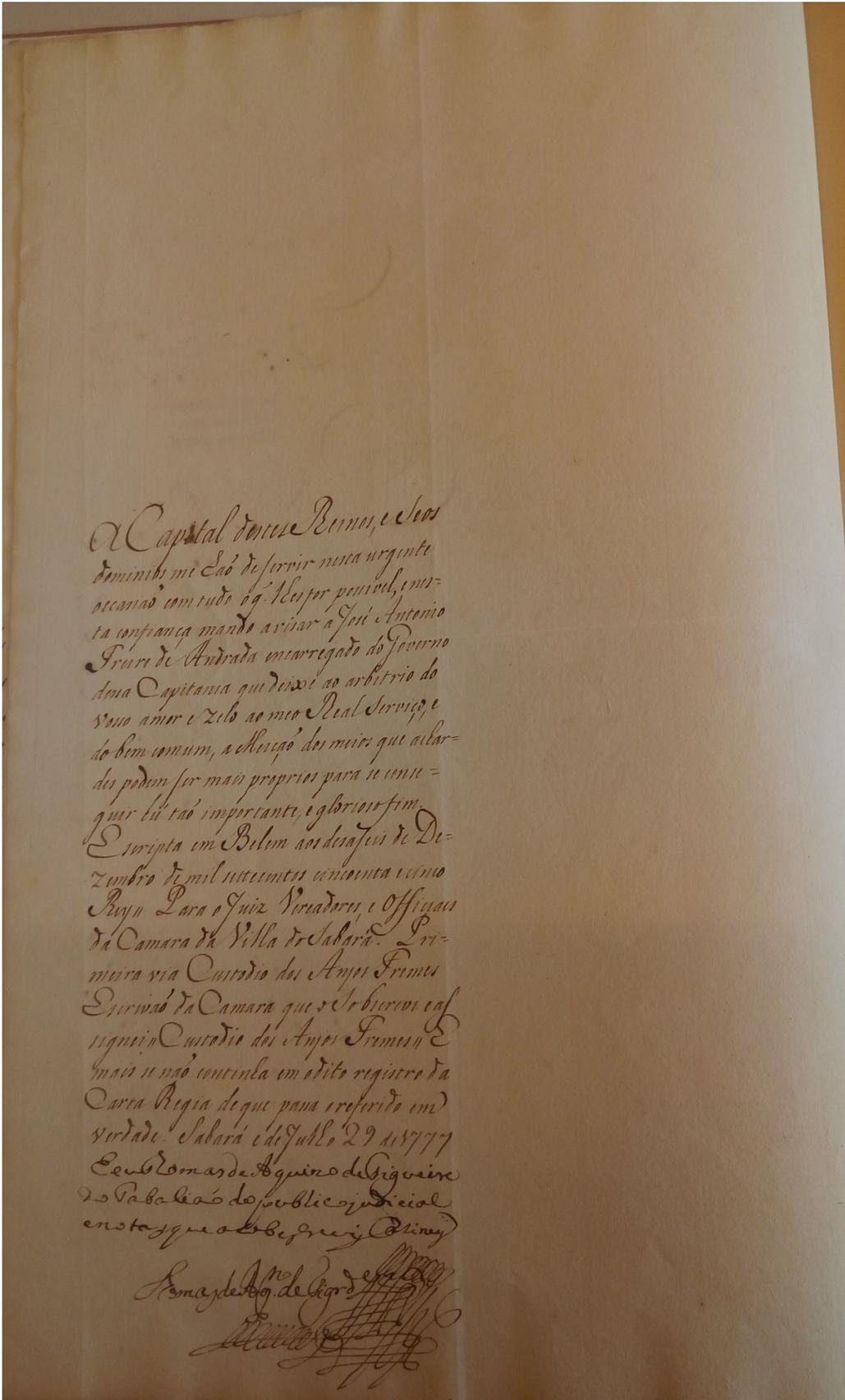


Figura 9 – Fotografia do fólio 1 verso da carta régia, realizada pelos autores.

||1v||a Capital destes Reinos, e Seos  
 dominios me haõ de servir nesta urgente  
 occasiaõ com tudo o *que* lhes for possível, e nes=  
 ta confiança mando avisar a Jose Antonio  
 35 Freire de Andrada encarregado do Governo  
 dessa Capitania que deixe ao arbitrio do  
 vosso amor e zelo ao meo Real Serviço, e  
 do bem comum, a elleiçaõ dos meios que achar=  
 des podem ser mais propios para se conse=  
 40 guir hũ taõ importante, e glorioso fim.  
 Escripta em Belem aos desaseis de De=  
 zembro de mil settecentos cincoenta e cinco  
 Rey // Para o Juiz Vereadores, e Officiaes  
 da Camara da Villa do Sabará. Pri=  
 45 meira via Custodio dos Anjos Fremes  
 Escrivaõ da Camara que o Sobscrevi e as  
 signei// Custodio dos Anjos Fremes// E  
 mais se naõ continha em o dito registro da  
 Carta Regia de que passa o referido em  
 50 Verdade. Sabará e de Julho 29 de 1777  
 E eu Thomas de Aquino de Figueire  
 do Tabaliaõ do publico judicial  
 e notas que o Sobscrevi e asiney  
 [Thomas de Aquino de Figueiredo]  
 55 [Custódio dos Anjos Fremes]

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido pela Coleção Alberto Lamego, da qual faz parte o documento deste estudo, apenas um dentre tantos exemplos, deixa transparecer a intencionalidade de se preservar e transmitir documentos a gerações futuras. Todos esses cuidados com o manuscrito ratificam a alusão da historiadora Silvia Lara (2008, p. 22):

Alguns historiadores alertam ainda que, além do gesto da escrita, da produção do texto e do que eles registram, é preciso pensar também no longo caminho que fez com que aquele texto chegasse até os dias de hoje. De fato, como afirmei anteriormente, “depois de escritos, por motivos e com fins variados, os textos são guardados ou descartados segundo critérios que faziam sentido para os homens e mulheres do passado e, depois deles, para os profissionais responsáveis por sua preservação.

Valendo-se do aparato teórico da Codicologia, da Paleografia e da Diplomática, a análise filológica do manuscrito setecentista, realizada pela perspectiva da curadoria textual, resultou na edição fac-similar e semidiplomática da cópia da carta régia dirigida ao juiz e aos oficiais da Câmara da Vila Real do Sabará. Dessa forma, espera-se ter contribuído para a divulgação desse patrimônio cultural escrito, para a preservação material do documento, publicado em novo suporte, e também para a sua utilização pelos pesquisadores que dele se podem valer com fiabilidade para os mais variados tipos de estudos científicos.

## REFERÊNCIAS

- Ackel A. Estudo paleográfico de manuscrito do século XVII. *Todas as letras - Revista de Língua e Literatura*, 2019;21:1-23.
- Almada M. Cultura escrita e materialidade: possibilidades interdisciplinares de pesquisa. *Pós*, 2014;4(8): 134-147.
- Bellotto HL. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado; 2002.
- Berwanger AR, Leal JEF. *Noções de paleografia e diplomática - 3. ed. rev. e ampl.* Santa Maria: Ed. da UFSM; 2008.
- Cambráia CN. *Introdução à crítica textual.* São Paulo: Martins Fontes; 2005.
- Contreras LN. *Manual de paleografia.* Madrid: Cátedra; 1994.
- Ellis M. Catálogo da miscelânea e dos manuscritos da coleção Lamego. *Revistas USP*, 1961;22(46):521-542. [citado 17 jul. 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1961.120369>.
- Fachin PRM. *Práticas de escrita setecentista em manuscritos da administração colonial em circulação pública no Brasil [tese].* São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2011. doi:10.11606/T.8.2011.tde-01112011-131748.
- Lara SH. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. *Anos 90*, 2008;15(28):17-39.

- Magalhães J. Escrita e Municipalismo na transição do Brasil-colônia e na ideação do Brasil independente. *Revista de História Regional*, 2014;19(2). doi:10.5212/Rev.Hist.Reg.v.19i2.0003.
- Megale H, Toledo Neto S de A. *Por minha letra e sinal: documentos do ouro no século XVII*. Cotia: Ateliê Editorial, FAPESP; 2005.
- Melo AFA. *O papel como elemento de identificação*. Lisboa: Biblioteca Nacional; 1926.
- Monte VM. *Documentos setecentistas: edição semidiplomática e tratamento das sibilantes [dissertação]*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2007.
- Nogueira AR, Bellotto HL, Hutter LM. *Catálogo dos manuscritos Coleção Alberto Lamego*. 2ª. ed. São Paulo: IEB. EDUSP; 2002.
- Oliveira GGM. *Estudo do papel e das filigranas dos séculos XVIII e XIX na capitania e província de Mato Grosso. Cuiabá/MT [dissertação]*. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso; 2014.
- Russel-Wood AJR. Governantes e agentes. In: Bethencourt, Francisco e Chaudhuri, Kirti (dir.). *História da expansão portuguesa. O Brasil na balança do Império (1697-1808)*. Lisboa: Círculo de Leitores; 1998.
- Sartori A. Níveis de execução gráfica no Brasil quinhentista: uma análise da morfologia das assinaturas deixadas nos livros da inquisição. In: Lose AD, Souza AS. *Paleografia e suas interfaces*. Salvador: Memória & Arte; 2018.

## Fontes coloniais e escravidão: relações de trabalho e práticas culturais na América portuguesa

### *Colonial sources and slavery: work relations and cultural practices in Portuguese America.*

Norma Suely da Silva Pereira\*  
*Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil*

**Resumo:** O intenso tráfico negreiro transatlântico resultou no sequestro de cerca de 12,5 milhões de africanos, entre os séculos XVI e XIX, sendo os seus principais destinos na América portuguesa os portos do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco. Por meio da análise de manuscritos, busca-se exercitar o papel político, social e histórico da Filologia, ciência primordial na construção da História, tomando como objeto de análise o registro, em documentos notariais, dos novos perfis sociais e profissionais construídos na diáspora africana, na Bahia colonial. Para tanto, estabelece-se um referencial teórico transdisciplinar que institui o diálogo entre a Filologia e outras ciências afins, a exemplo da Paleografia, ciência que orienta a leitura de manuscritos, da Diplomática, pelo auxílio que presta na análise dos formulários, da Sociologia dos textos, que observa os testemunhos pretéritos em seu contexto, da História cultural, para respaldar o estudo das práticas culturais e da Onomástica, que auxilia na compreensão dos perfis sociais do período. O estudo demonstra a importância do conhecimento do passado para a compreensão da realidade presente.

**Palavras-chave:** Filologia. Fontes coloniais. Escravidão. Perfis profissionais na diáspora.

**Abstract:** The intense transatlantic slave trade resulted in the kidnapping of approximately 12.5 million Africans, between the 16th and 19th centuries, with the main ports in Portuguese America being the ports of Rio de Janeiro, Bahia and Pernambuco. Through the analysis of manuscripts, the aim is to exercise the political, social and historical role of Philology, fundamental science in the construction of History, taking as an object of analysis the registration, in notarial documents, of the new social and professionals profiles built in the African diaspora, in colonial Bahia. To this end, a transdisciplinary theoretical framework that establishes the dialogue between Philology and other related sciences, such as Paleography, a science that guides the reading of manuscripts, from Diplomatics, for the assistance it provides in the analysis of forms, of Sociology of texts, which observes the past testimonies in their context, of cultural history, to support the study of cultural practices and onomastics, which helps to understand the social profiles of the period. The study demonstrates the importance of knowledge of the past for the understanding of the present reality.

**Keywords:** Philology. Colonial sources. Slavery. Professionals profiles in the diaspora.

---

\* Professora Associada da Área de Filologia Românica da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura – PPGLinC – do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia; coordena o Grupo de Estudos Escritas e Práticas Culturais (GEEPCult – UFBA), Salvador, BA, Brasil; [normasuelypereira@yahoo.com.br](mailto:normasuelypereira@yahoo.com.br)

## 1 INTRODUÇÃO

A leitura, transcrição e interpretação das fontes manuscritas exige a aplicação de adequada metodologia, para que se faça o melhor aproveitamento do corpus selecionado, sem que, no entanto, lhe sejam acrescentadas deturpações que poderiam descaracterizar as fontes e mesmo inviabilizar a sua utilização por outros interessados e pesquisadores. A Filologia, ciência que se dedica ao estudo dos textos, busca compreender e interpretar a língua e a cultura que os registros veiculam, atuando ainda na transmissão e preservação do patrimônio escrito (Cambraia, 2005). Para empreender tal tarefa, a Filologia dialoga com diversas outras áreas do conhecimento, aproximando-se de outras ciências, apropriando-se de suas metodologias conforme a necessidade que se apresente, de acordo com a natureza e exigências do corpus em análise, e dos objetivos a que se proponha o filólogo.

Conforme ensina o mestre Segismundo Spina (1994), a Filologia, que tem como objeto de investigação o texto verbal, em suas várias possibilidades de apresentação, ocupa-se de sua crítica externa e interna, visando à sua explicação, para apresentação de um texto inteligível, com elucidação de seus pormenores e pontos obscuros. Nesse contexto, o eminente professor sistematiza três funções principais da Filologia. As duas primeiras, a substantiva, pela qual se realizam a explicação e a fixação do texto, e a adjetiva, que busca estabelecer questões que não estejam explícitas nos textos, como autoria, datação e relevância das fontes, integram o escopo da Crítica Textual. A terceira das funções, denominada transcendente, é aquela a partir da qual busca o filólogo extrapolar o texto e penetrar no âmago da sociedade que o produziu, examinando valores, práticas e concepções ideológicas que os registros escritos possibilitam entrever (Pereira, 2017; Spina, 1994).

A análise filológica de fontes coloniais, aqui empreendida com o objetivo de estudar os perfis sociais, bem como para refletir sobre o estabelecimento das relações de trabalho e práticas culturais no âmbito da diáspora africana na América portuguesa, conduz à reflexão acerca do caráter político, social e histórico da Filologia, como ciência primordial na construção da História. Nesse sentido, o labor filológico favorece ao trabalho do historiador naquilo que é, como entende Chartier (2014), a sua responsabilidade primordial: compreender, na análise dos documentos, aquilo que se constitui em herança e o que representa ponto de ruptura, com relação aos tempos idos, ou seja as continuidades e as mudanças observadas em cada momento histórico.

Ao selecionar e legitimar preferencialmente a história dos vencedores, a narrativa da História muitas vezes ignorou ou silenciou aspectos e contribuições dos vencidos, oferecendo um conhecimento parcial e limitado do passado que é, algumas vezes, distorcido e deformado. Nesse sentido, busca-se, pelo exercício de análise filológica aplicado a fontes manuscritas, contribuir para uma ampliação e possível revisão da historiografia oficial, observando aspectos relativos às práticas culturais e relações de trabalho a que foram submetidos os sujeitos escravizados na Bahia colonial. Para realização do intento, selecionou-se para análise um corpus composto de documentos notariais datados entre os séculos XVII e XVIII, pertencentes ao *Livro Velho (LVT)* e ao *Livro I (LII)*, do Mosteiro de São Bento da Bahia, os quais integram a coleção de *Livros do Tombo* do Mosteiro de São Bento da Bahia, documentos já previamente editados e disponíveis *online* (Lose; Paixão, 2016), aos quais são acrescentados, como paratexto, alguns recortes de fontes manuscritas do

período, pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino, as quais foram digitalizadas e disponibilizadas *online* pelo *Projeto Resgate* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A análise dos manuscritos selecionados, considerando seus símbolos, formas, funções e sentidos que estabelecem, exigiu a mobilização de referencial teórico transdisciplinar que incluiu, além dos estudos filológicos e da História cultural, a Paleografia, a Diplomática, a Sociologia dos textos e a Antroponímia, entre outras. A Paleografia, que não se limita ao exame das escritas antigas, como sugere a etimologia do termo, que remete às suas origens, constitui-se hoje como ciência social que se aplica a todas as formas de escritura textual, independente do tipo de suporte, e é aqui utilizada em sua face crítica, na orientação da leitura e adequada interpretação das fontes manuscritas coloniais, considerando fatores relativos não apenas à decifração dos caracteres da escrita, mas àqueles relacionados ao ambiente e ao período de produção das fontes: os perfis dos sujeitos envolvidos e citados na sua redação, bem como o contexto e finalidade primária que gerou a documentação que ora se examina (Petrucci, 2003; Acioli, 1994; Marín; Asencio, 1991).

A Diplomática foi acionada para o estudo dos formulários, analisando os caracteres extrínsecos e intrínsecos das fontes, estabelecendo a relação entre as espécies documentais e o contexto jurídico, administrativo e histórico em que os documentos sob análise foram criados (Duranti, 2015; Bellotto, 2002). A Sociologia dos textos, por sua vez, realiza o estudo histórico dos documentos, considerando os motivos e interações humanas que os textos carregam em sua produção, transmissão e consumo e investigando o papel das instituições do período e como estas afetaram as formas do discurso social revelados nas fontes consultadas (Mckenzie, 2018 [1999]). Já a Antroponímia, parte da Onomástica que se dedica ao estudo dos processos de nomeação de pessoas, aí incluídos os sobrenomes e as alcunhas (Dick, 1998; Carvalhinhos, 2007), foi utilizada no mapeamento das formas de nomeação individual de escravizados citados nos documentos, contribuindo assim para o resgate e reconstrução da memória dos eventos diaspóricos, esclarecendo significados que ficaram cristalizados nas formas de nomeação do período e possibilitando ampliar a reflexão sobre os perfis e papéis sociais ocupados por negros nesse contexto e sua relação com o momento presente.

### 1.1 A Capitania da Bahia de Todos os Santos

A Bahia esteve no papel de Cabeça do Estado, como capital da América portuguesa até a primeira metade do século XVIII. Nesse sentido, cumpria três importantes papéis na organização colonial, nas áreas de administração, economia e como polo de circulação comercial. Desde meados do século XVI, com a construção da cidade-fortaleza, Salvador foi confirmada como a sede do Governo luso na colônia, reunindo as várias instâncias de poder do período: as instituições régias, que respondiam pelas decisões jurídicas e administrativas do Governo Geral, e a primeira diocese<sup>1</sup> da América portuguesa, tendo por primeiro Bispo D. Pero Fernandes Sardinha, que tomou posse em 1552, e que fora alçada a arcebispado no século seguinte. A presença da Igreja no sistema colonial já se fazia notar pela organização administrativa. Por cerca de dois séculos, em Salvador, como no Recôncavo e demais áreas habitadas, a definição da disposição espacial das capitanias se fez em torno das paróquias, as quais, estabelecidas desde o século XVI, não permaneceram fixas,

---

<sup>1</sup> Circunscrição territorial da Igreja sujeita à administração eclesiástica de um bispo; Sede do Bispo.

sendo reorganizadas, conforme as necessidades do crescimento populacional. Somente em fins do século XVII a organização secular começou a ser esboçada, com a criação das primeiras vilas (Schwartz, 1988). Entretanto, como assinala Marques (2016), não seria de tudo pacífica a convivência entre os poderes civil ou secular e o eclesiástico.

Com relação à economia, segundo eixo de importância da província, a Bahia tinha economia de base agrícola, com destaque na produção açucareira, além de ser importante produtora de tabaco, algodão e madeiras. As ruínas dos armazéns e trapiches, encontradas ainda hoje, na parte baixa da cidade, atestam o fausto daquela época. Outras importantes fontes de proventos para a Coroa no período foram a produção de couro e o tráfico de escravizados. O terceiro ponto de relevo da Capitania era o seu porto, o principal das Américas, que funcionava como entreposto de mercadorias, tanto dos produtos vindos do Recôncavo, principal área produtora e abastecedora, escoando sua produção pelo porto de Salvador para outras áreas habitadas da colônia (Andrade, 2013), quanto daqueles vindos da Europa, da África e da Ásia, e que se destinavam às várias partes da Colônia portuguesa. O mar e os rios tiveram grande importância no desenvolvimento e expansão dos engenhos de açúcar, ditando o ritmo das atividades econômicas, seja como meio de transporte de pessoas, de mantimentos e da produção, seja na irrigação, alimentação de animais e dos escravizados, na atividade pesqueira e na geração de energia (Schwartz, 1988).

A população era composta de brancos, índios e negros, com um incremento cada vez maior desses últimos, que eram traficados da África em quantidades cada vez mais expressivas. Na região Nordeste do Estado do Brasil, o principal móvel da economia se dá no contexto agrícola, com concentração de trabalho na zona rural. Durante todo o período colonial, senhores de engenho e negociantes investiram grandes somas no tráfico negreiro, já que com as tentativas de escravização do índio não obtiveram sucesso. O contato entre os colonizadores e os primeiros donos da terra, os indígenas, e mais tarde entre portugueses e africanos e seus descendentes foi sempre conflituoso e desigual: a justiça foi sempre aplicada com mais parcialidade, rigor e requintes de crueldade contra pretos e indígenas, aos quais se impôs toda sorte de violência, castigos e torturas para garantia do controle e da servidão seja no trabalho forçado, seja nas relações pessoais (Schwartz, 2011).

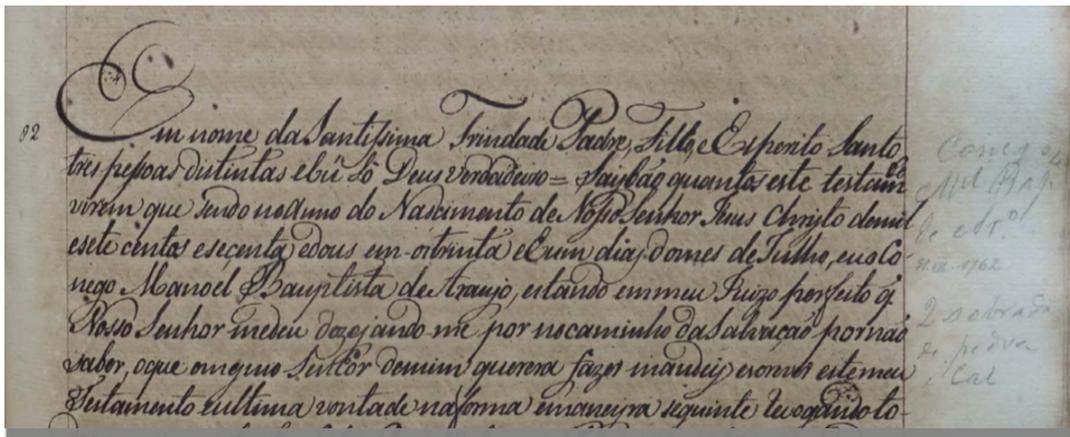
Os africanos inicialmente trazidos, principalmente, para o trabalho da lavoura no Recôncavo, foram sendo direcionados a novas finalidades. Com o desenvolvimento da área urbana, sobretudo a partir do século XVII, verifica-se um correspondente aumento demográfico. Os escravizados passam a trabalhar tanto no serviço doméstico, quanto nas obras de urbanismo e construção das fortificações e são ainda direcionados para a prestação de serviços diversos e para o comércio ambulante, ficando, desse modo, a sociedade inteiramente dependente do trabalho escravo (Marques, 2016).

## **2 LEITURA FILOLÓGICA E ANTROPONÍMIA: PERFIS E PAPÉIS SOCIAIS REVELADOS NO CORPUS**

A linguagem utilizada nos documentos coloniais traduz com bastante clareza os sentidos, as experiências culturais e as relações que se travam entre os sujeitos envolvidos naqueles contextos. Contudo, em se tratando de fontes manuscritas, os

primeiros desafios a vencer para obter tais informações são, sem dúvida, a decifração da escrita e dos sentidos construídos tantos séculos atrás. Assim, a escrita ligeira e por vezes descuidada dos escrivães e tabeliães, as abreviaturas, as variações ortográficas, a ausência de fronteiras entre as palavras e os sentidos já em desuso, além do caráter de especificidade jurídica das fontes constituem-se em dificuldades a enfrentar para que se possa acessar o teor dos documentos. Desse modo, auxiliado pelo referencial teórico estabelecido, analisam-se a composição e as formas de estruturação dos antropônimos<sup>2</sup> encontrados nas fontes, para traçar os diferentes perfis humanos e suas relações no contexto escravocrata da América portuguesa.

O colonizador, aquele que tem voz e constitui as condições para fazer os registros escritos, é também aquele que pode falar em primeira pessoa. É representado na documentação examinada pelo homem branco que detém alguma posse ou um cargo na administração. Apresenta-se com prenome e nome de família e, na maior parte das vezes, ostenta uma profissão, título nobiliárquico, um cargo público ou alguma outra posição que afirme o seu papel social, a sua posição no contexto socioeconômico do período e que assegura a sua enunciação como digna de fé, como se pode observar na leitura dos fragmentos de número 1 a 4 apresentados abaixo:



Fonte: Testamento do Cônego M. B. de Araujo. *LIT*, 1662. f.º 223rº, L. 5-12.

Figura 1 – Fragmento de Testamento colonial.

Transcrição<sup>3</sup>:

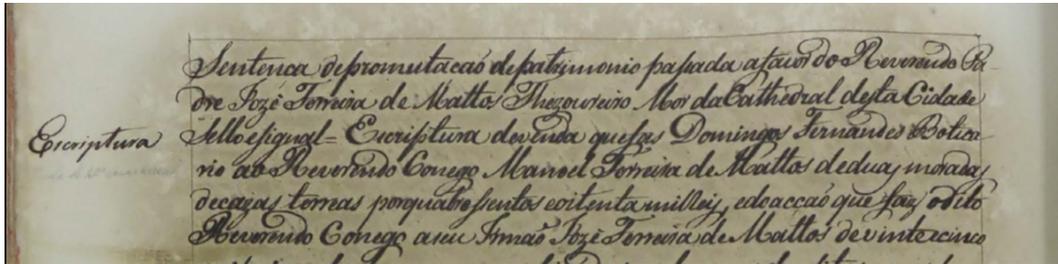
Em nome da Santissima Trindade Padre, Filho, e Esperito Santo tres pessoas distintas e hú só Deus verdadeiro=Saiýbaõ quantos este testamento<sup>4</sup> virem que sendo no Anno do Nasçimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e sete centos e seçenta e dous em-os trinta e hum dias domes de Julho, **eu o Co-nego Manoel Bauplista de Araujo**, estando em meu Juizo perfeito que Nosso Senhor me deu dezejando-me por no caminho da Salvaçõ por não

<sup>2</sup> Nome próprio de uma pessoa (Dick, 1998).

<sup>3</sup> Com o objetivo de oferecer melhor condição de leitura da transcrição dos fragmentos selecionados para ilustração, estabeleceu-se a fronteira entre palavras onde não havia. Esclarece-se ainda que as informações marginais dos documentos não serão transcritas, a menos que façam referência ao que se objetivou estudar.

<sup>4</sup> As abreviaturas foram desenvolvidas, fazendo destaque das letras reinsertas com o auxílio do itálico.

saber, o que o mesmo Senhor de mim querera fazer mandey escrever este meu Testamento e ultima vontade na forma e maneyra seguinte revogando to-  
[...]. (grifos nossos)



Fonte: LIT, f. 82 v. L. 1-6.

Figura 2 – Sentença de promutação de patrimônio e Escritura de venda de casas

Transcrição:

[...]

Sentença de promutação de patrimonio passada a favor do **Reverendo Padre José Ferreira de Mattos Thezoureiro Mor da Cathedral** desta Cidade Sello e signal = Escritura de venda que fas **Domingos Fernandes Botica-**  
**rio** ao **Reverendo Conego Manoel Ferreira de Mattos** de duas moradas de cazas terras por quatrocentos e oitenta mil reis, e doacção que faz o dito **Reverendo Conego** a seu **Irmaõ José Ferreira de Mattos** de vinte e cinco  
[...]. (grifos nossos)

Para obter privilégios, nomeação em cargos públicos ou outras posições de destaque na hierarquia da colônia, ou ainda para obter isenção de impostos, ou outras benesses, como, por exemplo, ascender socialmente por meio de um casamento vantajoso, do ponto de vista socioeconômico, tornava-se importante ostentar ainda a “limpeza de sangue”, a qual é construída a partir de índices que remetam para uma imagem de “nobreza”, de acordo com os padrões legitimados à época, ou seja, além de ser branco e possuir grande patrimônio, outros requisitos indispensáveis à distinção naquela sociedade era ser cristão-velho, quer dizer, não descender de judeus, mouros ou negros, nem de qualquer pessoa que tivesse exercido ocupações tidas como artesanais, manuais ou subalternas. Atender a tais critérios significava possuir um status diferenciado, que possibilitava a integração a determinados contextos, entre os quais figurar entre os “homens bons”. A ostentação de títulos de nobreza é utilizada na documentação com o objetivo de reforçar a credibilidade de alguns sujeitos e demarcar suas posições sociais, como se pode observar nas figuras 3 e 4 a seguir:

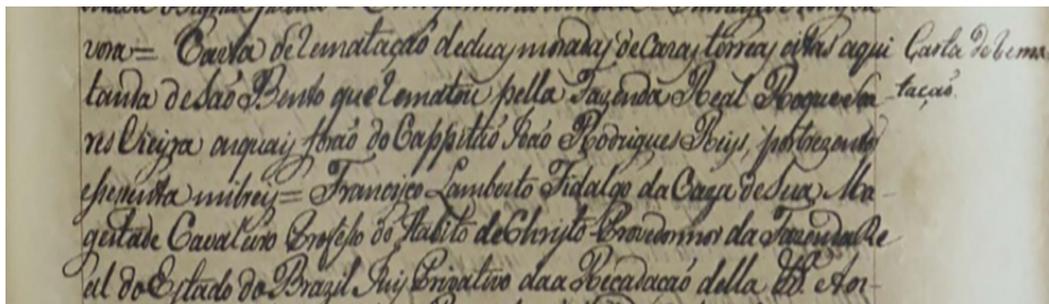


Fonte: Requerimento [1752] AHU, L. 2-4..

Figura 3 – Requerimento do cavaleiro professo [...], Raimundo Maciel Soares, ao rei [D. José] para provisão de licença autorizando a criação de um recolhimento na cidade da Bahia, [1752].

Transcrição:

**Diz Raimundo Maciel Soares cavalleiro professo na ordem de christo<sup>5</sup>, e proprietario do officio de sallador da Alfândega<sup>6</sup> da cidade da Bahia, que levado do amor de Deus, deseja dar prencipio na mesma ci-**  
 [...] [grifos nossos]



Fonte: LIT, f. 84r., L. 26-31.

Figura 4 – Carta de rematação

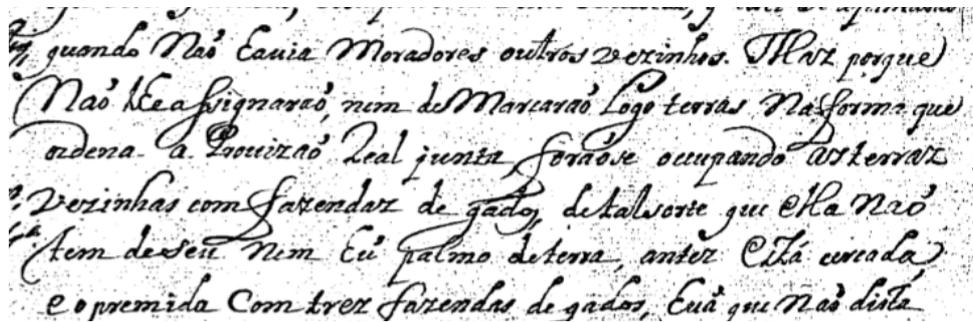
Transcrição:

[...]  
 vora = Carta de Rematação de duas moradas de Caza terras citas a qui =  
 tanda de São Bento que rematou pella Fazenda Real **Roque Soares Vieyra** as quais foraõ do **Cappitaõ Joaõ Rodrigues Reys**, por trezentos e ssessenta mil reis = **Francisco Lamberto Fidalgo da Caza de Sua Magestade Cavaleiro Professo do Habito de Christo Provedor mor da Fazenda Real do Estado do Brazil Juis Privativo da arecação della Etc.** Aos  
 [...] (grifos nossos)

<sup>5</sup> Instituída por bula papal no século XIV, a Ordem de Cristo era uma das honrarias mais procuradas na monarquia lusitana e conferia aos titulados um status diferenciado possibilitando muitas vantagens e regalias (Silva, 2013).

<sup>6</sup> Seguindo o modelo feudal aplicado em Portugal, entre os séculos XVII e XVIII, havia na distribuição e organização das atividades na administração pública na América portuguesa alguns cargos cuja concessão dada pelo rei, comumente referida como “em propriedade”, era vitalícia e de tendência hereditária (Stumpf, 2014), podendo, alguns deles, ser comprados à Coroa portuguesa, ou ser adquiridos por bons serviços prestados. No caso em foco, cabia ao selador cobrar a dízima da Alfândega, que correspondia ao imposto de dez por cento sobre as mercadorias importadas que chegassem ao porto (Salles, 2014).

Os índios, primeiros habitantes das Américas, embora fazendo parte expressiva da população do período, não são, em geral, considerados como sujeitos de direito, como se observa na documentação colonial. Os povos originários, tendo suas terras cada vez mais usurpadas, mesmo com o empreendimento das missões e aldeias, que não são respeitadas pelos grandes latifundiários, são tratados como selvagens ou bárbaros, e vão sendo cada vez mais hostilizados, quando não são escravizados, e então denominados “negros da terra”. No excerto a seguir, um Requerimento do século XVIII, o jesuíta e procurador da Província, Antônio Andrade, requer ao rei D. João V a mercê da demarcação e declaração de posse das terras da aldeia de Natuba para os índios, que, segundo relata, estão em grande opressão, cercados por latifundiários que querem expulsá-los daquelas terras (Rodrigues; Almeida; Pereira, no prelo):



Fonte: Requerimento do jesuíta e procurador da Província, Antônio Andrade, fl. 1r, L.7 a 12, 1716.

Figura 5 – A presença de fazendas de gado nas terras da aldeia de Natuba.

Transcrição:

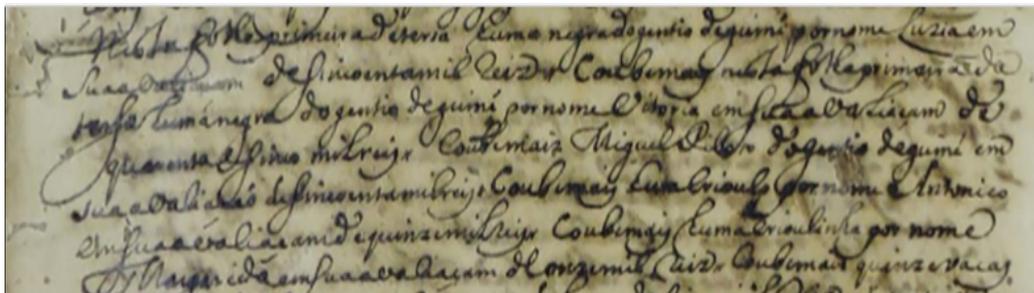
[...] quando não havia moradores outros vizinhos. Talvez porque não lhe assignarão, nem demarcaraõ logo terras na forma que ordena a Provizão Real junta, foraõse occupando as terras vizinhas com fazendas de gados, de tal sorte que ella não tem de seu nem hũ palmo de terra, antez está cercada e oprimida com trez fazendas de gados, huã que não dista [...]

Como analisa Gilda Marques (2016), índios e negros são referidos quase sempre como perigosos e desafiadores do Império luso. Sua representação na documentação colonial não é apenas a de corpos que devem ser silenciados, mas que se deve conquistar e vencer. Os negros, principais responsáveis pelo desenvolvimento do projeto colonial, embora participassem ativamente da vida da cidade, exercendo ofícios diversos e se organizando, muitas vezes, em confrarias e corporações (Pereira, 2016), só recebiam status de pessoa quando infringiam a lei estabelecida. Em geral, homens e mulheres, adultos e crianças são comercializados e descritos como propriedades ou mercadorias quaisquer, conforme estabeleciam as Ordenações Filipinas, código do século XVII que, como assinala Campello (2018), vigorou no Brasil até mesmo durante o Império, por falta de atualização do código civil.

Na cruel e desumana sociedade escravista, aquele que detém a propriedade sobre um escravizado, como ressalta Finley (1991), possui não apenas o direito ao

fruto de seu trabalho compulsório, como também o amplo controle sobre sua vida e vontades, o que é extensivo à sua descendência: seus filhos e os filhos destes serão igualmente escravizados e pertencentes ao mesmo senhor.

Assim, listados em testamentos<sup>7</sup> e inventários<sup>8</sup> ou citados em outros documentos jurídicos, como parte de um patrimônio, em que são avaliados por suas características mercantis, arrolados com definição de seu valor monetário e forma de negociação, os corpos negros na colônia foram explorados de forma regulamentada e entendida como necessária para o desenvolvimento da produção, serviços e demais relações econômicas e sociais nas terras conquistadas. Pela imigração forçada, os africanos foram constrangidos a receber o sacramento do batismo católico, além de novos prenomes, em língua portuguesa e, num contexto coletivo, era em geral acrescentado um apelido, um adjetivo gentílico (etnônimo), ou um outro epíteto relativo a características físicas à sua ocupação, ou faixa etária, para facilitar a identificação.



Fonte: Sentença de folha de partilha e tersa da alma. 9 LVT, 1649, f.7v. L.29-35.

Figura 6 – Descrição da avaliação de negros escravizados em uma Sentença de partilha.

Transcrição:

[...]

Nesta folha primeira de tersa **hum negro do gentio de guiné por nome Luzia** em sua avaliação de sincoenta mil reis // Coube mais nesta folha primeira da tersa **hum negro do gentio de guiné por nome Vitoria** em sua avaliação de quarenta e cinco mil reis // Coube mais **Miguel Piloto do gentio de guiné** em sua avaliação de sincoenta mil reis // Coube mais **hum crioulo por nome Antonico** em sua avaliação de quinze mil Reis // Coube mais **hum Crioulinha por nome Margarida** em sua avaliação de onze mil Reiz // Coube mais quinze vacas [...] (grifos nossos)

<sup>7</sup> Testamento: documento diplomático testemunhal de assentamento. Declaração solene da vontade do testador sobre aquilo que deseja que se faça, depois da sua morte, com seus bens e fortuna (Bellotto, 2002, p. 89).

<sup>8</sup> Inventário *post mortem*: documento diplomático testemunhal de assentamento. Lista contendo a descrição individual e pormenorizada de todos os bens da herança, sejam eles móveis, imóveis, semoventes e dívidas (Bellotto, 2002, p. 70).

<sup>9</sup> A terça da alma, do defunto ou do testador, corresponde a um terço dos bens que pertencem a um testador, excetuando-se do patrimônio as despesas com o funeral, o pagamento de dívidas e os dois terços sobre o valor líquido do que couber aos herdeiros legítimos (Chamon, 1993). De acordo com o ritual da “boa morte” preconizado pela Igreja, deve o testador utilizar-se da sua terça para compor o legado piedoso, ou seja, as doações que fará aos pobres e às entidades pias de sua escolha para garantir que sua alma tenha a oportunidade de ir ao menos para o Purgatório, de onde poderá sair refeita, após o exercício da caridade e dos rituais sacros de missas e sufrágios realizados.

Conforme ilustrado na figura 6, acima, grande parte dos africanos vindos para a colônia por meio do tráfico era identificado com o epíteto de *negro*<sup>10</sup>, ou *africano*, seguido de um etnônimo, para desambiguação, que fazia referência ao provável local de origem, em geral, o porto de partida em África: Ardra, Banto, Congo, Cassange, Guiné, Jeje, Moçambique e Mina são algumas das alcunhas mais frequentes nas fontes coloniais. Tais denominações ainda não são muito claras, pois, como assinala Mattos (2006), existe variação nos sentidos atribuídos a essas expressões conforme a região, período, e mesmo de acordo com o entendimento do *scriptor* encarregado do registro. Já a expressão *gentio da guiné*, conforme analisa Portela (2014), foi utilizada como termo genérico até o séc. XVI como uma denominação dada a escravizados procedentes de toda a costa ocidental africana, ou da região Congo-Angola, talvez mesmo como sinônimo de africano, em oposição ao *gentio da terra*, o índio escravizado. Nesse sentido, o epíteto *gentio* é aplicado aos povos almejados pela catequese missionária, indicando povos que, não sendo cristãos nem judeus, seguem a chamada lei natural (Soares, 1998; Portela, 2014). Os escravizados nascidos na colônia, por sua vez, são identificados como *mulato* ou *crioulo* e, tanto para os estrangeiros como para os nascidos aqui o diminutivo, seja no epíteto, *crioulinha*, seja no prenome *Antonico*, são identificadores de crianças, assim como *moleque*, *molecote* e *molecão* dizem respeito a indivíduos que já se situam entre a infância e a idade adulta. Além da distinção de origem, gênero, faixa etária e traços físicos, os prosônimos<sup>11</sup> também refletem a inserção dos escravizados, forros e libertos no mercado de trabalho, como destacado no exemplo acima: *Miguel piloto*<sup>12</sup>, o que será ampliado a seguir.

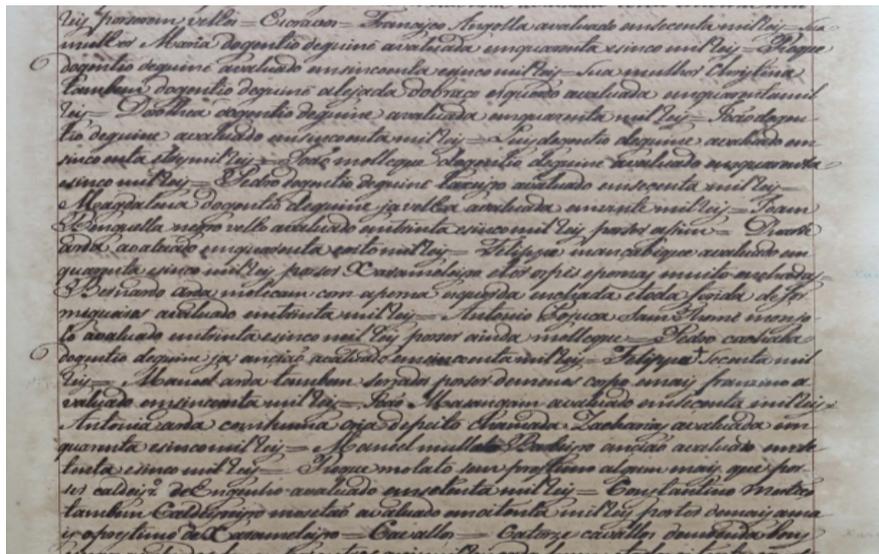
### 3 DIÁSPORA NEGRA: RELAÇÕES DE TRABALHO E PRÁTICAS CULTURAIS NA BAHIA COLONIAL

É no contexto do Engenho de açúcar, como assinala Reis (2019), que se constrói a “coluna vertebral” da escravidão na Bahia, como de resto em outros locais com o mesmo perfil agrícola. Nesse sentido, as fontes selecionadas revelam tanto o estabelecimento dos laços familiares entre os escravizados, os ofícios e profissões mais frequentes no universo da produção açucareira, como também a extensa exploração e mesmo a crueldade das relações de trabalho que incluem crianças, adultos e idosos, uma vez que os escravizados não raro aparecem listados nos inventários como indivíduos doentes, alquebrados e já apresentando graves lesões corporais, como ilustra o excerto a seguir.

<sup>10</sup> Por extensão, *negro* passou a ser utilizado como sinônimo de *escravizado*.

<sup>11</sup> Cognomes ou apelidos construídos por processos de antonomásia, pela agregação de um nome (ou perífrase) de um objeto, entidade, condição física, gentílico ou outros que aludem a uma característica conhecida, capaz de identificar uma pessoa por uma qualidade universal ou conhecida em um dado contexto (Fernandes, 1941).

<sup>12</sup> No sentido náutico.



Fonte: Inventário do Sargento Mayor A.B. B., 1690. LIT, 1690 f. 232r, L. 4-27.

Figura 7 – Avaliação de escravizados em inventário: suas etnias, profissões e condições de saúde.

Transcrição:

[...]

reis por serem velhos = Escravos = **Francisco Angolla** avaluado em seçenta mil reis = **Sua mulher Maria do gentio de guiné** avaluada em quarenta e sinco mil reis = **Roque**

**do gentio de guiné** avaluado em sincoenta e sinco mil reis = **Sua mulher Christina** **tambem do gentio de guiné alejada do braço esquerdo** avaluada em quarenta mil reis = **Dorothea do gentio de guiné** avaluada em quarenta mil reis = **Joaõ do gentio de guine** avaluado em sincoenta mil reis = **Luis do gentio de guiné** avaluado em sincoenta e tres mil reis = **Joaõ molleque do gentio de guine** avaluado em quarenta e sinco mil reis = **Pedro do gentio de guiné taxeyro** avaluado em seçenta mil reis = **Magdalena do gentio de guine ja velha** avaluada em vinte mil reis = **Joan Benguella negro velho** avaluado em trinta e sinco mil reis por ser assim = **Duarte arda** avaluado em quarenta e oito mil reis = **Felippe mançabique** avaluado em quarenta e sinco mil reis por ser **Xarameleyro** e ter os pés e pernas muito enchadas **Bernardo arda molecam com a perna esquerda enchada e toda ferida de formigueyros** avaluado em trinta mil reis = **Antonio Pojuca Sam Thomé monjo lo** avaluado em trinta e sinco mil reis por ser ainda **molleque** = **Pedro cachaba do gentio de guiné já ancião** avaluado em sincoenta mil reis = **Felippa** secenta mil reis **Manoel arda** **tambem serrador** por ser **de menos corpo e mais franzino** avaluado em sincoenta mil reis = **Joaõ Masangam** avaluado em seçenta mil reis = **Antonia arda com huma cria de peito chamada Zacharias** avaluada em quarenta e sinco mil reis = **Manoel mullato Barbeyro ancião** avaluado em setenta e sinco mil reis = **Roque molato sem préstimo algum mais que por ser caldeyreyro** de Engenho avaluado em setenta mil reis = **Constantino Mestiço** **tambem Caldeyreyro mosetaõ** avaluado em oitenta mil reis por ter de mais a mais o prestimo de **Xarameleyro** = Cavallos = Catorze cavallos de moenda bons [...] (grifos nossos).

Os 23 escravizados relacionados no Inventário trabalhavam certamente entre as duas fazendas de cana e o Engenho de açúcar que deixou o morto para seus herdeiros. Pelo exemplo, é possível observar que há no grupo escravizados de faixas etárias variadas, desde anciãos, até um lactente, identificado como uma *cria de peito*. O

documento de fins do século XVII mostra, a predominância, naquelas propriedades, de cativos procedentes da costa ocidental da África, sendo apenas quatro nascidos na colônia (incluindo o bebê).

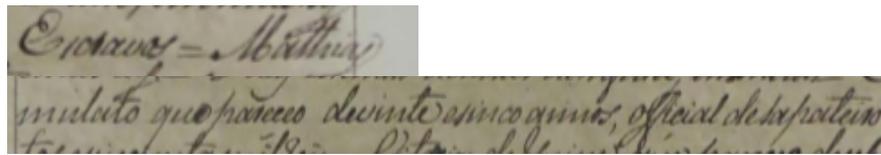
Quanto ao gênero, a predominância é de homens, como era de se esperar no contexto rural, totalizando dezessete homens, entre os quais quatro mais jovens, talvez adolescentes e três anciãos, contra seis mulheres, uma delas já velha. Contudo, vale ressaltar, que por tratar-se de relação procedente de um inventário, o conjunto não corresponde exatamente à realidade do cotidiano das fazendas e engenhos. Ao contrário, mostra um recorte correspondente a um momento, de certa forma paralisado no tempo. Entre a confecção do testamento e a abertura do inventário, muitos escravizados podiam ter sido vendidos, doados, alforriados ou até mesmo morrido, uma vez que o testamento, conforme recomendava o ritual da “boa morte”, ensinado nos catecismos da época, devia ser feito com bastante antecedência com relação a uma possível morte do testador, para que a sua alma pudesse pleitear a salvação (Pereira, 2016). As condições de saúde de alguns dos cativos registradas no inventário mostram o quão insalubres podiam ser as condições de vida no cativo. Mesmo com a alforria concedida em testamento, que em geral se dá já na velhice dos escravizados, estes quase sempre ficam obrigados a trabalhar até a morte do seu proprietário ou até a morte do cônjuge ou familiar do testador, conforme fique indicado no testamento, para que seja consumada a libertação.

A listagem mostra ainda que a especialização profissional dos homens é valorizada, elevando sua avaliação mesmo quando já velhos. Quanto às mulheres, não se sabe se há alguma, neste conjunto, com função definida, talvez por se dedicarem inespecificamente à lavoura e às atividades domésticas. Dentre as funções especializadas desempenhadas pelos homens, três ofícios referem-se ao universo do engenho: *taixeiro*, *caldeireiro* e *serrador*, e outros dois estão mais ligados às práticas culturais: o *barbeiro*, que em muitos contextos acumula também a função de cirurgião e o *xarameleiro*, que é um tipo de músico, que toca a charamela<sup>13</sup>, ofício muito valorizado no período, pois podia facultar o aluguel do cativo para participar de festividades, principalmente relativas às cerimônias religiosas.

Conforme exaustivamente discutido por Reis (2019), a escravidão disseminou-se por todo o tecido social, não se restringindo apenas aos engenhos e senzalas da zona rural. No contexto urbano, muitas foram as atividades relacionadas ao comércio e aos serviços desenvolvidas por negros forros, libertos e por escravizados que trabalhavam no sistema “de ganho” e que deram origem a uma nova categoria de trabalhadores, os ganhadores e ganhadeiras. No contexto urbano, portanto, a desambiguação dos nomes dos cativos era feita pelo epíteto referente ao ofício desempenhado seja como escravo “de ganho” ou de aluguel.

---

<sup>13</sup> Instrumento de sopro.



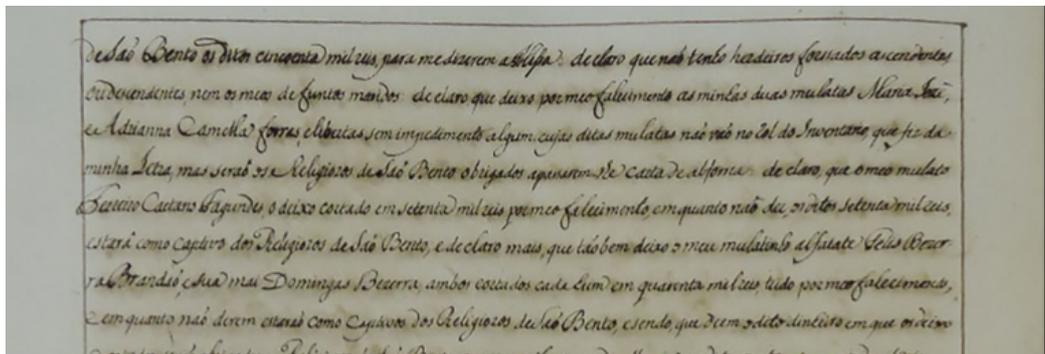
Fonte: Inventário [...] de Maria da Cunha, 1706. LIT, fº273v.

Figura 8 – Descrição de escravo “de ganho” em inventário.

Transcrição:

[...] Escravos= **Mathias**/  
**mulato** que pareceo de vinte e sinco annos, **offiçal de sapateiro** [...] [grifos nossos].

Vários perfis sociais foram estabelecidos a partir de ocupações ligadas ao comércio e a pequenos serviços aos quais os cativos podiam se vincular, a exemplo dos escravos “de ganho”, dos escravos de aluguel ou do serviço doméstico. Ganhadores e ganhadeiras, tanto vendiam produtos pelas ruas, como prestavam pequenos serviços, com liberdade para estabelecer o valor de seus produtos e serviços. Podiam residir junto aos seus proprietários, retornando às senzalas no final do dia, ou, quando alcançavam suficiente autonomia financeira, arcar com os custos da moradia independente (Reis, 2019). Com o trabalho “ao ganho” pelo qual o escravizado podia ficar com uma parte dos rendimentos auferidos com seu trabalho externo, muitos conseguiram acumular um pecúlio<sup>14</sup> suficiente para a compra da própria alforria e de seus familiares, de acordo com o que era estabelecido, por exemplo no sistema de coartação, uma forma de compra parcelada da alforria (Silva Júnior, 2012).



Fonte: Escritura de doação reciproca, de Dona Archangela B. de Araujo. LIT, f. 42v. L.1-7.

Figura 9 – Alforria por coartação

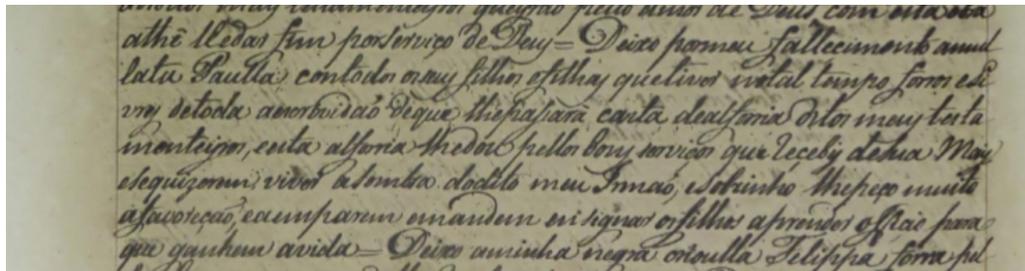
Transcrição:

[...] De São Bento os ditos cinquenta mil reis, para me dizerem a Missa: declaro que não tenho herdeiros forssados ascendentes, /ou descendentes, nem os meos defuntos maridos: declaro, que deixo por meo falecimento as minhas duas **mulatas Maria Jozê**, / e **Adrianna Camella** forras, e libertas sem impedimento algum cujas ditas **mulatas** não vão no rol do Inventario, que fiz da-/minha Letra, mas serão os Religiozos de São Bento obrigados a passarem-lhe carta de alforria: **declaro, que o meo mulato/**

<sup>14</sup> Do lat. *Peculium*. Prática já conhecida em Roma, em que os escravizados trabalhando como artesãos ou comerciantes, conseguiam acumular o suficiente para adquirir a própria manumissão e de seus familiares (Finley, 1991).

**Ferreiro Caetano Fagundes, o deixo cortado** em setenta mil reis por meo falecimento, em quanto não der os ditos setenta mil reis, /estará como captivo dos Religiozos de Saõ Bento; e declaro mais, que tão bem **deixo o meu mulatinho alfaiate Felis Bezer-/ra Brandaõ, e sua mai Domingas Bezerra, ambos cortados** cada hum em quarenta mil reis, tudo por meo falecimento, [...] (grifos nossos).

No contexto urbano os escravizados eram estimulados a adquirir ofícios e profissões, de acordo com as necessidades do contexto e com as possibilidades de rendimento observadas pelos proprietários. No corpus analisado foram encontrados, até o momento, além dos já citados, os ofícios de rendeira, lavadeira e cozinheira para as mulheres, e de barbeiro e oficial da barca para os homens, ressaltando-se que, muitas vezes, a informação é inespecífica como “peças de serviço” ou “do serviço da casa” para as mulheres. As fontes mostram também a preocupação de alguns proprietários quanto ao destino de cativos a quem tinham mais apreço e que pretendiam alforriar, “após sua morte” definindo em testamento que estes deveriam aprender um ofício, para a sobrevivência, após a liberdade, como ilustrado a seguir:



Fonte: LIT, f. 229v. L. 23-29.

Figura 10 - A importância do ofício para cativos e forros “ganharem a vida.”

Transcrição:

[...]

athê lhedar fim porserviço de Deus = Deixo por meu fallecimento amul  
lata Paulla contodos os seus filhos efilhas quetiver notal tempo forros eli  
vres detoda aescravidaõ deque lhepassará carta dealforria ditos meus testa  
menteyros, eesta alforria lhedou pellos bons serviços que reçeby desua May  
esequizerem viver asombra dodito meu Irmaõ, esobrinho lhepeço muito  
afavoreçaõ, eaemparem **emandem ensinar osfilhos aprender offiço para  
que ganhem avida** = Deixo aminha negra crioulla Felippa forra pel [...]

#### 4 PALAVRAS FINAIS

Os dados levantados justificam a necessidade do uso de metodologia e fundamentação teórica transdisciplinar, além de comprovar o lugar da Filologia como ciência de caráter político, social e histórico, de grande importância para conhecimento da história das sociedades do passado. Desde a escolha do corpus de análise, até a definição dos métodos e das bases teóricas para a realização do estudo dos textos, o filólogo demarca o seu papel como sujeito político, de cujas decisões dependerá em grande parte o conhecimento e a visão de mundo que serão trazidas ao leitor.

O processo de nomeação das pessoas reflete as práticas culturais de cada período. Como se pode observar, na América portuguesa, são bastante distintos tais processos conforme cada estrato social. Para o colonizador, o padrão era agregar aos nomes e sobrenomes epítetos referentes aos cargos exercidos na administração, além de títulos nobiliárquicos, quando se possuía. Com relação aos escravizados, o primeiro processo é o de expropriação de seus nomes originais, em línguas africanas e substituição por um prenome em língua portuguesa, grande parte deles por homenagem aos santos da Igreja católica, negando, portanto, os nomes que carregavam a história desses sujeitos, silenciando suas memórias. Como se pode demonstrar, alguns epítetos são acrescentados para promover a desambiguação entre os cativos no contexto coletivo indicando não só a sua possível origem, mas a forma de inserção no ambiente da colônia, o tipo de trabalho que realizavam, além de aspectos físicos que indicam a aparência, a faixa etária e a condição de saúde.

O contexto socioeconômico da América portuguesa reunia algumas das condições que, conforme discute Finley (1991), estavam entre os fatores que suscitavam o florescimento de sociedades escravistas, considerando o escravo-mercadoria: a existência de uma aristocracia dominante, que acumulava a posse de terras, o poder administrativo e a facilidade de mobilizar numeroso contingente estrangeiro para o trabalho braçal compulsório, dada a anuência das esferas de poder civil e religioso, também compostas por escravistas, que conferiam ilimitado direito de propriedade ao senhor sobre seus escravizados, desumanizando-os.

O corpus examinado, para além dos exemplos de algumas das formas de violência do sistema escravista, que não poupava nenhum cativo, independente de condições individuais, mostra também a ampla inserção dos escravizados em diversos setores da vida colonial, tanto no contexto rural, como no urbano, revelando a variedade de ofícios e profissões assumidos por negros e libertos, que realizavam atividades diversas, consideradas em geral indignas pela elite branca. Vale ressaltar, que tais ofícios, mais ou menos especializados, poderiam ser motivados por conhecimentos e habilidades já trazidas pelos indivíduos traficados, ou poderiam ser aprendidos na colônia, como possibilidade de aumentar os ganhos dos seus proprietários. De todo modo, a especialização do trabalho dos escravizados, como se pode observar nos exemplos apresentados, representou uma possibilidade concreta de obtenção da manumissão e da mobilidade social para negros e mestiços no contexto da sociedade escravista.

Com a continuidade da pesquisa, que implica no aperfeiçoamento do método e na sistematização de novas informações, certamente será possível tornar mais claro outros elementos acerca do lamentável capítulo da escravidão em nossa história, trazendo visibilidade para uma série de outras importantes contribuições que foram sonegadas ou mesmo negligenciadas pela historiografia oficial.

## REFERÊNCIAS

Acioli VLC. A Escrita no Brasil colonial: um guia para leitura de documentos manuscritos. Recife: EDUFPE, Fund. Joaquim Nabuco, Massangana; 1994.

Andrade AB. O outro lado da baía: a gênese de uma rede urbana colonial. Salvador: EDUFBA; 2013.

Belloto HL. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de Arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; 2002.

Cambráia CN. Introdução à crítica textual. São Paulo: Martins Fontes; 2005.

Carvalhinhos P de J. As origens dos nomes de pessoas. Domínios de lingu@gem, Revista Eletrônica de Linguística, 2007;1(1). [citado 17 jul. 2020]. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11401/6686>.

Chamon CS. O bem da alma: a terça e a tercinha do defunto nos inventários do séc. XVIII da Comarca do Rio das velhas. Revista Vária história, 1993;12:58-65.

Chartier R. História: tempo de leitura. In: Chartier R. A mão do autor e a mente do editor. Trad. George Schlesinger. São Paulo: EDUNESP; 2014. p. 53-78.

Dick MV. Os nomes como marcadores ideológicos. Acta semiótica et Lingvística, 1998;7(1):97-122.

Duranti L. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência (parte V). Acervo, 2015;28(1):196-215.

Fernandes IX. Topônimos e gentílicos. Porto: Educação Nacional; 1941.

Finley MI. Escravidão antiga e ideologia moderna. Tradução de Norberto Luiz Guarinello. Rio de Janeiro, Graal; 1991.

Livro I do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia. Salvador, Mosteiro de São Bento. Edição semidiplomática. Coord. Marla Oliveira Andrade. In: Lose AD, Paixão DG, OSB. (org.) Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia. Salvador: Memória & arte; 2016. [citado 25 jul. 2018]. Disponível em: <http://saobento.org/livrosdotombo/livros/livro-i/>.

Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia. Salvador, Mosteiro de São Bento. Edição semidiplomática. Coord. Célia M. Telles. In: Lose AD, Paixão DG, OSB. (org.) Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia: Salvador: Memória & arte; 2016. [citado 25 jul. 2018]. Disponível em: <http://saobento.org/livrosdotombo/>.

Mattos RA. De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné: grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850) [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2006.

Marques G. “Por ser cabeça de Estado do Brasil”: as representações da cidade da Bahia no século XVII. In: Souza ES, Marques G, Silva R. (org.). Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica. Salvador: EDUFBA Lisboa: CHAM; 2016. p. 17-46.

Martínez TM, Asencio JMR. Paleografía y Diplomática. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia; 1982.

Mckenzie DF. Bibliografía y sociología de los textos. Trad. Fernanda Veríssimo. São Paulo: EDUSP; 2018 [1999].

Pereira NS da S. As confrarias e a construção do *ethos* de bom cristão em testamentos da Bahia colonial. Encontro de estudos multidisciplinares em cultura, 12 - XII ENECULT. Anais [...] Salvador: UFBA; 2016. p. 1-10. [citado 17 jul. 2020]. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult/anais/2894-2/>.

Pereira NS da S. Edição de testamentos: aspectos do contexto sócio-histórico e as práticas culturais. Revista da ABRALIN, 2017;16(3):467-483.

Petrucchi A. La ciencia de la escritura: primera lección de Paleografía. Trad. Luciano Padilla López. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica; 2003

Portela BM. Gentio da terra, gentio da guiné: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para escravidão africana (Capitania de São Paulo, 1697-1780) [tese]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; 2014.

Reis JJ. Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia. São Paulo: Companhia das Letras; 2019.

Requerimento do jesuíta e procurador da Província, Antônio Andrade f. 1r, L.7 a 12, 1716. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 11, D. 917. [citado 17 jul. 2020]. Disponível em: [http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005\\_BA\\_AV&PagFis=7135&Pesq=Ant%3%b4nio%20Andrade](http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_AV&PagFis=7135&Pesq=Ant%3%b4nio%20Andrade)

Requerimento do cavaleiro professo na ordem de cristo, Raimundo Maciel Soares, proprietário do ofício de selador da Alfândega, ao rei [D. José] para provisão de licença autorizando a criação de um recolhimento na cidade da Bahia, [1752]. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 117\Doc. 9141 (1)

Rodrigues JJS; Almeida FL, Pereira NS da S. Notícias sobre uma aldeia de índios na Bahia setecentista: o caso de Natuba. In: II SEMINÁRIO NACIONAL DE PALEOGRAFIA, 2. Anais [...]. Salvador: ILUFBA; [2020]. No prelo.

Salles HN. A dízima da Alfândega de Salvador e o Império Ultramarino português na primeira metade do século XVIII. Revista Ângelus novus, 2014;7:31-48.

Schwartz SB. Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751. Tradução Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras; 2011.

Schwartz SB. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras; 1988.

Silva KH da. Distinção, Privilégio e Honra: Os Cavaleiros da Ordem de Cristo da Capitania de Pernambuco nos séculos XVII- XVIII. In: Simpósio nacional de História, 27. Anais [...] Natal; 2013. p. 1-19.

Silva Júnior C. Tráfico, escravidão e comércio em Salvador do século XVIII: a vida de Francisco Gonçalves Dantas (1699-1738). In: Reis JJ, Azevedo E. (org.). Escravidão e suas sombras. Salvador: EDUFBA; 2012. p. 143-185.

Slave Voyages, 2013. [citado 17 jul. 2020] Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/voyage/>.

Soares M de C. Mina, Angola e Guiné: Nomes d'África no Rio de Janeiro Setecentista. Tempo, 1998; 3(6). [citado 18 ago. 2020]. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg6-6.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-6.pdf).

Spina S. Introdução à Edótica: Crítica Textual. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Ars poética: EDUSP; 1994.

Stumpf RG. Os provimentos de ofícios: a questão da propriedade no Antigo Regime português. Topoi, 2014;15(29):612-634. [citado 18 ago. 2020]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v15n29/1518-3319-topoi-15-29-00612.pdf>.

# Revisitando a marca de plural na concordância de número: novos dados do português brasileiro e do francoprovençal antigos

## *The plural marker within the Noun Phrase revisited: new data from Brazilian Portuguese and Old Francoprovençal*

Maria Antonieta A. M. Cohen\*

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Simone Fonseca Gomes\*\*

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

**Resumo:** Neste texto são apresentados e discutidos dados originais e fidedignos do português brasileiro do século XIX e do francoprovençal, contemporâneo e antigo, como uma contribuição para o encaixamento da questão da concordância de número no sintagma nominal português numa matriz românica. Esses dados registram a participação do -s de plural, típico das línguas românicas ocidentais, em processos de mudança linguística, a saber, supressão, sonorização e ressegmentação e vêm completar informações para adequado enquadramento da questão. Ressalta-se a relevância das abreviaturas na análise linguística nos dados do século XIX. A utilização de dados originais e confiáveis reveste-se da maior importância para análises de sincronias linguísticas pretéritas.

**Palavras-chave:** -s de plural. Concordância de número. Dados confiáveis. Português mineiro. Línguas românicas.

**Abstract:** New original and reliable data from both 19th Brazilian Portuguese texts and 16 C Francoprovençal and contemporary language are presented and discussed in this text, as a contribution to the number agreement studies of Brazilian Portuguese, by embedding the issue within a Romance perspective. These data show the role the plural -s marker plays in language changes such as voicing, deletion and resegmentation in Galo Romance and come to fulfill gaps for an adequate understanding of the question. The relevance of the abbreviated forms to linguistic analysis is also shown as well as the use of original and reliable data in the search within old stages of languages.

**Keywords:** Plural -s. Number agreement. Reliable data. Portuguese of Minas Gerais. Romance languages.

## 1 A COLOCAÇÃO DA QUESTÃO

Neste texto são apresentados e discutidos, dentro de uma perspectiva românica, dados relativos à participação do -s como morfema de plural nos

---

\* Professora titular de Filologia Românica, Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil; tilah@letras.ufmg.br

\*\* Professora da Área de Estudos Diacrônicos, Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil; simonefrancais@gmail.com

sintagmas nominais do português e de uma língua galo-românica, o francoprovençal. O português brasileiro contemporâneo é o ponto de partida da discussão, embora não explorado aqui, e o francês é mencionado para melhor enquadramento românico da questão. Os dados do português brasileiro remontam ao século XIX; os do francoprovençal datam do século XVI e de uma variante contemporânea da língua.

O fenômeno que nos interessa é o da participação do -s de plural, típico das línguas românicas ocidentais, em processos de mudança linguística, configurando-se como parte de um *drift* românico, já por nós discutido em trabalhos anteriores (Cohen, 2002).

Os aspectos que exploraremos são, nessa perspectiva, os que no português brasileiro atual se observam no Sintagma Nominal (SN), quando o -s se mantém no determinante, mas pode ser eliminado nos nomes que define como em [s [SN As meninaØ bonitaØ ] não dançaru hoje]. É esta uma regra variável no português brasileiro contemporâneo.

O encaixamento da questão numa perspectiva românica e histórica pode lançar alguma luz sobre o que se passa atualmente no português brasileiro, no sentido de que outra(s) língua(s) românica(s) também sofreu/ram a queda do -s de plural no Sintagma Nominal (SN) na primeira posição do SN, indo mesmo além do estágio de evolução da mudança no português brasileiro: o -s de acusativo plural latino, que vem a ser a marca do plural dos nomes nas línguas românicas ocidentais, é eliminado no francês, não só dos substantivos, mas também dos artigos definidos, passando a marcação de plural a ser veiculada pelas vogais. O -s ainda existe na escrita. Assim:

Quadro 1- Português e francês em relação ao latim.

Lat.	Port.	Fr.
Illos >	os [os~us],	les [le],
Lat. >	-----PORT/-----FR	

Em termos de manutenção do -s de plural, o português é mais conservador do que o francês, que já mudou a marcação do plural para o sistema vocálico. Ou seja, a marca de plural é mantida no SN, mas não é mais expressa pela consoante -s. No português o -s ainda carrega a noção de plural de todo o SN e até de toda a sentença, como em (A):

- (A) [s[SN As meninaØ bonitaØ] não dançaru hoje]
- (B) [s[SN Os meninoØ bonitoØ] não dançaru hoje]

Independente do gênero, masculino ou feminino, o -s de plural se mantém no elemento que ocupa a primeira posição do SN no português brasileiro<sup>1</sup>.

No português brasileiro, a concordância variável de número no sintagma nominal (em que o -s é a marca de plural) vem sendo objeto de estudos, principalmente na linha da sociolinguística variacionista, em trabalhos como os de Naro e Scherre, reunidos em *Origens do Português Brasileiro* (2007), dentre outros. Eles tratam da concordância variável de número Verbo/Sujeito (Cf. “eles ganham demais da conta / eles ganha demais da conta;” da concordância variável de número entre os elementos da sintagma nominal (“os fregueses/as codorna, as porta aberta” e da

<sup>1</sup> Naro e Scherre (2007, p. 38 e ss.) tratam da questão em termos de posição linear e não propriamente da categoria deste elemento.

concordância variável de número no sintagma predicativo (“as coisas tão muito caras, né?/as coisa tá cara”). Nosso foco aqui restringe-se à concordância variável de número entre os elementos do SN, pois é neste caso que o -s desempenha um papel, como a marca explícita de plural, o foco de nosso interesse.

Nos anos 1940, 1950 também registrou-se essa ausência de concordância no português brasileiro (Melo, 1946; Silva Neto, 1950), tanto na língua portuguesa da época no Brasil, como em períodos pretéritos da constituição do português brasileiro. Melo (1975 [1946]) advoga em favor de uma influência africana sobre o português no Brasil principalmente na morfologia e cita tanto as desinências de plural que “rareiam”, segundo ele, e também a ausência da concordância verbal.

Naro e Scherre (2007) após longa argumentação e análise dentro do modelo variacionista e também do enquadramento histórico da questão são enfaticamente a favor do encaixamento dessas questões como “heranças românicas e portuguesas arcaicas e clássicas e não modificações mais recentes advindas das línguas africanas, que vieram para o Brasil com seus povos escravizados e subjugados, ou das línguas dos povos ameríndios que já aqui se encontravam [...]” (Naro; Scherre, 2007, p. 17).

Comprovam a existência desses fenômenos no português europeu atual e também no português medieval:

A visão da concordância variável como sendo um fenômeno radicalmente não-europeu é refutada pelos dados aqui, os quais mostram que a concordância variável tanto no português europeu falado hoje quanto no português medieval exibe as mesmas características estruturais fundamentais encontradas no português moderno falado no Brasil (Naro; Scherre, 2007, p. 65).

Em Cohen (2002) avançamos a questão trazendo dados do judeu-espanhol ocidental, língua de imigrantes na Amazônia brasileira, em que o -s marcador de plural também está envolvido em processos de mudança linguística, dentre outros, a reanálise (Harris; Campbell, 1995). Um desses ambientes da queda do -s acontece na palavra “Dió” (“Deus”) em que o -s, que existe no espanhol “Diós” e no português Deus é suprimido no dialeto judeu-espanhol. Essa ausência é percebida pelos falantes, que a justificam, segundo Bentes (1981), explicando que o Deus hebreu é único e que a palavra que o expressa não poderia ter um -s de plural. Vê-se, portanto, que esse -s poderia ter sido reanalisado como plural, mesmo sem ser etimologicamente um plural. Outra hipótese é a de que ele teria sido suprimido por razões internas à língua, acrescido o fator da história externa mencionado. A ordenação dessas mudanças, a saber, reanálise, esvaziamento gramatical, supressão terá de ser melhor elaborada e estabelecida. (Cf. Cohen, 2002 para detalhes). Importa analisar a supressão do -s final vinculada a outros processos de mudança

Para compor este quadro românico parcial, em que o -s em posição final de palavra é envolvido em mudanças, trazemos em 2 dados originais do português brasileiro do século XIX, e em 3 dados também originais de uma variante do francoprovençal atual no domínio francês (Cf. Gomes, 2019) e do francoprovençal do século XVI da região da cidade francesa de Grenoble, a região Rhône-Alpes. Não chegamos a nos aprofundar na questão da concordância nominal propriamente, mas nos restringimos ao tratamento do -s morfema de plural e suas variantes.

Exploramos dados do francoprovençal em que a marca de plural, que ocorre em fronteiras de palavras, se sonoriza, chegando a se incorporar à palavra seguinte.

Nas línguas galo-românicas a perda generalizada do -s na oralidade encontra-se em estágio avançado em relação ao português, como vimos acima, configurando uma reorganização do sistema de marcação de número na língua, no qual os determinantes desempenham papel crucial, expressando a informação de número.

Esses fatos/análises são relevantes para a discussão da hipótese da deriva românica e portuguesa em fenômenos do português brasileiro. Em Cohen (2002, p. 85-87) fizemos uma incursão na história românica para mostrar que a questão da queda ou eliminação do -s em final de palavra era um fenômeno existente na língua latina e que sua ausência e/ou variação nas línguas românicas pode ser descrito e explicado devido a causas internas e externas.

## 2 DADOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO DO SÉCULO XIX

Em documentos do português mineiro do século XIX, coletados e criteriosamente editados por Chaves e Alkmim (org.) (2002) (*Cartas pessoais do século XIX. Acervo Monsenhor Horta*. ICHS, UFOP, Mariana, 2002), preciosos casos de ausência de concordância nominal de número são registrados. A localidade de onde procedem os documentos é São Caetano, atualmente o distrito Monsenhor Horta, de Mariana, em Minas Gerais. Os dados editados são privilegiados por serem datados, localizados e autógrafos. Pode-se identificar o emissor e o destinatário. Os documentos examinados datam das décadas de 1880 e 90.

Como se verá, revelam também algo relativo ao tipo ou gênero textual que possa favorecer a ausência da concordância e vêm reforçar a importância do conhecimento da língua antiga para melhor entendermos a língua contemporânea, no caso, o fenômeno da marcação de plural e a concordância de número no sintagma nominal.

Quanto à forma e conteúdo: trata-se de 316 “cartas”, bilhetes, registros de encomendas feitas provavelmente em uma venda, em que os moradores dessa pequena localidade faziam suas compras: material de costura, linhas tecidos, rendas e também outros, típicos da vida rural, cordas, tachas e curiosamente material para confecção de sepulturas, caixões, mortalhas, incluindo os ingredientes para as quitandas a serem servidas nos velórios, compra e venda de gado, registro de dívidas, de heranças. Revelam muito da vida cotidiana dos moradores dessa pequena localidade mineira no século XIX. O pagamento das compras não era imediato, mas efetuado muito tempo depois da encomenda. As cartas registram também os acertos das contas, também datados: uma encomenda de fevereiro de 1894 foi paga em agosto do mesmo ano; encomenda de 1891, paga por outras pessoas, talvez um descendente do comprador, em 1894.

Trazemos aqui uma amostragem do que pode ser encontrado neste acervo, em termos da marcação do plural no sintagma nominal do português.

Veja-se que os dados abaixo registram tanto a ausência do -s de plural, em I., à semelhança dos dados do português brasileiro contemporâneo citados em 1.0, quanto sua presença, em II, também como no Português Contemporâneo, apresentam, no entanto, alguns aspectos dignos de atenção<sup>2</sup>. Apresentamos na

---

<sup>2</sup> Marcamos a ausência do -s de plural com o símbolo Ø, e negritamos o -s que se realiza.

seqüência o fac-símile do documento analisado.

I. Ausência da marca de plural no substantivo

- (1) “6 m<sup>to</sup>. de murim”
- (2) “3 “de chita roxa escura”
- (3) “Dezejolhe m<sup>tas</sup>. felicidadeØ”
- (4) “... 6 metroØ de murim do melhor q’ tiver”
- (5) “... 3 metroØ de chita bem róxa...”
- (6) “... aceite minhas recomendaçãoØ p<sup>a</sup> Vm.<sup>ces</sup>. todas”
- (7) “...2 l<sup>ta</sup>Ø de cêra”
- (8) “2 PeSsaØ de renda”
- (9) “4 1/5 m<sup>to</sup>. de murim”
- (10) “2 carretelØ de retrós preto”

II. Presença da marca de plural no substantivo

- (11) “2 Maços de tachas”
- (12) “3 Novellos de linha e 2 fivellas”



Fonte: Chaves; Alkmim, 2002.

Figura 1 – trechos do documento.

Vamos abordar em primeiro lugar os itens que ocupam a posição do determinante, para depois comentarmos sobre os nomes que se lhe seguem. Observe-se que em 8 das 10 ocorrências do grupo I a posição inicial é preenchida por números, 6, 3, 6, 3, 2, 2, 4 1/5, 2, e em apenas 2 casos por itens lexicais, a saber, *minhas* (por extenso) e *m<sup>tas</sup>* (abreviada).

Nos estudos sobre o português brasileiro contemporâneo é lugar comum se afirmar que a posição linear é a variável mais importante a marca de plural nos SNs e que a primeira posição favorece variavelmente a presença da marca explícita de

plural<sup>3</sup>. Assim, em (“os fregueses/as codorna, as porta aberta” (Scherre, 2007, p. 50), a marca do plural acontece no determinante, que é o 1º. elemento do SN.

Nos exemplos de (1) a (10) estamos considerando que os primeiros elementos do SN, sejam numéricos ou lexicais, são marca explícita de plural: tanto no caso dos números, que carregam em si a noção de pluralidade, quanto dos outros dois, *minhas* e *muitas*, nesses dois claramente devido ao -s. A ideia de plural está contida em todas essas ocorrências. Observe-se que o elemento que ocupa a 1ª. posição pode ser abreviado, como m<sup>tas</sup>.

Passemos ao segundo elemento, que são substantivos. Como se pode ver, os dados de (1) a (10) registram a ausência da marcação do substantivo com o -s de plural, em ocorrências em que se espera o plural devido à presença dos números 6, 3, 2..., que carregam em si a noção de pluralidade ou à forma plural do pronome e do adjetivo.

Essa ausência do -s nos nomes verifica-se tanto nas formas escritas por extenso, como *metro*Ø, *carretel*Ø, *peSsa*Ø, quanto nas formas abreviadas, em que predomina o substantivo *metro*, abreviado com o -t sobrescrito: m<sup>t</sup>, ao lado de *lata*, abreviado como l<sup>ta</sup>, com a sílaba -ta sobrescrita.

A palavra *metro* aparece 2 vezes por extenso em (4), não flexionada para número: “...6 *metro* de murim...” e (5) “3 *metro* de chita...”, e 3 vezes abreviada, em (1) “6 *m<sup>t</sup>* de murim...”, (2) “3 *m<sup>t</sup>* de chita roxa escura, e (9) “4 1/5 *m<sup>t</sup>* de murim, também não flexionada para número.

Em (3) “Dezejolhe m<sup>tas</sup>. felicidade e em (6) “aceite *minhas* recomendação p<sup>a</sup> Vm.<sup>ces</sup> todas”, o elemento que ocupa a 1ª posição é o adjetivo *muitas*, abreviado e flexionado no feminino plural: m<sup>tas</sup>. O nome, em 2ª. posição, não marca plural: felicidadeØ” e recomendação.

Interessante a marcação de plural que ocorre em (6), em “...p<sup>a</sup>. Vm.<sup>ces</sup> todas”. O elemento que marca o plural e o feminino é posposto ao núcleo, ocupado por um pronome de tratamento flexionado no plural.

Nesta listagem predominam os substantivos relativos a medidas e embalagens: *metro*, *peSsa*, *carretel*, *lata*. *Metro* e *lata* aparecem abreviados e mesmo a abreviatura não marca plural verifica-se.

Em II, em (11) “2 *Maços de tachas*” e (12) “3 *Novellos e fivellas*, o primeiro elemento é um número, como nos casos de I, e o segundo, um substantivo, que tem o -s de plural. A diferença entre I e II está na marcação do plural nos exemplos de II e sua ausência nos de I.

O que tais dados trazem de novo: em primeiro lugar o registro da concordância variável de número nesta fase da língua portuguesa do Brasil, no século XIX, em uma edição confiável de uma modalidade de língua bem vernacular; nos casos de ausência da concordância ressalta o fato de o primeiro elemento do SN ser predominantemente um número; também a abreviação dos nomes sem a marca de plural esperada, já que o 1º elemento é plural, ressalta dos dados (m<sup>t</sup>, l<sup>ta</sup>).

Embora a abreviatura, por sua natureza redutora, não precise marcar número

<sup>3</sup> Cf. Scherre (1988), que comprova o entrelaçamento de outras variáveis além da posição linear no tratamento da concordância de número. Não detalharemos essa análise.

ou gênero, veja-se  $m^{tas}$ , em que o número e o gênero gramaticais são marcados na abreviatura e  $l^{ta}$ , em que o gênero feminino também o é, e  $Vm^{ces}$ , que marca o plural na forma abreviada. Donde, também nas formas abreviadas, no 1º elemento ou não, registra-se a variação da presença/ausência do -s. Mesmo sendo em número reduzido, esses dados indicam que o fenômeno tem uma sistematicidade na língua do século XIX. A consideração das abreviaturas na análise linguística foi relevante para a identificação de generalizações.

Soma-se a esses o tipo de palavra que predomina nessas listagens: o número e substantivos referentes a medidas e embalagens, sugerindo que o tipo semântico possa ser uma variável a ser levada em conta nas análises do fenômeno. Esse tipo de palavra há de ocorrer num determinado tipo de texto (lista, enumeração), além de outros contextos mais comuns que também constam desse pequeno universo de sentenças analisado.

Esses resultados vêm ao encontro do que Scherre (2007, p. 40) coloca sobre os fatores que são relevantes (estatisticamente) na escolha das variáveis que atuam na concordância de número “os condicionamentos são bem mais complexos do que se pensava anteriormente”, embora ela não esteja se referindo a classes semânticas, tipo textual e abreviaturas, como nós, mas à relação entre posição/classe e relação.

Esses casos revelam características linguísticas das abreviaturas, corroborando o que Chaves (2006) desvela sobre as formas abreviadas: há que se descobrir a sistematicidade de seu uso, uma sistematicidade<sup>4</sup> presente na língua da época do documento<sup>5</sup>.

Recuando um pouco no tempo, Prado Mendes (2008, p. 124 e ss.) apresenta e analisa dados do português mineiro do século XVIII em que a concordância de número no SN é variável.

Tais análises demandam aprofundamento, mas já indicam (i) existência da variação presença/ausência da marcação de plural no SN português em períodos pretéritos da língua no Brasil<sup>6</sup>, (ii) alguns ambientes que podem favorecer-la.

Nessa subseção procuramos preencher o *continuum* diacrônico da história da marcação de plural no SN português com dados do século XIX. Os dados e sua análise revelaram que a variação da marcação de plural, do -s e sua ausência, existia no português escrito em Minas Gerais no século XIX. Tal ausência da marcação mostrou-se típica de SNs em que um número plural precede um nome que pertence a um grupo lexical referente a medidas, embalagens e afins, embora não somente. O tipo textual, embora inserido em “cartas”, dado seu caráter dialógico, pode ser considerado lista, listagem, enumeração, que pelo tema têm em si contido a ideia de plural.

Passamos, em seguida, a examinar dados de outras línguas românicas, a fim

---

<sup>4</sup> Cf. Borges Nunes, E. Abreviaturas paleográficas portuguesas. Lisboa: FL; 1981, que apresenta uma boa sistematização das abreviaturas paleográficas.

<sup>5</sup> Há outros trabalhos que apontam de variadas maneiras para a importância linguística das abreviaturas, Cf. Cohen (2010) e (2016), Chaves e Ramos (2015), Duchowny, Coelho e Coelho (2014), dentre outros.

<sup>6</sup> Segundo Naro e Scherre (2007), Mira Mateus (1954) registra essa variação nos anos de 1950 em Portugal.

de contribuir para construir um quadro românico, mesmo que parcial.

### 3 DADOS DO FRANCOPROVENÇAL E DO FRANCÊS

Segundo Tuailon (1991) o francoprovençal é uma língua em estado dialetal puro, pois nunca teve uma unificação, nunca tendo chegado a ser língua oficial de uma entidade política. Não foi a língua do rei (“la langue du roi”) e nem a da república francesa. Não passou, portanto, pelo processo de gramatização, comum às línguas que se oficializam. Tal situação lhe atribui uma fragmentação e variação ainda não submetidas a uma norma supra, que enquadre as variações existentes num padrão.

Assim, o tema de que nos ocupamos contará com dados de localidades diferentes: do *patois* Bressan atual, do *patois* de Saint Martin-de-la-Porte, este falado por três gerações, num espaço de tempo que vai de pessoas nascidas entre 1830 e 1890, de Autrans, bem como dados do século XVI, de Grenoble, e dados gerais do francoprovençal antigo (sem localização), extraídos de Hoyer (1993). Assim é a situação desta língua, o que apresenta uma dificuldade para a coleta de dados orais atuais realmente produzidos por seus semi-falantes.

Passemos à análise do artigo definido nessa língua, que é um dos elementos que ocorre na 1ª posição do SN. Assim como ocorreu com o francês, essa língua também passou por um processo de perda generalizada do -s marca de plural.

Quadro 2: Artigos definidos no francoprovençal contemporâneo (adaptado de Martin, 2005).

	masculino	feminino
singular	<b>lo</b> ( <i>lo, lou</i> [lu], <i>le</i> [lə])	<b>la</b>
plural	<b>los/ les</b> ( <i>lou</i> [lu], <i>lo, lé</i> [le])	<b>las</b> ( <i>le</i> [lə], <i>lé</i> [le], <i>lè</i> [lɛ])

Como podemos observar, no sistema geral apresentado por Martin (2005), o -s marcador de plural, embora presente em algumas grafias, não é pronunciado nas diferentes variedades da língua. Trata-se de um fenômeno antigo, como discute Cohen (2002b), já presente em diversos falares desde o século XVI. A diferença entre singular e plural é marcada pelo timbre da vogal, como no francês. Entretanto, diante de palavra iniciada por vogal ocorre o reaparecimento da sibilante -s, articulada [z] ou [ʒ], como observado tanto nos dados do século XVI, como em descrições mais recentes da língua. Vejamos:

(C) Francoprovençal *grenoblois* do século XVI (Tuailon, 1996):

Et de forci de frut **louz abro** eicoissa' uon.

Et-par-beaucoup- de-fruit-les arbres-craquaient. (tradução *mot-à-mot*)

Et les arbres craquaient sur le poids de leurs fruits. (tradução livre)

lou - art. de. masc. pl., aqui realizado como **louz**

(D) Francoprovençal bressan século XXI (Gomes, 2019)

Te ne da pô (≈) zhuzhe **léj autrou**

Tu ne dois pas juger les autres

léj - art. def. masc. pl.

Nos falares francoprovençais atuais pode-se observar também a perda generalizada da marcação de número nos substantivos e adjetivos. Como afirma

Martin (2005), a pronúncia dos nomes masculinos é frequentemente idêntica no singular ou no plural. Apenas na região Haute-Maurienne pode-se encontrar falares que conservam a pronúncia do -s. Os nomes femininos, por sua vez, conservam uma distinção fundada no timbre da vogal: -a para o singular e -e para o plural. A perda do -s no feminino também é observada, com exceção da região Haute-Maurienne.

O importante papel do artigo definido, e dos determinantes em geral, na expressão do número pode ser observado em outras línguas galo-românicas, o francês e o occitano. Vejamos a seguir o sistema do francês e do provençal moderno.

Quadro 3: Artigos definidos no francês.

	masculino	feminino
singular	<b>le</b> [lə]/ <b>l'</b> (diante de vogal)	<b>la</b> / <b>l'</b> (diante vogal)
plural	<b>les</b> [le] / [lez] diante vogal	<b>les</b> [le] / [lez] diante vogal

Quadro 4: Artigos definidos no provençal moderno (Blanchet, 1999).

	masculino	feminino
singular	<b>lou</b> / <b>l'</b> (diante vogal)	<b>la</b> / <b>l'</b> (diante vogal)
plural	<b>lei</b> / <b>leis</b> (diante vogal)	<b>lei</b> / <b>leis</b> (diante vogal)

Tanto no francês, como no provençal, os nomes são majoritariamente invariáveis, cabendo aos determinantes a expressão do gênero e do número.

Esses sistemas modernos podem ser melhor compreendidos quando consideramos sua evolução histórica. Na passagem do latim para as línguas românicas, quando ocorre a perda sistemática dos morfemas marcadores de caso, a forma adjunta *ille* torna-se determinante na medida em que passa a abrigar os traços que não são mais expressos em outras categorias funcionais. No francês e no occitano antigo, o sistema bicasual herdado do latim conservava o caso sujeito (S) e o caso regime (R), no qual o -s marcava tanto o nominativo singular como o acusativo plural para aquelas palavras latinas que faziam o nominativo singular em -s, sem ser este, no nominativo singular, marca de plural.

Quadro 5: Francês antigo (Barra-Jover, 2009).

		masculino
singular	S	li chevaliers <caballarius
	R	le chevalier
plural	S	li chevalier
	R	les chevaliers <caballarios

Quadro 6: Provençal antigo (Anglade, 1921).

		masculino
singular	S	lo murs (l. murus)
	R	lo mur (l. murum)
plural	S	li mur (l. muri)
	R	los murs (l. muros)

Nos exemplos do francês e do provençal antigos apresentados acima, podemos observar a importância do artigo na distinção entre os casos regime singular e sujeito plural: o artigo marca gênero, número e caso. Esse protagonismo

do determinante, já atestado na fase arcaica dessas duas línguas, se acentua nos séculos seguintes, resultando em sistemas caracterizados pela drástica redução da morfologia nominal no que tange à expressão do caso e do número, a despeito de terem essas línguas herdado as formas do acusativo plural, marcadas pela presença do -s. O mesmo pode ser postulado no caso do francoprovençal onde também há perda generalizada do -s nos nomes e nos artigos.

Devemos considerar ainda que, no caso do francês, a redução morfológica dos nomes foi bastante acentuada, atingindo inclusive as vogais átonas finais, que também desaparecem na língua. Isso poderia nos levar a pensar que a perda do -s no francês possa estar envolvida em fenômenos morfofonêmicos mais amplos que ultrapassam o tema central do presente texto, qual seja, o -s marca de plural. Por outro lado, tanto o francoprovençal quanto o occitano conservaram as vogais átonas finais, assim como o português e, no entanto, observa-se nessas línguas a queda do -s, generalizada na galo-românia e variável no português. Esse fato reforça a tese da deriva românica enquanto uma força que atua sobre essas línguas, ainda que em cada uma o fenômeno de perda/manutenção do -s tenha nuances e desenvolvimentos próprios.

O estudo dos dados do francoprovençal revelou também o fenômeno de retorno do -s, sob a forma de [z], resultante da sonorização, nos contextos vocálicos, em especial, na primeira posição do SN, como em frp. ant. *louz abro* [lu'zabro]. O mesmo ocorre no francês e no provençal: fr. *les amis* [lezami], prov. *leis oustau* [leyzustau]. Embora a perda do -s marca de plural tenha se generalizado nas línguas galo-românicas, seu retorno no contexto vocálico é um indício de sobrevivência de um -s subjacente ainda carregado do sentido de plural, herança latina das línguas românicas ocidentais. Não seria, então, um acaso, o fato de o -s ressurgir de forma categórica exatamente na primeira posição do SN, posição essa favorecedora da retenção do -s, como vimos no caso do português brasileiro.

No francoprovençal do século XVI, na obra *Lo banquet de la Faye* de Laurent de Briançon, várias ocorrências do plural masculino e também do feminino do artigo com presença de -z diante de contexto vocálico são registrados. Vejam-se:

(E) lou zenviron :1/2 // louz environ

De tou lou zenviron<sup>7</sup>; & iqui toute g'aye

lou- art. def. masc. pl.

(F) lou zebro : 41/3 // louz abro

Et de forci de frut lou zebro<sup>8</sup> eicoifsa'uon.

lou - art. def. masc. pl.

(G) le zautre : 5/6 // lez autre

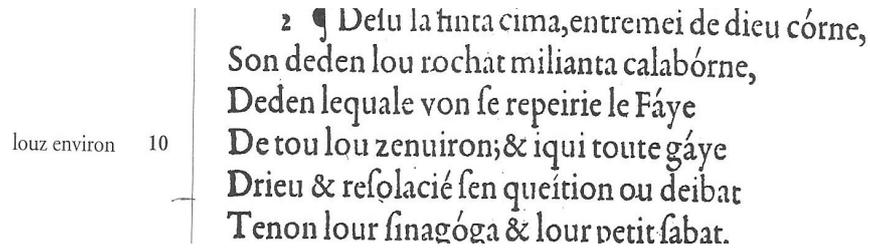
8 Sa caborna e't pru gran que le zautre ne son

le - art. def. fém. pl.

(H) lou zeichalié : 26 :3 // louz eichalié

Et, l'eicaraboussan permei lou zeichalié

lou- art. def. masc. pl.



Fonte: Tuaillon, 1996, p. 110.

Figura 2 - *Lo banquet de la Faye* de Laurent de Briançon.

Veja-se que diante de vogal (E-H) aparece um -z que é analisado por Tuaillon como parte do artigo definido, levando *lou* a ter uma variante *louz* e a se propor o seguinte quadro para os artigos definidos dessa época:

Quadro 7: Artigos definidos no francoprovençal do séc. XVI.

	masculino	feminino
singular	lo [lo]	la
plural	lou [lu] / [luz] diante vogal	le [le] / [lez] diante vogal

Em *lou rochat* ‘os rochedos’ (linha 8) em que *rochat* começa por consoante, o -z não parece, já em *lou zenuiron*, em que *environ* começa por vogal o -z parece já incorporado ao nome seguinte, num fenômeno de ressegmentação e incorporação. O mesmo ocorre em *lou zeichalié* (H).

Além desses com o artigo definido, há também outros ambientes em que o -z aparece como com pronomes pessoais que deveriam ter um -s como em “vouz ai veu” - 22: 2, em que “vouz” é um pronome pessoal; ocorre o mesmo com “ele zon”: 12:4 // “elez on”. Como se vê, a questão do reaparecimento do -s sob a forma de -z não é fenômeno exclusivo do Sintagma Nominal nessa língua, mas atinge também o sintagma verbal.

O processo de reanálise do -s como parte da palavra pode ter como consequência uma alteração do léxico quando a palavra iniciada por -z passa a ser usada no singular, como observou Hoyer (1993):

Zieu - nom; masc. sing.;( Chap 156) ‘oeil’ d’ un zieu bian tranquilo d’un oeil bien tranquille. Dict . : CO-DE 437 zu sm. oeil. La consonne de liaison du pluriel lô-z a été aglutinée au singulier...DUR 9885)  
 Rem. : L’emploi du mot ZIEU au singulier, derrière UN prouve que le Z de la liaison au pluriel est partie integrante du substantif, cf. fr. zyeuter (Hoyer, 1993, p. 210).

A palavra “zieu” começa com Z mesmo no singular, comprovando que a consoante de ligação -z se tornou parte integrante do substantivo: “lô-z ieu” > “un zieu” (fr. *les yeux*; pt. os olhos). Um fenômeno similar também ocorre no português com a palavra “olho”, “olhudo” gerando “zó” e “zoiudo”.

Dados do francoprovençal *bressan* contemporâneos também registram esta ressegmentação. Em (I), a palavra “alanye” (avelã) aparece diante dos artigos indefinidos “n” e “de” em dados de um falante mais competente (cf. Gomes, 2019).

Em (J), apresentamos dados de um semi-falante que fornece a palavra “j’alanye” para avelã:

- (I) n’alanye, dej alanye (falante competente)  
 (une noisette, des noisettes)
- (J) j’alanye, na j’alanye, de j’alanye (semi-falante)  
 (noisette, une noisette, des noisettes)

Desta forma, podemos esquematizar em (L) o processo de ressegmentação caracterizado pela aglutinação de -j marca de plural ao substantivo no singular:

- (L) n’alanye (uma avelã), dej alanye (umas avelãs) > de j’alanye > na j’alanye, na jalanye

A palavra “jalanye” não foi atestada em dados escritos de Gomes (2019), mas mostrou-se uma evolução possível, sobretudo por manifestar-se entre semi-falantes. Processo semelhante parece ter originado a palavra “joué” (ovo), já dicionarizada na língua, a qual deriva provavelmente de “oué”. Vejamos:

- (M) l’oué (o ovo), léj oué (os ovos) > lé j’oué > lé joué, lou joué

#### 4 CONCLUSÃO

O que se aprende de tudo isso com relação à concordância variável no SN do português brasileiro?

A perda do -s etimológico que ocorre nos nomes (substantivos e adjetivos) do português brasileiro ocorre também em outras línguas ibero-românicas e galo-românicas, e nessas sofre outras mudanças além da supressão tais como sonorização, reanálise, esvaziamento gramatical ressegmentação, não estranhas também ao português brasileiro. Reaparece sob a forma de -z e variantes, o que também não é fenômeno estranho ao português brasileiro em fronteiras de palavras ([uzɔlus]). Ou seja, a queda do -s e as mudanças a este vinculadas são fenômenos românicos, que em cada língua, sob condições detalhadas mais específicas, vão engendrar mudanças. É um fenômeno fônico ou morfofonêmico, que acarreta outras mudanças e atua nos casos da concordância de número no SN do português.

Para tal entendimento, dentro de uma perspectiva que considera que a mudança linguística tem uma direção, contamos com dados originais e confiáveis, baseados em edições que se ativeram a critérios filológicos. Desta forma, amplia-se o encaixamento desta questão: a utilização de dados originais e legítimos contribuíram para um melhor encaixamento do fenômeno do -s de plural envolvido em mudanças na família românica de línguas.

#### REFERÊNCIAS

Anglade J. Grammaire de l’ancien provençal ou ancienne langue d’oc: phonétique et morphologie; 1921. [citado 25 jan. 2020]. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k255748j.texteImage>.

Barra-Jover M. Comment évolue un trait grammatical: le pluriel en français dans une perspective romane. Romance Philology, Brepols Publishers, 2009;63:25-67. [citado 25 jan. 2020]. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/32228933> Comment evolue un trait grammatical le pluriel en français dans une perspective romane.

Blanchet P. Parlons provençal: langue et culture. Paris: L'Harmattan; 1999.

Borges Nunes E. Abreviaturas paleográficas portuguesas. Lisboa: FL; 1981.

Bentes AR. Os sefardim e a Hakitá. 2ª.ed.Rio de Janeiro, Mitograph, 1981.

Briançon L. Trois poèmes en patois grenoblois du XVI<sup>e</sup> siècle. Traduit et présentés par Gaston Tuaillon. Grenoble: Le monde Alpin et Rhodanien; 1/1996.

Chaves E, Alkmim MGR, organizadores. Cartas pessoais do século XIX. Acervo Monsenhor Horta. ICHS, UFOP, Mariana; 2002.

Chaves de Melo G. A língua do Brasil. [1946] 3ª ed., Rio de Janeiro: FGV; 1975.

Chaves E, Martins Ramos J. Abreviaturas no período 1800-1950: nova fonte de pesquisa diacrônica. Cadernos de Estudos Linguísticos, 2015;57(2).

Cohen MAAM. Línguas românicas em extinção: o francoprovençal. In: Ravetti G; Arbex M. (Orgs.) Performance, Exílio, Fronteiras. Belo Horizonte: UFMG; 2002b. p. 265-279.

Cohen MAAM. Reanálise do -s final e o 'drift' românico: o caso do ladino. In: Cohen MAAM, RAMOS JM, organizadoras, Dialeto Mineiro e outras falas. Estudos de variação e mudança linguística. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG; 2002. p. 83-90.

Cohen MAAM. Pelos caminhos de Minas: o português nos manuscritos da Estrada Real. II DIVERMINAS; 22 a 24 de setembro de 2015; Mariana, MG, Brasil. Ouro Preto: UFOP; 2016. Número Especial. Caletoscópio, 2016;4(esp.):8-26. [citado 25 jan. 2020]. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/pp/index.php/caletroscopio/article/view/3664>.

Cohen MAAM. Reexame de um caso clássico à luz de novos dados: a gramaticalização e a reanálise de -mente. In: Vitral L; Coelho S, organizadores. Estudos de Processos de Gramaticalização em Português. Metodologias e Aplicações. Campinas: Mercado de Letras; 2010.

Duchowny AT, Coelho SM, Coelho GH. Sistema de abreviaturas de documentos adamantinos setecentistas. Revista Letras, 2014;90:233-252. [citado 25 jan. 2020]. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/273169001> Sistema de abreviaturas de documentos adamantinos setecentistas.

Gomes SF. Línguas ameaçadas: o francoprovençal. [tese]. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais; 2019. [citado 25 jan. 2020]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/30845>.

Grevisse M. Le bon usage: grammaire française avec des remarques sur la langue française d'aujourd'hui. 6e ed. rev. Gembloux: J. Duculot; 1955.

Harris AC, Campbell L. Historical syntax in cross-linguistic perspective. GB: Cambridge University Press; 1995.

Hoyer G. Textes en dialecte dauphinois: établissement du texte, traduction et analyses linguistiques. [thèse]. Grenoble: Université Sthendal Grenoble III, Centre de Dialectologie; 1993.

Martin JB. Le francoprovençal de poche. Chennevières-sur-Marne: Assimil; 2005.

Mira MHFG. Algumas contribuições para um estudo da fonética, morfologia, sintaxe e léxico da linguagem popular de Lisboa. Licenciatura em Filologia Românica. Lisboa: Faculdade de Letras,

Universidade de Lisboa; 1954.

Naro A, Scherre MM. *Origens do Português Brasileiro*. SP: Parábola; 2007.

Prado Mendes ST. *Combinações lexicais restritas em manuscritos setecentistas de supla concepção discursiva: escrita e oral [tese]*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais; 2008. [citado 25 jan. 2020]. Disponível em [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select\\_action=&co\\_autor=74864](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=74864).

Silva Neto S. *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. [1950]. 5ª ed. Rio de Janeiro: Presença; 1986.

Tuaillon G. *La Dialectologie*. In: Pottier B. (ed.) *Les sciences du langage en France au XX ème siècle*. Peeters, Self; 1991.

Tuaillon G. *Trois poèmes grenoblois du XVIe siècle*. Grenoble: Care; 1996.

Wartburg WV. *La fragmentación lingüística de la Romania*. 2ª.ed. Madrid: Gredos; 1971.

## Análise pragmático-discursiva de cartas trocadas entre Epifânio Dória e José Calasans

### *Pragmatic-discursive analysis of letters exchanged between Epifânio Dória and José Calasans*

Renata Ferreira Costa\*

*Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Brasil*

José Douglas Felix de Sá\*\*

*Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Brasil*

Luiza Daviane Santos Barbosa\*\*\*

*Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Brasil*

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo apresentar um estudo sobre a natureza da comunicação epistolar entre Epifânio Dória e José Calasans, dois representativos intelectuais sergipanos que mantiveram correspondência por dezesseis anos. Os *corpora* epistolares em análise são edições semidiplomáticas, isto é, conservadoras do estado de língua em que os textos foram escritos, de missivas manuscritas e datiloscritas de Epifânio Dória (1884-1976) e José Calasans (1915-2001), que se encontram nos espólios desses intelectuais salvaguardados no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). A análise empreendida considera o exame das condições de produção e circulação dos textos epistolares e o seu papel na história e na sociedade. A eleição da carta como objeto de pesquisa, visando à reflexão sobre sua contextualidade, permitiu que a análise textual se conjugasse com uma perspectiva pragmática, pela própria natureza dessa situação comunicativa. Assim é que, no contexto da superfície textual, em nível pragmático-discursivo, foram sistematizadas e analisadas as rotinas verbais de abertura, pré-fecho e fecho das cartas, de acordo com o modelo de Análise Interacional da Comunicação Epistolar (AICE), proposto pela professora e pesquisadora Isabel Roboredo Seara.

**Palavras-chave:** Pragmática textual. Rotinas Verbais. Epistolografia. Discurso Epistolar. Cartas Pessoais.

**Abstract:** This article aims to present a study on the nature of the epistolary communication between Epifânio Dória and José Calasans, two intellectuals from Sergipe who maintained correspondence for sixteen years. The epistolary corpora under analysis are semi-diplomatic editions, that is, conservative of the state of the language in which the texts were written, of handwritten and

---

\* Professora do Departamento de Letras Vernáculas, do Mestrado Profissional em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil; renataferreiracosta@yahoo.com.br

\*\* Graduado em Letras Português-Inglês, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil; felixdesa@hotmail.com

\*\*\* Graduada em Letras Vernáculas, bolsista PIBIC/COPEs, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil; luiza.daviane@hotmail.com

typewritten missives by Epifânio Dória (1884-1976) and José Calasans (1915-2001), found in the file of these intellectuals safeguarded at the Historical and Geographic Institute of Sergipe (IHGSE). The textual analysis undertaken considers the examination of the conditions of production and circulation of epistolary texts and their role in history and society. The choice of the letter as an object of research, aiming at reflecting on its contextuality, allowed the textual analysis to be combined with a pragmatic perspective, due to the nature of this communicative situation. Thus, in the context of the textual surface, at the pragmatic-discursive level, the verbal routines of opening, pre-closing and closing the letters were systematized and analyzed, according to the model of Interactional Analysis of Epistolary Communication (AICE), proposed by professor and researcher Isabel Roboredo Seara.

**Keywords:** Textual pragmatics. Epistolography. Verbal Routines. Epistolary Discourse. Personal Letters.

## 1 INTRODUÇÃO

O discurso epistolar é entendido, desde a tradição clássica, como um diálogo entre ausentes, um modo particular de se comunicar, com seus próprios mecanismos de interação e de enunciação. No entanto, há que se considerar também que as cartas podem revelar muito mais do que mecanismos de comunicação, pois, como espaço de encontro entre os indivíduos, documentam a vida privada dos interlocutores, atualizam o panorama cotidiano, suas relações de amizade, as sociabilidades e trazem um retrato social, cultural, político e histórico de uma realidade.

Nos últimos anos, têm sido realizados estudos linguísticos e sobre a história da cultura escrita baseados no gênero epistolar, além da publicação de cartas de personalidades célebres ou autores reconhecidos, como Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Oswald de Andrade, Machado de Assis, Monteiro Lobato, Euclides da Cunha, no caso dos brasileiros, ou de pessoas comuns, objetivando, conforme Costa e Sá (2018, p. 197), “compreender seu perfil biográfico, seu processo criativo, sua obra e o panorama histórico, sociocultural e político a que pertenciam”. Contudo, Seara (2006) reconhece que, em língua portuguesa, o estudo da epistolografia ainda é parco, apesar do gênero epistolar ser “um legítimo e autêntico manancial de investigação”, nas palavras da autora (Seara, 2006, p. 7).

Desta forma, este artigo busca apresentar um recorte dos resultados de uma pesquisa de natureza filológica e pragmático-discursiva, que se desenvolveu no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal de Sergipe – PIBIC/UFS (2018-2019). A pesquisa, que se fundamentou nos pressupostos teóricos e operatórios da Filologia, da Pragmática e da Análise do Discurso, mas também está relacionada à História Cultural da Escrita, teve como objetivo compreender a natureza da comunicação epistolar de intelectuais sergipanos através da análise textual e das rotinas verbais em conjuntos de cartas de circulação privada do século XX.

Os *corpora* epistolares em análise são edições semidiplomáticas, isto é, conservadoras do estado de língua em que os textos foram escritos, de missivas manuscritas e datiloscritas de Epifânio Dória (1884-1976) e José Calasans (1915-2001), que se encontram nos espólios desses intelectuais salvaguardados no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).

Em relação à análise textual realizada, considerou-se o exame das condições de produção e circulação dos textos e o seu papel na história e na sociedade. Fazer um levantamento desses aspectos é considerar que o texto não é um objeto estático, imutável, acabado, mas, existindo em sua materialidade e historicidade, é “um objeto temporalmente mutável, que percorre o tempo e o espaço sociocultural, antes de chegar ao leitor e ao analista”, como afirma Adam (2010, p. 19-20).

A eleição da carta como objeto de pesquisa, visando à reflexão sobre sua contextualidade, permitiu que a análise textual se conjugasse com uma perspectiva pragmática, pela própria natureza dessa situação comunicativa. Assim é que, no contexto da superfície textual, sob a ótica pragmático-discursiva, utilizou-se o recorte do modelo de Análise Interacional da Comunicação Epistolar (AICE), proposto por Isabel Seara, para a sistematização e análise das rotinas verbais de abertura, pré-fecho e fecho que configuram as cartas pessoais selecionadas.

## 2 O GÊNERO EPISTOLAR

Sem as cartas, a vida seria totalmente imperfeita e pouco nos diferenciaríamos dos mudos, dos brutos.  
(Jacob, 1646, apud Haroche-Bouzinac, 2016, p.158)

Parece difícil concordar com a citação acima, visto que na sociedade atual a carta já não é o principal meio de comunicação. Apesar disso, houve uma época áurea desse gênero e a escrita epistolar era bem mais que uma simples troca de notícias. Escrever, enviar e receber cartas constituíam-se como atos de socialização.

Conversa com um ausente. Essa é a metáfora que acompanha a noção inicial da carta, afinal de contas ela nasce de um distanciamento. Vaumorière (1690, apud Haroche-Bouzinac, 2016, p.11) expressa muito bem essa ideia ao retratar o papel desse gênero: “[...] enviamos a uma pessoa ausente para lhe comunicar o que lhe diríamos se estivéssemos em condições de falar com ela”.

Esse ato comunicativo, concretizado pela escrita, procura diminuir o afastamento existente através do compartilhamento de uma série de “sentimentos e desejos”, como aponta Brito (2018, p. 40), e, para atingir esse fim, tudo pode ser dito no território epistolar. Haroche-Bouzinac (2016, p. 27) corrobora com essa afirmação, citando como temas recorrentes “notícias da vida política ou pessoal, anedotas, relatos agradáveis, análises, reflexões, revelações sobre si, confidências, expressão de sentimentos”. Esse conjunto temático produz uma falsa presença e procura abrandar o sentimento de solidão e a distância física entre os epistológrafos.

Para que haja a efetivação da troca de correspondências, é necessário um comprometimento, uma espécie de acordo entre o remetente e o destinatário. Segundo Muhana (2000, p. 231), “[...] a carta exige o prosseguimento alternado e sucessivo das escritas”. Essa troca de turno, através da qual quem envia e quem recebe a missiva, além de possuírem os mesmos direitos e deveres em relação à escrita, mudam de papéis constantemente, assegura a conduta responsiva de um para com o outro e caracteriza o pacto epistolar. Esse pacto formulado entre ausentes pressupõe a expectativa da resposta, a continuidade da interação, já que, conforme Kerbrat-Orecchioni (1998, p. 31 – tradução nossa), “[...] o ‘contrato comunicativo’

que conecta o remetente e o destinatário de uma mensagem epistolar implica não apenas um ‘direito de resposta’, mas também um ‘dever de resposta’<sup>1</sup>.

O gênero epistolar é, também, uma inesgotável fonte de informações. Em virtude disso, não se pode reduzir sua atuação ao âmbito individual, pois constituiu-se, conforme Seara (2006, p. 19), como um “testemunho ímpar da autenticidade das relações pessoais, culturais e sociais de uma época ou de um autor”. Assim, a carta é o local onde os aspectos pessoais e coletivos se encontram e refletem as marcas da história de determinada sociedade. Para Brito (2018, p. 43):

[...] os textos epistolares carregam em si impressões acerca da época em que foram produzidas (sic), os propósitos aos quais se destinam e as circunstâncias que permeiam suas condições de produção – como os interlocutores de suas ideologias, as relações que estes estabelecem entre si e a complexidade da situação que fundamentou e/ou originou a escrita epistolar.

Justamente por se inserir numa esfera sociocultural, o texto epistolar não deve ser considerado fora da delimitação de tempo-espço da sua produção, pois menosprezar esse aspecto gera anacronismo e conclusões equivocadas. Dessa maneira, consoante Haroche-Bouzinac (2016, p. 27), “a questão da ‘delimitação histórica’ é, portanto, essencial para todo leitor de cartas”.

As marcas do contexto de produção das epístolas não são vistas somente nos temas abordados. A estrutura do texto, bem como o suporte que o contém apresentam rastros das condições de escrita e são de extrema importância na investigação do gênero epistolar.

Há que se considerar ainda o caráter híbrido da carta, uma vez que aceita a influência de outros gêneros discursivos, contemplando os elementos constitutivos de uma pluralidade de gêneros, tais como o diário, as memórias, a autobiografia, o ensaio, a resenha, entre outros, capacidade que fomenta sua mutabilidade. Além disso, os modos de escrita dos textos epistolares também são muito diversificados, uma vez que são instanciados por práticas sociais, podendo, assim, reproduzir os aspectos individuais de quem escreve, além das “[...] marcas do grupo e da esfera sociocultural na qual [estão inseridos]” (Brito, 2018, p. 43). Essa natureza flutuante atribui ao gênero epistolar a nomenclatura de nômade.

Durante a passagem dos séculos, a escrita epistolar migrou da retratação do prestigiado discurso eloquente para, conforme salienta Diaz (2016, p. 24), “uma sociabilidade mundana”, e isso o estigmatizou sob termos como gênero menor, subalterno, medíocre, ruim e vagabundo. Ademais, a carta abandonou a escrita pomposa, cheia de adornos e passou a considerar uma escrita mais simples, de modo que “[...] não se espera mais das cartas a perfeição bem calibrada de uma composição retórica impecável, mas nelas se aprecia, bem ao contrário, as falhas, as hesitações e as pausas de uma palavra simplesmente humana” (Diaz, 2016, p. 16). Assim, a carta ganha o título de espelho da alma, pois escrevê-la torna-se uma atividade que depende da inspiração e naturalidade do autor.

Independentemente da natureza nômade do gênero epistolar, o ato comunicativo de escrever cartas possui uma estrutura complexa, ou, como destaca

<sup>1</sup> “[...] le ‘contrat communicatif’ qui relie l’émetteur et le récepteur d’un message épistolaire implique non seulement un ‘droit de réponse’, mais un ‘devoir de réponse’”.

Brito (2018, p. 73), “[...] estrutura própria, critérios norteadores, técnicas prescritivas que variam de acordo com a época, com os objetivos e, principalmente, com as circunstâncias que impulsionaram sua escrita”.

A macroestrutura prototípica de uma carta corresponde aos requisitos mínimos que o texto deve apresentar para pertencer ao gênero. Haroche-Bouzinac (2016, p. 33) revela quais são esses requisitos:

A tradição medieval dos clérigos, propõe cinco etapas na redação da carta: *salutatio* (saudação), *benevolentiae captatio* (busca da benevolência), *narratio* (narração), *petitio* (pedido ou objeto da mensagem) e *conclusio* (conclusão).

No classicismo, houve uma tendência a simplificar as cinco partes em três etapas. Estas se distinguem por sua função: [...] exórdio, narração e conclusão [...].

O modelo classicista é o mais praticado nas missivas aqui analisadas. É no exórdio que o remetente estabelece contato com o destinatário. Nele encontram-se as expressões introdutórias, como o uso do vocativo, a saudação inicial – “uma rotina de cordialidade indispensável para o estabelecimento de qualquer diálogo, inclusive o epistolar” (Brito, 2018, p. 61) – e a menção à carta anterior. Esse é um dos locais em que, segundo Haroche-Bouzinac (2016, p. 34), “se reconhece um epistológrafo hábil”, já que é o campo sujeito a maiores modismos de termos de saudação.

A narração é o local em que se desenvolve o assunto ou tema da mensagem. Ela pode apresentar uma variedade de sequências textuais (narração, descrição, injunção, argumentação) e aspectos de outros gêneros, tais como memórias, anedotas, relatos, resenhas, etc.

A conclusão é a seção responsável pela finalização do texto epistolar, englobando a saudação de despedida e a expressão do desejo de resposta. Esse espaço também é reservado para o exercício da virtuosidade do epistológrafo.

É importante salientar que nem toda missiva se estrutura necessariamente dessa forma. É comum que as seções abrangidas por essa classificação mudem de lugar a depender de quem escreve.

A versatilidade desse gênero possibilitou a sua divisão em subcategorias, que se identificam, a partir do destinatário, em cartas de amor, de amizade e de família.

A carta de amor é aquela trocada entre amantes. Profundo espaço de intimidade, é, conforme Seara (2010, p. 94),

[...] escrita para ser comungada, religiosamente guardada em lugares íntimos, escrupulosamente preservada, evitando pudor de olhares indiscretos, lida e relida no recolhimento de um templo, esse templo do intimismo, do silêncio, da solidão [...].

As missivas nascem da distância entre os interlocutores e, nas cartas de amor, essa distância é mais dolorosa. Devido a isso, relatos do cotidiano é um tema comum e têm como finalidade simular uma aproximação, um reencontro. O uso de termos que marcam proximidade e afeto, como pronomes possessivos e palavras no diminutivo também são corriqueiros e reafirmam a ligação entre os cúmplices.

As cartas familiares não envolvem, prioritariamente, membros da família. Segundo Haroche-Bouzinac (2016, p. 40), os destinatários desse tipo de missiva englobam “os parentes e amigos, bem como o círculo de serviços e intendentess que

os laços domésticos tornaram próximos”. O tom adotado nessa subcategoria é destituído de ornamentos e busca aproximar-se da conversação. Silva (2002, p. 59) observa que “os textos deveriam trazer sempre um tom fiel às expressões de afeto; à sinceridade cordial; à expressividade e informalidade que se aproximam de uma boa conversa entre iguais”. Ademais, a familiaridade entre os epistológrafos facilita o estabelecimento e a manutenção de uma continuidade nas trocas epistolares e esse ato fortifica o vínculo afetivo entre eles.

Por fim, as cartas de amizade destinam-se a indivíduos que se conhecem. Busca, conforme Leite (2009, p. 120), fomentar a troca de “mensagens de caráter privado ou visual por meio da modalidade escrita da língua”. Há diversos motivos para se escrever a um amigo: “recreação para o entendimento, alívio e consolação, recomendação, agradecimentos, queixumes, desculpas e graça” (Silva, 2002, p. 53). Os temas variam de acordo com o grau de intimidade entre os interlocutores, que pode ser desenvolvido por meio da constância da troca epistolar e medido através da análise das saudações iniciais e dos pronomes de tratamento utilizados.

A frequência das trocas epistolares dá indícios do grau de amizade. Escreve-se com maior regularidade a pessoas mais próximas e esse ato fortifica o vínculo entre elas. No entanto, a frequência não é o único modo de mensurar a proximidade dos interlocutores. O texto epistolar é um território rico em indícios de intimidades, seja através de termos específicos, como a saudação, que comumente evoca palavras afetuosas para com os mais próximos, ou pelo próprio modo da escrita textual, que possui um caráter mais descontraído, tendo, segundo Silva (2002, p. 59), “como finalidade primeira alimentar um convívio social e afetivo”. Dessa maneira, essa modalidade de carta funciona como elo das relações entre amigos. É o modo que os missivistas encontram para estabelecer relações interpessoais, manter contato, demonstrar afeto e impedir o esquecimento que leva ao fim da amizade.

### **3 O MODELO DE ANÁLISE INTERACIONAL DA COMUNICAÇÃO EPISTOLAR (AICE)**

Em sua tese de doutorado, Isabel Roboredo Seara, professora do Departamento de Humanidades da Universidade Aberta de Lisboa, elaborou um modelo de análise da interação verbal em correspondências familiares de epistológrafos portugueses. Tal modelo, intitulado *Análise Interativa do Discurso Epistolar (AICE)*, foi desenvolvido como forma de compreender os mecanismos de construção discursiva desses textos, uma vez que considera insuficientes outros modelos de análise, como o “de análise das unidades sequenciais de Adam (1998)” e o “de turnos de escrita, apresentado por Kerbrat-Orecchioni (1998)” (Seara, 2006, p. 217).

Dessa forma, o modelo AICE propõe uma análise da superfície discursiva epistolar a partir de

[...] diferentes pontos de vista teóricos, resultantes de vários níveis de análise textual, retomando categorias propostas pela análise conversacional, pela psicologia social, pela sociolinguística, pela análise do discurso, pela retórica, pela teoria da literatura, etc. (Seara, 2006, p. 216).

Esse diálogo com diversas áreas do conhecimento se justifica pela natureza assíncrona da comunicação epistolar, que exige uma análise apurada do contexto da interação. Tal análise, no modelo AICE, contempla três níveis, articulados concêntricamente:

1. Um nível interno ou central, que se concentra na superfície discursiva para análise em duas vertentes: pragmático-discursiva (marcas de interação, dispositivo dêitico e rotinas verbais) e pragmático-argumentativa (atos de fala, diafonia e *topoi*).
2. Um nível intermediário, de análise dos mecanismos da dinâmica textual, considerando o objetivo da interação e a co-enunciação epistolar.
3. Um nível exterior, no qual são analisadas quatro coordenadas fundamentais da interação epistolar: o quadro espaço-temporal, a problemática contextual, a situação dos correspondentes e o pacto epistolar.



Fonte: Seara (2006, p. 218).

Figura 1 - Modelo AICE.

Esse modelo concebe a correspondência não como um texto literário ou autobiográfico, mas como “uma interação, que deve ser analisada como uma realidade pragmática” (Seara, 2006, p. 222), por se tratar de uma produção escrita *para e com* o outro, com a finalidade de influenciar suas atitudes e comportamentos.

Diante do exposto, o estudo aqui apresentado reitera a relevância de se estudar o gênero epistolar em sua dimensão pragmática e, a partir de um recorte do modelo AICE, concentrando-se no nível da superfície discursiva, mais precisamente

na esfera pragmático-discursiva, busca sistematizar e analisar as rotinas verbais nas missivas dos intelectuais Epifânio Dória e José Calasans.

O termo “rotina” retoma a sua origem etimológica no latim *ritus*, que também deu origem a “ritual”. Assim como nas interações cotidianas, as cartas apresentam situações e comportamentos que se repetem, que se tradicionalizam, os quais se refletem em “formas e expressões linguísticas estereotipadas” (Seara, 2006, p. 236), denominadas rotinas verbais.

Sob a perspectiva interacionista da análise do discurso, essas rotinas constituem, como destaca Coulmas (1981, p. 4 apud Seara, 2006, p. 236, tradução nossa), “acordos tácitos compartilhados pelos membros de uma sociedade que [...] são essenciais no manejo das situações cotidianas”. Ao estudá-las, é possível conhecer os hábitos comunicativos presentes nas missivas e o valor das relações entre os correspondentes.

As rotinas verbais que caracterizam o gênero epistolar são compostas por variados atos de fala, ou seja, atos que denotam ações. A maioria desses são caracterizados como atos expressivos, pois, conforme Seara (2010, p. 240), “especificam uma reação do locutor perante uma situação, em que o interlocutor toma parte activa ou passiva”. Saudar, agradecer, felicitar, pedir, dentre outros são exemplos desses atos.

Esses mesmos atos podem adquirir outra classificação: a depender de como se apresentem, podem agir como atos de delicadeza/cortesia/polidez. Para que se possa entender essa caracterização, faz-se necessário explicar acerca da noção de cortesia ou delicadeza verbal. Trata-se, de acordo com Seara (2006), de um jogo de designações entre os correspondentes, que fomenta a preservação das relações interpessoais e do caráter amigável ou familiar das interações.

No discurso epistolar, podem distinguir-se três tipos de rotinas verbais: rotinas de abertura, rotinas de pré-fecho e rotinas de fecho, cada uma das quais com uma estrutura prototípica correspondente, como apresentado abaixo (Seara, 2006):

- Rotinas de Abertura
  - Ato de localização espaço-temporal
  - Expressão apelativa conjuntiva
  - Comentário sobre o quadro espaço-temporal
  - Ato de acusação de recepção
  - Ato de pedido de desculpa
  - Ato de justificação
  - Ato de agradecimento ou Ato de reprovação
- Rotinas de Pré-fecho
  - Anúncio performativo
  - Ato de justificação
    - invocação clássica
    - justificação material
    - justificação temporal
    - saturação ou esvaziamento temático
  - Ato de promessa
- Rotinas de Fecho
  - Ato confirmativo do elo relacional entre os correspondentes

- Ato de saudação disjuntiva de despedida
- Atos euforizantes
  - expressões de agradecimento
  - votos prospectivos
  - extensão (transmissão de cumprimentos)
- Ato de reiteração
- Ato de solicitação
  - um pedido
  - um enunciado imperativo
  - uma questão
  - uma formulação de esperança
- Invocação divina
- Ato de subscrição
- *Post Scriptum*

#### 4 TROCAS EPISTOLARES ENTRE EPIFÂNIO DÓRIA E JOSÉ CALASANS

Epifânio da Fonseca Dória e Menezes nasceu em 07 de abril de 1884, em Campos, atual cidade de Tobias Barreto/SE, e faleceu em Aracaju, em junho de 1976.



Fonte: .

Figura 2 - Fotografia de Epifânio Dória, obra de Jordão de Oliveira.

Apesar de sua erudição, não teve formação superior, frequentando somente “algumas escolas e professores particulares. O suficiente para concluir apenas o curso primário e ser alfabetizado”, como aponta Campello (2012, p. 8). Apesar de ter sido comerciante, destacou-se na vida pública por sua produção intelectual e atuação como diretor da Biblioteca Pública do Estado de Sergipe, que hoje leva o seu nome, e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), deixando como legado a preservação e divulgação da cultura e memória histórica sergipanas:

[...] trata-se de figura representativa em Sergipe, por sua contribuição à guarda e preservação de documentos históricos e de arquivos pessoais de personalidades sergipanas, bem como da incansável pesquisa histórica desenvolvida ao longo de sua vida (Campello, 2011, p. 412).

Em poucos anos, Dória assumiu importantes funções e contribuiu significativamente para o ideal de conservação do patrimônio documental de Sergipe.

Essa sua preocupação possibilitou a existência do IHGSE, onde foi contribuinte por 64 anos, até o ano da sua morte, em 1976.

José Calasans Brandão da Silva nasceu em Aracaju, capital de Sergipe, em 14 de julho de 1915, e faleceu na cidade de Salvador/BA, no dia 28 de maio de 2001.



Fonte: <https://goo.gl/ACHhE2>.

Figura 3 - Fotografia de José Calasans em sua formatura, em 1937.

Formou-se em Direito na Bahia, em 1937, mas dedicou-se ao ensino e ao estudo da história e da cultura de Sergipe, especialmente do folclore, o que lhe colocou entre um dos maiores representantes da historiografia sergipana. Não se pode desconsiderar, no entanto, sua importante contribuição à historiografia baiana, “[...] com estudos como ‘A Revolução de 1930 na Bahia’, ‘Bahia, primeira capital do Brasil’, e os trabalhos sobre Antônio Conselheiro, de repercussão nacional.” (Nunes, 2007, p. 87).

De acordo com Dantas (2016, p. 21), José Calasans ocupou a presidência do IHGSE entre 1945 e 1947, período bastante profícuo “para a cultura sergipana e para sua realização profissional”.

Em 1947, Calasans voltou a se estabelecer em Salvador, onde, a partir de 1963, dedicou-se à vida acadêmica como professor de História Moderna e Contemporânea e de Folclore na Universidade Federal da Bahia, da qual também foi vice-reitor.

O corpus da pesquisa que ora se apresenta constitui-se de cartas manuscritas e datiloscritas trocadas entre Epifânio Dória e José Calasans, salvaguardadas no fundo José Calasans do acervo do IHGSE. São 56 missivas ativas e passivas datadas entre 1948 e 1964, que foram fotografadas e editadas semidiplomaticamente.

Foram dezesseis anos de correspondência, mas o intervalo entre uma carta e outra variava. Havia meses em que duas ou três eram enviadas, algumas até em dias consecutivos. Outras vezes existiram hiatos de meses entre as cartas e a causa dessa situação é desconhecida. Apesar disso, acredita-se que o motivo dos longos intervalos não seja de responsabilidade dos missivistas, visto que eram escritores ativos e, nas cartas posteriores à época em que nada foi escrito, não há nenhuma retratação ou desculpa pela ausência de resposta. Assim, supõe-se que houve perda de textos ao longo do tempo e isso acarretou a incompletude desse conjunto

epistolar. Entretanto, a intensificação da comunicação epistolar entre Dória e Calasans fornece indícios do estreitamento de sua relação, um vínculo de amizade que foi sendo construído através de pedidos de favores, da partilha de relatos de experiências pessoais e profissionais e de notícias sobre Sergipe e da exposição de projetos de pesquisa e de seus processos criativos.

É importante ressaltar ainda que a interação escrita entre esses dois intelectuais sergipanos, além de demonstrar companheirismo, revela um pouco da trajetória intelectual que ambos empreenderam para a produção de conhecimento. A troca, portanto, não era só de missivas, mas também de favores, já que, estando José Calasans em Salvador e Epifânio Dória em Aracaju, a forma mais fácil de Calasans ter acesso a informações, documentos e publicações sobre Sergipe era pedindo o seu envio ao amigo correspondente.

## 5 ANÁLISE DO CORPUS

### 5.1 A macroestrutura das cartas

A carta é um gênero que se define não por seu conteúdo, “mas, sobretudo, por um determinado dispositivo externo, relativo à situação de comunicação que implica o seu uso e em que se enraíza”, como afirma Landowski (1988, p. 19, apud Seara, 2008, p. 124). Desse modo, torna-se relevante analisar a macroestrutura das missivas que compõem o corpus.

Verifica-se que as cartas de Epifânio Dória e de José Calasans analisadas apresentam a macroestrutura prototípica proveniente do classicismo, que se divide em três partes: exórdio, narração e conclusão.

É importante ressaltar que as cartas analisadas dos dois intelectuais sergipanos seguem uma tradição epistolar, embora apresentem algumas variações quanto à presença ou localização de determinados elementos estruturais.

À guisa de exemplo, apresenta-se a seguir a macroestrutura de quatro cartas – duas de Epifânio Dória e duas de José Calasans:

Carta manuscrita de Epifânio Dória – Aracaju, 22 de junho de 1948	
<b>Exórdio</b>	Aracaju, 22 de Junho de 1948  Calazans:  Que as festas de São João e São Pedro lhe corram venturosas. Entregaram ontem em nossa casa o seu cartaõ. Grato pelos parabens,
<b>Narração</b>	a proposito do piãno que já se acha em nosso salaõ e cujo preço, de 51contos, já foi pago. Faltam agora as cadeiras, no valor contratado de 57.600 cruzeiros. O rábo está sendo mesmo ruim de esfolar, mas estamos fazendo empenho para completar a esfoladura. Ha alguns anos, muitos aliás, li os livros da paróquia de Santo Amaro, que ainda restavam. Vaõ duas notas para o seu amigo Neesu, tiradas dos livros paroquiáis de Santo Amaro. Quem seria esse Horacio Urpia do Nascimento, descendente bastardo do velho Horacio Urpia, ou colateral bastardo do mesmo? O

	<p>Crispim Gomes da nota junta será o sogro do Horácio Urpia Junior? O Neesu dá Crispim Gomes Marques casado com Sabrina Marques, mas o da minha no [ilegível] / era casado com Genoveva Maria. Será que o Crispim foi casado duas vezes?</p> <p>Naõ tenho o número 2 da Revista do Instituto Genealogico da Bahia. Mandeí compra-lo por minha filha Maria Lúcia, universitária aí. Ela foi umas duas ou três vezes à casa do Doutor Mario Torres, sempre sendo informada de que ele não se achava em casa. Desanimou e não foi mais lá. Vai demorar um pouco, mas não será muito, a remessa da Historia de Sergipe. Estavamos sem nenhum exemplar encadernado, mas esta semana mandei encadernar 10 exemplares em marroquim. A encadernação está carissima. O rapaz exigiu 20 cruzeiros. Na ultima sessão da Diretoria do Instituto o Felte propôs que se marcasse o preço de 30 cruzeiros para o livro em brochura. Naõ é fóra proposito. Consulto o interessado se prefere 30 em brochura ou 50 encadernado. Ai pôderá ser mais barata a encadernação. Quanto ao Doutor Alfredo Rui nada a dizer, pois a minha nota sobre o artigo que publicou na Revista “Tradição”, de Petropolis, foi mandada a ele pelo meu amigo Doutor Guilherme Auler, diretor da mesma revista, segundo me comunicou.</p> <p>Mando-lhe em original a carta da Condessa de Barral. Vai bem abrigada. Depois você poderá devolve-la. O Leandro Diniz se me gabava de possuir o arquivo do avô, o senador Diniz. Andei sondando-o para ver se ele o cedia ao Instituto. Fez promessas vagas. Depois de sua morte procurei o Autran Costa, irmão da viuva, e ele deu de ombros, dizendo que nada existia a respeito em maõ da irmã. Será que ele deu a alguém antes de falecer? ...</p> <p>Esta vem sendo feita ao correr da pena, aqui no Instituto, onde sou constantemente interrompido pelos que vão chegando. Daí as emendas que terá de sofrer, quando tiver de fazer nela uma leitura fiscalizadora. Naõ me anima a prometer qualquer coisa sobre a Dona Candida Amelia de Carvalho Borges. Si ela nasceu aí, na Bahia, em 1811, está visto que os ancendentes eram de muito tempo residentes no Salvador e nós aqui vivemos á mingua de documentario e linhagistas. Um velho para quem eu sempre apelava faleceu: o desembargador Acioli. Em Niterói, Estado do Rio, eu tinha uma amiga com quem me correspondia e obtinha informações sobre cousas e pessoas de outros tempos, era Dona Rosa Bezerra, filha do Doutor Leonardo Bezerra. Foi ela quem me deu aquela circular, firmada por Inacio Barbosa, convidando os deputados para se reunirem no engenho “Unha do Gato”, do Barão de Maruim; a fim de tratarem de assunto importante. Com o meu habito de não querer nada para mim só, passei-a ao Clodomir, que a divulgou sem dizer onde a descobriu.</p> <p>[...]</p>
<b>Conclusão</b>	Um abraço do velho amigo Epifanio

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 1 - Macroestrutura da carta de Epifânio Dória datada de 22 de junho de 1948.

O exórdio dessa missiva é representado pela localização espaço-temporal da escrita, o vocativo, cumprimentos e a acusação de recepção de correspondência, acompanhada de agradecimento.

Em seguida, há a exposição do conteúdo da carta, dando notícia de fatos ocorridos no IHGSE e de curiosidades e questionamentos relativos às investigações empreendidas.

A carta é finalizada com uma saudação de despedida, que evidencia o elo relacional entre os correspondentes, e a assinatura de Epifânio.

Carta manuscrita de Epifânio Dória – 14 de julho de 1948	
<b>Exórdio</b>	14 de Julho de 1948 Prezado Calazans. Recebi ontem sua carta
<b>Narração</b>	e hoje mandei registrar no correio um exemplar da História de Sergipe. Dei suas lembranças aos companheiros que lhi as retribuem. A Tapuia ao lhe eu dizer que você fazia anos hoje pensou um pouco e saiu. Mais Tarde disse-me ter lhe passado um telegrama. – “O que fez Você, Tapuia? disse-lhe eu. O Calazans se mudou para outra casa.” Ficou desconsolada, mas eu prometi que lhe contaria o desastre dela. Quanto a sua sugestão para um trabalho meu para o Congresso, achei-a feliz. Vou dar um balanço. Houve muito baião no governo de Sergipe, entre ele o grande Zacarias de Gois e Vasconcelos, que, com sua intolerancia, criou o celebre caso do relógio de Laranjeiras, que havia de deixa-lo, e ao seu teimoso chefe de polícia Claudio Manuel de Castro, com o prestio moral um tanto abalado. Rogo-lhe, se tiver facil contacto com os pontífices do Congresso, pedir-lhes que me mandei os cartoês ou impressos especiais para adesaõ. Eu e o Felte desejamos aderir, e como nós Instituto. Ja escriví fazendo este pedido e não fui atendido. Tive carta da Dona Zenaide, aquela professora paulista muito amavel, mas pouco bonita para quem improvisei, discretamente, aquela quadrinha que fez aflorar um riso em seus lábios: “Não é a Dona Zenaide Formosura de abismar; Mas tambem não é alcaide Que se possa refugar”... Há de estar lembrado de que ela, magricéla, ficou pouco sugestiva com aquele vestido, parecendo mais uma vara com saia que uma artista capaz de impressionar. Mando as ultimas bobagens do Magalhaês Carneiro e Minhas. Promete ele encerrar a disputa ésta semana. A nossa campanha do Instituto vai em progresso. Já entraram 82 contos, afóra os 20 da união. Pagaram 40 socios, mas em dobro a [ilegível] apenas aos Relatorios presidenciais ha, pelo menos um, do Horacio Urpia, como diretor do Asilo Nossa Senhora da Pureza.
<b>Conclusão</b>	Tapuia manda lembrança à Dona Lúcia, o que eu também faço. Um abraço para você do velho amigo Epifânio

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 2 - Macroestrutura da carta de Epifânio Dória datada de 14 de julho de 1948.

Essa carta de Dória não apresenta datação tópica, apenas cronológica. Ademais, a saudação é mais formal do que a da carta anterior, de junho. Vislumbra-se no exórdio também a acusação de recebimento de carta de Calasans, o que identifica o pacto epistolar.

É uma correspondência com um tom um pouco mais familiar, já que, no início da narração, Dória refere-se a uma situação ocorrida com sua esposa, a quem chama de “Tapuia”, antes de conversar sobre seu trabalho intelectual e científico. Há que se destacar também o relato de amenidades, como a descrição “cômica” de uma professora paulista.

Por fim, a missiva é encerrada com a extensão de cumprimentos, a saudação de despedida e a subscrição de Dória.

Carta manuscrita de José Calasans – 15 de abril de 1951	
<b>Exórdio</b>	Prezado Epifanio Acuso sua carta de 5 de abril.
<b>Narração</b>	O número 71 da Revista ainda não saiu, embora publicações posteriores já tenham aparecido. Coisas do Brasil... Escrevi, recentemente, um estudo sobre a santidade de Jaguaripe, que li no Instituto. Pretendo publica-lo. Terei, então, oportunidade de remeter um exemplar ao querido amigo.
<b>Conclusão</b>	Continue dispondo do velho admirador Calasans 15,4.51.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 3 - Macroestrutura da carta de José Calasans datada de 15 de abril de 1951

Essa carta é iniciada pela saudação, num tom formal, seguida pela informação de recebimento de carta anterior de Epifânio Dória (“ato de acusação de recebimento”).

Segue o corpo do texto, informando sobre a demora na publicação de uma revista e sobre sua produção intelectual.

A conclusão contempla uma solicitação, a assinatura do remetente e a referência temporal (tradicionalmente, deveria estar no exórdio, juntamente com a referência espacial, como primeiro elemento da estrutura epistolar).

Carta manuscrita de José Calasans – Salvador, 18 de outubro de 1953	
<b>Exórdio</b>	Salvador, 18 de julho de 1953 Meu caro Epifanio: Devo-lhe resposta a suas atenciosas cartas. Explico-me e apresento desculpas. Estive, durante varios dias, voltado para a organização e funcionamento da III Semana de Ensino Comercial, certame que reuniu, sob o patrocínio do Lemos, mais de 100 pessoas vindas de varios pontos do Brasil. Tudo isso me obrigou a responder vossa correspondencia. Agradeço-lhe
<b>Narração</b>	– e peço transmitir aos demais companheiros do Instituto – o titulo honroso que me concederam o grande presente que recebi no dia 14 de julho, quando me chegou sua comunicação. O trabalho do Doutor Vanderlei Pinho pode ser publicado na Revista, o que muito agradará ao ilustre historiador baiano. Lembro que o Instituto deveria incluir esse grande pesquisador no seu quadro social. Ando às voltas com meu concurso para a docencia da Faculdade de Filosofia, marcado para o dia 19 de agosto.
<b>Conclusão</b>	Abraço cordial e agradecido do Calasans.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 4 - Macroestrutura da carta de José Calasans datada de 18 de outubro de 1953.

Nessa outra carta, Calasans expõe a localização espaço-temporal no exórdio, seguida da saudação, que agora revela um nível maior de cumplicidade entre os interlocutores, um pedido de desculpa, uma justificativa pela demora em responder às cartas de Epifânio e um agradecimento.

Posteriormente, inicia-se o conteúdo da carta propriamente dito, com um pedido de transmissão de notícia, um pedido de publicação na revista do IHGSE, além de uma justificativa para sua vida atribulada naquele momento.

A conversa é finalizada com uma saudação de despedida e assinatura.

## 5.2 Sistematização e análise das rotinas verbais de abertura, pré-fecho e fecho das cartas

No contexto da superfície textual, em nível pragmático-discursivo, foram sistematizadas e analisadas neste artigo as rotinas verbais de abertura, pré-fecho e fecho das cartas trocadas entre Epifânio Dória e José Calasans, considerando-se um recorte do modelo de Análise Interacional da Comunicação Epistolar (AICE), proposto por Isabel Seara em sua tese de doutorado.

As *rotinas verbais de abertura* de correspondências têm a função de iniciar a interação e introduzir um assunto. Levando em conta o modelo analítico proposto por Seara (2006), esse tipo de estrutura encabeça a carta, ou seja, encontra-se no exórdio, no entanto, como constatado na análise da estrutura prototípica do corpus deste trabalho, percebe-se que não é sempre que essas missivas aparecem de tal forma.

Nas rotinas de abertura, Epifânio Dória e José Calasans apresentam variações, a começar pela exposição da “localização espaço-temporal”, que não ocorre de modo uniforme nas cartas, podendo estar anteposta ou posposta ao corpo do texto (narração), omitir a localização espacial e apresentar a datação por extenso ou totalmente numérica. Observa-se que é recorrente em Dória a omissão da data tópica e, em Calasans, a omissão, em algumas cartas, de toda a localização espaço-temporal:

Epifânio Dória

Aracaju, 22 de junho de 1948

14 de Julho de 1948

Em 27 de Julho de 1948

9 de Agosto de 1948

13 de Agosto de 1948

14 - 8 - 1948

José Calasans

20.3.48.

Salvador, 1 de agosto de 1948.

Salvador 21.8.48

5.9.48

Salvador – 6 de novembro de 1949. (na conclusão da carta)

Salvador, 18 de novembro de 1964

Apenas uma carta de Epifânio Dória é datada do Rio de Janeiro (a de 09 de abril de 1949), as demais, supõe-se serem provenientes de Aracaju, algumas escritas de sua sala no IHGSE, como é possível observar pela identificação do papel que utilizou.

Supõe-se também que todas as cartas de José Calasans foram escritas em Salvador.

Ao ato de localização espaço-temporal, segue-se a “expressão apelativa” ou saudação, forma nominal como um interlocutor refere-se ao outro e que, segundo Brito (2018, p. 272-273), pode “[...] revelar o nível de relação e de cumplicidade que se estabelece entre os missivistas e seu principal objetivo é dar início, formalmente, à comunicação epistolar”. Nas cartas analisadas, há uma diversidade dessas expressões:

Epifânio Dória  
 Calazans  
 Prezado Calazans  
 Meu caro Calazans  
 Meu caro Dr. José Calazans  
 Prezado Dr. José Calazans  
 Prezado amigo Dr. José Calazans

José Calasans  
 Ao Ilustríssimo Senhor Epifanio Doria Mui Digno Secretário Geral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.  
 Epifanio  
 Epifanio amigo:  
 Epifanio, bom amigo  
 Meu caro Epifânio  
 Meu caro Epifanio  
 Meu caro Epifanio Doria:  
 Prezado Epifanio

Como é possível observar, as expressões apelativas utilizadas pelos intelectuais dão pistas da evolução de sua proximidade, que se deu através do pacto epistolar ao longo dos anos. Assim, as primeiras cartas apresentam a expressão apelativa de maneira simples, direta, como se reproduzi-la fosse uma obrigação atribuída ao gênero. No entanto, conforme a troca epistolar se intensifica e os assuntos abordados são de cunho mais íntimo, as expressões também mudam. Destaca-se, contudo, que Epifânio Dória é mais formal no trato com Calasans, apesar de suas cartas serem muito mais longas e, por vezes, os assuntos mais corriqueiros.

A inserção de pronome possessivo, como “meu”, juntamente com o adjetivo e a categoria do vínculo de amizade, demonstra traços de afetividade e o aprofundamento relacional entre os interlocutores.

O comentário do quadro espaço-temporal não é uma característica das cartas de Epifânio Dória, mas ocorre na carta de 09 de abril de 1949, quando o intelectual estava no Rio de Janeiro: “Encontro-me aqui desde 14 de fevereiro. Fui operado a 22 de março e estou ainda com proibição de ler e escrever”.

Através desse comentário, Dória reforça que está no Rio de Janeiro (local apresentado previamente na localização espaço-temporal) e revela o enquadramento temporal (está lá desde 14 de fevereiro), fornecendo a situação que o cerca ao escrever a missiva.

O “ato de acusação de recepção”, que, segundo o modelo AICE, consiste em acusar a recepção de carta e surge geralmente acompanhado do ato seguinte, de agradecimento, se apresenta em aproximadamente metade das cartas de José Calasans, mas, no caso das missivas de Epifânio Dória, é um ato corriqueiro:

Epifânio Dória  
(de forma objetiva)  
Entregaram ontem em nossa casa seu cartão.  
Recebi ontem sua carta...  
Recebi ante-ontem sua carta de 27 de outubro  
Acabo de receber sua carta de 3...  
Recebi hoje, recambiado de Aracaju, sua carta de 21 do referido mês.  
Recebi ontem seu cartão.  
Recebi sua última carta.  
Sua carta de 13 de Janeiro foi recebida a 17.  
Recebi sua carta na tarde de ante-ontem.  
Recebi ontem, as 9 e meia da noite, sua carta de 19.

(com detalhamento da situação em que a carta foi recebida)

Revedo hoje a crescida correspondência que me chegou às mãos no Rio, durante minha permanência de 4 meses e meio ali, encontrei sua carta de 21 de Fev., recebida a 8 de Abril.  
Pelo João Domingos Oliveira, um impenitente pidão de livros, que me atormente querendo que lhe dê os livros do nosso Instituto, recebi o seu cartão de 7.

(Recebimento da carta junto com outros objetos)

Recebi hoje sua carta de 5 e com ela o livro de Evaristo.  
Recebi hoje sua carta e o retrato.

(Confirmação de recebimento por meio do ato de resposta)

Aqui está sua carta de 26 que respondo...  
Quando respondi sua carta de 1º do corrente.

José Calasans  
Acuso sua carta de 5 de abril.  
Recebi sua carta de 13 de fevereiro

Recebi sua carta e os livros do nosso prezado João Dantas sôbre Gumerindo Bessa.

Ainda nas rotinas verbais de abertura, há a apresentação dos atos de justificação, agradecimento e reprovação. As estratégias justificativas, nas missivas de Dória, procuram abrandar o atraso das suas respostas, sendo a falta de tempo e a viagem ao Rio de Janeiro os motivos caracterizadores dessa falha:

Tenho andado com minha vida muito cheia de ocupações e de preocupações, já não dando conta da larga correspondência...

O atrazo verificado em minha correspondência, quer pessoal e quer do Instituto, cresceu muito com a minha viagem ao Rio, em Março deste ano. A do ano passado causou um atrazo grande, de vez que passei no Rio quatro meses e meio. A última viagem me fez passar lá um mês e dez dias. Nas dificuldades de recuperação de tempo ando a responder as cartas com sofreguidão, por vezes omitindo assuntos que não podem ser omitidos.

Estou muito atarefado e com a vida um tanto anarquizada. Depois de ter passado mais de um mês no Rio aqui estou a mortificar-me com as cousas de nossa terra e com o nosso Instituto

Bem sabe quanto sou ocupado e há de acreditar que a minha vida se tinha tornado mais complicada com os atrasos causados por uma permanência de quatro meses e meio no Rio no ano passado e quase mês e meio este ano.

Ao se justificar, Epifânio Dória demonstra apreço pela troca epistolar que exerce com Calasans e procura manter a reciprocidade das correspondências.

Um exemplo de “ato de desculpa” vinculado a um “ato de justificação” em José Calasans encontra-se em carta datada de 18 de julho 1953: “Devo-lhe resposta a duas atenciosas cartas. Explico-me e apresento desculpas”.

É importante ressaltar que a maioria dos atos de “pedido de desculpa” e de “justificação”, fórmulas que tentam reparar algum dano causado pelo remetente ou até mesmo alguma falha material, falta de tempo ou, em consequência disso, carência de resposta a outras cartas desse mesmo sujeito, aparecem no desenvolvimento das cartas dos dois intelectuais ou até mesmo integrados às rotinas de pré-fecho, que serão explicitadas mais adiante.

Alguns “atos de agradecimento”, que também constituem as *rotinas de abertura*, podem ser encontrados nas missivas dos intelectuais em questão. Eles sugerem, na maioria das vezes, agradecimentos a objetos recebidos, como livros, revistas, etc., ou até mesmo notícias:

Epifânio Dória

Agradeço-lhe a remessa do recorte do Jornal da Bahia, com a sua muito interessante crônica, que li com proveito.

Grato pelos parabéns...

José Calasans

Agradeço-lhe o atencioso telegrama

Recebi sua carta e os livros do nosso prezado João Dantas sôbre Gumerindo Bessa. Gostei do trabalho.

Recebi o numero 4 da nossa Revista. Gostei.

Por fim, encerrando as rotinas verbais de abertura, duas cartas de Dória apresentam atos de reprovação da falta de notícias de seu destinatário:

Nunca mais tive notícias suas, nem logrei receber o seu trabalho preferido aqui no Instituto e no centenário do Marechal Siqueira.

Tenho estado sem notícias suas. Provavelmente suas tarefas vêm crescendo e o seu tempo disponível diminuindo, como é compreensível.

Seara (2006, p. 311) classifica as rotinas que antecipam o momento da despedida nas cartas como *rotinas de pré-fecho*, as quais frequentemente vêm acompanhadas de um ato de justificação, “como se fosse necessário explicar a ‘culpa’ do interlocutor de pôr fim à interação”.

No que se refere às cartas de José Calasans, não há presença de nenhuma rotina de pré-fecho, diferentemente de Epifânio Dória, que, em algumas missivas, anuncia o seu término:

É só por hoje.

Termino aqui.

Esta foi feita muito sem ordem, ao correr dos dedos na máquina.

Esta está sendo feita com muito açodamento, por estarmos na hora de fechamento da mala.

O ato de justificação só aparece em uma missiva de Dória, a de 22 de agosto de 1963, caracterizando-se como uma justificativa de invocação clássica, por indicar a necessidade de realizar algo urgente:

Vou cuidar dos planos para o centenário. Vou ver se é possível uma exposição ligada aos fatos e coisas do General, o que por enquanto não passa de ação duvidosa.

Finalmente, na parte da conclusão das cartas, as *rotinas de fecho* indicam o momento do término da interação. O modelo AICE subdivide essa rotina verbal em:

(i) “ato confirmativo do elo relacional entre os interlocutores”, apresentado por meio de expressões que atestam o vínculo de amizade de Dória e Calasans:

Epifânio Dória

... do velho amigo

... velho conterrâneo e amigo

...do velho admirador e amigo

José Calasans

... o amigo

... seu amigo e admirador

... amigo

... o admirador e amigo

(ii) “ato de saudação disjuntiva de despedida”, que, segundo Seara (2006, p. 316), verbaliza “uma saudação não verbal que é efectivamente de impossível realização”. É expresso, muitas vezes, pelo desejo de contato físico com o interlocutor:

Epifânio Dória

Um abraço para vc...

Abraços...

Receba um abraço...

Um grande abraço...

José Calasans

Com agradecimentos e braços...

Abraço...

Abraços...  
 Abraços e agradecimentos...  
 Afetuoso abraço...

As saudações de despedida podem vir acompanhadas por uma extensão de cumprimentos a terceiros, caracterizando-se como atos euforizantes:

Epifânio Dória  
 Envia-lhe abraços...  
 Felicidade para o seu menino e respeitosa recomendações à delicada esposa.  
 Tapuia manda lembrança à Dona Lúcia, o que eu também faço.

Ou acompanhadas por expressões que denotem criatividade, admiração ou predisposição para auxiliar um amigo, demonstrando grande consideração e valorização do pacto epistolar:

Epifânio Dória  
 O meu abraço e os meus oferecimentos para o que de mim desejar e estiver ao meu alcance.  
 Ao seu dispor o velho conterrâneo e amigo.

José Calasans  
 Aqui fica, sempre aguardando suas ordens, ...  
 Mande ordens...  
 Mande sempre no amigo Calasans.

(iii) “ato de solicitação”, através do qual o remetente faz algum pedido ao seu interlocutor:

Epifânio Dória  
 Não deixe de mandar-nos o seu trabalho proferido aqui no centenário do Marechal Siqueira.  
 Poderá você conseguir-me aí para a coleção do nosso Instituto, o nº 71 da revista do co-irmão bahiano?  
 Nunca mais pensou no meu pedido de referência a descoberta da origem do nosso 24 de outubro?  
 Reveja a sua coleção a fim de examinar se lhe falta algum número.  
 Depois lhe contarei episódios como os meus empréstimos de livros.

José Calasans  
 Coloque em funcionamento a memória e diga, por favor, o que sabe a respeito dos pontos referidos, bem assim qualquer outra informação sobre o movimento de 30 na Bahia.  
 Recomende-me aos seus e nossos amigos do Instituto.  
 Que notícias me dá do seu José e de Iracema? Recomende-me a Moreno, Damiaão, Felte, Tapuia, Professor José Augusto, Magalhaães Carneiro etc.

A identificação da autoria da carta se dá através do “ato de subscrição”, ou seja, a assinatura ou rubrica do emissor:




Epifânio Dória José Calasans

Figuras 4 e 5 - assinaturas presentes no *ato de subscrição*

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além da divulgação de documentos históricos, como são as correspondências pessoais arquivadas em diversos arquivos, institutos e bibliotecas, este trabalho procurou compreender os mecanismos linguístico-textuais de produção de uma das práticas sociais e discursivas mais utilizadas em tempos pretéritos, a escrita de cartas.

A análise da troca epistolar entre duas das personalidades mais representativas da cultura e intelectualidade sergipana, ligadas por laços de amizade, Epifânio Dória e José Calasans, possibilitou revelar o espaço de cumplicidade que construíram ao longo de dezesseis anos de distância geográfica, espaço aberto por partilharem interesses comuns, como a busca pelo conhecimento, o desejo de compreender melhor e divulgar a história e a cultura de sua terra natal, a associação com o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e, sobretudo, a vontade de manter a amizade.

Como leitores, invadimos a privacidade de homens públicos, reconhecendo seus traços personalísticos e episódios de sua vida pessoal, e adentramos na antecâmara de sua criação, tendo acesso a interessantes diálogos intelectuais e científicos e ao *status nascendi* de uma ideia, um projeto, um texto ou uma obra.

Nessa perspectiva, a análise realizada foi capaz de expandir o universo de significação compreendido por essas correspondências, de modo que explicitou detalhes extrínsecos e intrínsecos de tais documentos, comentando-os e analisando-os com o devido rigor científico.

A elaboração do presente trabalho atestou que realizar um estudo acerca do gênero epistolar não é uma tarefa simples, visto que a carta é um gênero híbrido, que encerra em si múltiplas especificidades e contempla um campo muito fértil de pesquisa. Contudo, ao inseri-la no contexto dos estudos filológicos e pragmático-discursivos, foi possível revelar que a elaboração de cartas não se dá sem planejamento, mas exige a escolha de uma série de estratégias textuais e linguístico-discursivas, especialmente porque o discurso epistolar se constrói a partir dos sujeitos envolvidos nessa interação, os quais, por sua vez, se constroem na relação um com o outro. A carta é, portanto, o espaço de sociabilidades.

## REFERÊNCIAS

- Adam J-M. Por uma colaboração das ciências do estabelecimento dos textos (genética, filologia, tradução). In: Rodrigues MGS, Silva Neto JG, Passeggi, L, organizadores. *Análises Textuais e Discursivas: metodologia e aplicações*. São Paulo: Cortez; 2010. p. 15-43.
- Brito S. *O tom confessional e autobiográfico na epistolografia de Machado de Assis*. Lisboa: Chiado Books; 2018.
- Campello LOS. Os guardados de Epifânio Dória: abordagem arquivística em arquivos pessoais. *Revista do IHGSE*; 2011;1(41):409-423.

Campello LOS. Epifânio Dória e o IHGSE: 64 anos de contribuição para a preservação do patrimônio documental e da memória sergipana e nacional. *Revista do IHGSE*. 2012;1(42): 01-25.

Costa RF, Sá JF. O espólio epistolar de Hermes Fontes: considerações e proposta de edição. *Filologia e Linguística Portuguesa*. 2018;20(2):191-210. [citado 12 out. 2019]. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/150604>.

Dantas I. Calasans e o IHGSE. In: Albuquerque S, organizador. José Calasans e Sergipe. Aracaju: IHGSE; São Cristóvão: UFS; 2016. p. 20-37.

Diaz B. O Gênero Epistolar ou o Pensamento Nômade: formas e funções da correspondência em alguns percursos de escritores no século XIX. Hervot B, Ferreira S, tradutoras. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2016.

Haroche-Bouzinac G. *Escritas Epistolares*. Ferreira LF, tradutora. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2016.

Kerbrat-Orecchioni C. L'interaction épistolaire. In: Siess J., organisateur. *La letter, entre réel et fiction*. Paris: Sedes; 1998. p. 15-36.

Leite MQ. A Carta Pessoal: Metodologia e Análise. In: Gil BD, Cardoso EA, Condé VG, organizadoras. *Modelos de Análise Linguística*. São Paulo: Contexto; 2009. p. 115-134.

Muhana AF. O Gênero Epistolar: Diálogo *per absentiam*. *Discurso*. 2000;(31): 329-345. [citado 10 out. 2019]. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/38043>.

Nunes MT. José Calasans. In: Barreto, LA, organizador. *Personalidades Sergipanas*. Aracaju: Typografia Editorial; 2007. p. 86-87.

Seara IR. Da epístola à mensagem electrónica: metamorfoses das rotinas verbais [tese]. Lisboa: Departamento de Língua e Cultura Portuguesa, Universidade Aberta; 2006.

Seara IR. A palavra nómada. *Contributos para o estudo do género epistolar*. *Estudos Linguísticos*. 2008;1:121-144.

Seara IR. A confissão intimista na correspondência amorosa de António Lobo Antunes: estudo pragmático. *Anais do II Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa. A Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntas culturas*. Évora: Universidade de Évora; 2010, p. 77-97. [citado 09 nov. 2019]. Disponível em: <http://www.simelp2009.uevora.pt/pdf/slt61/06.pdf>.

Silva JQG. Um Estudo sobre o Gênero Carta Pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos [tese]. Belo Horizonte, Minas Gerais: Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais; 2002.

# Origem e desenvolvimento dos prefixos de- e des- *Origin and development of the prefixes de- and des-*

Alice Pereira Santos\*  
*Instituto Federal de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil*

**Resumo:** Este trabalho objetiva resgatar a trajetória de um dos afixos mais produtivos no português atual – o prefixo “des-”. Para tanto, a análise do prefixo “de-” também é requerida, visto que os percursos desses prefixos se entrecruzam em diversos momentos na história da língua. Além de apresentarem semelhanças formais e semânticas, acredita-se que o afixo “de-” esteja na esteira do desenvolvimento do prefixo neolatino “des-”. A fim de levar a cabo esses objetivos, utilizou-se, inicialmente, a base de dados do *Dicionário Houaiss* (2001). Vale destacar que outros dicionários foram utilizados para aferir e complementar essas informações. O artigo discutirá inicialmente o desenvolvimento do prefixo “de-”; em seguida, apresentar-se-ão as propostas etimológicas a respeito do formante “des-”, indicando sua interseção com alguns elementos formativos de origem latina (*de-, dis-* e *ex-*), por meio da comparação de construções vocabulares derivadas com esses prefixos. Posteriormente, serão apresentadas as informações dialetológicas, extraídas dos estudos de Leite de Vasconcellos, dispostos nos volumes de *Revista Lusitana* (1887-1943), com o objetivo de investigar as alternâncias no uso dos prefixos supracitados. Essas etapas são indispensáveis para arquitetar uma proposta etimológica para o prefixo “des-”.

**Palavras-chave:** Morfologia histórica. Derivação. Prefixos *des-* e *de-*. Etimologia.

**Abstract:** This work aims to rescue the trajectory of one of the most productive affixes in the contemporary Portuguese - the prefix *des-*. For this purpose, the analysis of the prefix *de-* is also required, since the paths of both prefixes intersect at various periods in the history of the language. As well as presenting formal and semantic similarities, it is believed that this affix is at the base of the development of the prefix *des-*. In order to achieve these objectives, the Houaiss (2001) Dictionary database was initially used. It is worth mentioning that other dictionaries have been used as a way to assess and complement the information. The article will initially discuss the development of the prefix *de-*; then, the etymological propositions of the formant *des-* will be exposed, indicating its intersection with some formative elements from Latin origin (*de-, dis-, ex-*), by comparing derived vocabulary constructions with these prefixes. Subsequently, dialectological information will be presented, as they appear in studies by Leite de Vasconcellos, published in the volumes of *Revista Lusitana* (1887-1943), in an effort to investigate the alternations in the usage of the aforementioned prefixes. These steps are indispensable for devising an etymological proposition for the prefix *des-*.

**Keywords:** Historical morphology. Derivation. Prefixes *des-*, *de-*. Etymology.

## 1 INTRODUÇÃO, OBJETIVO E METODOLOGIA

---

\*Professora do Departamento de Humanidades, SCL do Instituto Federal de São Paulo, SP, Brasil; alicesnt@gmail.com

A semelhança formal e semântica dos afixos ‘de-’ e ‘des-’, vista no português atual, levaria a crer que podem apresentar um mesmo étimo. No caso do prefixo ‘de-’, não se encontram dificuldades em postular a sua origem, que surge a partir da “preposição dítica<sup>1</sup> homônima<sup>2</sup> de uso prepositivo e pospositivo” (Romanelli, 1964: 51) que, por sua vez, proveio do indo-europeu. Já o prefixo “des-”, inovação neolatina, não apresenta origem nem percurso completamente esclarecidos.

O latim clássico contava com diversas preposições que se prestavam a variadas funções e nuances semânticas. A ideia de movimento, por exemplo, podia ser expressa por meio de preposições como “*ab*”, “*ad*”, “*intro*”, “*ex*”, “*de*”. Enquanto “*ad*” expressava movimento de aproximação, “*ab*” denotava distanciamento; “*ex*”, movimento para fora; “*intro*”, para dentro, e “*de*”, movimento de cima para baixo. Desse modo, a distribuição semântica das preposições latinas permitia jogos de linguagem como no discurso Pro Caecina de Cícero: “*Si qui meam familiam de meo fundo deiecerit, ex eo me loco deiecerit; si qui mihi praesto fuerit cum armatis hominibus extra meum fundum et me introire prohibuerit, non ex eo, sed abeo loco me deiecerit. [...]*”<sup>3</sup> (Rubio, 1983).

No entanto, com a reorganização sintática do latim, não se reconhecia mais tanta rigidez no emprego de cada uma delas (L. Rubio, 1983), levando ao enfraquecimento de algumas. Em contrapartida, outras tiveram seu uso expandido. Foi o que ocorreu com a preposição “*de*” que passou a englobar o sentido de afastamento, outrora expresso por “*ab*”, preposição que acabou por desaparecer com tal função, ficando restrita ao uso como prefixo. Posteriormente, “*de*” passou a abranger também o que antes era expresso pela preposição “*ex*”.

De acordo com alguns estudiosos, a configuração fonético-fonológica da preposição “*de*” a favoreceria frente a outras, pois possui sílaba aberta, estrutura CV, e ausência de variantes (Neira, 1976: 4). Desta sorte, eliminou as partículas com as quais concorria, passando a assumir as três noções do latim (Machado, 1973). Isso poderia explicar porque se transformou em uma das preposições mais utilizadas nas línguas românicas.

O elemento formativo “*de-*”, por sua vez, designava já em latim *separação*, *afastamento*, *cessação*, *negação* e *intensidade*, podendo também aparecer como reforço para renovar uma forma em desuso (Torrinha, 1945). Em sua passagem para o português, o prefixo conservou todos os significados arrolados acima, todavia, sem possuir a produtividade vista na língua clássica. Supõe-se que, pelo fato de “*de*” ter se confirmado como preposição, seu uso como prefixo tenha perdido vitalidade. Assim, gradativamente, foi suplantado pela forma inovadora “*des-*” em formações no português.

Apesar de ser atualmente um dos prefixos mais requisitados para formações negativas, o percurso de “*des-*” segue ainda obscurecido, suscitando questionamentos acerca de seu étimo. Assim, um dos principais objetivos deste artigo é buscar, no

<sup>1</sup> Mesmo que dítico (refere-se ao momento da enunciação e aos atores do discurso).

<sup>2</sup> Como se sabe, as preposições, outrora, desempenhavam função adverbial. Segundo Faria (1944, p. 228), devido ao enfraquecimento do valor significativo dos casos, os advérbios tornam-se mais frequentes, culminando no surgimento das preposições.

<sup>3</sup> “Se alguém expulsasse minha família de minha terra, me expulsaria a mim mesmo dela; se alguém se apresentasse diante de mim com homens armados, fora de minha terra e me proibisse de entrar (nela), não me expulsaria do interior, mas das proximidades desse lugar [...]” (tradução nossa).

percurso histórico das formações com “des-”, indícios que auxiliem em sua elucidação etimológica. Para isso, apresentar-se-ão as propostas etimológicas pesquisadas a respeito do referido prefixo, indicando seu cruzamento semântico com alguns elementos formativos de origem latina, culminando na intersecção de formações com prefixo “de-”.

O corpus inicial deste estudo constituiu-se dos verbetes do *Dicionário Houaiss* (2001), o qual forneceu as listas de palavras que apresentavam as sequências ‘de-’ e ‘des-’. Desse dicionário também foram extraídas as acepções e datações referentes a cada entrada coletada. Em seguida, os verbetes foram analisados para verificação da existência efetiva do prefixo e para determinar o tipo de formação em questão – prefixação ou parassíntese<sup>4</sup> –, uma vez que o tipo de construção mostrou-se relevante na seleção dos formativos, nas acepções apresentadas e também na evolução de seus significados (cf. Seção 2.1). Desse modo, foi indispensável pontuar, para este trabalho, o conceito de parassíntese<sup>5</sup>, pois a delimitação desse tipo de formação vocabular incidu de forma determinante no corpus selecionado, circunscrevendo o conjunto de lexemas a ser analisado.

Para a aferição do corpus, bem como para a complementação das informações faltantes no Houaiss (2001), foram consultados também outros dicionários de língua portuguesa, dos quais vale citar o *Vocabulário português e latino*, Bluteau (1728); *Diccionario da Língua Portuguesa*, Moraes Silva (1789); *Dicionário da Língua Portuguesa*, Aulete (1987) e os dicionários etimológicos de José Pedro Machado (1973) e de Antônio Geraldo da Cunha (1982). Além das consagradas obras lexicográficas em língua portuguesa, também foram fonte de consulta os dicionários de latim e grego, bem como os dicionários das línguas neorromânicas<sup>6</sup>.

Após o levantamento e análise dos dados, foram observadas as transformações morfológicas e alterações semânticas. Como a pesquisa indicou a variação de palavras similares, ora formadas em “de-” ou “des-”, ora em “dis-” ou “ex-”, isso levou à busca por questões relativas à produtividade e à frequência de uso<sup>7</sup>, que serão oportunamente apresentadas para sustentar a análise.

Foi necessário ainda buscar dados a respeito dos dialetos portugueses, considerando-se que o estudo da origem desse prefixo demandava uma análise mais abrangente, incluindo variantes regionais, não apenas o português padrão. Assim, os estudos de Leite Vasconcellos foram imprescindíveis para a pesquisa. Dessa forma,

<sup>4</sup>Prefixação – “desvaler” (des- + valer); Parassíntese “descaudar” (des- + cauda + -ar).

<sup>5</sup> O conceito adotado é o apresentado em Santos (2016).

<sup>6</sup> Convém elencar algumas das obras lexicográficas consultadas: *A Greek-English lexicon*, Liddell e Scott (1996); o *Dictionnaire latin-français*, Gaffiot (1934); *Vocabulário latino-português*, Faria (1975); *Novíssimo dicionário latino-português*, Saraiva (1993), *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*, Corominas (1954-1957); *Diccionario de la Real Academia española* (em <http://www.rae.es/rae.html>); *Diccionario clave de la lengua española* (em <http://clave.librosvivos.net/>); *Dizionario etimologico italiano*, Carlo Battisti & Giovanni Alesso (1954); *Dizionario Garzanti di italiano*, Garzanti (2006); *Dictionnaires d'autrefois* (em <http://artfl-project.uchicago.edu/node/17>); *Diccionario da Real Academia galega* (em <http://academia.gal/>), *Diccionariu da Academia de La Lingua Asturiana* (em <http://www.academiadellalingua.com/diccionariu/index.php>), e *Gran Diccionari de la Llengua Catalana* (em <http://www.enciclopedia.cat/diccionaris>).

<sup>7</sup>A frequência, isto é, o número de vezes que determinado verbo apareceu no inventário, foi estimada a partir de pesquisas mecânicas exaustivas de centenas de milhares de palavras, realizadas no site *Google*, considerando apenas as páginas escritas em português.

constituíram-se também como corpus os 38 volumes da *Revista Lusitana*<sup>8</sup>, publicados entre 1887 e 1943.

## 2 O PREFIXO “DES-”: PROPOSTAS ETIMOLÓGICAS E PERCURSO HISTÓRICO

Encontram-se, nas principais gramáticas históricas, três hipóteses a respeito do desenvolvimento do prefixo “des-”:

- (i) de +ex
- (ii) dis- +ex
- (iii) dis-

Para alguns, “des-” teria sido o resultado da junção entre as preposições “de” e “ex” ou da união desta e do prefixo “dis-”; para outros, seria simplesmente a continuação do afixo “dis-” latino.

Nunes (1945) admite duas possibilidades: “[...] tanto pode resultar de *dis-*, como da junção das duas preposições, *de* e *ex-* [...]”. Mas, para Said Ali (1964), “des-” seria romanização do ‘dis-’<sup>9</sup>. Além disso, o autor não concorda com as hipóteses (i) e (ii), argumentando que “Semelhante operação não se fazia em latim culto e é improvável que o latim vulgar, onde justamente o emprego de ‘ex’ como preposição tendia a desaparecer, sentisse a necessidade de agregá-la a outra partícula para constituir prefixo duplo.” (1964, p. 250). Todavia, contrariamente ao que assevera o autor, essa junção é atestada por diversos estudiosos, como Piel (1989), Lang (1977) e Vasconcelos (1896).

Afora isso, sabe-se que as preposições, ao terem sua capacidade semântica enfraquecida, muitas vezes, recorriam a algum tipo de reforço<sup>10</sup>, como afirma Viaro (2013, p. 190-191) sobre as preposições: “Quando se tornam demasiadamente ambíguas, costumam reforçar-se por meio da aposição de outras e, se a forma original se desgasta, seu material fônico pode aumentar por meio da gramaticalização de substantivos, advérbios e participios.”

Na *Revista Lusitana*, em seu quarto volume, Vasconcelos (1896) aponta, no falar alentejano, a palavra “dênesde”, a qual seria a combinação dos elementos do latim *de+in+de+ex+de*<sup>11</sup>. Apesar de o autor afirmar se tratar de vocábulo esdrúxulo, assegura que tal forma também era usada na Estremadura. Para sustentar sua argumentação, o estudioso cita ainda outras combinações de preposições tanto em português quanto em outras línguas românicas: “desde” (*de+ex+dê*), italiano “*davanti*” (*de+ab+antê*) e espanhol “*denantê*” (*de+in+antê*).

<sup>8</sup>Revista lusitana, arquivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal / red. J. Leite de Vasconcellos, 1887-1943. Disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/etnologia-etnografia-tradicoes.html>.

<sup>9</sup> Rio-Torto (2013) também sustenta que seja esta a procedência do prefixo “des-”.

<sup>10</sup> Ademais, o enfraquecimento dos traços semânticos pode ter levado os prefixos a se organizarem de outro modo. Segundo Viaro (1994), o prefixo “ex-” passou a ser insuficiente para delimitar alguns significados, sendo necessário o reforço \**de-ex-* para marcar, de forma mais clara, o valor de transformação, por exemplo.

<sup>11</sup> Vasconcelos assevera que não se poderia admitir a combinação apenas entre *de+ in + ex + de*, pois ocorreria síncope do *n*, (1896, p. 229).

Seguindo a linha de pensamento de Nunes (1945), Ferreiro (1997), na *Gramática histórica galega*, apesar de mostrar preferência pelo étimo “*dis-*”, não deixa de assinalar a provável origem a partir da união entre “*de-*” e “*ex-*”.

Já Câmara Jr. (1976), ao discorrer sobre a prefixação no português, separa os elementos formativos em três grupos, tomando como partida seu uso no latim. Assim, descreve como parte do primeiro grupo aquelas partículas que funcionavam como preposições no latim; do segundo, aquelas que seriam variantes dessas preposições e, finalmente, o terceiro grupo, composto por elementos exclusivamente prefixais desde o latim. Isto posto, o autor classifica o “*des-*” como parte do segundo grupo e afirma ser este a combinação entre as preposições “*de-*” e “*ex-*”, registrando também, em nota, certa confusão com o prefixo latino “*dis-*” com valor de separação.

Passando a outras línguas românicas, encontra-se no Espanhol a informação de que o referido afixo seria “confluência dos prefixos latinos *de-*, *ex-*, *dis-* e às vezes *e-*”<sup>12</sup>. De forma semelhante, Penny (1993), na *Gramática Histórica del Español*, defende que “*dis-*” se ampliou, abrangendo os significados ablativo e elativo<sup>13</sup>, presentes em “*de-*”, de forma tal, que passa a concorrer com “*ex-*”, gerando dois prefixos “*des-*” e “*ex-*” de igual valor.

Em Catalão, de acordo com o *Gran Diccionari de la llengua catalana*<sup>14</sup>, o “*des-*” proviria do afixo latino “*dis-*”, denotando “*inversió del mot primitiu (desfer), negació (desagair), privació (desprestigiar) i que en alguns casos equival a ‘mal’(desacollir)*”. Grossmann (1994, p. 34) apresenta para esta língua igual etimologia, afirmando que o “*dis-*” apresenta-se nas palavras de origem culta.

Nyrop (1908) também aponta “*dis-*” como étimo dos prefixos franceses ‘*dês-*’ e ‘*dé-*’, os quais figuram como variantes, já que esses afixos se assentaram diante de uma distribuição fonológica clara – “*dés-*”, diante de fone vocálico e “*dé-*” diante fone consonantal, como atesta o exemplário: *désavantage, désordre, déshonnête, débarquer, déloyal, déraison* etc. Contudo, o autor não deixa de indicar a ocorrência de formas duplas como *dépenser* e *dispenser*.

O prefixo “*dis-*” também é apontado como étimo de “*des-*” pelos dicionários romenos consultados, a saber: *Dicționarul explicativ al limbii române*, da Academia Romana (1973), *Dicționarul limbii române* (1966-68) e *Dicționarul explicativ și ilustrat al limbii române* (2001) E, a exemplo do que ocorre nas línguas acima citadas, também em romeno pode-se constatar a ocorrência de variantes deste prefixo, sendo “*de-*”; “*dis-*” e “*dez-*”, condicionadas por critérios fonológicos<sup>15</sup>.

Diante desse quadro geral do prefixo nas línguas românicas, verifica-se que, apesar de os estudiosos apontarem um étimo, geralmente “*dis-*”, também registram a possibilidade de outra origem, bem como atestam a existência de variantes e/ou concorrentes de “*des-*” na atribuição de valores de negação/privação.

<sup>12</sup> *Diccionario da Real Academia Española* (<http://www.rae.es>).

<sup>13</sup> Os dois casos latinos diferenciam pelo fato de o “*elativo*” expressar afastamento de dentro para fora.

<sup>14</sup> <http://www.enciclopedia.cat>.

<sup>15</sup> *Dicționarul explicativ și ilustrat al limbii române*, o elemento formativo ‘*dis-*’ aparece como autônomo sem referência à variação com ‘*des-*’. Essa mesma obra faz a distinção entre o ‘*dis-*’ latino e o grego.

Sem dúvida, se se tomar os significados de “*dis-*” e aqueles encontrados em “*des-*” e, somando-se a isso, a semelhança formal entre esses elementos, seria mais provável filiar o “*des-*” a esse étimo. Contudo, a observação do desenvolvimento dos prefixos latinos em apreço, nas línguas românicas, aponta para uma situação um pouco mais complexa.

Em italiano, por exemplo, não ocorre “*des-*” na língua padrão, aparecendo apenas em dialetos da Itália setentrional (Tekavičić, 1972). Castellani (2000), sendo mais específico, aponta que esta distinção compõe um dos traços mais importantes que diferenciam o dialeto toscano-oriental dos demais dialetos do grupo. Essa é uma indicação bastante considerável, visto que esse dialeto foi o que serviu de base para o italiano padrão (Devoto, 1972). Sendo assim, pode dar pistas sobre a evolução do “*des-*” nas demais línguas neolatinas.

Voltando ao italiano padrão, Tekavičić (1972), ao expor sobre ‘*dis-*’, ‘*di-*’, ‘*de-*’, ‘*es-*’, ‘*š-*’<sup>16</sup> e ‘*s-*’, sustenta que este último seria convergência de ‘*dis-*’ e ‘*ex-*’, apesar de alguns linguistas, como M. L. Wagner (apud Tekavičić, 1972), afirmarem que a etimologia partiria de ‘*de-*’ e ‘*ex-*’. “Nell’evoluzione ulteriore si fondono ‘*dis-*’ e ‘*ex-*’ in un solo prefisso [...]. Il risultato italiano è Il prefisso ‘*s-*’, limitato alla posizione antec consonantica [...]” (1972,158). Como se pode observar, semelhante ao que ocorre em francês e em romeno, em italiano os prefixos estão em distribuição complementar, sendo o ‘*dis-*’ mais abrangente, uma vez que se une a bases iniciadas por segmentos vocálicos ou consonantais.

Apesar de os prefixos serem praticamente equivalentes, o que levaria a extinção de um deles, o autor argumenta que o fato de ‘*dis-*’ ter mais corpo fônico e de ‘*s-*’ apresentar outros significados, como o pejorativo, por exemplo, acaba por determinar a manutenção de ambos. Rohlfs (1969) explica que em alguns casos utiliza-se ‘*dis-*’ por já se ter perdido a noção de *privação* de ‘*s-*’, assim, *sfiorare* (*tocar a flor*) *disfiorare* (*cortar/tirar a flor*). Contudo, também é possível encontrar as duas formas com o mesmo significado (*sbarcare/disbarcare; sbrigare/disbrigare; sconfortare/disconfortare*).

Esse último dado remete para a outra razão que faz refletir sobre a origem controversa de ‘*des-*’. Trata-se do consabido fenômeno de concorrência<sup>17</sup> entre este prefixo e ‘*es-*’<sup>18</sup>, recorrente em quase todas as línguas e dialetos da Península Ibérica e, como se viu acima, com os elementos ‘*s-*’ e ‘*dis-*’ em italiano.

A esse respeito, Cruz (1993), ao tratar sobre a instabilidade de ‘*a-*’ e ‘*d-*’ em início de palavra em espanhol palmera<sup>19</sup>, argumenta a favor da existência de um só prefixo, mas com alterações fonológicas condicionadas. O autor, inicialmente, alude à instabilidade de ‘*d-*’ como continuação da confusão entre ‘*ex-*’ e ‘*des-*’, que teria

<sup>16</sup> O autor ressalta que atualmente não se percebe como prefixo e que seria reflexo da contaminação de ‘*dis-*’ e ‘*ex-*’.

<sup>17</sup> Como se viu, o fenômeno é panromânico e parece pancrônico, já que não foi resolvido desde o latim vulgar.

<sup>18</sup> A concorrência entre esses elementos permitiu que houvesse a concomitância de duas formas semelhantes, assim como atestam diversos dicionários antigos e os da atualidade que ainda certificam a coexistência dessas formações (*desperdiçado, esperdiçado; desminçado, esminçado; despedaçar, espedaçado; desfarelar, esfarelar* (DHLP).

<sup>19</sup> O artigo trata do desaparecimento de *d-* e *a-* iniciais como um dos fenômenos que mais caracterizam o espanhol “vulgar” falado em Palmera, província de Valência.

ocorrido desde o início do idioma. O autor chama atenção para o fato de o fenômeno ser bastante frequente na fala palmera, sobretudo nos meios menos cultos da sociedade.

Cruz (1993) divide os significados do prefixo em três grupos:

- 1 negação;
- 2 inversão;
- 3 privação, manifestando-se por:
  - A) privar um corpo animal de alguma das partes que a compõem e por
  - B) privar ou despojar uma planta de qualquer das partes que a compõem.

O propósito da divisão sugere que o apagamento de ‘d-’ esteja distribuído semanticamente, visto que o autor afirma não haver subtração do som nos casos de negação; inversão e de privação B<sup>20</sup>, sendo quase geral o apagamento nas palavras do tipo privação A (*esmochar, desmochar, esñuncar, desnucar, esplumar, desplumar, estripar, destripar*).

Contrariamente ao que pensa Cruz (1993), Neira (1969) assevera que não se trata de confusão do uso entre os prefixos, tão pouco que haja nesta língua apenas um prefixo, sendo possível reconhecer perfeitamente ‘es-’ e ‘des-’. Este estudioso ressalta a necessidade de se pesquisar a língua padrão e as falas dialetais, atentando para não tomar o espanhol como norma. O estudioso julga ser equivocado o pensamento de que os formantes lexicais tenham sofrido confusão na fala popular, argumentando que esta, em qualquer nível, tende a se estruturar de forma mais clara e simples.

Em outro artigo no qual trata dos afixos ‘es-’ e ‘des-’ em galego-português, Neira (1976) pondera que não é suficiente descobrir o verdadeiro étimo de ‘des-’, mas sim verificar como se estabeleciam as relações para distinções e uso desses prefixos latinos, pois, segundo o autor, esse foi o sistema adotado inicialmente pelas línguas românicas.

Ainda de acordo com Neira (1976), há dois tipos de formações com o prefixo ‘des-’ em espanhol – os parassintéticos e não parassintéticos, dando como exemplo para o primeiro caso, as palavras *desterrar, desfolhar, despedaçar*, indicando a mudança de categoria em relação à base; para o segundo, traz as palavras *fazer, desfazer, enterrar, desenterrar, necessário, desnecessário*, afirmando que tanto a palavra base quanto a derivada pertencem à mesma classe gramatical, ocorrendo assim apenas a oposição semântica.

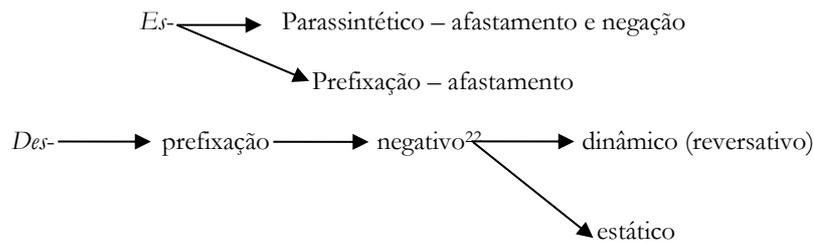
Neira (1976) retoma a situação das preposições e prefixos no latim para tentar explicar a evolução ocorrida nas línguas românicas. Desse modo, o autor lembra que, em latim, as formas ‘ab-’, ‘de-’ e ‘ex-’ eram usadas para expressar afastamento e o que os distinguiu dentro dessa noção era a referência com uma interioridade, em oposição ‘a’, ‘ad-’ e ‘in-’. Entre esses prefixos, o percurso de “de-” interessa, sobretudo, no esclarecimento do afixo em estudo. Uma das mudanças que devem ser assinaladas está o fato de as formações em “de-” serem interpretadas como palavras primitivas, uma vez que esse formativo teve sua função prefixadora enfraquecida.

---

<sup>20</sup> Há ainda uma ressalva feita a respeito do grupo B, já que se a palavra estiver ligada ao cultivo no pántano não ocorre o apagamento, isso porque, de acordo com o estudioso, o cultivo nesses sítios foi incorporado mais tardiamente, sendo o seu vocabulário menos vulgar, o que explicaria assim a manutenção da consoante.

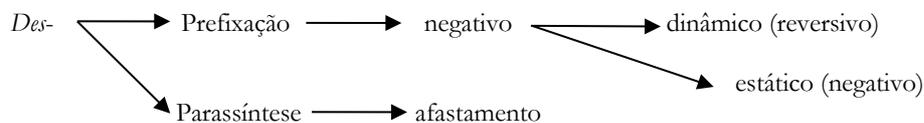
## 2.1 O prefixo no galego-português – hipóteses

No galego-português, teriam sobrevivido dois prefixos com a noção de afastamento: ‘des-’ e ‘es-’. Este com valor de afastamento, nas parassínteses, e nunca com valor de negação na prefixação, juntando-se a bases nominais para formar unidades verbais. Já aquele, com valor negativo, Neira (1976) divide em dinâmico e estático, explicando que, no primeiro caso, haveria um valor reversivo (*desfazer*) e, no segundo, seria uma negação simples<sup>21</sup> (*desleal*). Desta forma, esses prefixos teriam a seguinte distribuição:



Quadro 1 – Divisão dos valores semânticos e sua formação lexical (momento 1).

O autor argumenta que o ‘des-’, fruto da reinterpretação de um ‘de-’, pode ter conservado o valor de afastamento, operando em estruturas parassintéticas, sem que isso modificasse o antigo sistema de oposição ‘des-’ e ‘es-’, como visto acima. Assim, essa distinção continua viva em muitas palavras, mas em outras há apenas o significante ‘des-’. Desse modo, em um segundo estágio, o valor de afastamento também seria atribuído pelo ‘des-’, como se pode ver a seguir:



Quadro 2 – Divisão dos valores semânticos e sua formação lexical (momento 2).

Esse sistema teria sido o mesmo para as demais línguas românicas da península e só teria se modificado séculos mais tarde, tendo cada língua resolvido e assentado o seus usos<sup>23</sup>.

Considerando as hipóteses em que se propõem a junção de dois prefixos/preposições, seja ‘de-’ e ‘ex-’, seja ‘dis-’ e ‘ex-’, seria preciso considerar que essa transformação tivesse se consolidado já em latim vulgar, uma vez que o toscano-oriental conservou daí o ‘e’ átono de partículas, como os pronomes (*me, te, se* etc); as preposições (*de, en*) e os prefixos, entre eles o ‘des-’ (Castellani, 2000).

Contudo, para explicar a oscilação entre ‘es-’ e ‘des-’, verificada em boa parte das línguas aqui citadas, tem-se que admitir que, embora essa transformação já estivesse estabilizada no latim vulgar, o prefixo ‘es-’, com os valores de afastamento e

<sup>21</sup> A partir de substantivos, adjetivos, verbo e advérbios.

<sup>22</sup> Assim, a diferença entre esses traços poderia ser representada pelas paráfrases “*desfazer x*” e “*não tem x*”, respectivamente, podendo unir-se a substantivos, adjetivos, verbos e advérbios.

<sup>23</sup> Além dessa distribuição em relação aos significados e ao tipo de formação, há também que se considerar as possíveis preferências fonético-fonológicas, como no caso das palavras *escarnação* e *descarnamento* – ambos sem datação e com o mesmo significado. Todavia, há *escarnar* (séc. XIV) e *descarnar* (1539). Como se verá a seguir, essa oscilação ocorre em diversas formações verbais.

de negação, ainda continuou atuante, tendo sido passado às línguas românicas com esse status, diferentemente do que ocorreu com o ‘de-’. Além disso, o apagamento das fronteiras entre os prefixos também explicaria a concorrência entre eles.

Assim, a estabilização de algumas formas com única função, sendo ex-/es- apenas prefixal e de apenas preposicional pode ter contribuído para a evolução de ‘des-’ em português. Assim, ‘de-’ tendo perdido seu status de prefixo, teria ficado mais suscetível à reanálise<sup>24</sup>. Outra questão a ser considerada é a dissimilação de ‘dis-’ frente a vocábulos com *i* inicial (Corominas, 1954-1957).

Analisando as palavras no dicionário, vê-se que algumas hoje grafadas com ‘des-’ provêm do ‘dis-’ latino, outras vêm do ‘ex-/es-’ tendo ocorrido apenas a troca de prefixos. Esse fato deixa claro que, para o estudo desses prefixos, é preciso considerar vários níveis de análise linguística e contar com a atuação de diversos fenômenos ao longo do tempo.

## 2.2 Influências do prefixo *dis-*

Com o objetivo de verificar os processos envolvidos no desenvolvimento de ‘des-’, citam-se alguns exemplos de vocábulos provindos do prefixo ‘dis-’ latino<sup>25</sup>.

**Descalçar (Séc. XIII)** – lat. *dis*calcĕo,as,ā *vi,ātum,āre* < lat. *calcĕo* ou *calĕo,as,āvi,ātum,āre* “calçar, meter os pés no calçado”, do lat. *calcĕus,i* “calçado, sapato”.

A palavra foi passada ao português com o mesmo valor semântico “*tirar o que veste os pés ou as mãos*”. Sendo assim, ‘des-’ neste caso possui valor de afastamento. A alteração da vogal inicial é um indicativo de que o vocábulo entrou em português por meio do francês (*déchausser*). Do mesmo modo, tem-se ‘des-’ em espanhol (*descalzo*) e em catalão (*descalçar*).

Utilizando o mesmo raciocínio, pode-se afirmar que a palavra **desapontar** tenha entrado em português por meio do francês (fr. *desappointer*), e não a partir do inglês *disappoint* e, por consequência, as palavras derivadas aparecem também com ‘des-’: *desapontamento* e *desapontado*, e não ‘dis-’ como as formas em inglês apontadas pelo Houaiss (2001) como étimo, respectivamente *disappointment* e *disappointed*.

<sup>24</sup> Cita-se como exemplo de reanálise o caso das formações em “-(o)dromo” no português do Brasil, quando o formante grego é, na verdade, apenas *-dromo*. A palavra *sambódromo* (1984), criada por Darci Ribeiro para designar a construção projetada por Oscar Niemeyer, é apontada pelo dicionário Houaiss sob a estrutura *samba* + *-o-* + *-dromo*. Vê-se pelas formações com o mesmo pospositivo *gr.* que designava inicialmente “ação de correr, lugar para corrida, corrida”, que as bases, em sua maioria, continham a vogal temática em *o*, que acaba sendo afetada pelo acento do pospositivo. Citam-se: *acródromo*, *actinódromo*, *aeródromo*, *autódromo*, *axonódromo*, *braquidódromo*, *campilódromo*, *campitódromo*, *cartódromo*, *craspedódromo*, *filódromo*, *hipódromo*, *homódromo*, *monódromo*, *motódromo*, *velódromo*, *xilódromo*. Assim, criou-se também *bumbódromo*, local onde acontecem as apresentações de Bumba-meu-boi (Festival folclórico de Parintins). Vê-se que houve uma segmentação diferente do morfema inicial, promovido pela frequência em que esse elemento aparece ligado à vogal /o/. Assim, cabe registrar que as formações com o prefixo *de-* eram muito produtivas diante de consoantes, não sendo diferente também para as de bases iniciadas pelo fonema /s-/, com o qual se encontra cerca de 200 registros no Gaffiot.

<sup>25</sup> A alternância entre os prefixos *dis-* e *de-* já acontecia em latim, como atesta o verbete do Dicionário Gaffiot – *dissuētudo*, que remete a *dēsuetudo*. Em português, a palavra manteve o mesmo sentido, não havendo, porém, a permanência da forma verbal – *Dessuetude* (s/d) “que caiu em dessuetude, em falta de costume; desusado”.

Também em *despender* verifica-se o étimo em ‘dis-’.

**Despender (Séc. XIII)**- lat. *dispēndo, is, di, ēnsum, ěre* “empregar, gastar”. Em português, vê-se o mesmo valor semântico “*fazer despesa(s), dispêndio(s); gastar*” e por extensão “*distribuir, espalhar, dar com liberalidade; prodigalizar*”.

Ressalta-se que outras palavras, a esta relacionadas, mantiveram a grafia em ‘dis-’, como é o caso de *dispêndio* (*aquilo que se gasta, se consome; gasto, consumo, despesa*); *dispendioso* (*que exige muito dispêndio de dinheiro; que dá despesa; caro*).

Essa alteração em relação à origem acaba por refletir também na variação, vista em português das palavras *despesa* e *dispensa*, quando designam “local em que se guardam mantimentos”.

**Dispensa (Séc. XIII)** – lat. tar. *dispensa, ae* “o necessário para a manutenção e conservação de alguém, víveres, provisões, despesa”, por extensão “lugar em que se guardam os mantimentos”.

Entre os significados assumidos em português, está a acepção “mesmo que *despesa*”, para a qual há uma datação diferente da expressa na entrada do verbete.

1557 – “*divisão da casa, armário ou construção separada em que ficam os mantimentos, as provisões alimentares de uso doméstico e objetos ligados à manutenção dos moradores da casa, conjunto de provisões alimentícias ali guardadas, lugar onde se depositam móveis e objetos vários*”.

**Dispensa (1683)** – lat. tar. *dispensa, ae* substantivo do feminino do participio passado do verbo *dispēdere* “empregar, gastar, despender”.

Em português, veem-se significados bastante diversos da origem, podendo significar “*ato ou efeito de dispensar; desobrigação, isenção da norma, da regra geral, licença, permissão para não executar um dever, um trabalho, fato de ser ou de ter sido dispensado de algo, rescisão do contrato de trabalho do empregado por parte do empregador; demissão*”.

Analisando as acepções, observa-se que para o significado de “*local em que se guardam mantimentos*” a datação é a mesma: 1557<sup>26</sup>. No entanto, a forma *despesa* está datada já no século XIII. A mudança de sentido em relação ao valor contido na origem da palavra, no caso de *dispensa*, deve ser compreendida levando-se em conta a extensão de sentido do vocábulo.

Com origem em ‘dis-’, também se pode citar *descobrir* < lat. *discooperĭo, is, perĭi, pĕrtum, perĭre* “descobrir, tirar a cobertura”. Neste caso, observa-se que a formação seja apenas prefixal, uma vez que havia em latim *cooperĭo, is*, “cobrir bem, ocultar”.

Em outros casos, a prefixação, associada aos fenômenos comuns, no latim, a esse processo derivativo, geram paronímia. É o que mostram os casos das palavras *dessecar* e *dissecar*.

**Dessecar (1331)** < lat. *desĭcco, as, āvi, ātum, āre* “secar, esgotar”.

Em português, o verbo manteve a mesma acepção “retirar completamente a umidade, enxugar”. Nesse caso, a raiz latina sobre a qual se prefixa o “*de-*” é *sĭcco* que já apresentava em latim a mesma acepção, indicando que o referido formante lexical não contribui semanticamente com a formação. No entanto, a prefixação provoca a

<sup>26</sup> Isso mostra que nem sempre a datação dada na entrada do verbete se refere a mais antiga do lexema.

apofonia que aproxima esse vocábulo a *dissecar*. Palavra cujo sentido original manifesta já na base o valor semântico também visto no prefixo “dis-”:

**Dissecar** (1789) < lat. *dissēco, as, cūi, ctum, cāre* “cortar, dividir ao meio, cortar em pedaços”.

Neste caso a base é *sēco, as* “cortar, recortar; separar cortando; cortar a forragem”. Em português, observa-se que a palavra aparece associada ao campo semântico da anatomia “*seccionar e individualizar, sob determinado método, os elementos anatómicos de um organismo (ser humano, animal ou vegetal); anatomizar*”.

Deve-se salientar que em todos os casos arrolados acima, em que o prefixo etimológico é ‘dis-’, o tipo de construção é sempre o mesmo – prefixação. Essa observação é importante no estabelecimento do comportamento dos prefixos e seu desenvolvimento em português.

O prefixo ‘dis-’ latino sofre alteração fonológica ao se associar a algumas consoantes (Romanelli, 1964, p. 51-52), transformando-se em *dī-*, frente a oclusivas sonoras *b, d, g*, e líquidas *l, m, n* e *r*: *dībuccino, dīduco, dīgredior, dīluo, dīmitto, dīnumero* e *dīrigo*; diante de vogal ou *h* ocorre rotacismo, modificando-se para *dir-*, *diribeo* (< *dis-habeo*) *dirimo* (< *dis-emo*); sofre assimilação total diante de palavras com *f* (**dif-**) *differo, diffido, diffundo*. O prefixo latino também se altera quando se liga a palavras com *s* impuro (*sc-, ç- e st-*), passando para *dī*, *discindo, dispicio* e *distringo*.

Devido às alterações que este prefixo sofre, ele acaba se confundindo formalmente com o grego ‘dís-’<sup>27</sup>, que significa “duas vezes”, como em *diarquia* “poder exercido por dois soberanos”, *dicéfalo* “que tem duas cabeças”, *dígrafo* “duas letras”.

Diferentemente do prefixo ‘dis-’, ‘des-’ não sofre modificações, associando-se constituintes iniciados por sons vocálicos e consonantais (Santos, 2016). A grande alternância de ‘dis-’ é muitas vezes apontada como umas das razões que o fizeram perder a produtividade em português, já que o elemento formativo ‘des-’ comporta-se de modo mais regular.

Como se atestou acima, as palavras citadas eram todas formadas por prefixação. O mesmo tipo de formação foi observado em quase todas as outras palavras em ‘dis-’, latino, constantes no Dicionário Houaiss (2001).

As construções que poderiam ser consideradas como formações parassintéticas, pois contam com, pelo menos, três elementos formativos em sua constituição são, na verdade, exemplo dos prefixos gregos, *dús-* > <sup>2</sup>*dīs-* ou *dís-* > <sup>1</sup>*dī-*, como em: *disfótico* (< <sup>2</sup>*dīs-* + *foto(o)-* + *-ico*), *discromatoso* (< <sup>2</sup>*dīs-* + *cromat(o)-* + *-oso/ô/*), *disidrose* (< <sup>2</sup>*dīs-* + *hidro(s)-* + *-ose*), *discondroplasia* (< <sup>2</sup>*dīs-* + *-condro* + *-plasia*), e *dispermatismo* (< <sup>2</sup>*dīs-* + *-sperm(at)-* + *-177ço*), *diperientado* (< <sup>1</sup>*dī-* + *perianto* + *-ado*), *dissilicano* (< <sup>1</sup>*dī-* + *silic(i/o)-* + *-ano*), *dizóico* (< <sup>1</sup>*dī-* + *zo(o)-* + *-177ço*) e *diteísmo* (< <sup>1</sup>*dī-* +

<sup>27</sup> Ao analisar as formações em *dīs-* registradas no DHLP, nota-se um grande número de palavras oriundas do grego *dús-* com valor semântico de *dificuldade e perturbação* como em *dispinéia* “dificuldade de respirar” e *dispepsia* “dificuldade de digestão”. O prefixo grego também admite os significados de *enfraquecimento* *distaxia*, “dificuldade de coordenação dos movimentos voluntários”, *disopia* “imperfeição de visão” e *falta, privação*, valor que o aproxima do *dīs-* latino *dissimetria* “falta de simetria” e *disbulia* “incapacidade de tomar decisões voluntárias”.

*te(o)-* + *-ismo*). Interessa salientar ainda que, a rigor, nem todas as formações citadas são, de fato, parassíntese, tomado os critérios aqui considerados para o estabelecimento deste tipo de formação. Além disso, percebe-se que as formações são todas relacionadas a termos técnicos.

### 2.3 Influências do prefixo *ex-/es-*

A partir do prefixo ‘*ex-*’ também se pode extrair a origem de algumas palavras atualmente grafadas com ‘*des-*’. A palavra *despir* (Século XIV), “*tirar do corpo (parte do vestuário ou peça dele)*”, prende-se à *expēdio, ire*, cujo primeiro sentido também se pode verificar em português: “*tirar (o que está calçado); descalçar(-se)*”. Esse também é mesmo étimo da palavra *expedir* (século XV), “*remeter (algo) para (alguém ou algum lugar); destinar, despachar*”. Nas línguas neolatinas, como italiano (*spedire*), espanhol (*expedir*) e francês (*expédier*), encontra-se apenas o significado referente a “*despachar, enviar, mandar*”.

Desse modo, um mesmo étimo latino gerou, em português, duas palavras, uma com ‘*des-*’ e outra com ‘*ex-*’ cujas acepções já estavam presentes em latim. Deve-se ressaltar, porém que, provavelmente, a palavra *despir* tenha entrado na língua portuguesa por via popular, já que houve a troca de prefixo ‘*ex-*’ por ‘*des-*’, bem como a ocorrência de síncope do *d*, fenômeno bastante comum nas transformações do latim para o português.

Todos esses casos mostram que a evolução de ‘*des-*’ além de ser ligada morfo-semanticamente aos formantes derivacionais ‘*ex-*’ e ‘*de-*’, como atestam vários estudiosos, também se prende a ‘*dis-*’, por meio da alteração desses prefixos, provavelmente, motivada pela proximidade formal e também semântica desses elementos formativos, o que reforça a ideia de o prefixo neolatino ser resultado de transformações multifatoriais.

O fato de ‘*des-*’ ter prevalecido frente a ‘*es-*’<sup>28</sup> no português deve-se não só a questões como estrutura da sílaba (CVC) e às poucas restrições fonológicas, mas também morfológicas, já que ‘*des-*’ atua em bases substantivas, verbais e adjetivas.

É oportuno neste momento examinar com mais vagar as formas duplas em português, ou seja, palavras prefixadas ora com ‘*es-*’ ora com ‘*des-*’<sup>29</sup>. Assim como trazem diversos dicionários, a oscilação entre esses prefixos no português arcaico era bastante comum, o que permite dizer que os significados que ambos atribuíam àquelas palavras eram idênticos. Entre esses casos podem-se citar:

**Despertar x Espertar** – Ambas as palavras são datadas no século XIII.

O fato de as variantes serem registradas tão cedo na língua portuguesa parece ratificar que a concorrência entre os prefixos é mais antiga, remontando ao galego-português, validando, assim, o que afirmava Neira (1976). Atualmente, o vocábulo com ‘*des-*’ é bem mais frequente, contando com 40.000.000 ocorrências e sua

<sup>28</sup> Pereira (2000) afirma que o prefixo “*es-*” parece desfrutar de alguma produtividade ainda que limitada. Já sua forma culta, “*ex-*”, apesar de ainda produtiva na língua, atua, principalmente, na atribuição de um valor negativo em relação a um estado/momento anterior, verificado em *ex-mulher; ex-presidiário; ex-chefe; ex-presidente* etc, um pouco diferente dos valores que o aproximavam dos afixos “*de-*”, “*des-*” e “*dis-*”.

<sup>29</sup> A duplicidade, vista na linguagem informal, entre as palavras *esbagaçado* x *desbagaçado*, parece não indicar apenas variação entre os prefixos, já que em *desbagaçou* nota-se o traço de intensidade, designando algo que foi “completamente destroçado”.

variante, 210.000. Contudo, sua origem aponta para o prefixo ‘ex-’, a partir da forma participial adjetiva do latim vulgar \**expertus* < *experrectus* e este do verbo *expertgisco*. O espanhol não apresenta tal variação, registrando apenas *despertar*; já em galego verificam-se as duas formações. A alternância entre os vocábulos poderia supor um estágio intermediário *-deexpertitare\**.

**Desperdiçar** (1517) X **Esperdiçar** (1561); **Desperdício** (1680) X **esperdício** (s/d).

A alternância verifica-se tanto na forma verbal, *desperdiçar/esperdiçar*, quanto no substantivo *desperdício/esperdício*, havendo um pequeno espaço de tempo em relação à datação nos verbos. Novamente, a palavra com ‘des-’ (5.650.000 ocorrências) é muito mais frequente do que a formação em ‘es-’ (6810 ocorrências). De modo semelhante, a variação entre os prefixos podia levar a crer que tal fenômeno se devesse ao fato de ser ‘ex-’ o prefixo de origem. No entanto, de acordo com as informações encontradas nos dicionários Houaiss (2001) e Corominas (1992), o étimo remete para ‘dis-’ –*disperditio* < *disperdere*. A mudança pode ser explicada pelo fato de a palavra ter entrado no português via espanhol, em que apenas o vocábulo com ‘des-’ é encontrado<sup>30</sup>.

**Desposar** (século XIII) X **esposar** (1124)

Cada vocábulo acaba desenvolvendo novos significados, mas o sentido primeiro é o mesmo de “casar-se”, “contrair matrimônio”. Nenhuma das formas conta com grande frequência de uso, contudo é possível verificar que a forma em ‘es-’ aparece com um pouco mais de ocorrências do que a palavra em ‘des-’. “Esposar” apresenta 217.000 ocorrências e sua variante ocorre 187.000 vezes. As formas aparecem também em galego, mas em asturiano só há *esposar* e em espanhol *desposar*<sup>31</sup>.

**Despedaçar** (século XIV) X **espedaçar** (século XIII)

É interessante observar que apesar de a forma mais antiga ser *espedaçar* é esta a ser remetida diretamente para a acepção de *despedaçar*, atualmente, bem mais frequente, aparecendo em 237.000 vezes nos sites de busca, enquanto sua variante ocorre em apenas 16.100. Deve-se ressaltar que, neste caso, as palavras são formadas por parassíntese e, de acordo com o Houaiss (2001), sendo construídas em cada caso com prefixo diferente. Mesma explicação verifica-se em galego antigo (*espedaçar/ despedaçar*) e espanhol (*espedaçar/ despedaçar*), línguas em que a variação também está presente.

Igual processo derivativo – o parassintético – verifica-se em *desbarrancar* e *esbarrancar*. Sendo também idêntico o tratamento lexicográfico dado à relação entre as formas concorrentes. Novamente, o vocábulo em “des-” é bem mais frequente<sup>32</sup>. Tal variação também pode ser encontrada em galego, contudo, no espanhol reconhece-se apenas a formação em ‘des-’.

**Descalavrar** (1571) X **escalavrar** (1539)

Neste caso, a forma mais frequente em português é expressa pelo prefixo ‘es-’, ocorrendo 22100 vezes, enquanto *descalavrar*, aparece em apenas 679 dos casos.

<sup>30</sup> Já em galego pode-se encontrar ambas as formas.

<sup>31</sup> Há em espanhol *esposar*, mas apresenta acepção distinta, não sendo, pois, variante.

<sup>32</sup> *Desbarrancar* – 104.000 ocorrências e *esbarrancar* – 1820.

Assim, *escalavrar* é dado em remissão direta na acepção da palavra menos frequente. Apesar de essa alternância também ser vista tanto em galego quanto em espanhol, os dicionários Bluteau (1712) e Moraes Silva (1789) não abonam a formação *descalavrar*.<sup>33</sup> Entretanto, diferente do português, no espanhol a formação com o prefixo *des-* é a apontada como padrão, remontando para a etimologia *des-* + *calavera*<sup>34</sup> “caveira, crânio”. A acepção encontrada em espanhol e em catalão “ferir a cabeça”, reforça a proposta etimológica. Em português, permanece a noção de ferimento, mas já generalizado “*causar ferimento, dano em algo ou alguém*”.

#### Desmaiar (século XIII) X esmaiar (século XIV)

Para ambas as formas a etimologia é o francês antigo *esmaier* “espantar-se, desfalecer”. Contudo este não parece ser um caso de alternância dos prefixos, já que não se verifica variantes em nenhum das línguas românicas pesquisadas (spa, cat, ast.). A duplicidade também é registrada pelo dicionário Moraes Silva (1789). Isso pode indicar que a palavra *esmaiar* seja cultismo, vindo diretamente do francês.

### 3 VARIAÇÃO DE LONGA DATA - LEITE DE VASCONCELOS E OS DIALETOS PORTUGUESES

A alternância entre ‘dis-’ e ‘de-’; a tênue diferença de significados atribuídos pelos prefixos ‘de-’ e ‘ex-’ e a paulatina perda de distinção entre seus valores semânticos no latim vulgar refletem sobre origem e desenvolvimento do prefixo novilatino ‘des-’.

Os dicionários, principalmente, as obras lexicográficas antigas são uma fonte importante para atestar essa dinâmica na construção vocabular com esses elementos formativos. Além desse material, para esta investigação, contou-se também com a ampla pesquisa de Leite de Vasconcelos a respeito dos dialetos portugueses, disposta nos 38 volumes da *Revista Lusitana* (1887-1943).

A pesquisa realizada permitiu recuperar uma série palavras oriundas da variação dialetal, representativas do fenômeno de troca no uso dos formantes lexicais *de-*, *des-*; *ex-* e *de-*, *di(s)*. Afora isso, também possibilitou a verificação de significados bem específicos de dado dialeto ou ainda significados já obliterados pelos dicionários contemporâneos.

Entre os vocábulos representativos dessa variação podem-se citar:

#### 1) *Des-* por *de-* ou *de-* por *des-*:

**Fabulário português (Ftp.)**- Detrioriar ou destriorar (“deteriorar”) e Desflorar ou deflorar; **Linguagem popular de turquel (Lpt)**- Desmariado ou demasiado; **Falares Alentejanos (Ale.)**- Debandar ou desbandar; **Tradições populares e dialeto penedoso** - Debotar ou desbotar; **Gramática e vocabulário de fr. Pantaleão de Aveiro** - Depor ou despor; **Falares Algarvinos (Alg)**- Desbruchar ou debruçar; demasiado ou demasiado; **Retalhos de um vocabulário (agulhão)** - Destriscar ou derriscar, (“deriscar”); **Dialeto Atalaia** - Desmudar ou demudar.

<sup>33</sup> Em cat. e em ast. há apenas o vocábulo com o prefixo ‘es-’, *escalabrar*.

<sup>34</sup> É preciso considerar além da variação dos prefixos, a síncope e a epêntese.

**2) Des- por es-/ex-/e-:**

**Ale.** - descadear ou escadear (“quebrar os ramos de pequena árvore”); escaídas ou escaidas (“escadas”); descandola ou escandola (“afronta, ofensa, injúria”); descontorno ou escontorno ou scontorno (“transtorno”); desplecação, desplecar (“explicação, explicar”); desmorcer – esmorecer; descandalizado – escandalizado e descandalizar – escandalizar; **Falares de Vila Real** - desmendar - emendar; **Fpt** - desposto – exposto; **Lpt** - desgadelhar, esgadelhar (“descompor as gadelhas”).

**3) Es-/ex-/e- por des-:**

**Ale** - escampado ou descampado; escarar-se ou descarar; esfalecido ou desfalecido; esgraça ou desgraça<sup>35</sup>; esmastreado ou desmastreado (“fraco”); esnocar ou deslocar; **Fpt** - esconfiar ou desconfiar ; esconfirme ou desconforme; exerdar ou deserdar<sup>36</sup>; **Lpt** - esborrachar ou desborrachar (“parir”); **Gramática e vocabulário de fr. Pantaleão de Aveiro** -estroço ou destroço.

**4) Es- por dis-:**

**Gramática e vocabulário de fr. Pantaleão de Aveiro** - estância ou distância; **Ale.** estribuir ou distribuir.

**5) Di-/dis- por de-:**

**Ale.** dipinicar ou depenicar e disbulhar ou debulhar; **Fpt.** discedir ou decidir e discurso ou decurso.

**6) Des- por dis-:**

**Fpt.** desparate ou disparate e destância ou distância; **Tradições populares e dialeto penedoso** - desparvar ou disparvar; **Lpt.** discreto ou discreto, desinteria ou disenteria, despansar ou dispensar e despor ou dispor; **Dialeto de Atalaia** - desfarço ou disfarce; disputação ou disputa<sup>37</sup>; descorrer – discorrer<sup>38</sup> e despensar ou dispensar<sup>39</sup>

**7) De- por dis-/di-:**

**Fpt.** delúvio ou dilúvio e deminuir ou diminuir.

**8) Dis-/ por des-:**

**Ale.** disfrutar ou desfrutar, disgosto ou desgosto, disgracia ou desgraça, disistir ou desistir, dispeto ou despeito, dispeza ou despesa, disporpoção ou esproporção, disporpositado ou despropositado e disvario ou desvario.

Como já mencionado, a pesquisa também se mostrou produtiva no reconhecimento e resgate de alguns valores semânticos não mais localizados no português atual. Diferenças relevantes de significado entre um dialeto e outro também foram encontradas. Entre esses caos, podem ser apontadas as palavras:

**1) Vocabulário açoriano**

**Destrinçar** – “conhecer” - No Houaiss (2001), não há essa significação. A sua formação é apontada pelo dicionário como sendo de origem duvidosa “*lat* \**strictiare* ‘apertar, combater de perto, interpretar de perto, discernir’, com pref. *des-*; a

<sup>35</sup> Há também *Esgragalhado* – descomposto – *des-* + gargalhado.

<sup>36</sup> Contribuição para um dicionário da língua portuguesa arcaica.

<sup>37</sup> Textos portugueses antigos.

<sup>38</sup> Textos portugueses antigos.

<sup>39</sup> Contribuição para um dicionário da língua portuguesa arcaica.

*nasalidade proviria do rad. lat. (strinctus por strictus), p.ana. com voc. como tinctus, extinctus etc.; var. palatalizada destrinchar, talvez por infl. de trinchar; f.bist. 1553 destrinçar, 1553 destricar?*

## 2) Dialetos trasmontanos

**Debagar** – “malhar o pão”. - O autor comenta que não ouviu senão nesta região. Viria do lat. *baca* e não *bacca*.

**Desmaselar** – “ferir alguém, deixando transfigurado”.

O Houaiss (2001) também registra esse significado como regionalismo da beira; mas apresenta outro significado – o de “negligenciar, descuidar”.

**Desingaçar** – “comer uvas sofregamente e por analogia outras frutas” – De engaço.

### 1) Linguagem popular valpaços

**Desgueiba** – “desavença”

**Desdentanhado** – “um bocado de carne desdentanhado” que foi tirado com os dentes.

**Desdentola** – “desdentado” - O autor esclarece que “*desdentola*” é um termo utilizado para designar um indivíduo que possui os dentes incisivos superiores grandes e salientes (usado na Beira). Não está registrado no Dicionário Houaiss (2001) há apenas *dentola*, que apresenta mesma significação, o que permite sugerir que o *des-* apresente neste caso valor de reforço.

**Desembalagar** – “desviar para o lado o entulho que se forma quando se desmorona uma casa”.

## 2) Dialetos alentejanos

**Desplicar** – explicar<sup>40</sup>

**Desmoitar** – estrapolar - O autor anota que a pronúncia seria /dijmoitar/. Está registrada no Houaiss (2001), mas com significados bastante distintos: “*limpar (um terreno) das moitas de plantas ou de mato; arrotear, desbravar, roçar*”; “*aparar, podar (árvores, arbustos etc.)*”; “*tornar (alguém) instruído, culto ou bem-educado, cortês; educar, polir, civilizar*”.

Pode-se citar também o caso do verbo “*desistir*” que, na linguagem popular de Turquel, significa “defecar”<sup>41</sup>, mas é descrito no fabulário<sup>42</sup> português com significado comum ao que se conhece no português atual “renunciar”, aparecendo apenas com alternância da vogal inicial (*disistir, desistir*). De forma semelhante, o adjetivo “*desasado*” aparece com o sentido mais comum - “que não é asado”, já no Baixo Alentejo<sup>43</sup>, o vocábulo refere-se a alguém “*desajeitado*”. Por fim, cita-se “*desandar*”, que em Vila Real, significa “fugir”, mas sua forma regressiva “*desanda*” designa a “reprimenda, descompostura”, na Serra Santo Antônio, já na linguagem popular de Turquel, encontra-se “*desandança*” que significa “contratempo”.

<sup>40</sup> Segundo Vasconcelos (1935, Vol. 33, p. 16.) *des + explicar*.

<sup>41</sup> O *Dicionário Houaiss* (2001) registra esse significado como informal.

<sup>42</sup> Conjunto de fábulas de uma região ou país; um dos subtipos dos contos tradicionais.

<sup>43</sup> *Fabulário barrosão* (Vasconcelos, 1908, Vol.11, p. 193). Barroso é uma região situada na província de Trás-os-Montes e Alto Douro, no distrito de Vila Real, compreendendo os atuais distritos de Boticas e de Montalegre.

Vê-se que o prefixo *des-*, nos dialetos portugueses, apresenta ainda mais traços, entretanto, na maioria dos casos preserva os sentidos de negação e afastamento, sendo expressos de maneiras diversas, a depender do significado da base.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo, intentou-se delinear o percurso histórico do afixo “des-”. No primeiro momento a tarefa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico, abarcando os prefixos latinos “*de-*”, “*dis-*” e “*ex-*”. Utilizou-se também para essa etapa o referencial teórico a respeito do elemento formativo em estudo, englobando a pesquisa em galego, espanhol, catalão, francês, italiano e romeno.

Viu-se na Seção 2.2 que algumas palavras que atualmente possuem o prefixo “des-” eram fruto de uma raiz latina em “*dis-*”, indicando a pertinência desse elemento formativo para a evolução do prefixo “des-”. Já na Seção 2.3, mostrou-se a oscilação entre o uso dos formantes “des-” e “*es-*”, evidenciando um período de concorrência entre esses prefixos. Os dados a respeito da frequência de uso no português do Brasil mostraram que, na maioria dos casos, a forma produzida com o afixo “des-” era a mais usual, confirmando assim a preferência por esse prefixo.

Na Seção 3, apresentaram-se as formações duplas, isto é, as variantes criadas com “des-” ou “*es-*”; “des-” ou “*de-*” e “des-” ou “*dis-*”, verificadas em diversos dialetos portugueses. Afora isso, observou-se que o valor semântico do prefixo “des-” em muitos dialetos sofria alterações significativas em relação às acepções encontradas em dicionário. Em muitos desses exemplos é evidente que os significados arregimentados eram resultado da derivação e extensão de sentido do vocábulo inteiro e não da atuação isolada do prefixo.

As leituras e a análise do comportamento do *formante* em apreço possibilitaram constatar que “des-” constrói-se de forma quase simbiótica em relação aos prefixos acima mencionados, já que todos parecem ter contribuído para o seu surgimento, desenvolvimento e para a expansão de seus valores semânticos.

A recorrente questão sobre a origem do prefixo “des-”, ora sendo filiado à soma dos elementos formativos “*de-*” e “*ex-*” ou “*dis-*” e “*ex-*”, ora sendo atribuída à transformação sofrida pelo formante “*dis-*”, começa a ser respondida. Entretanto, apesar da extensa pesquisa e das informações apuradas com essa análise, a resposta não é conclusiva, já que é necessário pesquisar os valores semânticos de “des-”, contrastando com as informações de datação, para averiguar de que forma e em que medida esses afixos contribuíram e influenciaram em seu desenvolvimento morfossemântico.

#### REFERÊNCIAS

Academia de la Llingua Asturiana. Gramática de la llingua asturiana. Oviedo: Academia de la llingua asturiana; 2001.

Álvarez R, Monteagudo H, Regueira XL. Gramática galega. Vigo: Galaxia, 6ª Ed.; 1995.

- Badia i Margarit AM. Gramática catalana. Madri: Gredos; 1962.
- Battisti C, Alesso G. Dicionario etimologico italiano. Firenze: Barbera; 1950-1957.
- Bluteau R. Vocabulario portuguez e latino. Lisboa, Officina de Pascoal da Silva; 1720. [citado 17 ago. 2020]. Disponível em: [www.ieb.usp.br](http://www.ieb.usp.br).
- Brocardo MT, Caetano MC. Para uma morfologia derivacional histórica do português: o prefixo des-. In Englebert, Annick; Michel Pierrard; Laurence Rosier & Dan Van Raemdonck (eds) Actes du XXIIe Congrès international de linguistique et philologie romanes. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, Tome II; 1998, p. 39-47.
- Caldas Aulete. Dicionário da Língua Portuguesa. 5ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Delta; 1987. Disponível em : [www.auletedigital.com.br](http://www.auletedigital.com.br). Acessos entre 2012 -2019.
- Câmara Jr JM. História e estrutura da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Padrão; 1979.
- Cange CF. Glossarium ad scriptores Mediae et Infimae Graecitatis duos in tomos digestum; Accedit Appendix ad Glossarium mediae et infimae Latinitatis, caetera subjectus syllabus indicabit. Paris: Collège de France; 1943.
- Cardoso J. Dictionarium latino lusitanicum & vice versa lusitanico latinu[m]: cum adagiorum feré omnium iuxta seriem alphabeticam perutili expositione, ecclesiasticorum etiam vocabulorum interpretatione. Olyssipone : excussit Alexander de Syqueira : expensis Simonis Lopezij, bybliopolae; 1592.
- Corominas J. Breve Dicionario etimológico de la lengua castellana. Madrid, Gredos; 1992.
- Corominas J. Dicionario Crítico Etimológico Castellano Hispánico. Madrid: Gredos; 1954-1957.V.1a V.4.
- Cortelazzo M; Zolli P. Dicionario etimologico della lingua italiana. Bologna: Zanichelli; 1988.
- Cretela Jr J, Cintra GU. Dicionário latino-português São Paulo: Nacional; 1956.
- Cunha AG. Dicionário etimológico da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; 1982.
- D'Ovidio F; Meyer-Lübke, W. Grammatica Storica della Lingua e del Dialetti Italiani. Milão: Ulrico Hoepli; 1919.
- De Mauro T. Grande dizionario italiano dell'uso. Torino: UTET; 2000.
- Demonte, V, organizador. Gramática descriptiva de la lengua española. Madrid: Real Academia Española, Espasa Calpe; 1999.
- Diccionari de la llengua catalana 2ª edição. [citado 10 ago. 2019]. Disponível em: <http://dlc.iec.cat/>.
- Diccionario clave de la lengua española. [citado 10 ago. 2019]. Disponível em: <http://clave.librosvivos.net/>.
- Diccionario da língua galega. Real Academia Galega. [citado 10 ago. 2019]. Disponível em: <http://www.edu.xunta.es/diccionarios/index>.
- Diccionario de la lengua española. 23ª. ed. Madrid: Real Academia Española, 2005. [citado 10 ago. 2019]. Disponível em: <http://www.rae.es>.

Diccionariu de la Academia de la llingua asturiana. [citado 10 ago. 2019]. Disponível em: <http://www.academiadelalingua.com/diccionariu/index.php>.

Dictionnaire de L'Académie Française. Neuvième édition, version informatisée. [citado 10 ago. 2019]. Disponível em: <http://atilf.atilf.fr/academie9.htm>. Diez F. Grammaire des langues romanes. Paris: A. Franck; 1874. v. 2.

Dimitriuc. Stintele limbajului. Gramatica limbii române explicata: morfologia; 1979.

Dizionario Etimologico de Italiano. Dicionário Etimológico online. [citado 10 ago. 2019]. Disponível em: <http://www.etimo.it/>.

Dubois J; Lagane R. La nouvelle grammaire du français. Paris: Larousse; 1973.

Ernout A, Meillet A. Dictionnaire étymologique de la langue latine. Paris: Klincksieck; 1967.

Faria E. Vocabulário latino-português: significação e história das palavras agrupadas por famílias segundo os programas atuais. Rio de Janeiro: F. Briguiet; 1943.

Faria E. Dicionário latino-português. Rio de Janeiro: Fename; 1975.

Ferreira AB de H. Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; 1986.

Gaffiot, F. Dictionnaire latin-français. Paris: Hachette; 1934.

Gran diccionari de la llengua catalana. [citado 10 ago. 2019]. Disponível em: <http://www.enciclopedia.cat/>.

Grandgent CH. Introduccion al Latin Vulgar. Madrid: Madrid : Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Miguel de Cervantes; 1952.

Grossmann M. Opposizioni direzionali e prefissazione: analisi morfologica e semantica dei egressivi prefissati con des- e es- in catalano. Padova: Unipress; 1994.

Houaiss A, Villar M. Dicionário eletrônico da língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva; 2001.

Ivanescu G, Istoria limbii române, București; 1980.

Lapesa R. Historia de la lengua española. Real Academia Española. Colección Nebrija y Bello. 6ª ed. Madri: Espasa Calpe; 2003.

Liddell HG, Scott R. A Greek-English lexicon, 9ª ed. Oxford: Clarendon Press, 1996.

Lüdtke H. Historia del léxico románico. Madrid: Gredos; 1974.

Machado JP. Dicionário etimológico da língua portuguesa. Lisboa: Livros Horizonte; 1973.

Meyer-Lübke W. Grammaire des langues romanes. Tomo II: Morphologie. Paris: H. Welter Éditeur; 1906. Vol. 2

Nascentes A. Dicionário etimológico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Acadêmica; 1955.

Nebrija EA. Gramática Castellana. Madrid: Fundación Antonio de Nebrija; 1992.

Nunes JJ. Compêndio de Gramática Histórica. Lisboa: Clássica; 1945.

Nyrop K. Grammaire historique de la langue française. Copenhagen: Gyldendal; 1908. v.3.

- Pena J. La palabra: estructura y procesos morfológicos. *Verba*, 18; 69-128.
- Pereira RAR. Formação de verbos em português: a prefixação com a(d)-, en- e es-. [Dissertação]. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; 2000.
- Pereira RAR. Verbos prefixados com a(d)-, en- e es- em português: estrutura interna e externa. *Máthesis*, 2002;11:77-94.
- Pidal RM. Orígenes del español: estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI. Madrid: Hernando; 1929.
- Piel J. Miscelânea de etimologia portuguesa e galega. Coimbra: Coimbra Editora; 1953.
- Poiars P. Dictionario lusitanico latino de nomes próprios de regioens, reinos, províncias, cidades. Lisboa: na officina de Joam da Costa; 1667. V. 1
- Rio-Torto GM. Formação de verbos em português: parassíntese, circunfixação e/ou derivação? In *Actas do IX Encontro Nacional da Associação da Portuguesa*. Colibri, Lisboa; 1994.
- Rio-Torto GM, et al. Gramática Derivacional do Português. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; 2013.
- Rohlf G. Grammatica storica della lingua italiana e dei suoi dialetti, Morfologia, Torino, Einaudi; 1968.
- Rohlf G. Grammatica storica della lingua italiana e dei suoi dialetti: sintassi e formazione delle parole. Torino: Piccola Biblioteca Einaudi; 1969.
- Rubio L. Introducción a la sintaxis estructural del latín. Barcelona: Ariel; 1983.
- Said Ali M. Gramática Histórica da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos; 1964.
- Santos AP. Morfologia em diacronia - os caminhos e desvios de um afixo na história da língua: o percurso histórico-semântico do prefixo des- em bases sufixadas e em formações parassintéticas. [tese], São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2016.
- Silva AM. Dicionário da língua portuguesa - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina; 1813. [citado 10 jan. 2020]. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>.
- Souter A. Glossary of later Latin to 600 A.D. Oxford : Clarendon Press; 1957.
- Tekavičić P. Gramática storica dell' italiano. Bologna: Il mulino; 1980. 3 vol.
- Torrinha F. Dicionário Latino-Português. Porto: Edições Marânus; 1945. 3ª ed.
- Väänänen V. Introducción al Latin Vulgar. Trad. Manuel Carrión. Madrid: Editorial Gredos; 1985.
- Vasconcellos JL. Lições de philologia portuguesa. Lisboa: Livraria Clássica Editora; 1911.
- Vasconcellos JL. Opusculos: Dialectologia. Coimbra: Imprensa da Universidade; 1928. V. 2.
- Vasconcellos JL de. Revista Lusitana. Lisboa: Centro de Estudos filológicos; 1967, V. I-XXXVIII (1887-1943).

Viaro ME. Sobre a origem das preposições ibero-românicas hasta, ata e até. *Estudos de Lingüística Galega*, 2013;5:189-212.

Viaro ME. *Das preposições latinas às do português e do romeno: estudo das derivações semânticas*. [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 1994.

# O item ‘trouxa’ no português usado no Twitter

## *The item trouxa in Portuguese used in Twitter*

Aléxia Teles Duchowny\*

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Caroline de Oliveira Silva\*\*

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

**Resumo:** Objetiva-se analisar o item *trouxa* da língua portuguesa, que apresenta, atualmente, pelo menos dois significados: o etimológico de *embrulho* ou *carga* e o inovador de *pessoa boba*, *fácil de ser ludibriada*. O item sofreu um processo de “pejorização” pelos seus usuários, fenômeno descrito pela Linguística semântica em que a palavra passa a ter uma avaliação negativa. Assim, *trouxa*, termo para se referir a um objeto concreto até o século XIX, passa a fazer referência também para uma pessoa tola, feita de boba pelos outros. No *Twitter*, em que a língua escrita apresenta muitas características da oralidade, o uso do termo para se referir a alguém bobo é muito recorrente, apresentando variadas formas nominais.

**Palavras-chave:** Item *trouxa*. Semântica histórica. *Twitter*. Etimologia. Língua portuguesa.

**Abstract:** The aim is to analyze the item *trouxa* of the Portuguese language, which currently has at least two meanings: the etymological of “bundle (of clothes)” and the innovative of “silly person, easy to be deceived”. The item underwent a process of “pejoratization” by its users, a phenomenon described by Semantic Linguistics in which the word receives a negative evaluation. Thus *trouxa*, a term to refer to a concrete object until the nineteenth century, also refers to a foolish person, or made foolish by others. On *Twitter*, where the written language has many characteristics of orality, the use of the term to refer to someone silly is very recurrent, with various nominal forms.

**Keywords:** item *trouxa*; Historical Semantics; *Twitter*; Etymology; Portuguese language.

## 1 INTRODUÇÃO

*Eu troxo | tu troxas | ele/ela troxa | nós troxamos | vós troxais | eles/elas troxam.* (*Twitter*, 2015)

Levando-se em conta as mudanças causadas pelo tempo, pela sociedade, pela cultura e pelas necessidades individuais e coletivas dos falantes, o presente trabalho concentrou-se na análise do uso do item *trouxa* na língua portuguesa brasileira, tanto em seu uso inicial, etimológico, como substantivo, em casos como (o exemplo vem

---

\* Professora associada da Área de Estudos diacrônicos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, MG, Brasil; [alexiateles@letras.ufmg.br](mailto:alexiateles@letras.ufmg.br)

\*\* Graduanda da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, MG, Brasil; [oliveira.caroline.silva@gmail.com](mailto:oliveira.caroline.silva@gmail.com)

seguido do corpus ao qual pertence e o ano da edição do texto; *CdoP* refere-se ao *Corpus do português* de Davies (2006):

- (1) espedio-se Gonçalo Velho daquelles fidalgos, & os seus começaram de carregar daquelas **trouxas** que achavã pello campo, de que hii avia grande avomdamça, porque a frasca que os mouros llevavã easy toda ficou ally. (*CdoP*, séc. XV) (Os grifos dos exemplos são sempre nossos).
- (2) formava-se um novo renque de lavadeiras, que acudiam de fora, carregadas de **trouxas** (*CdoP*, 1890)
- (3) como que se mexe com essa **trouxa** de roupa (*Twitter*, 2019)

quanto como adjetivo, como em:

- (4) Mas precisava encontrar. Afinal de contas estava fazendo papel de **trouxa**. (*CdoP*, 1928)
- (5) calculando quantas vezes eu já fui **trouxa** e pensando quantas vezes mais eu vou ser (*Twitter*, 2019)

Além de adjetivo, o termo também pode ser encontrado como verbo e particípio passado:

- (6) E rogo-vos pola fé que a Deus devedes que logo mo dedes. Tomae-o, disse el. Muitas mercees, disse ela, e sabede que aquel por cujo amor o vós dades a mim vo-lo saberá bem galardoar e cedo. E ela **entrouxou** logo o corço em seu cavalo e quando Lançalot vio que se quiria partir (*CdoP*, séc. XV)
- (7) As pálpebras lívidas não se moviam; um negro, que **entrouxava** as ferramentas da crucificação, ia empurrá-la com brandura; ela emudecia, apertava desesperadamente o filho para que lho não levassem também (*CdoP*, séc. XIX)
- (8) Leua **entrouxados** os ossos de Joseph & cõ elles iraa pello deserto/& com elles chegara a terra da pregação Funebre. (*CdoP*, séc. XVI)

O item *trouxa* é utilizado com mais de um significado<sup>1</sup>, dependendo de seu contexto. Aqui, daremos ênfase aos dois significados mais recorrentes em uso na língua, o de *bobo* e o de *amontado de roupas*. Com o intuito de entender melhor a posição ocupada pelo item, este trabalho pretende responder a questões como: Quando o item ganhou mais de um significado? Qual(is) o(s) significado(s) do item, na língua portuguesa, ao longo de sua história? A hipótese é de que a palavra, inicialmente um substantivo sem conotação pejorativa, passa a ser usada com mais frequência como adjetivo de valor pejorativo. Ao se analisarem as ocorrências, fica clara a escolha por parte dos usuários de tal palavra como adjetivo de cunho negativo como os exemplificados abaixo, quando se quer ofender uma pessoa ou referir-se a ela de forma negativa:

- (9) Afinal de contas era mesmo um **trouxa**. Quando podia não quis. (*CdoP*, 1928)
- (10) Estava falando de um menino pro meu irmão e ele disse: “ele deve ser **trouxa, trouxa** com **trouxa** dá certo” (*Twitter*, 2019)

<sup>1</sup> Deixaremos de lado as questões relativas às diferenças entre sentido e significado, apesar de termos consciência de sua relevância para várias teorias (cf., por exemplo, Frege (1892) e Vigostski (1993)), por não ser o cerne do artigo. Os dois termos serão tratados por nós como sinônimos.

- (11) Movimento sem-teto cobrava aluguel de moradores que ocupavam prédio na Paissandu [...]. E ainda tem **trouxa** que acredita (*Twitter*, 2019)

Não se pode deixar de ignorar, ao se fazer esta investigação, o alerta de Riemer (1982, p. 373):

Unlike sound change, which seems to be governed by regular laws of great generality which were open to ‘scientific’ study, meaning change has often struck investigators as chaotic and particularistic. Since changes in words’ meaning are often determined by social-cultural factors, much meaning change is not even linguistically motivated<sup>2</sup>.

Assim, no processo de busca a uma resposta, lançou-se mão de uma análise semântico-diacrônica, amparada pela Etimologia (cf. Viaro, 2011, 2013a, 2013b), sem a qual o trabalho ficaria incompleto, para estudar o item *trouxa*, com o intuito de comparar os aspectos semânticos de cada época e apresentar cada significado encontrado para o item, que aparece como um substantivo e como verbo, e posteriormente também como adjetivo de cunho pejorativo, verbo e particípio passado nas ocorrências pesquisadas, como se verá a seguir.

Somos também motivados pelo alerta de Sweetser (1990, p. 2) de que “semantic work within the formal-semantic tradition has neglected the study of individual morphemes’ meanings in favor of examination of the compositional-semantic structure of larger phrasal and sentential units”<sup>3</sup>. Para a autora, isso poderia ser consequência de a maioria dos pesquisadores tenderem a pensar que encontrariam mais regularidade nas sentenças do que em palavras individualizadas. Assim, temos mais uma justificativa para se estudar o item. No entanto, o estudo não pode ser considerado exaustivo e esperamos fornecer mais informações sobre ele, no futuro.

Após uma sucinta seção sobre o arcabouço teórico escolhido, seguida da metodologia, indicaremos o caminho seguido por *trouxa* ao longo da língua portuguesa, para podermos descrevê-lo e analisá-lo, fechando-se com uma conclusão.

## 2 VARIAÇÃO E MUDANÇA SEMÂNTICA E ETIMOLOGIA

Bréal (1897) foi um dos precursores em delimitar categorias de mudança semântica, tais como especialização, generalização, melhoramento e “pejorização”, que ele chama de *tendances des mots* (“tendências das palavras”). Para se entender sobre cada uma dessas tendências, utiliza-se aqui Riemer (1982).

Na especialização (ou enfraquecimento, restrição), a abrangência da referência da palavra se estreita. Na generalização (ou alargamento), tendência oposta

<sup>2</sup> Tradução nossa: “Ao contrário da mudança sonora, que parece ser governada por leis regulares de grande generalidade, abertas a estudo “científico”, a mudança de significado frequentemente parece aos pesquisadores como caótica e difícil de ser generalizada. Pelo fato de as mudanças de significado serem usualmente afetadas por fatores socioculturais, muitas das mudanças de significado não são nem motivadas linguisticamente.”

<sup>3</sup> Tradução nossa: “trabalho semântico de tradição formal-semântica tem negligenciado o estudo dos significados de morfemas individuais em favor do exame da estrutura composicional-semântica de unidades frasais e sentenciais maiores.”

à especialização, o significado da palavra muda para abranger uma classe maior de referentes.

Na pejorativação (em inglês, *pejorization*), a palavra toma um significado avaliado como negativo, sendo o melhoramento o processo oposto, no qual a palavra passa a receber uma avaliação positiva. Alguns processos, no entanto, não cabem exatamente em uma das duas possibilidades. Assim, para resolver a questão, podemos entender os dois como tipos de mudança metonímica, sendo a metonímia “the process of sense development in which a word shifts to a contiguous meaning.”<sup>4</sup> (Riemer, 1982, p. 375), ocorrendo contiguidade quando os referentes dos significados contíguos estão próximos um do outro ou se os significados das palavras estão próximos conceitualmente.

O autor chama a atenção, também, para a metonímia, que pode abarcar a especialização e a generalização, além de outros tipos de mudança, e para a metáfora, baseada em similaridade e analogia, e não contiguidade. Ambas, metonímia e metáfora, agrupam todas as demais categorias descritivas.

Riemer (1982), entretanto, deixa claras as limitações dos conceitos acima e, na busca de explicações para a causa das mudanças semânticas, propõe enfatizar “how inferences generated in discourse become part of lexicalized word meaning”<sup>5</sup> (p. 379). Para o autor, a compreensão da mudança semântica deve ser feita por considerações pragmáticas, fatores baseados no discurso, e não levando-se em conta operações cognitivas abrangentes como metáfora e metonímia. Não podemos ignorar, porém, o fato de que nós, humanos, estruturamos a nossa percepção do mundo através das metáforas e metonímias (Lakoff; Johnson, 1980), e que novos significados das palavras são adquiridos com essa estruturação cognitiva (Sweetser, 1990, p. 9).

Uma mudança semântica envolve basicamente polissemia, termo cunhado por Bréal (1897, p. 154-155) conforme Victorri e Fuchs (1996, p. 11), para se referir a um “phenomène de multiplication” (“fenômeno de multiplicação”) em que “à mesure qu’une signification nouvelle est donnée au mot, il a l’air de se multiplier et de produire des exemplaires nouveaux, semblables de forme, mais différents de valeur”<sup>6</sup>. Por essa definição, fica evidente que a polissemia é um processo dinâmico de construção do significado. Já a implicatura é feita a partir do contexto e “o ouvinte participa ativamente na construção do significado do que ouve, preenchendo lacunas que o falante deixa em seu discurso” (Cançado, 2013, p. 150). Já com base em Riemer (1982, p. 380), uma palavra muda de significado da seguinte maneira:

$$A > A + B_{\text{implicado}} > A + B_{\text{polissêmico}} (> B)$$

O autor chama a figura acima “teoria da convencionalização da implicatura da mudança semântica”<sup>7</sup>. Como se pode ver, há estágios intermediários entre o significado inicial A e significado final B, caso a mudança efetivamente ocorra. A

<sup>4</sup> Tradução nossa: “o processo de desenvolvimento do sentido no qual uma palavra muda para um sentido contíguo.”

<sup>5</sup> Tradução nossa: “como as inferências geradas no discurso tornam-se parte do significado da palavra lexicalizada.”

<sup>6</sup> Tradução nossa: “na medida em que uma nova significação é dada à palavra, ela parece se multiplicar e produzir exemplares novos, semelhantes em forma, mas diferentes de valor.”

<sup>7</sup> No original: “The conventionalization of implicature theory of semantic change.”

adição de um ou mais significados, resulta em polissemia, é mais comum do que a perda do significado inicial. Esses estágios entre A inicial e B final podem ser evidenciados pelos dados históricos, fonte de informação para a reflexão da estrutura cognitiva na linguagem (Sweetser, 1990).

Para melhor se entender o esquema acima, Riemer (1982) se utiliza de tendências gerais de mudança semântica propostas por Traugott (1989), a internalização semântica e a subjetificação. Traugott (1989, p. 34) chama de *internalização semântica* o processo em que um significado baseado em uma situação externa se transforma em outro baseado em uma situação avaliativa/perceptual/cognitiva. Assim, observam-se mudanças do concreto para o abstrato, como palavras utilizadas para propriedades concretas são estendidas para denotar abstratas. Quanto à subjetificação, o significado cada vez mais tende a basear-se nas crenças/atitudes subjetivas do falante, sendo o melhoramento e a pejorativação exemplos claros do fenômeno.

Aplicando-se a proposta acima para o item *trouxa*, veremos, a seguir, que sofre tanto o processo de internalização semântica, submetido à mudança de [-concreto] > [+concreto], quanto o de pejorativação, em que fatos observáveis – uma trouxa como um objeto frequentemente desajeitado para se carregar ou levar – passam a aproximar-se de opinião/sentimento mais subjetivo: uma pessoa *trouxa* é aquela de pouca inteligência, que é levada na conversa de qualquer um.

O uso da diacronia e da etimologia para a análise de *trouxa* decorre de estarmos de acordo com Sweetser (1990, p. 3) quando afirma que não ser possível descrever e explicar mudanças de significado sem se fazer referência a elas. O nosso objetivo é, como o da autora, de dar “a motivated account of the relationships between senses of a single morpheme or word, and of the relationships between historically earlier and later senses of a morpheme or word.”<sup>8</sup>

### 3 METODOLOGIA

Para este trabalho, foram utilizados dois *corpora* distintos em grau de formalidade e marcas de oralidade. O primeiro trata-se do *Corpus do português (CdoP)* de Mark Davies (2006) e o segundo foi montado a partir da rede social *Twitter*, que permite a seus usuários de enviar textos de até 280 caracteres, por meio do site do servidor, a outros usuários seguidores.

Estas seleções se devem ao fato de o *CdoP* apresentar textos escritos dos séculos XIII a XX, de variados gêneros, e o *Twitter* situar-se em um polo oposto, já que seus textos são escritos, do século XXI, porém com fortes marcas de oralidade e espontaneidade, sem possibilidade de revisão. Nesta rede social, a coloquialidade é marcante e a escrita aproxima-se consideravelmente às respectivas falas cotidianas dos usuários. Assim, foi possível selecionar e comparar ocorrências bastante heterogêneas, permitindo uma maior aproximação com o uso real de *trouxa* na contemporaneidade.

---

<sup>8</sup> Tradução nossa: “uma descrição motivada das relações entre os sentidos de um único morfema ou palavra, e das relações entre sentidos historicamente mais antigos e mais recentes de um morfema ou palavra.”

Os dados coletados contêm diversas características e campos disponíveis para análises distintas. Foi necessário um recorte que excluiu fatores sociolinguísticos de difícil ou impossível verificação como gênero, grupo social e faixa etária dos usuários do *Twitter*, mesmo que se saiba a sua influência no uso e na ortografia dos itens em estudo. O foco foi na comparação entre o uso informal contemporâneo do item *trouxa* e suas ocorrências na escrita da língua portuguesa, sendo realizada uma análise diacrônica para se observar a evolução da palavra. Tal recorte foi realizado levando em consideração as limitações de informações sobre os indivíduos dos *corpora* e de extensão do trabalho. Portanto, fica em aberto um material para futuros trabalhos.

Para a análise dos contextos de *trouxa* e cognatos, foram elaboradas tabelas, nas quais estão incluídas também as ocorrências com *-cb-*, no lugar de *-x-*, sem diferenciação entre elas, por não ser o foco da pesquisa.

Para se entender o percurso histórico de *trouxa* e seus cognatos, pesquisaram-se, também, dicionários da língua portuguesa de diferentes períodos, com o intuito de encontrar os distintos significados e as descrições dos itens.

#### 4 PERCURSO DO ITEM TROUXA

Bento Pereira (1697), ao definir *sarcina*, apresenta *trouxa* como um de seus sinônimos e pode-se ver que a definição apresenta pejoratização: “Sarcina, ae. f. g. A carga, o cargo, trouxa, fardo, fato, fardel, & c. item pezo, & carga inútil [...]”<sup>9</sup>.

Todos os autores pesquisados, citados em seguida, são unânimes em afirmar que port. *trouxa* < esp. *troja*. Assim, justifica-se verificar os significados do termo em espanhol. Conforme o DLE (2019), *troja* é de origem incerta, e apresenta duas definições, ambas em desuso: sob a forma *troj*, ainda usada em países de língua espanhola fora da Espanha. 2. Alforje, “talega” (“surrão”, “bolsa” ou “sacola”) ou mochila. Já Corominas (1954, p. 596) informa que, em espanhol, *troja* é de origem incerta e que em vários países latino-americanos utiliza-se a forma desusada *troj*. Também é forma desusada para se referir a “alforja, talega o mochila”, isto é, *alforje*, *saco* ou *mochila*, respectivamente, informação semelhante à do DLE. O autor afirma que, no século XV encontra-se, em espanhol, o verbo *entroxar* e alerta para a confusão que alguns dicionários fazem entre *troj* e *troja*: enquanto um tem relação com “guardar, armazenar”, o outro tem de “carga levada nas costas, de um homem ou animal”.

Em relação à língua portuguesa<sup>10</sup>, Lorenzo (1968 apud DDGM) afirma que *trouxa* tem ocorrência já no séc. XV<sup>11</sup>, não explicitando seu significado no período.

Para Cunha (1982), *trouxa* significa “sf. ‘fardo de roupa’ ‘grande pacote’ XVI. Do a. cast. troja, troxa || Entroujar 1813 || Trouxado || XIV, tro- XV.”. Aqui

<sup>9</sup> No espanhol atual, o DLE apresenta um verbete para *sarcia*: “Del gall. sarcia y este del lat. sarcina. 1. F. Carga, fardaje.”

<sup>10</sup> Rubim (1853) foi consultado, mas o item e/ou seus cognatos não foram encontrados.

<sup>11</sup> Em galego atual, *trouxa* tem dois significados: 1. fardo de roupa e 2. “trouxadeira” (“ervas retorcidas, colocada no lombo de um animal, para aliviar o peso de uma carga”) (González, 2012).

temos uma informação de algum interesse: já no século XIX, o autor encontra o verbo e uma forma de particípio passado de *trouxa*.

Cunha (2014) encontra duas ocorrências de *trouxas*, no plural, no século XV, podendo-se inferir pelo contexto de que trata de algum tipo de carga ou embrulho.

Em Bluteau (1789, p. 540), duas derivações do item *trouxa* foram encontradas: entrouxado: part. pass. de entrouxar. “O Sacerdote está como entrouxado em uns panos”; II) entrouxar: v. meter na *trouxa*; dar feição de *trouxa*; ou fazer *trouxa* de alguma roupa.

Silva (1789, p. 496), indica que trouxa é “envoltorio com roupa, ou fato”, “telhado” e “doce de ovos”.

Em Figueiredo (1913, p. 2029), tem-se: “troixa: f. Fardo de roupa; grande pacote. Prov. beir. mulher desajeitada e mal procedida. (Colhido na Guarda). M. Trampolineiro, pulha. Cf. Camillo, Hist. e Sentim., 164”. O mesmo afirma Freire (1940).

Bueno (1974, p. 4103) indica três significações para o termo: “Trouxa: - ‘adj. Bobo, tonto, tolo, pacóvio’ e “Trouxa: - s. f. mala de roupa, roupa ajuntada e amarrada, quase sempre para ir à lavagem. Doce de ovos batidos e enrolados, uma das delícias da doçaria portuguesa em Caldas da Rainha. Do esp. troja, com ditongação em português trouxa, que se vai ligar ao fr. *trousse*, cousa torcida, enrolada, do lat. *torsus*, torsa, part. pass. de *torquere*, *torcer*”. Seus derivados no dicionário são: I) Trouxice: - s.f. Tolice, ingenuidade, acção própria de trouxa. Suf. ice do lat. *ities*. II) Trouxismo: - s. m. Palermice, inépcia, estultícia, estado de quem é trouxa e dele fazem o que querem. Suf. ismo.

No verbete *trouxa* de Houaiss (2009) aparecem: I) subs. feminino; embrulho, ger. feito com pano, para guardar ou transportar objetos; *trouxo*; grande embrulho; conjunto de pertences; II) Regionalismo: Paraíba. Uso: tabuísmo. Órgão genital masculino; pênis; III) N. adjetivo de dois gêneros e substantivo de dois gêneros: que ou quem é facilmente iludido ou ludibriado; tolo. A etimologia do item segundo o dicionário é “esp. troja, regr. de trojar ‘dispor em forma de carga sobre uma pessoa ou animal’.”

Em Ferreira (1975, p. 1415), o significado é de “trouxa: s.f. Fardo de roupa; grande pacote; mulher desajeitada e mal vestida ou procedida; adj. 2 gên. e s. 2 gên. (gír.) diz-se de, ou pessoa tola, sem habilidade, sem expediente, fácil de ser enganada. Forma paral.: *troixa*. Há também verbetes para *trouxe-move* “desordenadamente” e *trouxinha*, gíria para “embrulho de maconha”.

Fernandes (1995, s/p) indica duas significações e sua origem ortográfica apresentada em 1913, *troixa* também apareceu: I) s. f. Roupa enrolada ou enfardada; pacote grande; adj. e s; II) gên. diz-se da pessoa tola, que se deixa enganar facilmente. Var.: *troixa*.

Borba (2002, p. 1583) tem a seguinte definição: “trouxa Nf 1 fardo de roupa: *Isabel entra com uma trouxa de roupas* (IN); *a pequena trouxa de panos que caminha a mão do alcaide* (BOI) 2 pacote: *o velho traz uma pequena trouxa* (CCI).” OU “troxa 2 Adj. [Qualificador de nome animado] 1 tolos, bobo: *Não sou trouxa* (AB); *Ninguém é trouxa* (CB) N 2 pessoa tola ou inábil: *o trouxa fica fascinado* (GA); *A Maria é uma trouxa* (NC)”. “Trouxice: Nf (Coloq) [Abstrato de estado] tolíce; bobeira: *Mas não vamos fazer*

de nossas células atestadas de “trouxice” prestando atenção aos abutres de televisão que montarão em cima deste cadáver em ridículo aproveitamento próprio (EMB); só nos resta utilizar as várias boras diárias de trânsito adicional, concebidas gentilmente pelo Maluf, para refletir sobre nossa trouxice coletiva (FSP)”.

No verbete de “trouxa” de Heckler (1984, p. 284), encontramos *entrouxar*, *entrouxo*, *trouxa* e *trouxe-moxe* ou *troche-moche*. A origem seria do espanhol *troja* (trouxa) e indicam o antigo *troçar* > francês antigo *torser* > latim *torsus* > *torquere*.

Borba (1990, p. 641), sobre o verbete *entrouxar*, indica dois significados. Para o primeiro, afirma que o complemento deve ser concreto e que o verbo significa “fazer a trouxa de, meter em trouxa, empacotar”. Já o segundo “significa jogar-se como trouxa, deixar-se cair como trouxa”.

Moreno (1949) é o dicionário pesquisado mais completo sobre o termo e palavras afins. Aponta três verbetes para *trouxa*: (1) “fardo de roupa; roupa enrolada ou empacotada” [...] || Provinc. Mulher desajeitada e mal vestida. || Gir. Cabeça, entre gatunos. Pleb. O órgão sexual masculino.” Além do mais, indica algumas expressões com o termo: “arrumar as trouxas”, “fazer a trouxa” e “Bras. Gir. Pisar na trouxa, ficar furioso.” (2) “adj. 2 gén. Gir. Tolo pacóvio, ingénuo” [...] || Gir. Ser trouxa, ser tolo, deixar-se enfanar facilmente. || Ser fraco, mole, não saber aproveitar as ocasiões.” (3) “Pulha, trampolineiro [...] || Tolo pacóvio.” (p. 314) Observe-se que os significados (2) e (3) são muito próximos um do outro. Mesmo assim, o autor preferiu manter as duas definições. Também há verbetes para “trouxada” (“grande trouxa”), “trouxado” (“Metido em trouxa ou envoltório”), “trouxão” (“Grande trouxo”), “trouxas de ovos” (“Doce de ovos Feito em rolos compridos”), “trouxel” (“O mesmo que trouxa”), “trouxelo” (Ant. O mesmo que trouxa), “trouxe-mouxe” (“Usado na loc. adv. A trouxe-mouxe, a esmo, ao acaso, em desordem, atabalhoadamente”), “trouxice” (“Trouxinha” (p. 315).

Taunay (1914, p. 210): “adj. S. m. (gir.). Fraco, molle, que não sabe aproveitadas as ocasiões. ‘Perdeste o negócio por teres sido trouxa’”<sup>12</sup>.

Com base nos dados obtidos por meio dos dicionários acima, é possível verificar a versão de *trouxa* com significado de “embrulho de roupa e/ou objetos pessoais”, “carga a ser carregada por algo ou alguém” a partir do século XV. Figueiredo (1913) é o dicionário mais antigo em que *trouxa* aparece como pessoa boba (“Trampolineiro, pulha”). A partir de Moreno (1949), percebe-se o desaparecimento do item para designar ou referir-se a uma mulher desajeitada e, em contraponto, uma expansão do uso dos falantes para denominar qualquer indivíduo bobo.

Portanto, é possível afirmar a permanência, na língua portuguesa contemporânea, de *trouxa* como embrulho de carga e como nome que nomeia e/ou qualifica o que ou quem é bobo. Mesmo com a força que o item *trouxa* ganhou como alguém facilmente enganado e suas derivações, que serão apresentadas na tabela a seguir, pode-se verificar a manutenção do significado etimológico do item.

<sup>12</sup> O significado de “doce de ovos” e “pênis” estão diretamente ligados ao sentido etimológico da palavra, pois apresentam uma forma bastante aproximada de *trouxa* e não os indicamos. Um único autor apresenta o significado de “telhado”, Silva (1789), o que não deixa de ser surpreendente, já que é difícil correlacionar a sua forma e/ou características com a de uma trouxa.

## 5 ANÁLISE E RESULTADOS

A partir da coleta dos dados feitas no *CdoP* e no *Twitter*, foi possível organizá-los da seguinte maneira:

Tabela 1 - Ocorrências de *trouxa* e cognatos nos *corpora*.

Corpus	<i>CdoP</i> (s. XIII a XVIII)	<i>CdoP</i> (s. XIX)	<i>CdoP</i> (séc. XX)	<i>Twitter</i> (2012-2020)	Total
Item*	N.	N.	N.	N.	
<i>Tro(u/i)xa(s)</i>	27	138	97	1885	2147
<i>Tro(u)xinha(s)</i>	6	2	7	1176	1191
<i>Tro(u)xona(s)</i>	0	0	0	1096	1096
<i>Tro(u)xice(s)</i>	0	0	0	919	919
<i>Tro(u)xão/ões</i>	0	0	0	879	879
<i>Tro(u)xco(s)</i>	0	0	0	640	640
<i>Entro(u)xada(o)(s)</i>	2	0	0	640	642
<i>tro(u)xada(s)</i>	0	0	0	419	419
<i>Entro(u)xar e conjugações</i>	7	5	2	284	298
<i>Tro(u)xinbo(s)</i>	0	0	0	211	211
<i>tro(u)xismo(s)</i>	0	0	0	185	185
<i>Tro(u)xita(s)</i>	0	0	1	157	158
<i>tro(u)xel/eis</i>	0	0	0	86	86
<i>Tro(u)xe-mo(u)xe</i>	0	0	5	52	57
<i>trou(u)xelo(s)</i>	0	0	0	46	46
<i>Tro(u)xazita(s)</i>	0	1	0	1	2
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>147</b>	<b>111</b>	<b>8676</b>	<b>8976</b>

Como se pode ver, *trouxa* é o item mais frequente, em relação a seus cognatos, em todos os cortes temporais feitos. No entanto, enquanto que nos sécs. XIII-XVIII e XIX todas (27/27) as ocorrências (ocs.) de *trouxa* se referem a um embrulho, 27/27 e 138/138, respectivamente, no século XX, a frequência cai para 68% e no séc. XIX cai para 48%.

No caso de *trouxinha*, todas as poucas ocs. ao longo dos períodos observados no *CdoP* se referem a embrulho. Quando o *Twitter* é analisado, vemos uma maioria de uso com o significado de “bobo”.

Os demais termos são pouco frequentes no *CdoP*, indicando sua fraca presença na língua escrita.

Vale a pena ressaltar o caso do verbo *entrouxar*: apesar de sua pouca frequência, está presente desde o primeiro recorte (7 ocs.), mas vai diminuindo ao longo do tempo. Nas 14 ocs. encontradas, em todas elas ele se refere ao ato de embrulhar algo e nunca o de fazer alguém de bobo, ao contrário do *Twitter*.

O *Twitter* demonstra a vitalidade de *trouxa* e seus cognatos com o significado de *bobo*/alguém que se deixa enganar facilmente, na língua informal, como demonstram os exemplos abaixo:

- (12) Há mulheres **trouxas**, como também há Homens **trouxos**! (*Twitter*, 2018)
- (13) Uma **trouxa** fazendo **trouxi**ce (*Twitter*, 2019)
- (14) Eu sou tão **trouxa** que eu me canso da minha **trouxi**ce. (*Twitter*, 2019)
- (15) É sério, vamos botar na mesa a maior **trouxi**ce de cada um e decidirmos juntos quem é o mais **trouxa**. (*Twitter*, 2019)
- (16) **Trouxa, troucha, troxa, troicha** (*Twitter*, 2019)

O *trouxa* seria, então, aquela pessoa que se deixa enrolar, embrulhar, manipular como fazemos com roupas ao transformá-las ou colocá-la em uma *trouxa*.

Mas também encontramos o uso no significado etimológico:

- (17) Tô aqui tentando descobrir como que se mexe com essa **trouxa de roupa**
- (18) Indo lavar uma **trouxa de roupa** e depois fazer a minha mala pra deixar guardadinha
- (19) Vá caçar uma **trouxa de roupa** para lavar que terá mais utilidade
- (20) Senhor, daí-me forças pra lavar aquela **trouxa de roupa**

Há, no entanto, poucos casos em que eles se referem a um embrulho, até mesmo porque o uso de *trouxas*, pelo menos no meio urbano, onde se presume que viva a maioria dos usuários do *Twitter*, diminuiu bastante devido à sua substituição por malas, caixas e afins, objetos menos presentes nos séculos passados.

Uma inovação curiosa é o significado criado para o item *trouxeis*, que denomina uma língua falada por pessoas que são *trouxas*:

- (21) Eu falo português e **trouxeis** sou muito bilíngue baby. (*Twitter*, 2018)
- (22) Quantos idiomas você fala? - **Trouxeis**, idiotéis, português (*Twitter*, 2018)

Apesar da pejorativação evidente do termo, no caso dos diminutivos em encontramos uma nuance diferente, muitas vezes irônica, até carinhosa, usando-se inclusive um “portunhol”:

- (23) Mano, o ódio que to sentindo não é normal, vo pegar minhas **trouxinhas** e ir embora da vida de uma vez (*Twitter*, 2019)
- (24) Super **trouxinhas** e super poderosas hahahahah (*Twitter*, 2019)
- (25) No puedo, soy **trouxita** (*Twitter*, 2019)

- (26) Concentradita em n dar moral pra qm me faz de **trouxita** por puro fogo no rabito (*Twitter*, 2019)  
 (27) A **trouxita** da Stella veio dormir aqui de novo, minha linda (*Twitter*, 2012)

Encontrou-se também o uso recorrente de *trouxa* como adjetivo e como substantivo com carga pejorativa em diferentes textos:

- (28) Eu não melhorei porque eu não quis, se eu quisesse estava numa boa. Estou aqui de **trouxa** (*CdoP*, 1997)  
 (29) Era como se tivessem me puxado o tapete. Me senti um **trouxa** (*CdoP*, 1999)  
 (30) Já estava decidido, preparado para a renegociação, quando encontrou por acaso um **trouxa** que lhe disse ter visto uma cópia da outra parte do dístico. (*CdoP*, 1999)  
 (31) Se encontrasse a mulher bem. Se não encontrasse paciência. Não iria procurar. Iria é para casa. Afinal de contas era mesmo um **trouxa**. Quando podia não quis. Agora que era difícil queria. (*CdoP*, 1928)

Os usuários do *Twitter* demonstram conhecer os dois significados para o termo e brincam com a polissemia do item, fazendo piadas com seus significados possíveis:

- (32) Você não é roupa pra te fazerem de **trouxa** (*Twitter*, 2019)  
 (33) Prepara a **trouxa de roupa** seu **trouxa** (*Twitter*, 2019)  
 (34) **Trouxa** mas não de roupa (*Twitter*, 2019)

Encontramos um único caso do final do século XIX/início do século XX, em *CdoP*:

- (35) Um súdito austríaco reclamou da Saúde Pública uma indenização de 2:000\$000 de réis por uma trouxa sua que se extraviou por culpa daquela repartição. O dono da trouxa não é **trouxa**, nem nada; mas a Saúde Pública é que não vai no embrulho; o homem fica sem a trouxa e sem os dois pacotes. (*CdoP*, séc. XIX).

No *Twitter*, em geral, quando o usuário deseja sustentar o significado de ‘carga, embrulho de roupa’ utiliza o complemento ‘*de roupa*’. Percebe-se que o item em si, no passado, já carregava o seu significado completo, já que se pressupõe que uma trouxa seja um amontado de roupas, diferentemente de hoje, que se precisa de um complemento para que não haja distorção de significado.

O uso de aumentativos favorece ainda mais a carga pejorativa intrínseca do item (*Twitter*, 2019), muitas vezes usado na forma feminina, mas o gênero é masculino:

- (36) Ele super se acha, mas no fundo é mo **troxão**  
 (37) Monark é mais um white que tem PLENA CONSCIÊNCIA racial e social, mas prefere fazer tweet de racismo reverso para ganhar visibilidade e os **trouxão** tão lá ajudando.  
 (38) Pareço um **trouxão** me preocupando com todo mundo  
 (39) não tem NADA nessa vida de leitora que eu ame mais do que ler o processo de duas pessoas se apaixonando [...], cada detalhezinho acaba me deixando muito boba, sou **trouxona**

- (40) Eu sou maior *troxona*, curto foto de mina direto que tb me segue e nunca curtiu a minha! kkkkkkk

Comprovou-se a carga sempre pejorativa tanto nos substantivos quanto nos adjetivos (*Twitter*, 2019):

- (41) Eu tentando entender se a pessoa realmente gosta de mim ou se me acha um coitado *trouxa*  
 (42) Sem jeito ficou esse *trouxa* aqui!

O fato de [+concreto] > [-concreto] não é surpreendente: conforme Traugott (1982), significados mais abstratos geralmente derivam de mais concretos e não vice-versa. Isto é, cognitivamente, seres humanos estão mais predispostos a partir do concreto para o abstrato.

Quanto à grafia do item, percebe-se, no *Twitter*, 47% das ocorrências com o ditongo *-ou-* e 53% com monotongação, reflexo da influência da língua oral sobre uma língua escrita informal e espontânea. Nos registros do *CdoP*, não foram encontradas formas monotongadas.

O segundo resultado obtido abordou a quantificação em relação às ocorrências semânticas do item: 52% do uso teve peso pejorativo e 48% dos casos permaneceram em seu significado primário de “trouxa de roupa”. Ambos terem alcançado quase o mesmo resultado em sua quantidade de uso possibilita afirmar que, mesmo com a expansão conotativa do item entre os falantes da língua portuguesa, o significado original não se perdeu. É nítido que ganhou um complemento para manter seu significado (*de roupa*), mas ainda é usado com grande frequência, inclusive entre os jovens e usuários das redes sociais e da linguagem coloquial.

Quanto à classificação morfológica dos itens, pode-se perceber facilmente, a partir da tabela 1, que a grande maioria de trouxa e cognatos é um nome, substantivo ou adjetivo. O uso do verbo *entrouxar*, independentemente de seu significado, é bem menos recorrente, assim como o particípio passado.

## 6 CONCLUSÃO

O item *trouxa*, encontrado na língua portuguesa escrita pelo menos a partir do século XV, encontra-se, na língua contemporânea informal, com bastante vitalidade de formas, especialmente aquelas com função de nome. Seus usuários preservam seu significado etimológico de embrulho/carga – apesar de o contexto de meio urbano não favorecer o uso de trouxas, mas sim de caixas, malas e afins – e usufruem também do significado abstrato de *pessoa boba*, que é facilmente ludibriada. A mudança semântica pela qual passou *trouxa* é um bom exemplo da asserção de Ulmann (1964, p. 438): “Sejam quais forem as causas que produzam a mudança, deve haver alguma ligação de significado, alguma *associação*, entre o significado novo e o novo.” No entanto, se, com o passar do tempo, cargas/embrulhos em forma de trouxa deixaram de existir, ou serem de uso muito restrito, os usuários podem deixar de fazer essa “associação”. Por enquanto, infere-se que o usuário que emprega o termo trouxa como “bobo” ainda saiba que o termo pode se referir, também, a embrulho/carga. O item só aparece com o significado de bobo na escrita do início

do século XX, o que não nos impede de acreditar que já existiria na língua oral informal antes disso. Nossa hipótese inicial se confirma: *trouxa*, inicialmente um substantivo sem conotação pejorativa, passa a ser usada com mais frequência como adjetivo de valor pejorativo. Apesar de haver necessidade de ainda mais avanço dos estudos sobre o objeto de nossa demonstração, esperamos ter contribuído no estabelecimento de um paradigma para o estudo da evolução do léxico da língua portuguesa, levando-se em conta o nível semântico, principalmente.

## REFERÊNCIAS

Bluteau R. Vocabulário Portuguez & Latino. v. 7. Coimbra: Collegio Das Artes Da Companhia De Jesu, 1712 - 1728. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5441>. Acesso em: 6 jul. 2020.

Borba FS. Dicionário de usos do português do Brasil. São Paulo: Ática; 2002.

Borba FS. Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil. São Paulo: Editora da Unesp; 1990.

Bréal, M. Essai de sémantique. Paris: Hachette, 1897. Disponível em: [https://fr.wikisource.org/wiki/Essai\\_de\\_S%C3%A9mantique](https://fr.wikisource.org/wiki/Essai_de_S%C3%A9mantique). Acesso em: 6 jul. 2020.

Bueno FS. Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa. v. 8. São Paulo: Brasília; 1974.

Cançado M. Manual de semântica. São Paulo: Contexto; 2013.

Cunha AG. Dicionário etimológico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1982.

Cunha AG. Vocabulário histórico-cronológico do português medieval. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa; 2014. v. 2.

Corominas J. Dicionario crítico etimológico de la lengua castellana. Madrid: Gredos; 1954. v. 4.

Davies M. Corpus do português. Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/hist-gen/>; Acesso em: 6 jul. 2020.

Fernandes F. Dicionário brasileiro Globo. São Paulo: Globo; 1995.

Ferreira ABH. Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1975.

Figueiredo C. Novo dicionário da língua portuguesa. Lisboa: Portugal Brasil; 1913.

Frege G. On sense and reference. Tradução de: Über Sinn und Bedeutung, *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik* NF 100, p. 25-50. 1892. Disponível em: <http://www.scu.edu.tw/philos/98class/Peng/05.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

Freire L. Dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: s/e; 1940. v. 5.

González González M. Dicionario da Real Academia Galega. Tabernas: Real Academia Galega; 2012. Disponível em: <https://academia.gal/dicionario>. Acesso em: 6 jul. 2020.

Halliday MAK, Hasan R. Cohesion in English. London/New York: Longman; 1995 [1976].

- Heckler E, Back S, Massing E. Dicionário etimológico da língua portuguesa. São Leopoldo: Unisinos; 1984.
- Houaiss, A. Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva; 2009. 1 CD-ROM.
- Lakoff G, Johnson M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press; 1980.
- Lorenzo L. Sobre cronologia do vocabulário galego-português. Vigo: Galaxia; 1968. apud DDGM Dicionario de dicionarios do galego medieval. Disponível em: <http://sli.uvigo.es/DDGM/index.php>. Acesso em: 6 jul. 2020.
- Moreno A, Cardoso Jr., Machado JP. Grande dicionário da língua portuguesa. Lisboa: Confluência; 1949. v. 11.
- Nascentes A. Dicionário da língua português. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional; 1967. v. 4.
- Pereira B. Prosodia in vocabularium bilingue. Évora: Tipografia da Academia, 1697. Disponível em: <http://clp.dlc.ua.pt/Inicio.aspx>. Acesso em 6 jul. 2020.
- Pinto LMS. Dicionario da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Ouro Preto: Typographia de Silva; 1832. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414>. Acesso em: 6 jul. 2020.
- Real Academia Española: Diccionario de la lengua española, [versión 23.3 en línea]. Disponível em: <https://dle.rae.es>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- Riemer N. Semantic variation and change. In: \_\_\_\_\_. *Introducing Semantics*. Cambridge: CUP; 1982. p. 370-422.
- Rubim BC. Vocabulario brasileiro para servir de complemento aos dictionarios da lingua portuguesa. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Emp. Typ. Dous de Dezembro de Paula Brito Impressor da Casa Imperial; 1853. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3886>. Acesso em: 6 jul. 2020.
- Silva AM, Bluteau R. Dicionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Na Officina de Simão Thadeo Ferreira; 1789. v. 2. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5413>. Acesso em: 6 jul. 2020.
- Sweetser E. *From Etymology to Pragmatics*. Cambridge: CUP; 1990.
- Taunay AE. *Lexico de lacunas, subsidios para os dictionarios da lingua portuguesa*. Tours: E. Arrault; 1914. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6962>. Acesso em: 6 jul. 2020.
- Traugott E. On the Rise of Epistemic Meanings in English: An Example of Subjectification in Semantic Change. *Language*, 65, 1989, p. 31-55. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/414841?read-now=1&seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/414841?read-now=1&seq=1#page_scan_tab_contents). Acesso em: 6 jul. 2020.
- Traugott E. From positional to textual and expressive meanings. In Lehmann, W.; Malkiel, Y. (Eds.). *Perspectives on Historical Linguistics*. Amsterdam: Benjamins; 1982. p. 263-314.
- TWITTER. Disponível em: <https://twitter.com/login?lang=pt>.
- Ulmann S. Mudança de significado. In \_\_\_\_\_. *Semântica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; 1964. p. 401-492.

Viaro ME. Etimologia. São Paulo: Contexto; 2011.

Viaro ME. Manual de etimologia do português. São Paulo: Globo; 2013a.

Viaro ME. Uma breve história da Etimologia. Filologia e linguística portuguesa, São Paulo, v. 15, n. spe., p. 27-67, dez. 2013b. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/82818>. Acesso em: 6 jul. 2020.

Victorri B, Fuchs C. La polysémie. Paris: Hachette; 1996.

Vygostki LS. Pensamiento y lenguaje. In \_\_\_\_\_. Problemas de Psicología General; Obras Escogidas. v. 2. Madrid: Visor, 1993; p. 11-348. [1934]

# Reavaliando a etimologia de *abacaxi* a partir de novos dados histórico-filológicos

## *Reviewing the etymology of abacaxi ('pineapple') with new historical and philological data*

Bruno Maroneze\*

*Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, Brasil*

**Resumo:** A hipótese etimológica consensual para *abacaxi* é que esta unidade lexical se origina do tupi, pela junção dos elementos *ɣvá* “fruta” e *katĩ* “que recende”, “que exala cheiro”. No presente artigo, essa hipótese é reavaliada a partir de dados de atestações anteriores desta unidade lexical. Inicialmente, apresentam-se dados lexicográficos com descrições etimológicas (seção 2); em seguida, avaliam-se as transformações fonético-fonológicas implicadas pela hipótese consensual, que levam à conclusão de que se trata de hipótese controversa (seção 3). Na seção 4, apresentam-se dados histórico-filológicos que mostram que a unidade lexical *abacaxi* designou um povo indígena, um rio e uma missão jesuítica, no mínimo um século antes de passar a designar uma fruta. Dessa forma, torna-se incoerente supor que uma unidade lexical que se referia a um povo pudesse ter como étimo “fruta que recende”. Por fim, conclui-se que a hipótese etimológica consensual deve ser tratada como controversa e que uma nova hipótese etimológica deve ser buscada não para o nome de uma fruta, mas sim para o nome de um povo indígena.

**Palavras-chave:** Etimologia. Filologia. Tupinismos. Palavras de origem tupi.

**Abstract:** The consensual etymological hypothesis for *abacaxi* ‘pineapple’ is that this word originates from the Tupi, by the combination of the elements *ɣvá* ‘fruit’ and *katĩ* ‘that smells’, ‘that exhales smell’. In this article, this hypothesis is reevaluated based on data from previous attestations of this word. Initially, lexicographic data with etymological descriptions are presented (section 2); then, we evaluate the phonetic-phonological transformations implied by the consensual hypothesis, leading to the conclusion that this hypothesis it is controversial (section 3). In section 4, historical-philological data are presented that show that the word *abacaxi* designated an indigenous people, a river and a Jesuit mission, at least a century before designating a fruit. Thus, it is incoherent to assume that a word that referred to a people could have as its etymology ‘fruit that smells’. Finally, we conclude that the consensual etymological hypothesis should be treated as controversial and that a new etymological hypothesis should be sought not for the name of a fruit, but for the name of an indigenous people.

**Keywords:** Etymology. Philology. Tupinisms. Words of Tupian origin.

## 1 INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

---

\* Professor associado, Faculdade de Comunicação, Artes e Letras, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, Brasil, brunomaroneze@ufgd.edu.br

<sup>1</sup> Agradeço a Andérbio Márcio Silva Martins pela ajuda com as unidades lexicais de origem indígena, e a Mário Eduardo Viaro e Eduardo Henrik Aubert pela ajuda com consultas a obras de difícil acesso.

Pretende-se, neste trabalho, analisar a etimologia da unidade lexical *abacaxi*. Inicialmente (seção 2), são apresentados diversos dicionários da língua portuguesa que trazem informações etimológicas, todos indicando tratar-se de palavra de origem indígena (oscilando entre as denominações “tupi” e “tupi-guarani”) que significa “fruta que recende”, “fruta olorosa”, “fruta que exala cheiro”. No entanto, argumenta-se na seção 3 que essa descrição etimológica é no mínimo controversa, devido a fatores fonético-fonológicos, bem como à inexistência de dados diacrônicos que a comprovem. A partir de atestações da palavra em sincronias pretéritas<sup>2</sup> (seção 4), argumenta-se que *abacaxi* foi originalmente o nome de um povo indígena da Amazônia, tendo apenas posteriormente passado a designar a fruta. Assim, nas considerações finais, conclui-se que a etimologia atualmente consensual deve ser tratada como controversa; também se apresentam algumas hipóteses etimológicas alternativas (de caráter especulativo).

## 2 A ETIMOLOGIA CONSENSUAL DE ABACAXI

A unidade lexical *abacaxi*, no português brasileiro contemporâneo, designa uma fruta muito conhecida e apreciada em todo o território nacional. De acordo com o dicionário Houaiss (Houaiss; Villar, 2009), o nome científico da planta é *Ananas comosus*. O mesmo dicionário ainda registra acepções de “trabalho complicado”, “coisa ou pessoa maçante” e “português” (uso pejorativo); por fim, também informa que *abacaxi* é o nome de um “grupo indígena, hoje considerado extinto, que habitava o território entre os rios Tapajós e Madeira AM”.

A etimologia apresentada pelo dicionário Houaiss (Houaiss; Villar, 2009) é a mesma apresentada por todos os demais dicionários consultados: do tupi *\*imaka'ti* (ou alguma forma semelhante, conforme será apresentado a seguir), que significaria “fruta que recende”, “fruta olorosa”. Por vezes, essa etimologia é marcada com um asterisco (como é o caso no dicionário Houaiss), para indicar tratar-se de uma forma reconstituída; outras vezes, a etimologia é apresentada sem indicação de forma reconstituída, como se a forma fosse atestada em tupi (ou tupi-guarani, para alguns). Essa hipótese etimológica será denominada, neste texto, de “etimologia consensual” ou “hipótese etimológica consensual”.

Apresenta-se, a seguir, uma lista (não-exaustiva) de descrições etimológicas de *abacaxi* em dicionários gerais portugueses e em dicionários etimológicos da língua portuguesa:

### 2.1 O verbete *abacaxi* em alguns dicionários gerais portugueses

Rubim (1853)

O dicionário mais antigo que registra o verbete *abacaxi* é, de acordo com nossa pesquisa, a obra de Rubim (1853, *s.v. abacachi*), em que a palavra é grafada com CH: “ABACACHI, especie de ananaseiro; o fructo tambem conhecido com o mesmo nome, é mais delicado no sabor e aroma do que o ananaz commum.” Não há informação etimológica.

<sup>2</sup> Conforme Viaro (2011), entende-se que uma sincronia pretérita é um momento da história da língua anterior ao atual.

Soares (1889)

A mais antiga descrição etimológica de *abacaxi* que foi possível encontrar é a de Soares (1889, *s.v. abacaxi*). Após a descrição da fruta, inclui-se a seguinte informação: “ETYM. corr. pop. do br. *ibácaxi* = *ibácatî* fructa rescendente, de cheiro forte. Allí, *x* = *tx* = *tcb*”. Uma consulta à lista de abreviaturas no início da obra revela que “corr. pop.” é “corrupção popular” e que “br.” é a forma pela qual o dicionarista abrevia a “língua brazil ou língua geral tupi-guarani”. Além disso, os diacríticos incluídos na descrição etimológica são também apresentados na introdução do dicionário. O símbolo *i* refere-se ao “chamado *i especial* do abánheenga e do nheengacatú (língua geral)”<sup>3</sup> (Soares, 1889, p. 12) e o *i* “nas palavras tupís e guaraní, é nasal” (Soares, 1889, p. 12).

Soares não apresenta nenhuma indicação de que a etimologia seja reconstruída ou controversa; ao contrário, apresenta-a como sendo já consensual. Assim, não foi possível identificar se esse autor teve outro como referência.

Freire (1957)

O dicionário de Laudelino Freire (1957) não traz novidades em termos de informação etimológica (apresentando a mesma de Soares); porém, é o mais antigo dentre os consultados que traz a acepção do povo indígena conhecido como abacaxi, em verbete separado, flexionado no plural: “ABACAXIS, s. m. pl. *Etnogr.* Tribu de indígenas do Brasil, nas margens do rio Abacaxis” (Freire, 1957, *s.v. abacaxi*s).

Houaiss; Villar (2009), Houaiss; Villar (2003) e Houaiss; Villar (s/d – online)

As três obras de Houaiss e Villar são, na verdade, variantes da mesma obra, que é o célebre dicionário conhecido como “Dicionário Houaiss”. A versão de 2003, publicada em Lisboa, é mais completa do que a de 2009 (que, apesar de posterior, trata-se apenas da versão eletrônica da edição brasileira de 2001, com algumas correções). A versão de consulta *online*, intitulada “Grande dicionário Houaiss”, é a mais completa de todas.

Em relação ao verbete *abacaxi*, a edição eletrônica de 2009, conforme mencionado, traz a descrição etimológica consensual, com a indicação de que se trata de forma reconstruída. A principal diferença em relação à edição de 2003 é que, na edição eletrônica, a acepção de “grupo indígena” é colocada como uma polissemia; já na edição portuguesa de 2003, há dois verbetes homônimos: *abacaxi*<sup>1</sup> (referente à fruta e a outras acepções relacionadas, como “trabalho complicado”) e *abacaxi*<sup>2</sup> (referente ao grupo indígena). A descrição etimológica e a datação são apresentadas no verbete referente à fruta; nenhuma etimologia é apresentada no verbete referente ao grupo indígena. Isso parece implicar que os autores dessa obra consideraram os dois verbetes como tendo étimos diferentes.

Em relação à datação, as três versões apresentam informações importantes para identificar as primeiras datações da unidade lexical. Tanto a versão eletrônica de 2009 quanto a portuguesa de 2003 apresentam a data “a1776”, mas a versão portuguesa, mais completa, identifica o texto de onde foi extraída a informação: trata-se do “Tesouro descoberto no rio Amazonas”, do padre jesuíta João Daniel, escrito entre os anos de 1757 e 1776. Já a versão de consulta *online*, a mais completa

<sup>3</sup> Trata-se da vogal representada pelo símbolo [i] no Alfabeto Fonético Internacional.

de todas, traz uma datação anterior: “c1698”, com a ressalva de que é a data da acepção do povo indígena. O texto é a “Chronica da missão dos padres da Companhia de Jesus do estado do Maranhão”, escrita por João Felipe Betendorf.

## 2.2 O verbete *abacaxi* em dicionários etimológicos

Machado (1952)

O dicionário etimológico de Machado (1952) traz a etimologia consensual: “Do tupi *ibacaxi*, de *ibá*, fruta + *caxi* = *catí*, ‘rescendente, cheirosa’ (T.S.). Séc. XIX, Morais<sup>8</sup> (1890)”. Não há indicação de a forma ser reconstituída. A datação mais antiga encontrada por Machado é a da oitava edição do dicionário de Morais Silva (1890).

Nascentes (1955)

O dicionário etimológico de Nascentes (1955) não registra o verbete *abacaxi*. No entanto, traz uma informação curiosa no verbete *abacate* (Nascentes, 1955, *s.v. abacate*):

ABACATE – Do nauatle *auacate*. Para o esp. *aguacate* a Academia Espanhola dá como étimo o mexicano *abuacaquahuatl*. Tastevin, *Gram. da língua tupi*, pg. 23, *Nomes de plantas*, pg. 3, lhe dá a mesma origem que *abacaxi* tem, alegando a permuta de *t* e *x*.

A associação entre *abacate* e *abacaxi* é muito provavelmente incorreta: o abacate é uma fruta originária da região do México (e não da Amazônia, como o abacaxi), e as duas frutas são completamente diferentes em forma, sabor e cultivo. Mas a obra de Tastevin (1923), mencionada por Nascentes, apresenta dados a respeito da alternância entre *t* e *x*, que será discutida adiante, na seção 3.

Bueno (1968) e Bueno (1987)

Interessantemente, a obra de Bueno (1968) não traz a descrição etimológica consensual, mas sim uma anedota relacionada à acepção de “problema, dificuldade”: “Abi quer dizer *espinho* e von Martius cita uma exclamação: *abacachi!* ou simplesmente *abachi!* como sendo o grito de dor das mulheres em sofrimento” (Bueno, 1968, *s.v. abacaxi*). Não nos foi possível verificar essa informação na vasta obra de von Martius; se verdadeira, talvez não seja relacionada ao nome da fruta.

Já em Bueno (1987, *s.v. abacaxi*), embora não se trate de um dicionário etimológico, o mesmo autor apresenta a etimologia consensual: “De *Ibá*, fruta; *caxí*, rescendente”.

Cunha (1982) e Cunha (1999)

Nessas duas obras, Cunha apresenta a etimologia consensual, porém tem o cuidado de marcar com um asterisco, indicando tratar-se de forma reconstituída. A descrição etimológica em Cunha (1982, *s.v. abacaxi*) é: “Do tupi *\*iŋaka’ti* (< *i’ŋa* ‘fruta’ + *\*ka’ti* ‘recendente’)”. A datação apresentada é “c1767”.

Já em Cunha (1999, *s.v. abacaxi*) (aqui consultada na quinta edição, mas provavelmente idealizada em data anterior à da obra de 1982), embora a descrição etimológica seja exatamente idêntica à de Cunha (1982), lê-se que

Contrariamente ao que ocorre com o vocábulo ananás, o termo abacaxi não se documenta em nenhum dos textos de língua portuguesa dos sécs. XVI, XVII e XVIII relacionados na bibliografia.

É possível que Cunha tenha encontrado posteriormente a data de 1767, apresentada na outra obra, mas nesta, a data mais antiga é 1833, um texto em que a palavra *abacaxi* é uma clara referência à fruta. Contrariamente ao que afirma Cunha (1982), na seção 3 do presente artigo, apresentar-se-ão datações anteriores, no século XVII.

Pode-se perceber claramente que a etimologia apresentada pelo dicionário Houaiss foi extraída das obras de Cunha (1982, 1999). Também se pode perceber que o que levou o autor a usar o asterisco na descrição etimológica é a forma *\*ka'ti*. Conforme será discutido na seção 3, a passagem de *ti* a *xi* é altamente improvável e contribui para a fragilidade dessa hipótese etimológica.

Em suma, pode-se perceber que a descrição etimológica consensual é que *abacaxi* deriva do tupi *ibá + kati* (ou alguma variante gráfica dessa forma), expressão que significa *fruta que recende*. Além de designar uma fruta, também designa um grupo indígena (atualmente extinto). A datação mais antiga (indicada pelo Grande Dicionário Houaiss) é a de 1698, mas não para a fruta, e sim para o grupo indígena. Na seção 3, a seguir, será apresentada uma contestação para essa etimologia consensual.

### 3 POR QUE A ETIMOLOGIA CONSENSUAL É (PROVAVELMENTE) INCORRETA?

A etimologia consensual de *abacaxi* é problemática por duas razões principais: em primeiro lugar, por razões fonético-fonológicas, que serão abordadas nesta seção; em segundo lugar, por razões histórico-filológicas, que serão abordadas na seção 4.

De acordo com a hipótese etimológica consensual, do étimo proposto *ybã<sup>4</sup> + kati* para a forma portuguesa *abacaxi*, é necessário supor três alterações fonético-fonológicas: (1) a alteração da primeira vogal [ĩ] > [a]; (2) a fricativização [ti] > [ʃi]; e (3) a desnasalização [ĩ] > [i]. O alto número de alterações fonético-fonológicas por si só já poderia levar a crer que essa hipótese é pouco provável. Além disso, também é fácil perceber que essas alterações são pouco usuais em unidades lexicais de origem tupi.

Em relação à vogal inicial, encontram-se diversas unidades lexicais portuguesas em que ocorrem as alternâncias [ĩ] > [i] e [ĩ] > [u]. Em *maia* (nome de certa fruta), por exemplo, o étimo apresentado pelo dicionário Houaiss é *i'wa + 'aya* (reduzido a *'aya*) que seria “fruta azeda”, apresentando, portanto, a alternância [ĩ] > [u]; já em *jequitibá*, o mesmo elemento *ybá* apresenta a alternância [ĩ] > [i]. Já a alternância [ĩ] > [a] é até o momento desconhecida, a não ser em *abacaxi*, o que enfraquece sobremaneira a hipótese etimológica consensual.

Em relação à fricativização [ti] > [ʃi], esta parece ter um número relativamente alto de ocorrências em unidades lexicais de origem tupi. De acordo

<sup>4</sup> Como ocorre no guarani e em outras línguas indígenas brasileiras, a vogal [ĩ] será aqui representada ortograficamente pela letra *y*, seguindo longa tradição iniciada já por Anchieta (1595).

com o dicionário Houaiss, ocorrem as alternâncias *tracutinga* / *tracuxinga* (certa espécie de formiga) e *catinga* / *caxinga* (odor desagradável), além de *iraxim* (certa espécie de abelha), que proviria do tupi *e'ira* + *tinga*. Embora a maioria das palavras portuguesas em *-tĩ* ou *-tinga* desconheça qualquer alternância entre esses fonemas, Tastevin (1923, p. 23), ao descrever uma variedade da língua tupi, apresenta os pares *camuti*/*camuxi* “pote” e *pituna* “noite” alternando com *pixuna* “preto”.

Além disso, há a importante evidência histórico-filológica da grafia *abacatis* para o povo indígena, encontrada no século XVII, conforme será apresentado na seção 4. Dessa forma, parece ser válido considerar a alternância [ti] > [ʃi] como possível.

A desnasalização do [i] final também não é inteiramente desconhecida em unidades lexicais de origem tupi: pode-se mencionar a alternância *camoatim* / *camoati* (certa espécie de vespa, conforme o dicionário Houaiss), entre outras. No entanto, esperar-se-ia encontrar, seja em textos de séculos anteriores, seja na variação linguística contemporânea, formas como *\*abacatim* ou *\*abacaxim*. Ainda que a ausência dessas formas não seja suficiente para invalidar a etimologia consensual, é sem dúvida um dado revelador de sua baixa probabilidade.

Assim, conclui-se que, embora não seja possível invalidar totalmente a hipótese consensual com base nos motivos fonético-fonológicos aqui apresentados, trata-se de uma hipótese de probabilidade relativamente baixa, por necessitar da postulação de três alternâncias fonéticas, duas das quais pouco frequentes em unidades lexicais de origem tupi.

Cabe ainda mencionar a possibilidade de as duas acepções principais (“fruta” e “povo indígena”) terem étimos diferentes. Assim, *abacaxi*<sup>1</sup> teria como étimo *ybá* + *kaĩ* “fruta que recende” e *abacaxi*<sup>2</sup> teria outro étimo, ainda a ser identificado. Essa possibilidade parece estar implícita na separação de homônimos apresentada em Houaiss e Villar (2003). No entanto, unidades lexicais homônimas em geral tendem a apresentar características fonético-fonológicas de alta frequência na língua, visto que, nesses casos, a probabilidade de ocorrer semelhanças por acaso é maior. Assim, formas como *manga* e *mate*, por terem poucas sílabas, serem paroxítonas e apresentarem fonemas de alta frequência na língua portuguesa, têm maior probabilidade de constituírem casos de homonímia. Não parece ser o caso de *abacaxi*: trata-se de palavra polissilábica e oxítone terminada em *-i*, características que dificilmente se apresentariam idênticas por acaso na língua portuguesa. Portanto, parece ser altamente improvável que se esteja diante de duas formas homônimas com étimos diferentes.

Na seção 4, a seguir, a partir de dados de sincronias pretéritas, pretende-se mostrar que a hipótese consensual deve ser abandonada.

#### 4 ATESTAÇÕES DE ABACAXI EM SINCRONIAS PRETÉRITAS

A busca por datações de uma unidade lexical em sincronias pretéritas, conforme afirma Viaro (2011, pp. 106-109), faz parte do método etimológico. É preciso buscar o *terminus a quo*, que seria a primeira atestação de uma unidade lexical, comprovando o emprego dessa unidade em determinado período. Em relação a

*abacaxi*, as primeiras atestações parecem contar uma história muito diferente da contada pela hipótese etimológica consensual.

Conforme já mencionado na seção 2.1, a versão de consulta *online* do dicionário Houaiss apresenta a data de 1698 para a primeira atestação de *abacaxi*. Trata-se do texto intitulado “Chronica da missão dos padres da Companhia de Jesus do estado do Maranhão”, escrito por João Felipe Betendorf. Esse texto foi publicado em 1910 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e encontra-se disponível *online* (Betendorf, 1910); no entanto, como o documento tem quase 700 páginas e não está digitalizado em formato que permita buscas por palavras, não foi possível localizar o contexto maior em que *abacaxi* está inserido. Sabe-se apenas que se trata da acepção de “povo indígena”, não a fruta.

Entretanto, é possível que se conheça uma atestação ainda mais antiga para *abacaxi*. Papavero e Porro (2013), comentando as localidades mencionadas pelo jesuíta Anselmo Eckart em seus escritos, apontam a existência do rio Abacaxis, às margens do qual se situa a aldeia dos Abacaxis e onde se instalou uma missão jesuítica. Os autores afirmam que o rio Abacaxis (grafado “R. de Avacachis”) aparece num mapa feito pelo Pe. Samuel Fritz. S. J., em 1691, mapa este que foi reproduzido por um autor anônimo em 1810 e que pode ser encontrado na referida obra de Papavero e Porro (2013, p. 53). Em sendo verdadeira essa informação<sup>5</sup>, a primeira atestação da unidade lexical (grafada “Avacachis”) passa a ser 1691.

Além dessa, outra forma ainda mais antiga pode ser encontrada: a grafia *abacatis* para o povo indígena, encontrada numa relação de povos indígenas apresentada pelo Pe. Simão de Vasconcellos na “Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil”, datada de 1663. Nessa obra, à p. 23, na margem esquerda, encontra-se uma relação de povos indígenas encabeçada por “Nomes das nações destas gêtes”. A relação contém dezenas de nomes de povos indígenas, o penúltimo dos quais é “Abacatis”. Assim, a data mais recuada, até onde as pesquisas têm apontado, parece ser 1663.

Ao longo do século XVIII, encontra-se farta documentação que se refere tanto ao povo abacaxi quanto ao rio Abacaxis e à missão jesuítica que foi implantada para catequizá-los, também chamada por vezes de missão Abacaxi. O rio Abacaxis tem esse nome até hoje e está situado no leste do estado do Amazonas. O próprio Pe. Anselmo Eckart (em textos publicados em Papavero e Porro, 2013) menciona diversas vezes a missão Abacaxi, o que leva a crer que tenha sido um importante polo de catequização indígena na região. Essa missão também é elencada na obra de Harenberg (1760, p. 873), que contém um catálogo de missões jesuíticas pelo mundo.

Vale também mencionar que foi encontrada uma referência ao povo abacaxi com a grafia “abacate”. Trata-se de um texto em espanhol, o “Diccionario Geográfico-Histórico de las Indias Occidentales o América”, de Antonio de Alcedo, datado de 1787. Nessa obra, afirma-se que o rio Erena “nace en el territorio de los Indios Abacates” (Alcedo, 1786, verbete Erena) e a descrição semelhante é feita para o rio Guia-Paraná (Alcedo, 1786, verbete Guia-Paraná). Por se tratar de um caso

---

<sup>5</sup> Coloca-se a dúvida porque a reprodução de 1810 do mapa pode ter sido alterada, sendo necessário verificar no mapa original, que talvez não mais exista. No entanto, há ampla documentação a respeito da existência do rio dos Abacaxis e da missão jesuítica junto ao povo abacaxi em data próxima a 1691 (ainda que posterior), o que contribui para dar suporte à data de 1691 como autêntica.

isolado e em outro idioma que não o português, acredita-se que não é possível afirmar que o povo abacaxi tenha sido chamado também de “abacate”.

Como se pode observar, as primeiras atestações de *abacaxi* são referentes a um rio, um povo e uma missão jesuítica, mas não a uma fruta. Porém, a etimologia consensual propõe que a unidade lexical significaria “fruta que recende”. Assim, observa-se uma grande incompatibilidade entre a etimologia consensual de *abacaxi* e as suas primeiras atestações, o que é também confirmado pela ausência, nos textos da época, de qualquer referência à fruta quando se menciona o povo ou o rio. Ao contrário, o rio é que parece tomar o seu nome do povo que habita em suas redondezas.

Para esclarecer a questão, faz-se necessário também buscar as primeiras atestações de *abacaxi* em referência à fruta. A versão portuguesa do dicionário Houaiss (2003) indica a data de 1776, no texto intitulado “Tesouro descoberto no rio Amazonas”, do Pe. João Daniel, publicado nos Anais da Biblioteca Nacional (Daniel, 1975). O trecho em que aparece a unidade lexical *abacaxi* (tomo 1, p. 320) é uma descrição interessantíssima e que merece ser aqui transcrita:

[...] em tanta variedade ninguém pode duvidar, que haja muita variedade de fructas deliciosas, e regaladas, das quaes apontarei algumas das mais principaes, e conhecidas, que de todas seria impossível; terá pois o primeiro lugar o\*

Ananás, porque na verdade merece o primeiro lugar entre as fructas, assim pela sua grandeza, como pela sua majestosa figura, e delicioso gosto. Há várias espécies, mas duas são as mais principaes. A primeira é o ananás ordinário. A segunda chamam abacaxi: o seu feitio é como uma linda pirâmide, mas redonda tecida à maneira de pinha, e tem por coroa, e remate um galante penacho de folhas, em lugar de plumas. [...] Diferençam-se estas duas espécies em dous predicados: primeiro nas folhas. São as folhas do ananás do feitio da ãa faca de ponta larga, e adelgçando para a ponta; ou como a folha da espadana, posto que não tão comprida como a espadana, e mais aguda, que esta para a ponta: e todas as suas folhas são do mesmo feitio, excepto, que as do ananás ordinário são lisas pelas bordas: as do ananás e abacaxis tem pelas bordas uma serrinha, que serra muito os dedos, de quem não lhe pega com jeito, e cautela, porque sempre está amolada de sua natureza, ou pela natureza. O comprimento das folhas será um palmo, ou mais; menos as do seu penacho, ou coroa, que tem algumas mais curtas: nascem do tronco, como as da pita. A segunda diferença está no gosto; porque os ananases ordinários são muito doces, e por isso enfestiam mais depressa: não assim os abacaxis, que tem um ácido, ou acre dulce muito desenfestado, e por isso *caeteris paribus*\* são os mais estimados, e apetedidos. A sua planta é baixa, e cresce por modo de um craveiro, e com a mesma altura; e na haste, que sobe direita, deita por remate o seu famoso ananás, e por remate a sua coroa, ou penacho. É muito sumarento, e tão forte, que metida ãa faca em uma destas fructas, a come totalmente em pouco tempo, mas não tão brevemente, como já escreveo alguém, da noite para pela manhã, e tão bem mais o[s] abacaxis pelo seo ácido; porque todo o ácido é corrosivo do ferro.

Dessa forma, observa-se que há uma diferença de praticamente um século entre a primeira atestação de *abacaxi* como povo indígena e a primeira atestação como fruta. Interessantemente, o mesmo documento em que se encontra a referência à fruta também apresenta uma referência à missão jesuítica (tomo 2, p. 154):

[...] Um missionário que foi da missão chamada Abacaxis, e ainda vive aqui sepultado me afirmou, que em todos os anos, em que por precisão dos provimentos mandava obrigado à cidade do Pará a sua canoa, e neófitos lhes morriam aos pares quando 8, quando 10, quando menos 6, e outras vezes mais [...].

Infelizmente, o autor dessas linhas não fez nenhum tipo de associação entre as duas acepções, o que poderia esclarecer o motivo pelo qual a fruta tem o mesmo nome do povo indígena e do rio. Não obstante, os dados trazidos pelas primeiras atestações indicam que a hipótese etimológica consensual é, no mínimo, controversa, não devendo ser tratada como verdadeira, conforme tratam os dicionários. As primeiras atestações da unidade lexical levam a crer que a acepção de fruta se derivou, de alguma forma, da acepção de povo indígena e/ou do nome do rio, e não o contrário.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ESPECULAÇÕES SOBRE A ETIMOLOGIA MAIS PRECISA

Finaliza-se esta pesquisa com duas grandes conclusões e muitas perguntas em aberto. As duas grandes conclusões a que se chega são: (1) a hipótese consensual para a etimologia de *abacaxi*, se não pode ainda ser inteiramente descartada, revela-se controversa e pouco provável; (2) a unidade lexical *abacaxi* significou primeiro um povo indígena, um rio e uma missão jesuítica, antes de passar ao significado de fruta.

Já em relação às muitas perguntas que ficam em aberto, são deixadas para pesquisas futuras:

- a) Qual é a verdadeira relação entre o nome do povo indígena e o do rio? O rio se chama Abacaxis por causa do povo que habitava suas margens ou será o contrário, o povo tinha esse nome por habitar as margens do rio Abacaxis?
- b) Qual é a verdadeira relação entre o nome do povo indígena, do rio e da fruta? Teriam os abacaxis domesticado a fruta? Teriam sido eles grandes cultivadores dela? Ou simplesmente habitavam um território rico em abacaxis?
- c) Se *abacaxi* é originalmente o nome de um povo, qual seria então o significado dessa unidade lexical em alguma língua indígena? Seria o elemento *abá* o mesmo presente em *abaeté*, *avá-guarani* e outros, que significa “pessoa”, “ser humano”, “povo”? Seria *abá* + *katĩ* (pessoa que exala cheiro, pessoa fedorenta) um étimo possível?
- d) Quem foi o primeiro estudioso que aventou a hipótese etimológica *yvá* + *katĩ*? O criador dessa hipótese teria alguma evidência documental que a fortalecesse? Ou aventou a hipótese apenas baseado em semelhanças fônicas e especulações? Se o criador foi mesmo Soares na obra de 1889, ele não apresentou nenhuma outra evidência.

Mesmo com muitas questões sem resposta, espera-se ter mostrado, com este artigo, que a etimologia de *abacaxi* deve ser buscada junto ao povo, hoje extinto, que certa vez habitou as margens do rio Abacaxis, no leste do estado do Amazonas, e não na fruta originária da Amazônia e hoje difundida pelo mundo todo.

**REFERÊNCIAS**

- Alcedo A. Diccionario Geográfico-Histórico de las Indias Occidentales o América... Tomo II. Madrid: en la imprenta de Manuel González; 1787. [citado 29 jan. 2020]. Disponível em: [https://play.google.com/store/books/details?id=pCR\\_UhdVUggC&rdid=book-pCR\\_UhdVUggC&rdot=1](https://play.google.com/store/books/details?id=pCR_UhdVUggC&rdid=book-pCR_UhdVUggC&rdot=1).
- Anchieta J. Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil. Coimbra: Antonio de Mariz, 1595. [citado 4 jul. 2020]. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4674>.
- Betendorf JF. Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão. Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. 1910; Tomo LXXII, Parte I. [citado 28 jan. 2020]. Disponível em: [http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Abetendorf-1910-chronica/betendorf\\_1910\\_chronica.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Abetendorf-1910-chronica/betendorf_1910_chronica.pdf).
- Bueno FS. Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa. São Paulo: Saraiva; 1968.
- Bueno FS. Vocabulário tupi-guarani português. 5.ª ed. São Paulo: Brasiliavros; 1987.
- Cunha AG. Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1982.
- Cunha AG. Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi. 5.ª ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: UnB; 1999.
- Daniel J. Tesouro descoberto no rio Amazonas. Anais da Biblioteca Nacional. 1975; vol. 95, tomos 1 e 2, 1975. [citado 28 jan. 2020]. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630\\_1975\\_A00095.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1975_A00095.pdf).
- Freire L. Grande e novíssimo dicionário da língua portuguêsã. 3.ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio; 1957.
- Harenberg JC. Pragmatische Geschichte des Ordens der Jesuiten... Halle und Helmstädt: Carl Hermann Hemmerde; 1760. [citado 28 jan. 2020]. Disponível em: <https://play.google.com/store/books/details?id=1vFiAAAACAAJ&rdid=book-1vFiAAAACAAJ&rdot=1>.
- Houaiss A, Villar M. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Lisboa: Temas e Debates; 2003.
- Houaiss A, Villar M. Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva; 2009.
- Houaiss A., Villar M. Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa. UOL; s/d. [citado 27 jan. 2020]. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php>.
- Machado JP. Dicionário etimológico da língua portuguesa. Lisboa: Confluência; 1952.
- Nascentes A. Dicionário etimológico da língua portuguêsã. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1955.
- Papavero N, Porro A. (orgs.) Anselm Eckart, S. J. e o estado do Grão-Pará e Maranhão setecentista (1785). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; 2013.
- Rubim BC. Vocabulario brasileiro para servir de complemento aos dictionarios da lingua portuguesa. Rio de Janeiro: Emp. Typ. Dous de Dezembro de Paula Brito; 1853. [citado 27 jan. 2020]. Disponível em: [https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3886/1/016341\\_COMPLETO.pdf](https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3886/1/016341_COMPLETO.pdf).

Soares AJM. Dicionario brasileiro da lingua portugueza. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger e Filhos; 1889. [citado 27 jan. 2020]. Disponível em:  
<https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=76018>.

Tastevin C. Grammatica da lingua tupy. São Paulo: Oficinas do Diario Oficial; 1923.

Vasconcellos S. Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil... Lisboa: na Oficina de Henrique Valente de Oliveira; 1663. [citado 29 jan. 2020]. Disponível em:  
<https://play.google.com/store/books/details?id=bHT08G-vNSIC&rdid=book-bHT08G-vNSIC&rdot=1>.

Viaro M. Etimologia. São Paulo: Contexto; 2011.